



*Uma Década de LEA-NI
no Ponto Extremo das Américas:*
INTERCULTURALIDADE

*Coleção Mediações Interculturais &
Negociações Internacionais*
Livro 1



Organizadores: Roberto Vilmar Satur
Cláudia Caminha L. Rodrigues
Alyanne de Freitas Chacon



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES

REITORA

MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA DINIZ

VICE-REITORA

BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA



DIRETOR DO CCTA

José David Campos Fernandes

VICE-DIRETOR

Ulisses Carvalho da Silva



CONSELHO EDITORIAL

Carlos José Cartaxo

Gabriel Bechara Filho

José Francisco de Melo Neto

José David Campos Fernandes

Marcílio Fagner Onofre

EDITOR

José David Campos Fernandes

SECRETÁRIO DO CONSELHO EDITORIAL

Paulo Vieira

LABORATÓRIO DE JORNALISMO E EDITORAÇÃO

COORDENADOR

Pedro Nunes Filho

Coleção Mediações Interculturais & Negociações Internacionais

LIVRO 1 (ebook)

ROBERTO VILMAR SATUR
CLÁUDIA CAMINHA RODRIGUES
ALYANNE DE FREITAS CHACON
(Organizadores)

UMA DÉCADA DE LEA-NI NO
PONTO EXTREMO DAS AMÉRICAS
Interculturalidade

EDITORA CCTA
JOÃO PESSOA
2020

**Grupo de Pesquisa em Mediações Interculturais, Negociações e
Negociadores Internacionais no Mundo**
MINNI-Mundo

Arte da Capa: Guilherme Meira - aluno do curso LEA-NI/UFPB

Projeto gráfico: José Luiz da Silva

Bibliotecária responsável: Susiquine Ricardo Silva

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca Setorial do CCTA da Universidade Federal da Paraíba

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca Setorial do CCTA da Universidade Federal da Paraíba

D291 Uma década de LEA -NI no ponto extremo das Américas:
Interculturalidade [recurso eletrônico] / Organizadores:
Roberto Vilmar Satur, Cláudia Caminha Rodrigues,
Alyanne de Freitas Chacon. - João Pessoa: Editora do
CCTA, 2020. – (Coleção Mediações Interculturais &
Negociações Internacionais; Livro 1)

Recurso digital (4,6MB)

Formato: ePDF

Requisito do Sistema: Adobe Acrobat Reader

ISBN: 978-65-5621-032-2

1. Línguas Estrangeiras - Ensino. 2. Língua Estrangeira
(UFPB) – Bacharelado – História. 3. Mediações Interculturais.
4. Interculturalidade. I. Satur, Roberto Vilmar. II. Rodrigues,
Cláudia Carminha. III. Chacon, Alyanne de Freitas.

UFPB/BS-CCTA

CDU: 81'243:37

Livro lançado em versão impressa, em quantidade limitada.

Cada capítulo foi escrito de forma independente e, portanto, a revisão textual, o cumprimento das normas da ABNT e a responsabilidade ética e legal é do(a)s autor(es)as.

HOMENAGEM A

Kátia Ferreira Fraga¹



A turma de graduandos do curso LEA-NI de 2015.1 no momento que estava em situação de eminente graduação, representando os egressos e atuais alunos do curso escreveram a presente homenagem à professora Dra. Kátia Ferreira Fraga.

Professora,

Os caminhos que o LEA-NI nos abre são abundantes e variados. Daqui, seguimos todos caminhos diferentes, como muitas turmas antes de nós o fizeram, mas o tempo que passamos na universidade será o que carregaremos em comum. E durante esse período, a postura do profissional que nos tornaremos foi inegavelmente marcada pelo seu carinho e tutela.

Sob as notícias de sua aposentadoria, foi difícil para alunos e colegas conceberem uma imagem do curso em sua ausência. Sua presença é raiz, seu esforço para construir nossa graduação fecundou e o LEA-NI da Paraíba é fruto desses esforços. Foi a sua natureza, de representar os interesses dos alunos frente à máquina burocrática da universidade, que gerou nosso curso como o conhecemos hoje.

Kátia professora esteve sempre em constante emprego para trazer à sala de aula temáticas de interesse profissional e cidadão aos alunos. Atenta aos desconsoles gerais e individuais dos discentes, nos

¹ Os alunos da turma LEA-NI 2015.1 foram convidados e aceitaram o desafio de escreverem esta homenagem em nome de todos os egressos, dos atuais alunos e dos colegas professores do LEA-NI UFPB.

instruiu a crescer, linguisticamente, profissionalmente, humanamente. Formou questionadores empáticos e negociadores competentes.

Construiu também a graduação. Pois sempre pavimentou vias de crescimento para os estudantes, com suas demandas múltiplas, características do curso. Atentou a parcerias benéficas que se apresentassem dentro da instituição ou fora, sendo, aliás, o cabo internacionalizador do departamento em diversas ocasiões, papel tão essencial ao LEA-NI.

Reconhecemos, por isso, nossa professora também como guardiã. Seu empenho para conosco e nossa formação inspira e promove nosso desenvolvimento acadêmico por podermos seguir os caminhos que você traçou e traça. E mostra. E incentiva. E vibra na torcida para que neles prosperemos. Com a ternura de avó, que esquece de restringir à família e nos adota.

Não acreditamos estar exagerando por amor, pois após sua chegada em 2010, e desde então, vestiu a camisa do curso para entendê-lo e engrandecê-lo, formou diversas turmas de negociadores internacionais à sua terna imagem.

Assim tornando a celebração dos 10 anos de LEA-NI na Paraíba, também a coroação de uma geração Kátia Fraga de alunos. Um mundo melhor será formado por professores, e temos muita sorte de termos sido formados por você, professora.

Sua partida anuncia tempos incertos, nos quais os outros professores precisarão de mais força do que já colocam na edificação do curso, que perde um pilar com sua ida. Sua falta será sentida pelos alunos, que sempre puderam contar com seu apoio acadêmico e pessoal, de quem instiga e provoca o avanço, mas também de quem se preocupa e cuida. Afinal, em seus dizeres recorrentes, nós somos, antes de tudo, humanos. E nessa condição tivemos a sorte de poder sempre contar com nossa professora para ouvir as mundanices de ser humano. Um gesto de amparo para tantos que deixaram suas terras para estudar aqui. E por seus gestos nós a conhecemos, por eles também será lembrada.

Neste momento em que estamos, nós e você, prestes a deixar o curso, presumimos que nossos corações bradam a certeza que o LEA-NI não nos deixará. Por isso nós só podemos desejar ter lhe oferecido um pouco que seja do engrandecimento que você nos ofereceu. Esperamos ter conseguido retribuir seu carinho, no nosso dia-a-dia e nesta homenagem, e que possa carregar este afeto consigo como carregaremos o seu conosco.

Desejamos, por fim, que sua sensibilidade guie os rumos que trilharmos a seguir. Que seus ensinamentos acompanhem-nos no trajeto. Que a lembrança de sua gentileza nos ampare. E que seu legado permaneça de acolhimento, empatia e educação.

SOBRE A COLEÇÃO

A Coleção Mediações Interculturais & Negociações Internacionais é uma organização do Grupo de Pesquisa Mediações Interculturais, Negociações e Negociadores Internacionais no Mundo (MINNI-Mundo) em conjunto com a equipe de docentes e egressos do Curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações (LEA-NI) e do Departamento de Mediações Interculturais (DMI) com o apoio da direção e equipe do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e colaboradores convidados de outros centros da UFPB e de outras instituições. A coleção surgiu como uma ideia inicial visando marcar as comemorações da primeira década do Curso LEA-NI na UFPB e também como forma de preservar a memória e o histórico de ações, bem como publicar a pesquisa e a produção acadêmica feita por docentes e discentes que fazem parte do MINNI-Mundo, do Curso LEA-NI e do DMI da UFPB, bem como de pesquisadores convidados e parceiros na tarefa de produzir cientificamente sem esquecer a prática do mercado e das profissões. A Coleção tem a pretensão de instigar publicações em Mediações Interculturais e também em Negociações Internacionais e seus assuntos correlatos. Portanto, as atuais publicações tendem a ser as primeiras de muitas outras que virão. É o que se pretende.

AGRADECIMENTOS

Os organizadores agradecem, primeiramente, a Deus pela sua presença constante e pelo seu amor incondicional. Aos familiares, amigos e colegas de jornada pelo apoio de sempre. Agradecem aos alunos, egressos, professores, técnicos administrativos, estagiários, bolsistas, discentes voluntários e terceirizados que fazem a UFPB acontecer. Agradecem também a Direção do CCHLA especialmente sua diretora, Dra. Mônica Nóbrega, seu vice Diretor Dr. Rodrigo Freire e ao assessor Djalma Martins, por nos ajudarem a fazer com que este objetivo virasse realidade. A todos que fazem parte do Departamento de Mediações Interculturais (DMI), do Curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais da UFPB e do grupo de pesquisa MINNI-Mundo, obrigado pelo apoio e carinho de sempre. Aos que fazem parte desta coletânea como autores e coautores, nosso muito obrigado e parabéns por ousarem compartilhar com a sociedade um pouco do que se faz de pesquisa na UFPB, devolvendo a essa sociedade um pouco do que se recebe dela. Por fim, nossos agradecimentos ao diretor do CCTA prof. Dr. José David Fernandes, ao Coordenador da Editora CCTA José Luiz da Silva e a toda a equipe pelo apoio.

SUMÁRIO

HOMENAGEM A KÁTIA FERREIRA FRAGA.....	5
SOBRE A COLEÇÃO	8
AGRADECIMENTOS.....	9
APRESENTAÇÃO.....	12
PREFÁCIO	17

PARTE I

TRAJETÓRIA LEA-NI UFPB

CAPÍTULO 1 – ANTES DA TRAVESSIA TRANSATLÂNTICA: A Criação da Formação em Langue Étrangère Appliquée (Lea) na França	21
---	----

Pedro Paulo Nunes da Silva

CAPÍTULO 2 – A CRIAÇÃO DO BACHARELADO EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS APLICADAS NA UFPB: Passado, Presente e Futuro.....	29
--	----

Katia Ferreira Fraga

CAPÍTULO 3 – INTERNACIONALIZAÇÃO EM CASA, EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL LEA-NI: Entrelaçando Conceitos e Práticas Através do “Bem-Vindo! Projeto de Apoio à Integração do Estudante Internacional a Universidade Federal Da Paraíba”	42
--	----

Cláudia Caminha Rodrigues

PARTE II

LÍNGUAS, ENSINO E INTERCULTURALIDADE

CAPÍTULO 4 – A INTERNACIONALIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA - Aspectos, Avanços e Desafios	55
--	----

Alexandre Caciano Pinheiro – Silvia Renata Ribeiro

CAPÍTULO 5 – AS NECESSIDADES LINGUÍSTICO CULTURAIS DE FUTUROS NEGOCIADORES INTERNACIONAIS E A CONSTRUÇÃO DE DISCIPLINAS DE LÍNGUAS APLICADAS AOS NEGÓCIOS NO LEA-NI DA UFPB89

Pedro Paulo Nunes da Silva – Kátia Ferreira Fraga

CAPÍTULO 6 – O ENSINO BILÍNGUE FRANCO-BRASILEIRO NO NORDESTE DO BRASIL.....118

Isabelle Carneiro Walmsley – Alyanne de Freitas Chacon

CAPÍTULO 7 – LÍNGUAS ESTRANGEIRAS APLICADAS AO MARKETING INTERNACIONAL: Uma Ferramenta de Combate a Assimetrias Envolvendo Questões Culturais e Linguísticas .141

Luiz Manoel Pereira Filho – Sílvia Renata Ribeiro

CAPÍTULO 8 – SPANGLISH: Raízes e Definições.....162

Vicente Rodrigues de Oliveira Neto – Silvia Renata Ribeiro

PARTE III

HUMANIDADE, MIGRAÇÕES E INTERCULTURALIDADE

CAPÍTULO 9 – FLUXOS MIGRATÓRIOS: Da Primavera Árabe à Crise Humanitária Instalada na Europa175

Klebiane Queiroz Façanha – Kátia Ferreira Fraga

CAPÍTULO 10 – A RELAÇÃO TRABALHO-MIGRAÇÃO NO BRASIL: O Programa Mais Médicos219

Thiana Bezerra – Alyanne de Freitas Chacon

CAPÍTULO 11 – A CHINA E A GLOBALIZAÇÃO: Efeitos na cultura de negócios244

Monique Pinto Dantas – Roberto Vilmar Satur

APRESENTAÇÃO

A cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, é conhecida por abrigar o Ponto mais extremo das Américas, ou “o ponto mais oriental das Américas”, localizado na Praia da Ponta dos Seixas. É também na cidade de João Pessoa que está localizado o Campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde, há uma década, em uma iniciativa de professores do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), o bacharelado em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais foi criado como uma opção de formação de Ensino Superior aos interessados em aprender línguas estrangeiras sem o objetivo de se tornarem professores de idiomas, mas de usuários dessas línguas em suas atividades profissionais.

Iniciar esta apresentação com referência ao “ponto mais oriental das Américas” não só explica a escolha do título desta coletânea – *Uma Década de LEA-NI no Ponto Extremo das Américas* –, mas permite também ao leitor, à leitora, vislumbrar o caráter multi e interdisciplinar da formação em Línguas Estrangeiras Aplicadas: dentre as diversas áreas em que o profissional em LEA-NI UFPB pode atuar, Turismo é uma opção.

Passados dez anos da criação do curso de bacharelado em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais na Universidade Federal da Paraíba, apresentamos à comunidade acadêmica resultados de pesquisas desenvolvidas nesta primeira década, compilados nesta coletânea que se divide em dois volumes e demonstra a riqueza da formação, exemplificada com a diversidade de temas de pesquisa passíveis de investigação e de áreas de atuação do profissional LEA-NI UFPB no mercado de trabalho.

Este primeiro volume é intitulado *Interculturalidade* – termo cuja conceituação é variada e diversa, mas que se permite vislumbrar a partir de seu prefixo. *Inter* exprime as noções de posição média ou intermediária e reciprocidade; em outras palavras, ponto de encontro, relação de reciprocidade, interação. Isto considerado, neste volume, a

Interculturalidade se apresenta nos temas abordados por meio de línguas e/ou culturas e/ou povos em interação, tanto em diálogo, como em conflito.

Os capítulos estão divididos em três partes. A primeira parte é intitulada Trajetória LEA-NI UFPB e contém três capítulos. No primeiro capítulo, *Antes da Travessia Transatlântica: a criação da formação em 'Langue Étrangère Appliquée' (Lea) na França*, Pedro Paulo Nunes da Silva, egresso do Bacharelado em LEA-NI UFPB e professor substituto na área de LEA-NI, trata do surgimento da formação em Línguas Estrangeiras Aplicadas na França na década de 1970, apresentando as circunstâncias que levaram à criação do curso e discutindo aspectos relativos à formação e à evolução sobre o entendimento da formação no decorrer do tempo, não apenas em solo francês.

O segundo capítulo, intitulado *A Criação do Bacharelado em Línguas Estrangeiras Aplicadas na UFPB: passado, presente e futuro*, escrito por Kátia Ferreira Fraga, professora de Língua Francesa no Bacharelado em LEA-NI UFPB, retoma a origem do curso na França, apresenta a trajetória da formação em Línguas Estrangeiras Aplicadas no Brasil, revela-nos a criação e a transformação do curso na instituição e aborda, ainda, a mobilidade acadêmica internacional e seus impactos sobre a aprendizagem de línguas estrangeiras, finalizando com sua visão de novas perspectivas para o LEA-NI UFPB.

Concluindo a primeira parte, o terceiro capítulo, intitulado *Internacionalização em Casa, Extensão Universitária e Formação do Profissional LEA-NI: entrelaçando conceitos e práticas através do "Bem-Vindo! Projeto de Apoio à Integração do Estudante Internacional à Universidade Federal da Paraíba"*, redigido por Cláudia Caminha Rodrigues, professora de Língua Inglesa do Bacharelado em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais da UFPB, apresenta o projeto de extensão *Bem-Vindo!* e sua inter-relação com as demandas institucionais de internacionalização e a formação inicial do profissional de LEA-NI.

A segunda parte deste volume é intitulada "Línguas, Ensino e Interculturalidade" e reúne cinco capítulos, elaborados por egressos do Bacharelado em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais da UFPB em coautoria com professores orientadores em releituras e reescrituras de seus Trabalhos de Conclusão de Curso.

O quarto capítulo, primeiro desta segunda parte, aborda a língua portuguesa. Intitulado *A Internacionalização da Língua Portuguesa - aspectos, avanços e desafios*, é de autoria de Alexandre Caciano Pinheiro e Sílvia Renata Ribeiro, e debate a importância da língua portuguesa para a economia, o conhecimento científico e a integração nacional dos países em que figura como língua oficial, e o seu processo de internacionalização, com o interesse de outros países pelo idioma em seus aspectos linguísticos, políticos, sociais e econômicos.

No quinto capítulo, intitulado *As Necessidades Linguístico-Culturais de Futuros Negociadores Internacionais e a Construção de Disciplinas de Línguas Aplicadas aos Negócios no LEA-NI da UFPB*, Pedro Paulo Nunes da Silva e Kátia Ferreira Fraga analisam a estruturação das disciplinas espanhol, francês e inglês que se utilizam da abordagem do ensino de Línguas Estrangeiras Aplicadas para Fins Específicos na área dos negócios do LEA-NI UFPB com o objetivo de compreender como um egresso do LEA-NI UFPB pode se tornar apto a atuar como negociador plurilíngue.

O sexto capítulo, elaborado por Isabelle Carneiro Walmsley e Alyanne de Freitas Chacon, cujo título é *O Ensino Bilíngue Franco-Brasileiro no Nordeste do Brasil*, busca revelar a importância do ensino bilíngue e da língua francesa para profissionais que visam a atuar no cenário global, considerando o contexto da Escola Francesa de Natal.

No sétimo capítulo, *Línguas Estrangeiras Aplicadas ao Marketing Internacional: uma ferramenta de combate a assimetrias envolvendo questões culturais e linguísticas*, Luiz Manoel Pereira Filho e Sílvia Renata Ribeiro percebem o Marketing Internacional como um criador de oportunidades para a atuação do profissional de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais e discutem o papel das línguas estrangeiras aplicadas às estratégias de Marketing Internacional no acesso de empresas à sociedade e aos consumidores.

Encerrando a segunda parte, no oitavo capítulo, denominado *Spanglish: raízes e definições*, concebido por Vicente Rodrigues de Oliveira Neto e Sílvia Renata Ribeiro, discute-se a mescla resultante do uso concomitante dos idiomas inglês e espanhol nos Estados Unidos da América – *Spanglish* – socialmente delimitada a imigrantes *hispanohablantes* e seus descendentes.

A terceira parte deste primeiro volume da Coletânea *Uma Década de LEA-NI no Ponto Extremo das Américas* é denominada “Humanidade, Migrações e Interculturalidade” e contém três capítulos elaborados por egressos do Bacharelado em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais da UFPB a partir de seus Trabalhos de Conclusão de Curso, em coautoria com seus respectivos professores orientadores.

No nono capítulo, intitulado *Fluxos Migratórios: da Primavera Árabe à crise humanitária instalada na Europa* as autoras Klebiane Queiroz Façanha e Kátia Ferreira Fraga investigam fluxos migratórios, suas origens, impactos e reflexos na sociedade globalizada, com enfoque na Primavera Árabe.

No capítulo seguinte, Thiana Bezerra e Alyanne de Freitas Chacon tratam da questão migratória considerando o mundo do trabalho. O décimo capítulo intitula-se *A Relação Trabalho-Migração no Brasil: o programa Mais Médicos* e nele as autoras discutem teorias ligadas à reserva de mercado, o histórico e as políticas de imigração internacional no Brasil, e debruçam-se sobre o caso do programa governamental Mais Médicos e a contratação de profissionais estrangeiros altamente qualificados.

No décimo primeiro capítulo, *A China e a Globalização: efeitos na cultura de negócios*, Monique Pinto Dantas e Roberto Vilmar Satur apresentam aspectos da cultura de negócios chinesa modificados a partir da globalização cultural, a abertura do país para o mercado e o controle rígido do governo nacional.

A diversidade de temas apresentados nos onze capítulos deste primeiro volume da Coletânea *Uma Década de LEA-NI no Ponto Extremo das Américas* demonstra a multi e interdisciplinaridade do curso criado há uma década por um grupo de professores de línguas estrangeiras que decidiu navegar por outros mares e implantar um novo bacharelado na cidade que abriga, na Praia da Ponta do Seixas, “o ponto mais oriental das Américas”.

Para Amyr Klink, navegador e escritor brasileiro, o mar não é um obstáculo, mas um caminho. Esperamos leitor, leitora, que aprecie a leitura, navegando pelos mares do bacharelado em Línguas Estran-

geiras Aplicadas às Negociações Internacionais da UFPB e descobrindo os vários caminhos que o profissional LEA-NI pode percorrer ...

Cláudia Caminha Rodrigues

Assessora de Internacionalização do CCHLA - UFPB

PREFÁCIO

A obra “Uma década de LEA-NI no ponto extremo das Américas: Interculturalidade” inaugura a Coleção *Mediações Interculturais & Negociações Internacionais*, idealizada com o objetivo de comemorar a primeira década do curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais (LEA-NI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Além de registrar historicamente a criação e desenvolvimento do curso, o livro materializa parte importante da produção acadêmica de seus docentes e discentes, expandindo o alcance dessa produção também a leitores e leitoras fora dos círculos acadêmicos.

Como professora que fez parte do corpo docente de Línguas Estrangeiras que deu início ao curso na UFPB, ser leitora privilegiada dos textos que compõem esse primeiro volume da Coleção e prefaciá-lo são motivos de honra, além de orgulho e satisfação de testemunhar o trabalho empenhado de docentes e discentes do LEA-NI na construção do curso e no desenvolvimento das pesquisas nessa década.

O LEA, bacharelado com foco no uso das línguas estrangeiras em contextos profissionais diversos, prevê uma formação essencialmente interdisciplinar, o que, na prática, se torna desafiador em vários sentidos. Que profissional é esse que o curso de LEA forma? Como se define sua identidade profissional? Que desafios se apresentam quando se tem uma formação que conjuga várias áreas do conhecimento e oferece, ao graduando, tantas oportunidades de escolha na definição do seu percurso formativo? Que possibilidades se apresentam em termos de atuação profissional e investigação

acadêmica? A leitura dessa obra nos indicará caminhos para construirmos as respostas.

Nos três primeiros capítulos, que compõem a “Parte I: Trajetória LEA-NI UFPB”, de autoria de Pedro Paulo Nunes da Silva, de Kátia Ferreira Fraga e Cláudia Caminha Rodrigues, respectivamente, o/a leitor/a será apresentado/a às origens francesas do curso de LEA; aos percursos formativos, que focalizam o plurilinguismo e a interculturalidade, além da escolha de áreas diversas de atuação profissional; à criação do LEA no Brasil; à criação do LEA-NI na UFPB, caminhos percorridos, desafios e perspectivas nas esferas profissional, acadêmica e da extensão.

Na segunda parte do livro, intitulada “ “Línguas, Ensino e Interculturalidade”, entramos em contato com alguns dos temas tratados em Trabalhos de Conclusão de Curso. Os autores e autoras discutem questões relacionadas à internacionalização da Língua Portuguesa; avaliam a construção das disciplinas de Línguas para Fins de Negócios no âmbito do LEA-NI UFPB; apresentam discussões sobre o ensino bilíngue Franco-Brasileiro no nordeste brasileiro; investigam o campo das Línguas Estrangeiras Aplicadas ao Marketing e analisam fenômenos como *SpanGLISH*.

Sob o título “Humanidade, Migrações e Interculturalidade”, a terceira parte da obra ratifica as várias possibilidades de pesquisa e atuação proporcionadas pelo LEA-NI, apontando para a complexidade da formação do profissional egresso desse curso. Os textos trazem à tona questões que incluem fluxos migratórios, voltando-se para a Primavera Árabe e a crise humanitária na Europa; um olhar para o programa “Mais Médicos” a partir da relação trabalho-migração; e reflexões sobre efeitos na cultura de negócios da China no contexto de globalização.

Enfim, é possível observar a riqueza e multiplicidade das investigações propostas, focalizando as línguas, aspectos da interculturalidade, de políticas linguísticas e de internacionalização, dos

Direitos Humanos, entre tantas outras questões relevantes não apenas para a academia, mas também para a sociedade em geral. Convido, assim, o/a leitor/a a conhecer o LEA-NI UFPB, através dos textos deste volume, desejando vida longa e produtiva ao LEA-NI UFPB!

Profa. Dra. Mariana Pérez Gonçalves da Silva
Departamento de Letras Estrangeiras Modernas
Universidade Federal da Paraíba

PARTE I

TRAJETÓRIA LEA-NI UFPB

CAPÍTULO 1

ANTES DA TRAVESSIA TRANSATLÂNTICA: A Criação da Formação em *Langue Étrangère Appliquée* (LEA) na França

Pedro Paulo Nunes da Silva¹

A formação em *Langue Étrangère Appliquée* (LEA) parece denunciar em sua própria nomenclatura o propósito pelo qual nasceu, porém ao mesmo tempo pode permitir uma percepção muito generalizante, confundindo-se por vezes com cursos que historicamente são tidos como formações que se contrapõem aos objetivos dos cursos em LEA, como as graduações em Letras, pois enquanto aqueles estão atrelados a um âmbito profissionalizante, interdisciplinar e com formação de egressos plurilíngues; estas têm por finalidade a formação de professores, acadêmicos ou pesquisadores em áreas como linguística, literatura e estudos tradutológicos ou culturais. Essa distinção, por conseguinte, não somente existe, bem como foi um dos motivos que impulsionou a criação do LEA na França.

Na década de 1970, o continente europeu já tinha presenciado a criação e o estabelecimento de comunidades europeias que tinham por propósito o estreitamento das relações internacionais em diversas ins-

¹ Mestrando em Letras (Tradução e Cultura) pelo PPGL/UFPB. Especialista em Ensino de Língua Inglesa pela UCAM. Bacharel em LEA-NI pela UFPB. Professor auxiliar substituto, na área de LEA e Tradução, no Departamento de Mediações Interculturais da UFPB (2018-2019). E-mail: pedrooluap@hotmail.com

tâncias, promovendo o surgimento, por exemplo, da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, pelo Tratado de Paris (1951); da Comunidade Europeia da Energia Atômica e da Comunidade Econômica Europeia, ambas pelo Tratado de Roma (1957). Com isso, a Europa testemunhava a integração constante entre os países membros dessas comunidades, o que impulsionou futuramente o mesmo movimento de aproximação entre outros territórios desse continente até culminar na criação da atual União Europeia: uma comunidade político-econômica que contém atualmente 28 Estados-membros e diversas línguas oficiais.

Em vista de tudo isso, é nessa década de 1970 e com esse cenário em vista que a formação em LEA nasceu por meio de um decreto ministerial: “la filière fut créée par décret ministériel en 1973 et complétée en 1977 afin de faire face à cette arrivée massive de bacheliers de niveau moyen et peu motivés par une carrière d’enseignant” (CROSNIER, 2002, p. 2). De modo semelhante, Émilie Clauzure (1998, p.1) cita a criação do LEA na Université de Limoges: “les filières LEA ont été créées, à un moment particulier, il y a environ une vingtaine d’années (1973-74 pour Limoges), alors que l’idée d’Europe, de marché unique européen, se dessinait avec plus de précision, et d’urgence, dans les esprits”.

A partir da breve citação de Elizabeth Crosnier (2002) mencionada anteriormente, percebe-se que a oferta do governo francês foi de uma formação que se distanciava dos cursos para formação de professores e de pesquisadores de línguas ou literaturas estrangeiras e que, ademais, estivesse aliada a uma demanda relativa ao crescente número de pessoas pouco motivadas a serem docentes, por consequência, o decreto do governo francês instituiu os cursos de nível superior em Langue Étrangère Appliquée com as seguintes características:

Il était prévu une formation professionnalisante, interdisciplinaire, incluant deux langues étrangères permettant de fonctionner efficacement en entreprise, et des matières appliquées sans mention précise, donc un tronc commun et une certaine marge de manoeuvre pour les options (CROSNIER, 2002, p. 2).

Entretanto, é inegável a semelhança em algum nível com a formação com a qual o curso em LEA nasceu para se distinguir, pois Clazure (1998, p. 1, grifo da autora) afirma que “la création de LEA, en revanche, a correspondu à un désir et à un besoin de professionnalisation pour la société ‘civile’ avec le souci qu’existent à tout moment des passerelles et des possibilités de réorientation vers la filière dont elle se distinguait”. A fim de orientar postulantes aos cursos em LEA e distinguir esta formação com as graduações voltadas para as carreiras de docência ou de pesquisa em línguas ou literaturas estrangeiras, no site da Association Nationale des Langues Etrangères Appliquées (ANLEA), há uma seção que alerta:

En effet, il peut être argumenté que la licence LEA – grâce à sa pluridisciplinarité – représente une bonne, voire très bonne, préparation à l’entrée à l’IUFM pour de futurs professeurs des écoles, qui seront appelés par la nature même de l’enseignement du premier degré à être polyvalents. En revanche, une licence LEA n’est pas un bon tremplin pour préparer ensuite les concours du second degré; préférez pour ceci une inscription en licence de langues et civilisations étrangères (ANLEA, 2019).

A preocupação em criar um curso no âmbito universitário/acadêmico, aliado a aspectos de uma formação profissionalizante e em consonância com o ensino-aprendizagem de ao menos duas línguas estrangeiras fez surgir os cursos em LEA, o que, por sua vez, implicou em alguns aspectos negativos para essa formação acadêmico-profissionalizante (CROSNIER, 2002; FRAGA, 2017), assim como exemplificado a seguir.

Malgré l’existence d’un tronc commun (composé généralement des disciplines suivantes: deux langues minimum; économie; droit du travail, des affaires, commercial etc.; civilisations/cultures des langues étudiées; communication; informatique; comptabilité; management), cette filière n’est pas valorisée en raison de la contradiction entre formation académique et formation professionnelle. D’après les mots de Crosnier, “elle est souvent perçue comme une formation ‘touche-à-tout’”. C’est comme si les professionnels de ce domaine n’avaient pas d’identité professionnelle (FRAGA, 2017a, p. 61, grifo da autora).

Contudo, pode-se também afirmar que a percepção de hoje sobre a formação em LEA tenha mudado em alguma medida, tendo em vista a internacionalização do espaço europeu e a evolução do mercado (CLAUZURE, 1998; CROSNIER, 2002; FRAGA, 2017), uma vez que há uma necessidade constante por profissionais que sejam capazes de se comunicarem em línguas estrangeiras, compreendam as relações socioculturais presentes no mundo globalizado de hoje e interajam adequadamente nas mediações interculturais que venham a realizar, o que, no que lhes concernem, os egressos em LEA podem prontamente oferecer ao mercado de trabalho. A formação em LEA na França, embora tenha sido criada há algumas décadas, tem se reinventado para atender às demandas da “sociedade civil” (CLAUZURE, 1998), ou seja, tanto dos futuros discentes quanto do mercado de trabalho do século XXI.

A associação universitária ANLEA, “*créée en 1972 afin de représenter, de promouvoir et de fédérer les formations françaises en Langues Etrangères Appliquées*” (ANLEA, 2019), expõe em seu site oficial, no primeiro artigo da sua carta (símbolo do acordo constitutivo dessa instituição e que versa sobre os cursos em LEA na França), que o curso de *Lingue Étrangère Appliquée* tem por objetivo uma formação universitária, profissional, pluridisciplinar, teórica, prática e integrada com o mercado de trabalho. Além disso, o mesmo site descreve que

La licence Langues Étrangères Appliquées (LEA) est habituellement une mention d’une licence de langues ou de langues et lettres. Elle ne doit pas du tout être confondue avec la formation classique en “langues vivantes”, la licence langues et civilisations étrangères (LCE). C’est une filière à finalité professionnelle qui forme en trois ans de futurs cadres trilingues spécialisés en économies et commerce international, ou dans une des spécialités LEA offertes dans certaines universités en complément du cursus LEA classique.

Até o ano de 2018, participavam da ANLEA quase 50 instituições francesas ofertando cursos em LEA, o que não significa dizer que essas fossem os únicos départements ou unités de formation et de re-

cherche des Langues Etrangères Appliquées (UFR LEA) a oferecerem essa formação. A presença do LEA na França é abrangente em todo o território nacional com mais de 36.000 alunos inscritos (CROSNIER, 2002), o que pode ter um forte aumento se este dado for atualizado. Esse cenário difere-se muito do que é percebido no Brasil, onde ainda é incipiente a oferta, ainda que a demanda do mercado por essa área do conhecimento possa ser grande. Ademais, dezenas de universidades francesas disponibilizam não somente as graduações em LEA (licença), como também pós-graduações (masters LEA), as quais oferecem aos egressos a possibilidade de continuar os estudos acadêmico-profissionalizantes nas inúmeras áreas correlatas presentes na formação em LEA.

A pertinência da formação em Langue Étrangère Appliquée é incontestável perante as necessidades do mercado de trabalho, dos desejos de jovens que almejam trabalhar como negociadores internacionais e/ou interculturais, além das lacunas que outras formações acadêmicas e profissionalizantes podem não preencher, diante disso, cabe observar que os cursos de LEA não poderiam se restringir geograficamente à França.

Atualmente, além da França, outros países possuem instituições universitárias com profissionais (professores e pesquisadores) lotados em departamentos ou em outras unidades responsáveis, exclusivamente ou de maneira compartilhada, para a formação em LEA. Em função disso, criou-se a Association Internationale des Langues Etrangères Appliquées (AILEA) para congregar e representar diversas instituições internacionais que tenham ao menos a formação profissional de nível superior em LEA (niveau licence, B.A. level ou nivel de la diplomatura), a qual infelizmente ainda não inclui todas, mas abrange membros de universidades provenientes de diversas localidades, a saber: Afeganistão, Alemanha, Bulgária, Líbano, Marrocos, Moldávia, Romênia, Rússia e Brasil.

Por volta dos 500 anos da colonização do Brasil pelos portugueses, os franceses também fizeram uma travessia transatlântica, sem, contudo, haver intenções de subjugar um povo, mas de oferecer o que

de melhor poderia ocorrer nas relações franco-brasileiras, a qual, após séculos de interações e que nos últimos tempos viu surgir cada vez mais uma correspondência amistosa e frutífera mútua, presenteia o Brasil com uma formação no âmbito universitário. Decorridos alguns anos de diálogos contínuos, na virada do século XXI (de 1999 a 2003), entre a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e a recém-criada Université de La Rochelle, nasceu o bacharelado em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais (LEA-NI), em Ilhéus, na Bahia (VOISIN, 2015).

Na UESC, a formação em LEA tomou para si uma nomenclatura precisa e explícita para qual área os egressos dessa nova graduação estariam aptos a atuar, entretanto, sem restringi-la dado o currículo multilíngue (três línguas estrangeiras além do português como língua materna) e interdisciplinar do LEA-NI dessa instituição universitária, assumindo, pois, características franco-brasileiras, mas que não perde de vista a contínua adaptação intercultural do seu projeto pedagógico à realidade geográfica, cultural e linguística presentes no Brasil.

Semelhantemente, outras graduações em LEA foram criadas em território brasileiro e sempre observando uma nomeação específica e um currículo profissionalizante, acadêmico, intercultural, multilíngue, interdisciplinar e diligente com a realidade/necessidade do mercado de trabalho brasileiro. Fruto da cooperação interinstitucional entre a UESC e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), surgiu, em 2009, o segundo curso em LEA-NI.

Tout au long de ces années, des professeurs de l'Université Fédéral du Paraíba ont participé à ces rencontres [groupes de travail et workshops et professeurs de l'Université de La Rochelle à l'Université de Santa Cruz] avec l'envie d'offrir la même formation dans l'institution, envie qui n'a pu se concrétiser qu'avec l'aide du Programme de soutien à la restructuration et expansion des universités fédérales (REUNI) (FRAGA, 2017b, p. 68).

Em 2010, a Universidade de Brasília criou o terceiro curso em LEA: o bacharelado em Línguas Estrangeiras Aplicadas ao Multilin-

guismo e à Sociedade da Informação (LEA-MSI). Em 2014, por enquanto a última instituição brasileira a conceber essa formação, foi a vez do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) a oferecer a versão mais proeminente até então dessa graduação no Brasil: o bacharelado em LEA-NI.

Apesar da realidade educacional brasileira exigir maior atenção do governo e da sociedade, quatro instituições de ensino superior públicas brasileiras (uma estadual e três federais) continuam a obter benefícios e vantagens dessa travessia transatlântica da formação e da pesquisa em Langue Étrangère Appliquée. Então, que os bons ventos tragam mais décadas produtivas a essas instituições e a todas as outras que eventualmente irão acolher essa formação!

REFERÊNCIAS

ANLEA. *Association Nationale des Langues Etrangères Appliquées*. Disponível em: <<https://anlea.org/>>. Acesso em: 18 mai. 2019.

CLAUZURE, Émilie. Du marché unique à la monnaie unique LEA: une formation pratique », *ASp – La revue du GERAS*, Bordeaux, n. 19-22, 1998, p. 261-281. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/asp/2858>>. Acesso em: 18 mai. 2019.

CROSNIER, Elizabeth. De la contradiction dans la formation en anglais Langue Étrangère Appliquée (LEA). *ASp – La revue du GERAS*, Bordeaux, n. 35-36, 2002, p. 157-166. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/asp/1565>>. Acesso em: 18 mai. 2019.

FRAGA, Kátia Ferreira. La Filière Langues Étrangères Appliquées au Paraíba: réussites et défis pour le français. *Synergies Brésil Revue du GERFLINT – Territoires et expériences de la francophonie en Amérique du Sud et ailleurs*, Sylvains-lès-Moulins, n. 12, 2017a, p. 59-68. Disponível em: <http://gerflint.fr/Base/Bresil12/numero_complet.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2019.

_____. L'enseignement du FOS/FOU a l'Université Fédéral du Paraíba: réalité et défis. In: GALLI, Joice Armani; BOUCHONNEAU, Nadège (Org.). *Le FOS et le FOU au Nord-Est du Brésil: quel avenir?* Recife: Editora UFPE, 2017b. p. 65-73.

VOISIN, Jane Kátia Mendonça Badaró. Prefácio. In: PERTEL, Tatianny; MOURA, Tician Grecco Zanon (Org.). *LEA 10 anos de Brasil*. Ilhéus: Editus, 2015.

CAPÍTULO 2

A CRIAÇÃO DO BACHARELADO EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS APLICADAS NA UFPB: Passado, Presente e Futuro

Katia Ferreira Fraga¹

2.1 INTRODUÇÃO

A comemoração dos dez anos de existência do curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba se concretiza com uma publicação reunindo artigos de docentes e estudantes que contam, através de trabalhos de conclusão de curso, relatos de experiência e pesquisas acadêmicas, um pouco do percurso dessa formação interdisciplinar e do trabalho realizado desde sua criação. A mim coube narrar o que antecedeu a criação do LEA-UFPB, os primeiros anos de vida, as mudanças necessárias e os projetos para o futuro. Que o relato possa esclarecer o que é o curso LEA e inspirar novas formações.

2.2 A ORIGEM NA FRANÇA

Ao longo dos anos 70, após as contestações de maio de 68, surge a formação *Langues Etrangères Appliquées* (LEA). O projeto do governo francês consistia em dar lugar a novas formações que respondessem à chegada de inúmeros estudantes desinteressados pela carreira

¹ Doutora em Letras (na área de Estudos da Linguagem) pela UFF (2005). Professora de língua francesa no Departamento de Mediações Interculturais da UFPB. Foi Coordenadora do LEA-NI, Vice-Coordenadora e Chefe do DLEM da UFPB. Coordena o intercâmbio no Curso LEA-NI da UFPB. Desenvolve pesquisas sobre o ensino-aprendizagem de FLE, FOS e FOU, entre outras áreas. E-mail: kfraga@globocom

docente e em busca de uma formação que abrisse portas para o mercado de trabalho em um momento de crise e de desemprego. Essa formação se dirigia aos estudantes que desejavam aprender e se especializar nas línguas estrangeiras e, ao mesmo tempo, se preparar para atividades profissionais que não estivessem associadas ao ensino e à pesquisa literária ou linguística. A formação LEA lhes oferecia a possibilidade de estudar línguas dentro de uma perspectiva profissionalizante para atuação nos setores público, privado e da sociedade civil. Na França, trata-se de uma formação pluridisciplinar em três anos de estudo, com pelo menos duas línguas estrangeiras com nível de proficiência equivalente e disciplinas de aplicação ligadas diretamente ao mundo econômico-empresarial (economia, direito, análise financeira, marketing, turismo, tradução...) representando um terço da formação. A fim de melhor descrever essa formação, citamos a seguir um trecho do artigo de Elisabeth Crosnier, professora-pesquisadora do Laboratoire Inter-Universitaire de Recherche en Didactique LANSAD (LAIRDIL), na Universidade Paul Sabatier, Toulouse III:

Segundo o Ministério, o objetivo consiste em formar, na universidade, linguistas generalistas polivalentes, adaptáveis, que saibam usar suas competências em um ambiente profissional no qual as línguas estrangeiras são indispensáveis. Uma análise do mercado permite ter uma ideia das necessidades dos estudantes. Sabendo que a universidade foca essencialmente no saber e no saber pensar e que o ambiente profissional foca o saber fazer, nosso objetivo consiste em determinar em que medida a formação em inglês LEA consegue integrar esses dois eixos, que não devem ser considerados contraditórios, mas sim complementares (...) Com exceção de algumas formações, a dimensão profissionalizante acontece no mestrado.(...)²

² Ao longo deste capítulo, as citações em francês têm tradução nossa: Selon le Ministère, l'objectif consiste à former à l'université des linguistes généralistes polyvalents, adaptables, mettant à profit leurs compétences dans un environnement professionnel où les langues étrangères sont indispensables. Au vu des débouchés, il est possible de dresser un rapide aperçu des besoins des étudiants. Sachant que l'université mise essentiellement sur le savoir et le savoir penser, et l'environnement professionnel sur le savoir-faire, notre objectif consiste à déterminer dans quelle mesure la formation en anglais LEA parvient à intégrer ces deux axes, lesquels ne doivent pas être perçus comme antinomiques mais complémentaires (...) À l'exception de quelques sections, la dimension professionnalisante intervient en

Desde sua criação, a formação LEA se expandiu e atualmente está presente em, pelo menos, cinquenta universidades francesas. No entanto, seu caráter generalista e a autonomia dada às instituições na escolha das disciplinas a ofertar recebem muitas críticas. Apesar da existência de um tronco comum, composto geralmente pelas seguintes disciplinas: duas línguas estrangeiras (LE), economia, direito comercial, dos negócios, cultura dos países das LE presentes no currículo, comunicação, informática, gestão, turismo, contabilidade, essa formação não é valorizada em função da contradição entre formação acadêmica e formação profissional. Segundo as palavras de Crosnier, “elle est souvent perçue comme une formation « touche-à-tout », ou seja, é como se os profissionais LEA não tivessem uma identidade profissional.

Graças à internacionalização e à evolução do mercado, as empresas começaram a valorizar essa formação pluridisciplinar que põe em foco o plurilinguismo e a interculturalidade. Essa nova formação viria responder aos objetivos propostos pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)³ que, no documento *L'économie fondée sur le savoir*, de 1996, defendia por um lado “a economia do conhecimento”, isto é, a valorização do conhecimento com a finalidade de se beneficiar das atividades econômicas em um mercado livre e dinâmico e, por outro lado, a promoção do plurilinguismo, a fim de ajudar na comunicação entre pessoas dos quatro cantos do mundo. Ao longo de todo o texto, encontramos referências ao papel das universidades na promoção da pesquisa e também na formação de uma mão de obra qualificada para um mundo em busca de inovação.

O sistema científico, e particularmente as universidades, ocupa um lugar central na formação de pesquisadores da qual a economia baseada no conhecimento precisa. (...) O sistema científico tem então a difícil tarefa de conciliar o papel que lhe cabe na criação de conhecimentos, papel que é mais importante ainda na economia baseada no conhecimento, e sua função de transmissão do conhecimento ou sua missão educativa. Muitos são os que pensam que a missão primeira da universidade é a de formar, de

maîtrise. (...).

³ <http://www.oecd.org/fr/sti/sci-tech/1913029.pdf> (consultado em 14/09/2015)

renovar e de aumentar, para as necessidades das sociedades modernas, o stock de indivíduos que incorporem os conhecimentos acumulados e a aptidão para resolver problemas. O fato das universidades participarem igualmente, em níveis diversos de acordo com os países da OCDE, da criação de novos conhecimentos, poderia aparecer como um produto secundário ou associado à sua missão educativa. Na prática, as universidades organizam a condução de seus trabalhos de pesquisa em torno de sua missão educativa, através de importantes tarefas de pesquisa dadas a seus estudantes e a participação deles em atividades técnicas. (...) Na economia do conhecimento, o sistema científico deve estabelecer não apenas um equilíbrio entre suas funções de produção do conhecimento (pesquisa) e a difusão do conhecimento (ensino e formação), mas também com sua terceira missão de transferência de conhecimento para os atores econômicos e sociais, principalmente para as empresas que terão que explorá-lo. (1996 :23).⁴

O grande desafio da formação LEA seria o de conciliar o mundo do trabalho e o universo acadêmico, dois mundos, em princípio, de características opostas. Ainda que os contrastes existam, segundo dados de Crosnier em 2002, mais de 36000 estudantes escolheram esse percurso de estudos e, com certeza, um levantamento atual mostraria que esse número é bem maior, principalmente pela abertura de cursos LEA internacionalmente, como em Portugal, Romênia, Marrocos, Rússia,

4 Le système scientifique, et tout particulièrement les universités, occupe une place centrale dans la formation du corps de chercheurs dont l'économie fondée sur le savoir a besoin. (...) Le système scientifique a donc la lourde tâche de concilier le rôle qui lui revient dans la création de connaissances, rôle qui est plus important encore dans l'économie fondée sur le savoir, et sa fonction de transmission du savoir ou sa mission éducative. Nombreux sont ceux qui pensent que la mission première de l'université est d'instruire, de renouveler et d'accroître, pour les besoins des sociétés modernes, le stock d'individus incarnant les connaissances accumulées et les aptitudes à résoudre les problèmes. Le fait que les universités participent également, à des degrés divers selon les pays de l'OCDE, à la création de connaissances nouvelles, pourrait apparaître comme un produit secondaire ou conjoint de leur mission éducative. Dans la pratique, les universités organisent la conduite de leurs travaux de recherche autour de leur mission éducative, à travers les importantes tâches de recherche qu'elles confient à leurs étudiants et leur participation à des activités techniques. (...) Dans l'économie du savoir, le système scientifique doit établir un équilibre non seulement entre ses fonctions de production du savoir (recherche) et de diffusion du savoir (enseignement et formation), mais également avec sa troisième fonction de transfert des connaissances aux acteurs économiques et sociaux, en particulier aux entreprises, qui auront à les exploiter. (1996 :23).

Líbano, Egito, Bulgária e Brasil. No site da Associação Internacional de Línguas Estrangeiras Aplicadas (AILEA, <http://anlea.org/AILEA/universites-partenaires>), fundada em junho de 2009, em Paris, encontra-se uma lista com cerca de quinze universidades no mundo nas quais existem formações LEA.

2.3 A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO LÍNGUAS ESTRANGEIRAS APLICADAS NO BRASIL

Em 1999, a Universidade Estadual de Santa Cruz, em Ilhéus, Bahia, organizou um evento acadêmico internacional no âmbito das comemorações dos 500 anos da chegada dos europeus ao litoral do estado da Bahia, o Forum Internacional de História e Cultura no Sul da Bahia: os povos na formação do Brasil. Nessa ocasião, um grupo de pesquisadores da Universidade de La Rochelle, assim como uma delegação diplomática francesa, identificaram semelhanças entre as duas instituições, tais como a dimensão espacial, as áreas de conhecimento e pesquisas e os compromissos regionais. As duas instituições esboçaram um acordo de cooperação geral que levou à criação do curso LEA na universidade de Santa Cruz. O que era interessante na estrutura do LEA La Rochelle era a proposta de formação segundo critérios geopolíticos: um percurso de estudos voltado para a região Ásia-Pacífico e outro voltado para as Américas. Na verdade, a universidade francesa objetivava encontrar novos parceiros graças aos quais os estudantes de La Rochelle pudessem partir em mobilidade acadêmica para praticar as línguas estrangeiras, no caso o português, e/ou realizar seus estágios. Entre 1999 e 2003, data de criação da primeira turma LEA em Santa Cruz, um calendário de reuniões e de workshops foi criado para discutir a formação, tendo como grupo de trabalho não somente os adidos de cooperação cultural da Embaixada da França, a equipe da UESC, a de La Rochelle, mas também professores de outras instituições brasileiras e sul-americanas convidadas a participar e conhecer essa nova formação, interessados em criar esse mesmo curso em suas universidades de origem.

Foi a partir das reuniões realizadas em Ilhéus que a diretora do Departamento de Letras estrangeiras Modernas (DLEM) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em 2001, interessou-se pelo pré-projeto do primeiro curso LEA no Brasil. A partir desse encontro, uma comissão departamental foi criada para analisar a possibilidade de instituir essa nova formação na UFPB, tendo em vista que mais de 50% das disciplinas a serem ofertadas seriam asseguradas pelo departamento e que as disciplinas restantes corresponderiam a áreas do conhecimento já presentes em diferentes departamentos e centros do Campus I da universidade. Além disso, essa formação oferecia novas possibilidades de aplicação para as línguas estrangeiras, com novas abordagens e experiências. Em 2002, dois representantes da comissão de elaboração do pré-programa pedagógico do LEA-UFPB participaram de um segundo workshop em Ilhéus a fim de apresentar um esboço de projeto quando de seu retorno à UFPB. O projeto não pôde se concretizar por falta de professores para assumir uma grande quantidade de disciplinas. Somente com a criação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), incluído no Plano de Desenvolvimento da Educação do governo federal, em 2007, o pré-projeto foi retomado e discutido a fim de instaurar a formação LEA na UFPB. No segundo semestre de 2009, um primeiro grupo de estudantes se inscreveu no curso e os primeiros professores, admitidos por concurso para constituírem a equipe de LE, começaram a trabalhar entre março e abril de 2010. A formação dessa equipe de línguas para fins específicos proporcionou reflexões e ajustes sobre a metodologia a ser adotada para responder às exigências de um fluxograma de curso que previa:

Quadro 1: Exigências do fluxograma de curso

Espanhol	240 h do 1º ao 4º semestre + 135h de espanhol para fins específicos (turismo/negócios/jurídico)
Francês	300h do 1º ao 4º semestre + 180h de francês para fins específicos (turismo/negócios/jurídico)
Inglês	300h do 1º ao 4º semestre + 180h de inglês para fins específicos (turismo/negócios/jurídico)

Nenhum conhecimento prévio em língua estrangeira é exigido do estudante, o que torna o trabalho um verdadeiro desafio: fazer com que os alunos desenvolvam uma competência de comunicação em três línguas estrangeiras antes de entrar nas áreas específicas do mundo profissional. O objetivo de formar, na universidade, falantes trilíngues, profissionais generalistas, polivalentes, capazes de se adaptar a contextos variados de trabalho e ao mesmo tempo sensíveis à diversidade cultural, exige do professor de línguas muito mais do que um conhecimento linguístico ou a compreensão e experiência em didática das línguas.

Em termos de pedagogia universitária, os objetivos da formação dos estudantes do século XXI se orientam claramente em direção ao desenvolvimento do espírito crítico, à competência de autonomia de aprendizagem, à responsabilidade assumida, ou seja, tudo o que organiza uma cabeça bem feita (Montaigne, 1580). O desafio não está mais na acumulação de maior quantidade de conhecimentos possíveis mas no saber encontrar as informações pertinentes no momento certo e utiliza-las corretamente em uma dada situação, não apenas para si mesmo, mas para interagir com outros em escaá mundial. (POTEAUX, 2012, p. 69)⁵

É nessa realidade bem descrita por Poteaux (2012) que se insere a formação LEA. Desde a criação do curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais na UFPB, duas outras instituições decidiram abrir uma formação LEA: a Universidade de Brasília, cuja formação visa o multilinguismo e a sociedade de informação, e o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), no Rio de Janeiro, que oferece também uma formação LEA na área das negociações internacionais. Essa liberdade de currículo pode ser um aspecto bem positivo, com as instituições podendo definir as disciplinas de aplicação de

⁵ En termes de pédagogie universitaire, les finalités de la formation des étudiants du 21ème siècle s'orientent ostensiblement vers le développement de l'esprit critique, de compétence d'autonomie d'apprentissage, de prise de responsabilité, en un mot tout ce qui organise une tête bien faite (Montaigne, 1580). Le défi se situe non plus dans la rétention du plus grand nombre de savoirs possibles mais dans le savoir trouver les informations pertinentes au bon moment et les utiliser à bon escient dans une situation donnée, et, en outre, non plus pour soi seul, mais pour interagir avec d'autres à l'échelle mondiale.

acordo com as áreas de conhecimento e de atuação, mas ela se torna uma desvantagem se considerarmos que para a academia e o mundo empresarial, a área de formação deve ser bem definida: é necessário deixar claro que profissionais estão se formando. Um profissional LEA não é um tradutor, nem um advogado, nem um administrador... Ele atravessa áreas do conhecimento utilizando as línguas estrangeiras sem, no entanto, ser um especialista. Essa problemática de formação “não definida” se verifica até no momento de avaliação da formação dos alunos junto ao Ministério da Educação que, desde 2004, instituiu o Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE), cujo objetivo é o de avaliar as competências adquiridas pelos estudantes ao longo de seus estudos. Esse exame é obrigatório para todas as graduações e serve como critério de avaliação dos cursos em âmbito nacional. O problema que se coloca em relação ao bacharelado LEA é que os alunos atravessam diferentes campos do conhecimento e torna-se praticamente impossível para o MEC definir a área do exame: inglês? francês? espanhol? economia? direito? Enfim, esta é uma questão a esclarecer. E não é a única.

2.4 DA CRIAÇÃO À TRANSFORMAÇÃO

Por ser uma formação inovadora, interdisciplinar e interdepartamental, houve grande dificuldade de compreensão, por parte da equipe de professores envolvidos no curso, do trabalho a realizar, do conteúdo a ser ensinado e de como tais conteúdos se relacionariam com as línguas estrangeiras.

Na França, encontramos muitas pesquisas e publicações sobre o ensino de línguas para as formações não linguísticas, principalmente no campo de línguas para especialistas de outras disciplinas (LANSAD). Se a formação LEA não se insere completamente nessa área, uma vez que ela não se relaciona a nenhuma especialidade específica, podemos aproximá-la do setor LANSAD porque os estudantes desses dois ramos do conhecimento não são especialistas em línguas. Os questionamentos que daí resultam, referem-se não apenas à preparação do

material e à metodologia a ser utilizada nas aulas, mas principalmente a tudo o que envolve a formação de professores de línguas nesse campo. Mariella Causa et Martine Derivry-Plard (2013, p. 98) ressaltam aspectos importantes do trabalho do professor de línguas que tem que exercer sua profissão com especialistas de outras áreas.

(...) uma outra característica do setor LANSAD refere-se às expectativas irrealistas da instituição e da sociedade civil em relação aos professores de línguas. Como salientamos na introdução, se eles são, antes de tudo, professores de línguas, mas uma língua com fins acadêmico-profissionais, eles ensinam a língua no contexto de uma/várias matérias das quais não são especialistas. De certa forma, eles se situam como “terceiro homem” (Authier-Revuz, 1982:39), tendo que ser o elemento de ligação entre a língua, o especialista da disciplina e seu público. Presume-se, então, que o “terceiro homem” representa a “mediação” (Lévy; Zarate, 2003) entre esses três polos. Consequentemente, as dificuldades práticas residem na falta de formação nas diferentes disciplinas nas quais o professor de línguas se forma e deve ser o mediador.⁶

Porém, a questão das línguas no LEA-UFPB vai além da discussão sobre o *terceiro homem*, apresentado na última citação, e passa pelas crenças em relação à aprendizagem de línguas. Se retomarmos a figura 1 apresentada na seção anterior, vemos que a carga horária das disciplinas de língua espanhola é menor do que as horas de língua inglesa e língua francesa, o que deixa transparecer que a equipe que concebeu o curso acreditava que se aprende mais facilmente o espanhol do que os outros idiomas. Segundo Barcelos (2006:18), as crenças relativas ao ensino-aprendizagem de línguas são:

6 (...) une autre caractéristique du secteur LANSAD concerne les attentes irréalistes de l’institution et de la société civile vis-à-vis des enseignants de langues. Comme nous l’avons souligné en introduction, s’ils sont avant tout des enseignants de langues, mais d’une langue à «visée académico-professionnelle», ils enseignent la langue dans le contexte d’une/de plusieurs matière(s) dont ils ne sont pas spécialistes. Ils se situent ainsi en quelque sorte sur le plan linguistique en tant que «troisième homme» (Authier-Revuz, 1982 : 39) devant être le trait d’union entre la langue, le spécialiste de la matière et son public. Le « troisième homme » est, de ce fait, censé représenter la « médiation » (Levy ; Zarate, 2003) entre ces trois pôles. Les difficultés pratiques résident dès lors dans le manque de formation aux diverses matières dont l’enseignant de langues se fait et se doit d’être le médiateur.

como uma forma de pensamento, como construções da realidade, maneiras de ver e perceber o mundo e seus fenômenos, co-construídas em nossas experiências e resultantes de um processo interativo de interpretação e (re)significação. Como tal, crenças são sociais (mas também individuais), dinâmicas, contextuais e paradoxais.

E a autora ressalta que as crenças exercem grande influência nas ações, seja através de uma relação de causa-efeito ou de uma relação interativa, onde crença e ação se influenciam mutuamente. Essa relação dinâmica também nos permite refletir sobre decisões tomadas em momentos e contextos específicos. Por isso mesmo, em 2017, no novo projeto pedagógico do curso, todas as disciplinas de língua possuem a mesma carga horária de aulas, uma vez que a equipe de professores não compreende a aprendizagem de espanhol como sendo mais fácil ou mais próxima de falantes brasileiros. Outras mudanças significativas foram feitas no novo PPC, mas o detalhamento das mudanças mereceria um capítulo à parte, fugindo de nossa proposta de artigo de privilegiar o núcleo básico do LEA: as línguas estrangeiras.

2.5 A MOBILIDADE ACADÊMICA E A APRENDIZAGEM DAS LÍNGUAS

Em 2014, graças a um convênio de mobilidade com a Universidade de La Rochelle, começa uma nova etapa do LEA-UFPB. Na publicação anual da OCDE “Regards sur l’éducation” (OCDE,2013)⁷, os dados apresentam um interesse cada vez maior pela mobilidade estudantil, ocasião que propicia, além da aquisição de competências multiculturais, uma formação técnica mais rica, devido à exposição de diferentes formas de ensino-aprendizagem, estruturas de biblioteca, oportunidades de estágio. Se o Programa de Mobilidade Internacional (PROMOBI) da UFPB sempre existiu e sempre esteve disponível para alunos do curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas, o fato de estabelecer um acordo bilateral, com um número de vagas específico para alunos das duas instituições, permitiu maior facilidade de intercâmbio, principal-

⁷ <http://www.oecd.org/fr/education/regards-sur-education/>

mente pelo LEA ser um curso originário da França. O convênio prevê que, anualmente, quatro estudantes brasileiros podem estudar na instituição francesa por no máximo um ano e quatro estudantes franceses podem vir para o LEA-UFPB por no máximo seis meses. Outros convênios com instituições francesas existem, o que permite que alunos de Rouen, Paris-Nanterre, Sorbonne também se façam presentes.

Segundo um estudo de Parey e Waldinger (2010, apud Gerard, Vion, 2013), os estudos no estrangeiro têm uma influência sobre a futura mobilidade profissional dos diplomados, que podem vir a ter uma carreira internacional. Atualmente, dois de nossos alunos trabalham no exterior, depois de terem feito mobilidade.

No que se refere à aprendizagem de línguas estrangeiras, a presença de alunos internacionais também modificou a relação dos alunos com a língua francesa, marcada por um desinteresse grande pela crença de ser uma língua de pouca importância no mundo dos negócios. A interação com os alunos franceses despertou o interesse pela língua, pois ela se tornou mais próxima, mais concreta, mudando a representação sobre ela.

2.6 NOVAS PERSPECTIVAS

Como dito anteriormente, a construção do LEA-UFPB passou por muitos momentos de reflexão sobre o perfil do profissional que formamos, suas necessidades, suas oportunidades. Pensar o programa, a progressão de conhecimentos, as oportunidades de estágio e a implantação de projetos de pesquisa e extensão sempre estiveram presentes e estão se ampliando, principalmente depois da aprovação do novo Plano pedagógico do curso em 2017 (resolução CONSEPE-UFPB 17/2017). O LEA se tornou uma realidade, ganhou espaço na instituição, com alunos ocupando vagas de estágio em diferentes setores da Universidade, tornando-se o terceiro curso da instituição a receber o maior número de estudantes estrangeiros, o que comprova o caráter internacional dessa formação acadêmico-profissional.

No que tange a aprendizagem das línguas, o que podemos dizer é que, sendo o objetivo geral o de desenvolver uma língua de comunicação de acordo com contextos específicos, ou ainda uma língua de especialidade, torna-se primordial trabalhar uma competência discursiva que permitirá aos futuros profissionais LEA interagirem de maneira apropriada na LE. Isso implica o domínio das regras dos gêneros textuais e discursivos que são produzidos na área de atuação, assim como o conhecimento dos diferentes contextos profissionais. Seria de igual importância trabalhar em colaboração com especialistas do ramo a fim de melhor definir as necessidades profissionais que se apresentarão no momento das interações profissionais cotidianas. Ensinar no bacharelado LEA exige o questionamento constante sobre o como/o quê/ o porquê ensinar. Aprendemos durante a formação em Letras a exigir a correção formal e a preparar textos acadêmicos em um único campo do saber: Letras. Lançar-se na formação LEA é refletir sobre os objetivos a alcançar, sobre a parte de linguagem nas interações profissionais, é avaliar o que é mais importante no momento da interação: as questões de fundo ou de forma? E para concluir, retomamos o texto de Poteaux (2013:70): « C'est aussi savoir renoncer à l'idéal du locuteur académique parfait, fantasme jamais atteint, pour laisser place à l'audace de l'imperfection pour interagir et travailler avec des partenaires variés sans abandonner la quête d'une communication de qualité par différents moyens... ».

REFERÊNCIAS

Barcelos, A.M ;Abrahão, M.H. Crenças e ensino de línguas: foco no professor, no aluno e na formação de professores. Campinas, SP : Pontes Editores, 2006

Causa, M. 2010 « La formation des enseignants européens : apprendre à s'adapter et s'éduquer au plurilinguisme ». Cahiers de l'ASDILFLE n° 21, 41-50

Crosnier, Elizabeth.2002 De la contradiction dans la formation en anglais Langue Etrangère Appliquée (LEA). ASp - La revue du GERAS, 35-36, pp.157-166. Consulté le 06/10/2016

_____2008 « LEA/LANSAD : Convergences/Divergences », *Cahiers de*

l'APLIUT [En ligne], Vol. XXVII N° 1 | 2008, consulté le 12 novembre 2016.
URL :

Derivry-Plard, Martine, Causa, M. 2013 "Un paradoxe de l'enseignement des langues dans le supérieur : diversification des cours pour les étudiants et absence de formation appropriée pour les enseignants » in Derivry-Plard, M. Faure, P. *Apprendre les langues à l'université au 21^{ème} siècle*. Paris : Riveneuve. P. 92-104

Gerard, M. Voin, M. La mobilité étudiante et ses conséquences pour l'internationalisation du marché de travail, *Reflets et perspectives de la vie économique*. Bruxelles : De Boeck. P. 61-79, 2013/4

Mourlhon-Dalliès, F. 2008. *Enseigner une langue à des fins professionnelles*. Paris : Didier
Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômicos (OCDE), em 1996 – *L'économie fondée sur le savoir* 1996, p. 23 a 25 consultado em 14/09/2016 <http://www.oecd.org/fr/education/regards-sur-education/> consultado em 05/02/2019

Pertel, T, Zanon, T. 2015 *LEA: 10 anos de Brasil*. Ilhéus: Editus.

Poteaux, Nicole. 2013 "Apprendre les langues à l'université au 21^{ème} siècle. Enjeux et perspectives, dispositifs et acteurs. » in Derivry-Plard, M. Faure, P. *Apprendre les langues à l'université au 21^{ème} siècle*. Paris : Riveneuve . p.63-72

CAPÍTULO 3

INTERNACIONALIZAÇÃO EM CASA, EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL LEA-NI: Entrelaçando Conceitos E Práticas Através Do “Bem-Vindo! Projeto De Apoio À Integração Do Estudante Internacional À Universidade Federal Da Paraíba”

Cláudia Caminha Rodrigues¹

3.1 INTRODUÇÃO

A mobilidade acadêmica estudantil é um fenômeno que data, segundo alguns autores, da Idade Média, quando estudantes provenientes de diferentes localidades procuravam as universidades existentes em busca de conhecimento (SILVEIRA, 2016). Naquela época, as populações universitárias eram bastante móveis, uma vez que não havia fronteiras que se opusessem à circulação de pessoas nem à validade dos diplomas obtidos. Nesse processo, as grandes universidades, com estruturas mais organizadas, como Paris e Bolonha, por serem mais atrativas para os estudantes, sobressaíam-se quanto ao número de estrangeiros (CASTRO e NETO, 2012).

¹ Professora de Língua Inglesa do Departamento de Mediações Interculturais (DMI/UFPB), Mestre em Linguística (PROLING/UFPB), Bacharela em Direito (UNIPÊ), Licenciada em Letras – Português e Inglês (UFPB), Coordenadora do Projeto “Bem-Vindo!”, Assessora de Internacionalização do CCHLA-UFPB. E-mail: claudiacaminha@cchla.ufpb.br

Com o advento do processo de globalização e das estratégias contemporâneas de internacionalização da Educação Superior, a mobilidade acadêmica estudantil, tendo-se tornado mais ampla, envolve, atualmente, não somente o deslocamento de estudantes, mas também aspectos de ordem social e cultural (CASTRO e NETO, 2012). A internacionalização da Educação Superior é, portanto, um conceito complexo (MOROSINI, 2006).

3.2 INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, INTERNACIONALIZAÇÃO EM CASA E O BACHARELADO EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS APLICADAS ÀS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS NA UFPB

Em sua complexidade conceitual, a internacionalização da Educação Superior abrange desde trocas internacionais referentes ao âmbito da educação, passando por crescentes atividades além da fronteira entre os sistemas nacionais de educação superior, até o processo de integração de uma dimensão global, intercultural e internacional nos objetivos, funções e oferta da educação pós-secundária (MOROSINI, 2006; BARTELL, 2003; KNIGHT, 2004).

A internacionalização da Educação Superior pode se realizar de diversas formas: através do envio de estudantes para períodos de estudos no exterior, por meio da adoção de currículos internacionalizados nas universidades, bem como da presença de estrangeiros e estudantes-convênio nos *campi* universitários (MOROSINI, 2006; BARTELL, 2003).

Nesse sentido, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) tem acompanhado o processo de internacionalização da Educação Superior. O envio de estudantes para períodos de estudos no exterior tem acontecido através de diversos convênios com instituições internacionais, regulamentados, em sua maioria, pelo Programa de Mobilidade Internacional (PROMOBI) (UFPB, 2012).

No campo dos currículos internacionalizados, o Bacharelado em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais (LEA-NI), criado na Universidade Federal da Paraíba em 2009, no âmbito do Projeto de Reestruturação e Expansão das Universidades (REU-

NI), através da Resolução n.º 48/2009 do CONSEPE (UFPB, 2009b), é um exemplo significativo.

O curso objetiva desenvolver em seus egressos competências para o exercício profissional no âmbito das negociações internacionais, através do conhecimento de três línguas estrangeiras e de suas implicações interculturais, além do conhecimento em conteúdos profissionais específicos para atuação em mediações interculturais com uma visão interdisciplinar e glocal, de forma a ter a ética, o respeito e a diversidade cultural priorizados (UFPB, 2017b).

O bacharel em LEA-NI é capaz, portanto, de cooperar em processos de negociação e fazer a ponte entre dois ou mais universos comunicacionais e culturais para o entendimento entre as partes envolvidas, tendo competência para atuar em áreas como assuntos interculturais, atividades internacionais e cooperação internacional nos âmbitos cultural, econômico e institucional (UFPB, 2009a).

Já a presença de estudantes estrangeiros e estudantes-convênio no campus da UFPB é um fenômeno visível. Em âmbito institucional, percebe-se a presença dos estudantes do Programa Estudante-Convênio de Graduação - PEC-G (UFPB, 2017a), enquanto que em um âmbito mais restrito, no curso LEA-NI, são os estudantes de curso homônimo provenientes da Universidade de La Rochelle (UFPB, 2018a) que se fazem presentes.

Os currículos internacionalizados e a presença de estudantes estrangeiros no campus universitário são, como visto, estratégias de internacionalização. Configuram-se, porém, em um tipo específico, a Internacionalização em Casa, que se refere às mudanças realizadas no contexto local da universidade e pode ser definida como qualquer atividade internacionalmente relacionada, excetuando-se a mobilidade para o exterior de estudantes e de pessoal docente ou administrativo (CROWTHER et alli, 2000).

3.3 BENEFÍCIOS E DIFICULDADES DO ESTUDO NO EXTERIOR

Não há de se negar os benefícios de uma temporada de estudos no exterior. Por um lado há, em geral, um aprimoramento na fluência do idioma estrangeiro, por outro, contudo, a necessidade de se passar por um processo de adaptação ao novo lugar, tendo que enfrentar diferenças de meio ambiente físico e social, estilos de vida distintos e choque de culturas, por exemplo, o que pode, para alguns, tornar difícil a experiência de estar fora de casa (RICIO & SAKATA, 2006; SILVEIRA, 2016).

Durante o processo de adaptação, o estudante internacional o que pode se defrontar com alguns desafios, como falta de domínio do idioma estrangeiro, falta de informações sobre o local de residência no país de destino, dificuldade de desenvolver relacionamentos de amizade com pessoas do país anfitrião e dificuldade de localização no Campus universitário (IOSIF & ZARDO, 2015; RICIO & SAKATA, 2006; SILVEIRA, 2016).

São vários os estudos que identificam as dificuldades encontradas por estudantes internacionais, em contextos e locais de acolhimento diversos, como os aqui já referidos. Tal identificação indica uma demanda para um melhor acolhimento institucional para o estudante, em termos de fornecimento de condições para minimização de tais dificuldades. Feijó (2013), por exemplo, argumenta que a divulgação de orientações para entender a burocracia e as dinâmicas da universidade facilitaria a experiência dos estudantes.

Na tentativa de minimizar tais dificuldades dos estudantes internacionais na UFPB, surgiu o “Bem-Vindo! Projeto de Apoio à Integração do Estudante Internacional à Universidade Federal da Paraíba”, através do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX), em 2016, objetivando facilitar o processo de integração à vida acadêmica de estudantes internacionais em mobilidade acadêmica na instituição, fornecendo assistência linguístico-cultural em demandas necessárias à sua instalação e permanência.

3.4 BEM-VINDO! PROJETO DE APOIO À INTEGRAÇÃO DO ESTUDANTE INTERNACIONAL À UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

O “Bem-Vindo! Projeto de Apoio à Integração do Estudante Internacional à Universidade Federal da Paraíba” é um projeto de extensão universitária vinculado ao Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Federal da Paraíba. O projeto visa a assistir o estudante internacional em seus primeiros dias na cidade, fornecendo informações sobre o campus universitário, transporte e possibilidades de alojamento, e orientação sobre procedimentos para regularização de sua situação no país e na universidade; nos idiomas português, inglês, francês e espanhol; objetiva, também, proporcionar atividades linguístico-culturais de integração com a comunidade acadêmica, bem como contribuir para a formação inicial do bacharel em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais, promovendo situações reais de aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso, e fomentar a pesquisa nas áreas de Línguas Estrangeiras Aplicadas e Internacionalização da Educação Superior.

O projeto beneficia tanto os estudantes internacionais em mobilidade acadêmica na UFPB, como os estudantes do curso Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais da instituição. Estes, pela formação abrangente, com conhecimentos em línguas estrangeiras, cultura e negociações, podem auxiliar os estudantes estrangeiros desde o fornecimento de orientações sobre a cidade e o campus universitário, passando pela conferência de documentos para regularização de sua situação acadêmica, até a mediação em ocasiões de negociação, como contratação de aluguel de moradia e abertura de conta em banco, em língua materna ou estrangeira. Nesse sentido, o projeto permite aos estudantes LEA-NI a integração de seus conhecimentos nas três áreas-chave de formação, isto é, línguas estrangeiras, cultura e negociações internacionais.

3.4.1 SURGIMENTO

À época da criação do projeto, competia à Assessoria para Assuntos Internacionais da Universidade Federal da Paraíba promover o intercâmbio da Universidade com as instituições e agências de cooperação técnica e científica do Exterior; divulgar as atividades da Universidade, em outros países, no interesse do ensino e da pesquisa, promover intercâmbio de correspondência com professores visitantes e articular-se com os centros e departamentos da Universidade para análise de seus currículos, elaborar e supervisionar a execução de programas internacionais entre a UFPB e outras entidades, realizar contatos com Embaixadas e Consulados, com o Corpo diplomático acreditado no Brasil e outras instituições estrangeiras sediadas no território nacional e preparar a correspondência do Reitor, quando em língua estrangeira (UFPB, 1979). Logo, prestar assistência aos estudantes internacionais não era uma de suas atribuições. O surgimento do “Bem-Vindo!” supre, portanto, uma demanda institucional prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018, em que há a identificação da necessidade de ações que promovessem o acolhimento dos estudantes estrangeiros (UFPB, 2014) e ratificada institucionalmente, em 2018, com a regulamentação da Política de Internacionalização (UFPB, 2018c) da instituição que prevê, em seu artigo 5º, inciso XII, a implementação de programas para recepção de alunos e docentes estrangeiros, com acompanhamento e orientação continuados, especialmente quanto aos procedimentos burocráticos.

3.4.2 EIXOS NORTEADORES

As ações desenvolvidas no âmbito do projeto organizam-se em três eixos principais, aqui separados por questões didáticas, mas que se entrelaçam em sua realização, quais sejam: assistência linguístico-cultural para o estudante internacional, formação inicial do bacharel em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais (LEA-NI), e fomento à pesquisa nas áreas de Línguas Estrangeiras Aplicadas e Internacionalização da Educação Superior.

No âmbito da assistência linguístico-cultural, o projeto prevê atendimento àqueles que procuram o projeto, através do atendimento presencial no Laboratório do Curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais, no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, onde o projeto funciona, de segunda a sexta, das 8:00 às 12:00, e atendimento virtual através da página do Facebook e do Instagram do projeto. Há ainda o website do projeto, onde são disponibilizadas informações e orientações à respeito da cidade de João Pessoa e do campus universitário.

Idealmente, o contato com os estudantes internacionais inicia-se nos preparativos para a viagem, podendo iniciar-se, porém, a qualquer tempo. Uma vez na cidade, o atendimento ocorre preferencialmente de forma presencial com visita do estudante internacional ao local de funcionamento do projeto, onde pode, dentre a gama de opções de assistência que o projeto oferece, receber orientações sobre os procedimentos para regularização de sua situação no país e na instituição, agendar visita à Polícia Federal para providenciar o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), solicitar acompanhamento para a visita à Polícia Federal, bem como para providenciar o passe de ônibus estudantil e a carteira do Sistema Único de Saúde – e ser acompanhado por um dos membros de nossa equipe nas datas solicitadas.

Findo o período inicial de instalação na cidade e regularização da situação acadêmica, o atendimento e assistência ao estudante internacional continua disponível durante a sua permanência na instituição. O estudante internacional poderá, contudo, caso queira, participar de atividades linguístico-culturais promovidas pelo projeto, com o intuito de lhe proporcionar uma maior integração dos estudantes com a comunidade acadêmica, na tentativa de suprir eventual dificuldade de formação de relacionamentos com brasileiros.

Dentre as atividades realizadas, promovemos encontros mensais entre os estudantes internacionais e a comunidade acadêmica. Mensalmente, no “Bate-Papo Intercultural”, são discutidos temas culturais de interesse dos estudantes internacionais e da comunidade acadêmica, como festas populares e choque cultural, por exemplo, em

quaisquer idiomas que os participantes se sintam confortáveis para conversar.

Com a assistência linguístico-cultural prestada aos estudantes internacionais, o bacharelado em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais coloca em prática o seu aprendizado de línguas e culturas estrangeiras, vivenciando-o em situações reais de interação com estrangeiros, e realizando parte de sua formação inicial, segundo eixo estruturante do projeto.

Nesse eixo, o foco está no planejamento, elaboração e execução das ações do projeto, como criação de conteúdo para o website, Facebook e Instagram do projeto, e como, quando, onde e com que objetivo as atividades linguístico-culturais ocorrerão, por exemplo, idealizadas a partir de encontros semanais da equipe com a coordenação e colaboradores.

No eixo pesquisa e divulgação científica, o estudante LEA-NI membro da equipe participa da elaboração de documentos de divulgação científica sobre as ações desenvolvidas pelo projeto, quais sejam: apresentação oral em evento institucional anual de divulgação das ações de extensão, relatório final do projeto e artigo científico para publicação em periódicos da área. Neste último eixo, os membros da equipe tem a oportunidade de refletir e redigir sobre experiências e conhecimento adquirido, dessa forma, integrando Ensino, Pesquisa e Extensão e cumprindo com o princípio constitucional de sua indissolubilidade (BRASIL, 2018).

3.4.3 EQUIPE

A equipe do projeto é formada por docentes representantes de idiomas ensinados no curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, e utilizados no projeto, isto é, inglês, francês, espanhol e português, e por alunos extensionistas bolsistas, voluntários e estagiários, selecionados através de análise de produção textual explicando interesse em participar do projeto, entrevista oral em quaisquer dos idiomas utilizados no projeto e avaliação do Coeficiente de Rendimento Acadêmico (CRA).

Desde 2016, ano de seu início, o projeto tem contado com estudantes bolsistas do bacharelado em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais, estudantes voluntários e estagiários dos cursos de Letras, Tradução, Relações Internacionais e Engenharia, de nacionalidades brasileira e estrangeira, com cargas-horárias que variam de 20 (vinte) horas semanais – carga-horária obrigatória do estudante bolsista – a 4 (quatro) horas semanais – voluntários e estagiários –, conforme necessidades previstas em seus respectivos planos de trabalho.

3.4.4 CONTRIBUIÇÕES

As atividades do projeto tem auxiliado estudantes em mobilidade acadêmica na UFPB matriculados em cursos das áreas da Saúde, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Exatas e da Natureza, e provenientes dos continentes europeu, americano, e africano, através do atendimento presencial e/ou virtual, nos idiomas português, inglês, francês e espanhol, quer no fornecimento de informações, apenas, quer na regularização da sua situação no país e na instituição, com visitas à Polícia Federal, por exemplo, quer através das atividades linguístico-culturais.

Os estudantes atendidos pelo projeto tem nos relatado que o auxílio nos momentos iniciais de chegada ao país tem sido de fundamental importância, alguns deles, inclusive, sentindo-se muito acolhidos e deixando o país com o sentimento de terem feito verdadeiras amizades com os membros do projeto.

O projeto também tem auxiliado a formação do bacharel em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais aos lhes proporcionar oportunidades de prática efetiva de conteúdos aprendidos durante o curso. Tem, ainda, fomentado o desejo dos membros discentes da equipe em ter vivências interculturais e internacionais como parte de sua formação acadêmica e profissional.

Por fim, o “Bem-Vindo! Projeto de Apoio à Integração do Estudante Internacional à Universidade Federal da Paraíba” ao assistir os estudantes internacionais, tem proporcionado uma melhor compreen-

são de quem é o aluno que vem fazer mobilidade acadêmica internacional na UFPB, os fatores que os levaram a escolher a instituição, inclusive linguísticos e culturais, seus anseios, expectativas, dificuldades e conquistas.

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A internacionalização da Educação Superior é um processo cada vez mais presente nas instituições de ensino superior do país. Na Universidade Federal da Paraíba não é diferente. Além dos aspectos aqui apresentados, a Política de Internacionalização da instituição prevê, em seu artigo 2º, inciso V, a “internacionalização como princípio de responsabilidade social da universidade (...) na busca pela solução de problemas atuais e futuros” (UFPB, 2018c).

O “Bem-Vindo! Projeto de Apoio à Integração do Estudante Internacional à Universidade Federal da Paraíba”, além das contribuições já elencadas, colabora com a internacionalização como princípio de responsabilidade social ao auxiliar o processo de integração à UFPB do estudante internacional em mobilidade acadêmica na instituição.

REFERÊNCIAS

BARTELL, M. **Internationalization of universities: a university culture-based framework.** Higher Education. Manitoba, Winnipeg: 2003, p. 37-52.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04.05.2018

CASTRO, A., NETO, A. **O Ensino Superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina.** Revista Lusófona de Educação, América do Norte, 21, oct. 2012. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/3082>. Acesso em: 12.03.2016.

CROWTHER, P. at alli. **Internationalisation at home: a position paper.** Amsterdam: European Association for International Education, 2000. Disponível em: <http://cdigital.uv.mx/bitstream/123456789/31163/5/iah.pdf>. Acesso em: 10.03.2016

FEIJÓ, R. N. **A Internacionalização da Educação Superior no Brasil:** um estudo de caso de alunos estrangeiros do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFRGS. Dissertação de Mestrado. UFRGS: Porto Alegre, 2013.

IOSIF, R.; ZARDO, S. **Internacionalização da Educação Superior no Brasil:** expansão, produção do conhecimento e desafios emancipatórios. Integración y Conocimiento Revista del Núcleo de Estudios e Investigaciones en Educación Superior del MERCOSUR, nº 3, 20015. Disponível em: <http://revistas.unc.edu.ar/index.php/integracionyconocimiento/article/view/12544>. Acesso em: 11.03.2016.

KNIGHT, J. **Internationalization remodeled:** definition, approaches, and rationales. Journal of Studies in International Education. Sage Publications, v.8, n.1, spring 2004, p. 5-32.

MOROSINI, M. C. **Estado do conhecimento sobre internacionalização da Educação Superior:** conceitos e práticas. Educar, Curitiba, n. 28, p. 107-124, 2006.

RICCIO, E.; SAKATA, M. **A Internacionalização da Educação Superior:** uma pesquisa com alunos intercambistas franceses e brasileiros da FEA – Faculdade de Economia Administração e Contabilidade da USP. Universidade de São Paulo. Cadernos PROLAM/USP, ano 5, vol. 2, 2006, p. 279 – 296. Disponível em: http://www.usp.br/prolam/downloads/2006_2_9.pdf. Acesso em: 11.03.2016.

SILVEIRA, Márcia. **Acolhimento do aluno estrangeiro – o aspecto humano na gestão.** Disponível em: http://aforges.org/conferencia3/docs_documento/SESSOES%20PARALELAS/2_Cooperacao%20Universitaria%20entre%20os%20Países%20e%20Regioes%20de%20Língua%20Portuguesa/M%20Silveira_Acolhimento%20do%20aluno%20estrangeiro.pdf. Acesso em: 10.03.2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Acordo de cooperação inter-universitário.** João Pessoa: UFPB, 2018a. Disponível em: <http://www.ufpb.br/aai/contents/documentos/universidade-de-la-rochelle-franca-geral-aditivo-de--mobilidade-lea-c.pdf>. Acesso em: 4.5.2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018.** João Pessoa: UFPB, 2018b. Disponível em: <https://www.ufpb.br/de/contents/documentos/resolucoes/pid-2014-2018.pdf>. Acesso em:10.05.2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **PEC-G**. João Pessoa: UFPB, 2107a. Disponível em: <http://www.ufpb.br/prape/contents/menu/as-suntos/pec-g>. Acesso em: 14.03.2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Regimento da Reitoria da UFPB**. Resolução nº 257/79 do Conselho Universitário. João Pessoa: UFPB, 1979. Disponível em: <http://www.ufpb.br/sods/secretaria/Regimento%20da%20Reitoria.htm>. Acesso em: 11.03.2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Resolução nº 36/2009 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão**. João Pessoa: UFPB, 2009a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Resolução nº 48/2009 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão**. João Pessoa: UFPB, 2009b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Resolução CONSEPE nº 49/2012 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão**. João Pessoa: UFPB, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Resolução CONSEPE nº 17/2017 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão**. João Pessoa: UFPB, 2017b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Resolução CONSUNI nº 06/2018 do Conselho Universitário**. João Pessoa: UFPB, 2018c.

PARTE II

LÍNGUAS, ENSINO E
INTERCULTURALIDADE

CAPÍTULO 4

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA - Aspectos, Avanços e Desafios

Alexandre Caciano Pinheiro¹

Silvia Renata Ribeiro²

4.1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo³ busca trazer elementos para o debate acerca da língua portuguesa e sua importância para a economia, o conhecimento científico, a integração nacional dos países que a possuem como língua oficial e a sua internacionalização.

O processo de internacionalização de uma língua se refere à sua afirmação, efetivação e diversificação funcional no cenário internacional, assegurando e reforçando seu prestígio. Esse processo se materializa no crescente interesse pelo idioma por parte de outros países que não pertencem a esse espaço linguístico. O interesse ocorre tanto pela produção oral e escrita, como também pelos aspectos políticos, sociais e econômicos que envolvem o idioma.

O espaço das línguas disseminadas mundialmente, como o inglês, o francês, o espanhol, o português ou regionalmente delimitadas, como o árabe e o russo, por exemplo, produz uma rede de interesses que é facilitada pela utilização de uma mesma língua. Assim, o por-

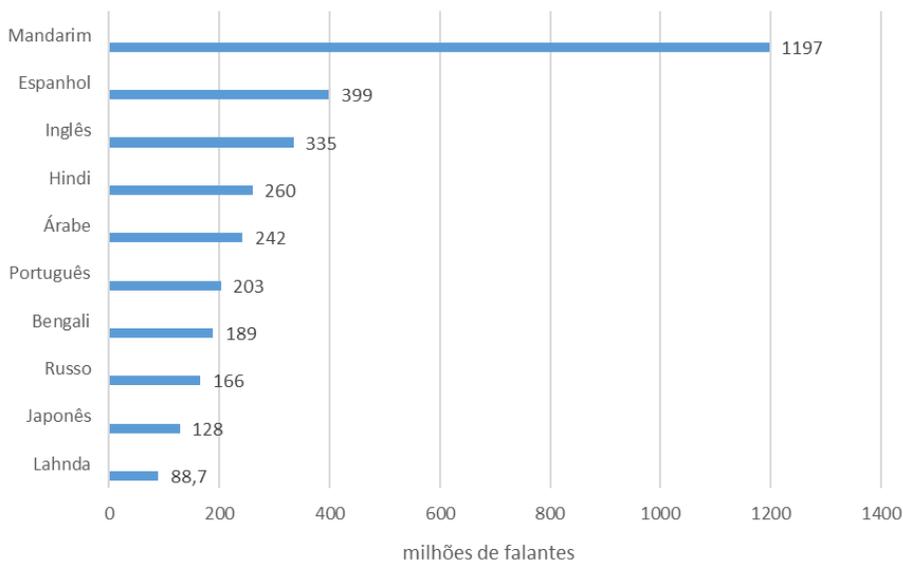
¹ Negociador Internacional com bacharelado em LEA-NI – Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais. E-mail: alecpinheiro@hotmail.be

² Professora de Língua Espanhola do Departamento de Mediações Interculturais (DMI/UFPB), Licenciada em Letras, Bacharela em Direito, Mestra em Letras (Linguística) pelo PPGL/UFPB. Coordenadora do LEA-NI UFPB. E-mail: silvia.jpa@gmail.com

³ Este capítulo foi desenvolvido a partir de recortes e adaptações do Trabalho de Conclusão de Curso de Alexandre Caciano Pinheiro intitulado A internacionalização da Língua Portuguesa. João Pessoa: LEA-NI/CCHLA/UFPB, 2015, 48 p. (Trabalho de Conclusão de Curso), sob a orientação da Profa.Ma. Silvia Renata Ribeiro.

tuguês, através dos seus mais de 200 milhões de falantes nativos disseminados por quatro continentes, produz conhecimento científico, arte, cultura, entre outros fatores que despertam o interesse daqueles externos a esse meio.

A ideia de classificar as línguas do mundo de acordo com um grau de importância é um desafio complexo. De acordo com o critério utilizado, é possível obter resultados diversos. É possível ordenar as línguas considerando a sua produção científica, a presença na internet ou a sua utilização nos fóruns internacionais. Ou, ainda de maneira mais objetiva, contabilizar apenas os falantes do idioma enquanto primeira e segunda língua ou apenas como primeira língua ou língua materna (CALVET 2005), como é possível visualizar no gráfico a seguir: Gráfico 1: As dez principais línguas maternas do mundo



Fonte: Ethnologue. 2015

Ao observar o gráfico acima, de acordo com o critério utilizado, é notória a posição de destaque do português no panorama linguístico internacional. No entanto a projeção internacional da língua portuguesa não corresponde à proporção do seu universo de falantes

nativos. O português é uma língua pluricontinental, oito países espalhados em quatro continentes contam com o português como língua oficial, sendo utilizado por mais de 200 milhões de falantes. (OLIVEIRA, 2013).

Além disso, segundo a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, o português é utilizado como idioma de trabalho em diversas organizações multilaterais, como a União Europeia, a UNESCO, a Unidade Africana, a Organização dos Estados Americanos, a Federação Internacional de Voleibol, o MERCOSUL, entre outras.

Entretanto, o português historicamente não figura entre as línguas mais procuradas internacionalmente enquanto língua estrangeira. Relatórios da União Europeia indicam que 3% da população do bloco fala português como primeira língua, no entanto não chega nem a 1% da população da União Europeia que utiliza o português enquanto língua estrangeira.

Enquanto isso, na América do Sul não havia uma preocupação dos países em ofertar o ensino de português língua estrangeira aos seus estudantes até a instituição do MERCOSUL. A partir da primeira década do século XXI, com base na reciprocidade, instaurou-se oficialmente o ensino do português e do espanhol como línguas estrangeiras nos países do MERCOSUL.

Assim, de acordo com o contexto exposto, um questionamento se impõe: O que tem sido feito para projetar a língua portuguesa como língua estrangeira, em especial no âmbito do MERCOSUL? Os tópicos seguintes tratam do modelo adotado para avaliar a importância de uma língua, a partir de Calvet (2005) e das questões referentes à internacionalização da língua portuguesa, com destaque para os países do Mercosul.

4.2 A ECOLOGIA DAS LÍNGUAS DO MUNDO E O MODELO GRAVITACIONAL

Cerca de sete mil línguas são utilizadas em todo o mundo. Desde que os seres humanos começaram a falar, surgiram milhares de

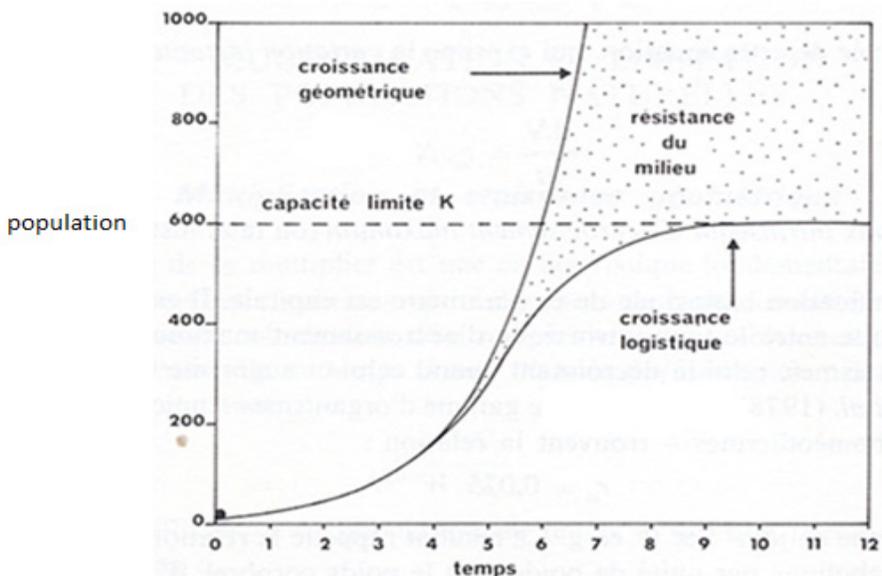
idiomas que, de modo natural, foram se desenvolvendo e substituindo um ao outro, a isso Calvet (2005) denomina “Ecologia das Línguas”. Pode-se constatar que as circunstâncias linguísticas evoluem continuamente, primeiro pela ação de seus falantes, mas também impulsionadas por grandes movimentos sociais e econômicos, por medidas imperialistas e, mais recentemente, pela globalização. Além desses fatores citados, alguns outros fatores, com caráter ecológico, também influenciam as circunstâncias linguísticas.

Partindo do princípio ecológico de que sem falantes os idiomas não podem se manter vivos, Calvet (2005) propõe que para entender a história linguística é preciso confrontar duas populações: uma população linguagem, uma população humana e também uma dinâmica populacional. De acordo com o linguista, as línguas vivem à custa dos seres humanos em uma relação que se assemelha a de hospedeiro e parasita. Para entender o desenvolvimento quantitativo das línguas no mundo, é preciso levar em consideração o crescimento demográfico da humanidade.

Segundo a revista científica *Science* (2015), a tendência é de que a população humana continue a crescer pelo menos até 2100, quando, de acordo com as projeções, o planeta terra abrigará entre 9,6 e 12,3 bilhões de pessoas. Pode-se considerar, portanto, que a população humana ainda está em crescimento geométrico. Contudo, a população linguagem parece ter atingido o seu máximo e cresce agora no que o linguista francês chama de crescimento logístico, ou seja, cresce qualitativamente em número de falantes, em usuários da língua para diversos fins e em propagação internacional, por exemplo.

No gráfico a seguir, desenvolvido por Calvet (2005), a curva à esquerda representa a evolução da população humana, enquanto que a curva à direita retrata a evolução da população das línguas. O que impede a continuação do crescimento geométrico, área pontilhada disposta no gráfico, são as resistências do meio.

Gráfico 2: Crescimento Populacional e Crescimento das Línguas



Fonte: Calvet, Louis-Jean (2005) Language wars: Language policies and globalization. Adaptado.

Para o autor, uma das razões que leva ao achatamento da curva de crescimento da população linguística é o fato de que a coexistência de diversas línguas em um mesmo ecossistema gera necessariamente a concorrência entre línguas. Se é possível considerar a relação entre os humanos e as línguas do tipo hospedeiro e parasita, a relação entre as línguas em um determinado nicho ecolinguístico é de presa e predador. Logo, é natural que o desaparecimento de algumas línguas decorra dessa “glotofagia”, ou resultado da seleção natural como postulada por Charles Darwin.

Em genética populacional, Zancul (2007) considera duas formas de concorrência: concorrência pela exploração, que ocorre quando as populações não têm relações diretas, mas utilizam recursos comuns; e a competição por interferência, quando as populações têm relações diretas e uma população nega a outra o acesso a determinados recursos.

É fácil relacionar esses conceitos da biologia ao domínio das línguas. É possível observar, por exemplo, concorrência por exploração entre os idiomas oferecidos pela UFPB à comunidade: inglês, francês, espanhol, alemão, entre outros. Já a competição por interferência entre idiomas pode ser identificada, citando caso análogo, em uma reunião na ONU, ou em qualquer outro organismo internacional que utiliza diversas línguas de trabalho, onde a maioria dos participantes se expressam em inglês.

Em ambos os casos existe uma tendência ao desaparecimento de algumas línguas, porque diferentes espécies – línguas – que exploram os recursos de maneira idêntica, não podem coexistir no mesmo meio (ZANCUL, 2007). Essa exclusão competitiva não ocorre de modo imediato, assim como a duração do período de coexistência depende de vários fatores.

Em seu trabalho, Calvet (2005) destaca que os idiomas sofrem – e sempre sofreram – alterações. Essas alterações podem resultar de diferentes fatores presentes no uso cotidiano, também chamados de fatores de alteração “in vivo”, ou resultar de fatores “in vitro”, como o planejamento linguístico e a política linguística.

Chamaremos de política linguística a totalidade de escolhas conscientes relativas às relações entre língua(s) e vida em sociedade, e ligamos o planejamento linguístico à adoção concreta de uma política linguística, sua implementação. (CALVET, 2005)

É possível que qualquer grupo de pessoas elabore uma política linguística. Entretanto, em um setor tão importante que relaciona as línguas e a vida em sociedade, apenas o Estado tem o poder e os meios para implementar as políticas linguísticas desenvolvidas. O que não exclui, contudo, a possibilidade de políticas linguísticas transnacionais, quando diversos países assumem o compromisso com determinada ação linguística, ou ainda em uma região menor que um país, como é o caso da Catalunha.

4.2.1 GERENCIAMENTO LINGUÍSTICO

De acordo com Calvet (2005), existem dois métodos de gerenciamento linguístico: um deriva da prática social, outro da intervenção sobre essa prática. O primeiro, “in vivo”, diz respeito ao modo como as pessoas lidam ao se deparar com problemas de comunicação cotidianos. Esse tipo de gestão pode resultar em línguas, dialetos ou línguas crioulas.

Além de solucionar problemas, essa prática pode, espontaneamente, resultar em neologismo. Neologismo, segundo Hartmann e James (1998, s.v. neologism) é “uma palavra ou frase inserida recentemente na língua, com frequência comentada e coletada em dicionários especializados”.

O neologismo espontâneo derivado do gerenciamento linguístico “in vivo” pôde ser particularmente percebido nas línguas africanas durante o período colonial. As sociedades precisavam encontrar formas de nomear objetos, profissões e instituições até então desconhecidas. Na língua Mali, por exemplo, a bicicleta foi batizada de negeso que significa cavalo de ferro, já o trem foi chamado de negesira, ou caminho de ferro. O último exemplo segue a mesma lógica do francês *chemin de fer*. É possível observar, portanto, que o mesmo tipo de neologismo pode se desenvolver em diversas línguas. (CALVET, 2005)

Outra forma de gerenciamento linguístico exposta pelo autor é a gestão “in vitro”, na qual linguistas analisam línguas e situações, criam hipóteses na evolução das línguas e propõem correções para os problemas de linguagem. Os políticos avaliam as proposições, fazem escolhas e as implementam.

Essas duas formas de gestão de línguas são bastante diferentes e podem entrar em conflito caso as decisões tomadas “in vitro” forem no sentido oposto das opções postas em prática “in vivo”. É difícil impor a uma população termos ou reformas que esta rejeite, o que ocasiona o insucesso na implementação das decisões tomadas “in vitro”.

4.2.2 AÇÕES EM LÍNGUAS: O CASO DO CATALÃO

O caso do Catalão é um exemplo interessante por combinar o trabalho de planejamento linguístico com políticas linguísticas. Graças a esses fatores a língua catalã se tornou, em poucas décadas, uma língua amplamente entendida e utilizada na Catalunha. Durante a ditadura de Franco, que governou entre 1939 e 1975, o uso do Catalão foi proibido (PENA, 2014). Após sua morte, a Catalunha voltou a receber status de autonomia.

A Constituição espanhola de 1978 estabelece uma distinção entre a língua oficial do país, o Castelhana, e as línguas oficiais das comunidades autônomas. O Estatuto de Autonomia da Catalunha, por sua vez, em consonância com a Constituição espanhola, declara que o Catalão, juntamente com o Castelhana, é a língua própria e oficial da Catalunha. (CALVET, 2005).

Dentro dessa estrutura jurídica claramente delimitada, o Catalão reviveu na Catalunha. A lei de “normalização linguística” foi promulgada em 1983, e é estipulado por exemplo, que todas as crianças em idade escolar iriam aprender duas línguas, e que o catalão seria usado para o negócio, para a publicidade, para eventos esportivos, etc.

Calvet (2005) explica que o objetivo de toda essa planificação foi estabelecer na Catalunha um bilinguismo que não seria diglótico, ou seja, uma língua dominante e uma língua dominada, como fora anteriormente. O planejamento também interveio no ambiente linguístico como nos sinais de trânsito, sinalização oficial, entre outros, e permitiu projetos de sociolinguistas que multiplicaram a sua investigação sobre as circunstâncias bilíngues. Comparando as respostas às mesmas perguntas feitas em 1975, 1986 e 2013 o censo sobre a proficiência em Catalão na Catalunha dá uma imagem clara de como a situação evoluiu:

Tabela 1: Conhecimento do Catalão

	ENTENDE CATALÃO	FALA CATALÃO	ESCREVE CATALÃO
1975	74,3%	53,1%	14,5%
1986	90,3%	59,8%	30,1%
2013	94,3%	80,4%	61,8%

Fonte: Institut d'Estadística de Catalunya, 2015

Há claras evidências que o Catalão progrediu notavelmente em todos os aspectos pesquisados: compreensão, fala e escrita. Esse exemplo da Catalunha serve para tipificar a política linguística otimizada. A tentativa catalã de construir um bilinguismo não diglósico não deve, no entanto, ser analisada como uma intervenção puramente linguística. A Catalunha precisava dessa política linguística para reestabelecer os fundamentos da sua autonomia.

4.2.3 O MODELO GRAVITACIONAL

Como já fora mencionado anteriormente, estima-se que existem em torno de seis a sete mil línguas no mundo atualmente. Cerca de 90% destas línguas são faladas por menos de 5% da população mundial. Em um só país, é possível encontrar diversos idiomas, como na Índia, na Nigéria, na Indonésia e no Brasil. A fim de não se isolar completamente, as comunidades linguísticas estabelecem relações através de interlocutores bilíngues.

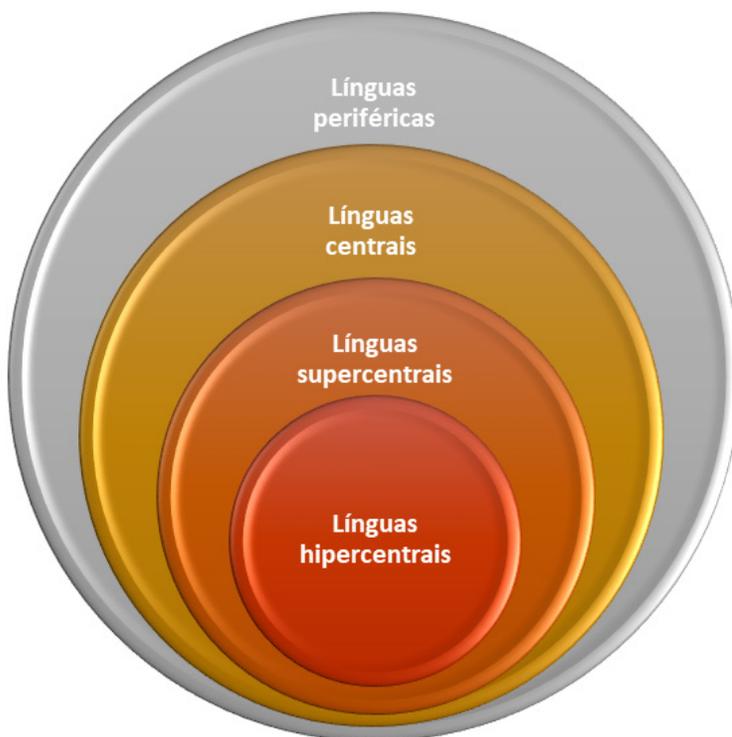
As pesquisas do holandês Abram de Swaan, complementadas pelo trabalho de Calvet (2005) consideram que as línguas estão de fato relacionadas entre si. Essa relação ocorre por meio dos falantes bilíngues. Essas redes bilíngues, em seus diferentes níveis e escalas, permitem analisar a relação entre as mais diferentes línguas a partir de um modelo gravitacional.

O linguista holandês identificou por volta de doze línguas supercentrais, entre elas o alemão, o árabe, o espanhol, o francês, o hindu, o mandarim, o português e o russo. Esses idiomas gravitam em tor-

no de um idioma hipercêntrico, o inglês, cujos falantes tem uma forte tendência ao monolinguismo (CALVET, 2005).

Calvet (2005) relata que quando falantes de línguas supercentrais se tornam bilíngues, há uma forte tendência de que eles aprendam o inglês, a língua hipercêntrica, ou alguma outra língua supercentral. Cerca de 100 a 200 línguas denominadas centrais, orbitam em torno das línguas supercentrais. Por sua vez, as demais línguas, periféricas, gravitam ao redor das línguas centrais, como no gráfico a seguir:

Gráfico 3: O Modelo Gravitacional



Fonte: Autoria própria. Baseado na teoria de Calvet.

Duas tendências se revelam a cada nível desse sistema gravitacional. Uma conduz ao bilinguismo horizontal, ou seja, ao domínio de

um idioma de nível equivalente ao da língua materna. Outra direciona ao bilinguismo vertical, ou ao domínio de um idioma de nível mais elevado que o idioma materno. Essas tendências representam a base do sistema.

Para Calvet, as consequências desse princípio organizador podem ser verificadas cotidianamente. Um falante bilíngue de francês e alsaciano é quase sempre falante nativo de alsaciano, ou um moçambicano bilíngue de macua e português é, na maioria das vezes, falante nativo de macua, e assim sucessivamente.

Os exemplos citados revelam aspectos de uma língua imposta para promover a unificação. Nesse contexto, Calvet (2005) destaca as ações empreendidas pela Francofonia, Hispanofonia e Lusofonia, que se articularam em uma aliança em defesa da diversidade linguística.

Desde 2001, a OIF uniu forças com a OEI e a CPLP para desenvolver uma política de língua comum. Na realidade, esses três idiomas enfrentam uma realidade similar em relação ao inglês, língua hipercentral. Ao analisar, por exemplo, as línguas utilizadas nos anúncios de vagas de emprego no sistema das Nações Unidas, é possível se deparar com o seguinte quadro:

Quadro 1: Línguas Utilizadas em Anúncios de Vagas nos Organismos da ONU

Línguas utilizadas em anúncios de vaga	Organizações
Inglês	UNFPA, UNHCR, UNICEF, UNRWA, WFP, ICAO, IAEA, UNIDO
Inglês e Francês	United Nations Secretariat, UNCTAD, ESCWA, ESCAP, ECLAC, ECA, UNODC, UNESCO, UPU, WHO, WIPO, WMO
Inglês, Francês e Espanhol	UNDP, FAO, ILO, IMO, ITU, UNWTO

Fonte: Multilingualism in the United Nations System Organizations: Status of Implementation. Genebra, 2011. Adaptado.

É possível observar, portanto, que apesar de a ONU contar com seis línguas oficiais: inglês, francês, espanhol, mandarim, russo e ára-

be – todas as línguas super ou hipercentrais – algumas línguas são mais utilizadas pela organização que outras. Inclusive, ao considerar apenas os idiomas de trabalho dessa organização, o inglês e o francês, fica evidente que nem todos os organismos da ONU que divulgam seus anúncios em inglês, o fazem em francês.

A situação poderia ser ainda mais favorável ao inglês se fossem consideradas as línguas utilizadas nos demais documentos escritos, os idiomas utilizados em reuniões informais, a proporção de livros escritos em cada idioma adquiridos pela biblioteca da instituição. (CALVET, 2015)

No caso desses três domínios linguísticos que têm trabalhado cooperativamente – o francês, o espanhol e o português – Calvet (2005) destaca a necessidade de uma política linguística comum. Após inúmeras reuniões, depois de estabelecer dois comitês de especialistas internacionais, um para aconselhar sobre a política linguística e outro sobre novas tecnologias, depois de estes comitês terem apresentado recomendações concretas, os três domínios linguísticos decidiram proceder com algumas ações, entre elas:

- Ações tendo em vista o estatuto internacional dos três domínios linguísticos e as práticas linguísticas das organizações internacionais;

- Ações de influência sobre a formação de funcionários internacionais – consciência sobre questões de política linguística, intercompreensão entre línguas românicas;

- Ações acerca da harmonização dos processos de acreditação de competência linguística – testes sobre o desempenho linguístico.

Entretanto, outras propostas sugeridas por tal comitê de especialistas em políticas linguísticas – presidido por Calvet – acerca da defesa da diversidade linguística, não foram tão bem aceitas. O comitê propôs que as ações em prol da diversidade linguística ocorressem em duas vertentes: horizontal, na dimensão em que as três línguas supercentrais estavam preocupadas; e também vertical, firmando compromissos na defesa das línguas centrais e periféricas que orbitam em

torno das três línguas supercentrais, propostas essas que não foram aceitas.

O fato de essas três línguas pertencerem à mesma família linguística certamente facilitou os primeiros passos. Contudo, a presença de alguns países de língua árabe na OIF poderia expandir ainda mais as possibilidades de ações dessa cooperação e levá-la a novos patamares. Calvet (2005) relembra que, junto com o árabe, já seriam metade das seis línguas oficiais da ONU lutando contra a hegemonia do inglês.

A partir dessa perspectiva, é possível concluir, portanto, que a cooperação internacional entre os domínios linguísticos poderia ser um dos primeiros passos para uma reflexão mais ampla sobre as relações entre as línguas do mundo e a defesa da diversidade.

Por sua vez, a política linguística pode ser entendida como uma forma de intervenção na sociedade através da linguagem. Isso pressupõe duas propriedades da língua: a de alterar-se intrinsecamente – e a história comprova essa propriedade, todas as línguas sofrem ou sofreram alterações ao longo do tempo; e a propriedade de sofrer alterações de modo externo – como exemplificado brevemente no caso do Catalão.

Entretanto, a política linguística também pressupõe que essas mudanças podem resultar de ações *in vitro*, que os seres humanos podem conscientemente alterar o idioma, as inter-relações entre as línguas, e as circunstâncias, assim, sociais. Deve se considerar também as inúmeras vezes em que a dominação linguística serviu de instrumento para a dominação social. Mas, esses riscos não são apenas prático, eles também podem ser considerados teóricos na medida em que toda ação em línguas ou em circunstâncias linguísticas está estreitamente ligada à análise prévia dessas mesmas línguas e circunstâncias.

No que Calvet (2005) intitula de “guerra das línguas”, é possível concluir ainda que nem sempre “vencer” é bom. A história mostra que quanto maior o espaço geográfico de um idioma, maior a tendência do idioma se diversificar e surgirem os dialetos. Dessa forma, por exemplo, o latim se ramificou no italiano, francês, romeno, castelhano, português e etc. O mesmo poderia estar acontecendo com o inglês atual-

mente, apesar de as circunstâncias diferirem bastante: o inglês falado no Reino Unido é diferente do inglês falado nos Estados Unidos, que, por sua vez, é diferente do da Nigéria e assim sucessivamente. Essas poderiam ser as premissas que transformariam uma vitória em uma derrota, levando ao desaparecimento da língua por fragmentação.

4.2.4 O BARÔMETRO DE CALVET

Entre os vários observatórios de línguas disponíveis atualmente, faz-se necessário destacar o Barômetro Calvet de Línguas do Mundo, desenvolvido pelo autor homônimo. O diferencial desse dispositivo é o fato de não considerar apenas questões linguísticas quando da apreciação dos idiomas.

Em 2010 o Barômetro analisava apenas as 137 línguas com mais de 5 milhões de falantes. Na sua versão mais recente, de 2012, o Barômetro considera as 563 línguas com mais de 500 mil falantes, de acordo com dados do Ethnologue.

A cada um dos 11 fatores analisados pelo observatório e apresentados abaixo, é atribuído um mesmo valor (CALVET, 2005):

- **Número de falantes:** refere-se ao número de falantes da língua como primeira língua de acordo com os dados divulgados pelo Ethnologue.
- **Entropia:** a entropia é um índice que permite quantificar a “desordem”. A entropia é um conceito que se originou na termodinâmica e logo encontrou aplicações nas teorias da informação e, recentemente, na linguística. Diferentemente do número de falantes, a entropia não está associada ao número global de falantes do idioma, mas a forma como estes estão dispersos em regiões onde o idioma é falado. Quanto maior a dispersão da língua entre países e regiões do mundo, maior a entropia.
- **Índice de veicularidade:** enquanto o número de falantes se relaciona com a quantidade de falantes como primeira língua, o índice de veicularidade considera a quantidade de falantes da língua enquanto língua segunda.

- Estatuto da língua: são considerados os estatutos de oficialidade das línguas por estados soberanos, províncias, regiões autônomas, cantões, coletividades territoriais, entre outros, de acordo com as informações disponíveis no site “L’aménagement linguistique dans le monde” da Universidade de Laval.
- Traduções língua-fonte e traduções língua-alvo: o autor considera os dados do site da UNESCO Index Translationum. Relaciona, portanto, a quantidade de traduções tendo o idioma como língua original e como língua de destino.
- Prêmios literários internacionais: o valor do prêmio do (a) autor (a) do idioma em questão é transferido para o idioma. Entre os prêmios considerados, está o famoso prêmio Nobel de Literatura.
- Artigos no Wikipedia: são contabilizados os artigos inseridos na enciclopédia desde a sua fundação até setembro de 2011. Os dados utilizados estão disponíveis no site de estatísticas do Wikipedia.
- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): os dados referentes ao IDH, utilizados por Calvet, estão divulgados no site do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. No caso de línguas como o Somali, com falantes em mais de um país, é feito um cálculo proporcional: 65% dos falantes vivem na Somália, 30% na Etiópia, 3% no Quênia e 2% em Djibuti. Logo o IDH do Somali será igual a $0,65 \times \text{IDH da Somália} + 0,30 \times \text{IDH da Etiópia} + 0,03 \times \text{IDH do Quênia} + 0,02 \times \text{IDH de Djibuti}$.
- Taxa de fertilidade: contabiliza o número de filhos por mulher. De forma a atribuir um valor a cada língua, assim como ocorre com o IDH, o Barômetro calcula uma média ponderada com base nos dados fornecidos pelo relatório das Nações Unidas. Utilizando o mesmo exemplo, a taxa de fertilidade do idioma Somali seria calculada da seguinte forma: $0,65 \times \text{taxa de fertilidade da Somália} + 0,30 \times \text{taxa de fertilidade da Etiópia} + 0,03 \times \text{taxa de fertilidade do Quênia} + 0,02 \times \text{taxa de fertilidade de Djibuti}$.

- Índice de penetração na internet: faz referência ao número de utilizadores de internet dividido pelo número total de habitantes do país. Assim como nos dois índices anteriores, o Barômetro de Calvet estabelece uma média ponderada nos casos do idioma ser utilizado em mais de um país. Para tanto, o número de falantes do idioma naquele país deve ser maior ou igual a 1% do total de falantes da língua no mundo.

Calvet permite que o pesquisador, ao acessar o Barômetro, altere o valor relativo de cada um dos índices, o que torna possível uma análise mais detalhada de cada fator. Além disso, existe a opção de analisar o desempenho de cada língua individualmente em cada um dos fatores.

A partir dos resultados dos diversos índices apresentados acima, o Barômetro de Calvet desenvolve um ranking de línguas do mundo. Considerando cada índice com peso 1, em seu site, Calvet apresenta o seguinte ranking:

Tabela 2: Ranking do Barômetro de Calvet 2012.

RANG	LANGUE	SCORE
1	anglais	9.062
2	espagnol	7.806
3	français	7.733
4	allemand	6.987
5	russe	6.335
6	japonais	6.187
7	néerlandais	6.138
8	italien	6.131
9	portugais	5.97
10	mandarin	5.964
11	suédois	5.543
12	turc	5.321
13	norvégien	5.232
14	polonais	5.2
15	danois	5.104
16	finnois	5.103
17	hongrois	5.103
18	roumain	5.05
19	catalan	5.047
20	tchèque	5.02
21	hébreu	4.897
22	farsi	4.867
23	coréen	4.684
24	serbe	4.676
25	hindi	4.656
26	bengali	4.644
27	grec	4.586
28	azéri du Nord	4.488
29	malais	4.451
30	arménien	4.422
31	bulgare	4.335
32	vietnamien	4.33
33	croate	4.308
34	indonésien	4.269
35	slovaque	4.261
36	kazakh	4.259
37	slovène	4.223
38	tamoul	4.215
39	ourdou	4.208
40	thai	4.127
41	estonien	4.022
42	afrikaans	3.962
43	swahili	3.924
44	albanais Tosk	3.906
45	marathi	3.831
46	occitan	3.829
47	lithuanien	3.817
48	ukrainien	3.793
49	galicien	3.77
50	macédonien	3.763

Fonte: <http://wikilf.culture.fr/barometre2012/>

Ao observar o ranking, é possível identificar que as línguas hipercentrais e supercentrais do modelo gravitacional, anteriormente citado, tendem a ocupar o topo do ranking. No entanto, diferentemente do modelo gravitacional – que avalia questões puramente linguísticas – no Barômetro, alguns índices como o IDH e o Índice de Penetração na Internet, por exemplo, podem fazer com que idiomas centrais, como o holandês, possam ter uma classificação melhor que idiomas supercentrais como o português.

Nas três primeiras colocações do barômetro, estão destacadas as três línguas estrangeiras estudadas pelo curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas à Negociações Internacionais da UFPB. Isso justifica o fato de essas três línguas terem sido priorizadas.

O que fica em evidência nos dois modelos, e que também pode ser constatado empiricamente, é o papel do inglês como língua franca internacional. Por sua vez, ocupando a nona posição no ranking geral do barômetro, o português apresenta um grande potencial de crescimento e difusão internacional.

4.3 A INTERNACIONALIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

O processo de internacionalização de uma língua faz referência à ideia de afirmação, efetivação e diversificação funcional do idioma no cenário internacional, em funções que assegurem e reforcem o prestígio da língua: utilização acadêmica, cultural, científica, econômica, política, entre outras. Desconsiderando, para esse fim, a utilização da língua no espaço onde essa usufrua do status de língua materna ou oficial.

O desenvolvimento desse processo resulta da ação estratégica e trabalho contínuo de atores políticos, encarregados desse processo, e diversas outras entidades e atores: fundações, pesquisadores, artistas, associações culturais, entre outros. (REIS, 2010)

Com o objetivo de desenvolver a proposta do trabalho, neste capítulo será identificada a relação da língua portuguesa com as demais línguas no cenário internacional. Bem como será apresentada

a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, suas finalidades e ações. Além disso, o português será analisado com base no barômetro de Calvet e, por fim, será discutida a presença do idioma no âmbito do MERCOSUL.

4.3.1 A LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO

A Língua Portuguesa foi uma das primeiras línguas do mundo a vivenciar um processo de internacionalização. Entre os séculos XV e XVII, período de expansão marítima e das grandes navegações, Portugal levou a sua língua a diversos pontos da África, Ásia e América. Ao mesmo tempo, o léxico português recebia influência desses mais variados povos.

Devido ao processo colonial estabelecido, atualmente, o Português é língua oficial em 9 países (OLIVEIRA, 2013): Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste – países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – mais a Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), onde o Português, ao lado do Mandarim, é língua oficial até o ano 2049.

A Língua Portuguesa goza de estatuto de oficialidade ou estatuto especial em diversas organizações internacionais. Dentre os blocos econômicos regionais existentes, o Português está presente na União Europeia, MERCOSUL, SADC, CEDEAO e CEEAC. Em 2017, com a entrada do Timor-Leste na ASEAN, o Português ampliará sua presença e participação nos blocos econômicos regionais. Oliveira explicita a importância dos blocos econômicos para um idioma:

Cada um destes blocos econômicos é ambiente rico em oportunidades para a presença do português, trazendo muitos desdobramentos, razão pela qual os Blocos Econômicos Regionais são ambientes privilegiados para a promoção das línguas, muito mais do que as organizações diplomáticas, nas quais o uso da língua permanece, de certa forma, restrito às cimeiras e à documentação da própria organização. No campo das organizações diplomáticas, o português está presente em entidades como a CPLP, a União Africana, a UNA-

SUL, a OEA, a OEI, a União Postal Internacional, entre outras. (OLIVEIRA, 2013)

Oficialmente, o idioma ocupa 10,7 milhões de km², o equivalente a 7,2% da terra do planeta, distribuído sem todos os continentes povoados, com exceção da Oceania. A Língua Portuguesa dispõe ainda de 29 mil km de divisas com outras línguas, entre elas o inglês, o francês, o espanhol, o holandês, o mandarim, o bahasa indonésia e o guarani. Essas fronteiras possibilitam a criação de alianças linguísticas importantes, como o Português e o Espanhol na América Latina.

Diferentemente do que ocorre com países hispanófonos, francófonos, germanófonos ou anglófonos, nenhum país de língua oficial portuguesa faz fronteira com outro país de mesma língua, tornando cada um deles uma espécie de “ilha linguística” (OLIVEIRA, 2013) cercada por países com outras línguas oficiais. Esse fato tem propiciado ao Português o status e o reconhecimento de língua estrangeira em países como Espanha e Argentina, por exemplo.

4.3.2 A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em 17 de Julho de 1996 por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe (dispostos no mapa 1). No ano de 2002, após conquistar sua independência, Timor-Leste tornou-se o oitavo país membro da Comunidade. Na atualidade, com o ingresso da Guiné-Equatorial em 2014, são nove os países membros da CPLP.

Essa Comunidade visa a cooperação multilateral em diversas áreas como a educação, saúde, ciência e tecnologia, agricultura, defesa, justiça, esportes e cultura, mas principalmente a realização de projetos de promoção e difusão da Língua Portuguesa. A CPLP possui personalidade jurídica e é dotada de autonomia financeira.

Entre os projetos divulgados pela CPLP para promoção e difusão internacional da Língua Portuguesa, destaca-se a resolução de atribuição do Estatuto de Observador à CPLP na Assembleia-Geral das

Nações Unidas, o acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, o convênio com a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura e o Memorandum de Entendimento com a Organização Internacional do Trabalho – OIT. Além disso, foi estabelecido pelos países membros o dia da Língua Portuguesa e da Cultura, celebrado em 5 de maio, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa e a União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas.

O Plano de Ação de Brasília para a Promoção e Difusão da Língua Portuguesa, adotado em 2010, possibilitou o desenvolvimento de ações nessa matéria. Entre as prioridades identificadas destacam-se a implementação da Língua Portuguesa nas organizações internacionais; a promoção da Língua Portuguesa no âmbito da CPLP, através do ensino da língua; a implementação do Acordo Ortográfico; a difusão pública da língua, através da produção e distribuição de materiais audiovisuais em Língua Portuguesa, entre outras.

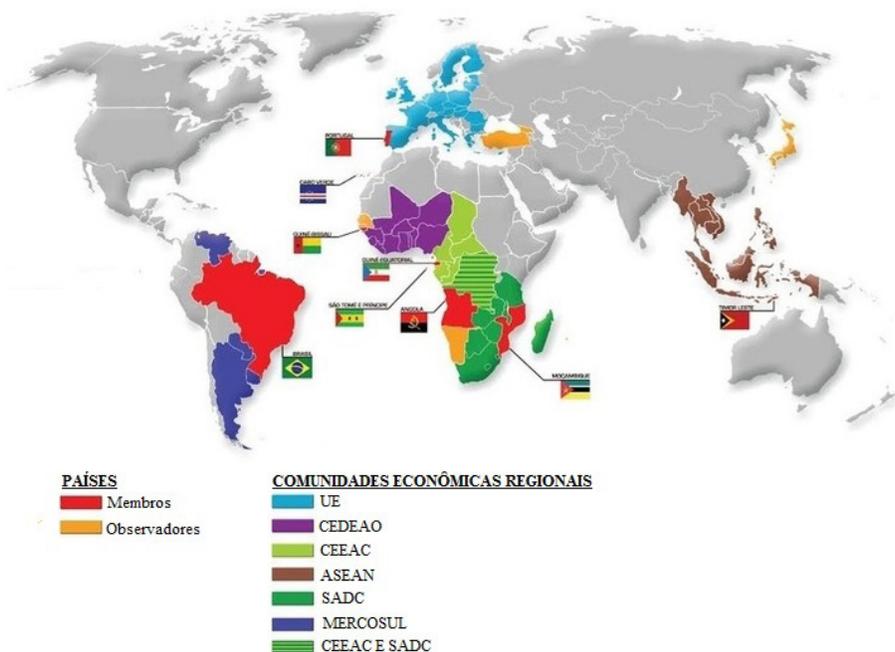
Ademais dessas medidas, visando a promoção e a difusão da língua, a CPLP firmou, desde 2001, cooperação com o espaço francófono e o espaço hispanófono, no âmbito de cooperação dos Três Espaços Linguísticos. Estabelecendo, portanto, parcerias com a Secretaria-geral Ibero-americana, a Organização Internacional da Francofonia e a Organização dos Estados Iberoamericanos para a Educação, Ciência e Cultura.

De acordo com o estatuto vigente e na busca de implementar os referidos objetivos, a CPLP conta ainda com o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP). O IILP tem como principal objetivo o planejamento e a execução de programas concretos relativos à difusão e promoção internacional da Língua Portuguesa. Segundo informações da própria instituição, a direção executiva e a presidência do conselho científica do IILP possuem caráter rotativo, permitindo, assim, que todos os países membros ocupem estes cargos.

Além dos nove países membros, estão envolvidos na Comunidade os Observadores Associados, estados terceiros que apresentam real interesse pelos princípios e objetivos da CPLP, atualmente: Geór-

gia, Maurícia, Japão, Namíbia, Senegal e Turquia. Os Observadores Associados podem participar na Cúpula de Chefes de Estado e de Governo, sem direito a voto, assim como no Conselho de Ministros. Esses estados usufruem do acesso à documentação não confidencial.

Mapa 1: Abrangência da CPLP



Fonte: Confederação Empresarial da CPLP (2015).

No âmbito dos países membros da CPLP, concomitantemente à Língua Portuguesa existem mais de 300 outros idiomas responsáveis na formação das culturas nacionais dos respectivos países. Atualmente essas línguas também são matérias de diversos programas de promoção por partes dos governos nacionais, como ficou registrado no Colóquio Internacional de Maputo sobre a Diversidade Linguística nos Países da CPLP, realizado pelo IILP na capital de Moçambique em 2011. (OLIVEIRA, 2013)

Destaca-se o fato de que esses diversos idiomas que convivem no âmbito da CPLP desempenham um papel fundamental na integração dos cidadãos às sociedades nacionais, especialmente em países como Guiné-Bissau, onde apenas cerca de 15% da população tem um domínio aceitável da Língua Portuguesa, segundo Medeiros. Observa-se, portanto, a crescente atenção destinada pelos Estados Membros às políticas contemporâneas relacionadas ao plurilinguismo. Dessa forma, as comunidades lusófonas vão aprendendo a conviver e a enxergar como oportunidade o fato de ter, na CPLP, cerca de 5% do total de línguas no mundo.

Uma das maiores dificuldades encontradas na CPLP, no que concerne à implementação da Língua Portuguesa como língua de trabalho em todas as organizações internacionais, é a falta de recursos financeiros, releva o site de notícias SAPO. Em um encontro realizado em maio de 2015 na cidade de Praia, Cabo Verde, diversos especialistas chamaram atenção para o problema.

Entre os especialistas, Georgina Mello, diretora geral da CPLP, destaca que o orçamento para introduzir a Língua Portuguesa como língua de trabalho em todas as organizações internacionais é elevado e atualmente o órgão não dispõe de recursos para cobrir o projeto. Mello ainda fez menção à tentativa realizada há alguns anos de introduzir o Português em reuniões da Unesco, o que representaria um custo superior a 5 milhões de euros ao ano.

Por sua vez, Marisa Mendonça, diretora executiva do IILP, explica que, às vezes, por questão de praticidade, utiliza o inglês em encontros nas organizações internacionais, mas que isso se opõe à ideia de efetivar o Português como língua de trabalho. Para Mendonça, quando a Língua Portuguesa chegar a mais organizações internacionais será ainda mais valorizada.

Já Eugénio Correia, coordenador da Comissão Temática de Promoção e Difusão da Língua Portuguesa, ressalta que há a necessidade de pagar tradutores, edição de documentação, entre outros, quando da introdução de uma língua de trabalho em uma organização internacional.

Existe, portanto, a imprescindibilidade de maior apoio de todos os Estados e da própria CPLP para possibilitar o cumprimento de um dos objetivos primordiais da entidade: a promoção e difusão da Língua Portuguesa.

4.3.3 A LÍNGUA PORTUGUESA NO BARÔMETRO DE CALVET

Quando se analisa a importância relativa das línguas, um dos critérios mais lembrados é o número de falantes. Quantas pessoas falam uma determinada língua? Essa abordagem apresenta dois problemas. Primeiro, a contagem dos falantes de um idioma não é precisa, diversos observatórios linguísticos fornecem dados divergentes, resultando, portanto, em classificações divergentes. Por outro lado, outros fatores também possuem um papel fundamental na análise da importância de uma língua.

O Observatório de Calvet pondera 11 fatores, apresentados anteriormente. Abaixo uma comparação do desempenho da língua portuguesa com a língua melhor ranqueada em cada fator analisado por esse observatório.

Tabela 3: Comparação do Português com Demais Línguas no Barômetro

	Português		Primeira	
	Posição	Valor	Língua	Valor
Número de falantes	6	174.307.982	Mandarim	845.033.031
Entropia	159	0,273	Espanhol	2,5
Veicularidade	28	0,724	Hindi	1
Estatuto da língua	4	8,5	Inglês	70,75
Traduções: fonte	16	10.848	Inglês	1.159.625
Traduções: alvo	9	72.639	Alemão	292.429
Prêmios literários	10	9	Inglês	101
Artigos Wikipedia	10	701.644	Inglês	3.850.426
IDH	88	0,704	Norueguês	0,938
Taxa de fertilidade	510	1,691	Zarma	6,824
Uso na internet	102	38,05	Norueguês	94,40
Geral	9	5,97	Inglês	9,06

Fonte: Observatório de Calvet, 2012.

O observatório proposto por Calvet confirma que o português ocupa uma posição relevante no que se refere aos fatores demográficos, como o número de falantes e o estatuto da língua. Também no campo cultural e científico a língua portuguesa demonstra ocupar um papel de destaque entre as línguas mundiais, conforme as estatísticas de traduções para o português, prêmios literários e a quantidade de artigos na enciclopédia virtual Wikipédia.

No entanto, no que concerne aos indicadores de Índice de Desenvolvimento Humano, a presença dos falantes de língua portuguesa na internet e as traduções tendo a língua portuguesa como língua fonte, os resultados apresentam uma situação desfavorável.

Se faz necessário destacar que alguns índices são mais suscetíveis às ações de políticas de promoção linguística que outros. É o caso da presença dos falantes do idioma na internet e na Wikipedia, por exemplo. Ou a divulgação das obras literárias de língua original portuguesa no exterior, como meio de gerar interesse na literatura em língua portuguesa nos falantes de outros idiomas.

É possível constatar que parte dos índices nos quais a língua portuguesa não obteve uma posição favorável, são fatores bastante suscetíveis às políticas de promoção da língua. Isso sugere um forte potencial de crescimento do idioma no cenário internacional.

Apesar de ser considerado um excelente parâmetro para análise e comparação das línguas do mundo, o Barômetro de Calvet apresenta alguns dados desatualizados, que se exemplifica pela quantidade de falantes de língua portuguesa. Enquanto o Observatório de Calvet, com base nos dados do Ethnologue, afirma que em 2012 o português detinha pouco mais de 174 milhões de falantes como primeira língua, o Observatório da Língua Portuguesa afirma que em 2010 o português contabilizava 240 milhões de falantes como primeira língua.

Por se tratar de uma língua em crescimento demográfico, é pouco provável que em dois anos tenha decrescido seu número de falantes. De acordo com o IBGE, em 2010, só o Brasil – com imensa maioria de sua população luso falante – já possuía mais 200 milhões

de habitantes. O Brasil, inclusive, é o país que detêm o maior número de falantes de língua portuguesa.

Em seu livro intitulado “O Potencial Económico da Língua Portuguesa”, Luís Reto afirma:

Embora Portugal possa ser considerado o país pioneiro da globalização, a influência da sua língua manteve-se bastante aquém da de outros idiomas de origem europeia, como o inglês, o francês, o alemão ou o russo.

Foi necessário esperar pelo crescimento populacional e pela afirmação económica do Brasil e das ex-colónias africanas, para que o português encontrasse o seu lugar entre as línguas mais influentes na esfera internacional, logo a seguir ao inglês e ao espanhol. (RETO, 2012)

Reto coloca em evidência o papel do Brasil no processo de internacionalização da língua portuguesa. Dentre os países desse conjunto, o Brasil se destaca graças a sua dimensão e poder económico, fatores que posicionam o país como ator global.

Essa importância mundial do Brasil exige do país um posicionamento assertivo no que concerne as políticas de promoção da língua portuguesa. No âmbito regional, mais especificamente no MERCOSUL, o país tem desenvolvido algumas ações bem sucedidas no sentido de defesa e promoção do português.

4.3.4 A LÍNGUA PORTUGUESA NO MERCOSUL

Em 26 de março de 1991, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram o Tratado de Assunção, com a meta de criar o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Entre os objetivos do MERCOSUL está a consolidação da integração política, económica e social entre os Estados Partes, o fortalecimento dos vínculos entre os cidadãos do bloco e a contribuição para melhorar a qualidade de vida. (MERCOSUL, 2015)

Atualmente, além dos países fundadores do bloco, fazem parte a Venezuela, desde agosto de 2012; a Bolívia, Estado Associado em processo de adesão desde dezembro de 2012; e os Estados Associados:

Chile, Peru, Colômbia, Equador, Guiana e Suriname. Dessa forma, todos os países da América do Sul fazem parte do MERCOSUL, seja como Estado Parte, seja como Estado Associado.

Tabela 4: Dados Demográficos do MERCOSUL

Estados Partes	População (em milhões)	Extensão Territorial
Argentina	40,57	2.791.810 km ²
Brasil	194,93	8.502.728 km ²
Paraguai	6,53	406.750 km ²
Uruguai	3,37	176.220 km ²
Venezuela	29,77	912.050 km ²
Total	275,17	12.789.558 km ²

Fonte: MERCOSUL (2015).

Na tabela acima é possível observar alguns números relativos ao bloco. A extensão territorial dos Estados Partes corresponde a mais de 70% do território da América do Sul, o que representa cerca de 3 vezes a área da União Europeia. Segundo os dados do MERCOSUL, a população dos países do bloco corresponde a quase 70% dos habitantes do continente sul-americano.

É importante ressaltar uma certa desatualização dos dados populacionais. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil já conta com mais de 202 milhões de habitantes. Considerando a variação populacional dos demais países do continente, essa porcentagem poderia ser maior ou menor, o que não reduz, no entanto, a importância e o impacto das decisões do MERCOSUL na região.

Segundo a constituição do MERCOSUL, os idiomas oficiais do bloco são o espanhol e o português. Sendo esse último idioma oficial do Brasil e o espanhol dos demais países integrantes. Na circunstância de língua oficial, os dois idiomas ganham destaque como língua de ensino. Ainda no ano de criação do bloco, 1991, os quatro países membros declararam interesse em disseminar a aprendizagem dos dois idiomas oficiais através dos sistemas educacionais. (SAVEDRA, 2009)

Em 1997, ocorre a criação do Grupo de Trabalho sobre Políticas Linguísticas do Mercosul Educativo (GTPL), formado por especialistas,

o grupo foi responsável por propor medidas racionais para a instauração de uma política linguística para o Mercosul. De acordo com a autora, esse grupo se reuniu apenas quatro vezes entre 1997 e 2001 e encontrou dificuldades na implementação das ações propostas.

Segundo Savedra (2009), o grupo foi responsável por propostas como a realização de censos linguísticos, a implementação de uma educação plurilíngue, a implementação do certificado de proficiência em português e em espanhol como línguas estrangeiras, além da realização de projetos focados na formação e atualização de professores de línguas. Ademais, foi proposta a criação do banco de dados Mercolíngua, que serviria para subsidiar o desenvolvimento de políticas linguísticas no âmbito regional e seria disponibilizado para políticos, pesquisadores e docentes. Contudo, na última reunião do grupo fica oficialmente constatado que não houve avanços significativos na implementação das propostas.

Em 2002, após a última reunião do GTPL, uma nova comissão entra em funcionamento, comissão essa responsável pelo intercâmbio de professores para suprir a necessidade de professores de português nos países hispanofalantes do bloco e de professores de espanhol no Brasil. Entretanto, a partir da extinção do Grupo de Trabalho sobre Políticas Linguísticas do Mercosul Educativo, as políticas de defesa e divulgação do português e do espanhol no Mercosul passam a depender de ações isoladas dos países membros, ou de acordos bilaterais.

Um dos principais projetos que resulta do trabalho do GTPL e da comissão que o sucedeu é o das Escolas Bilíngues de Fronteira, implementado pelo Brasil e pela Argentina em 2005 e atualmente em funcionamento em todos os países do bloco. O principal foco do Projeto Escola Intercultural Bilíngue de Fronteira (PEIBF) é a integração de estudantes e professores dos países do MERCOSUL. O objetivo é a integração, a quebra de fronteira, além da ampliação das oportunidades do aprendizado da segunda língua. (MEC, 2015)

De acordo com o Ministério da Educação do Brasil, nesse projeto, os professores de ambos os países elaboram o planejamento das aulas juntos e determinam em quais partes do projeto os professores

realizarão o intercâmbio, que ocorre ao menos uma vez por semana. Logo, o que ocorre no PEIBF não é o ensino de língua estrangeira, mas o ensino em língua estrangeira, favorecendo um ambiente de bilinguismo real para os alunos.

Quadro 2: Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira

Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira em 2009	
No Brasil	Nos demais países do MERCOSUL
Dionísio Cerqueira (SC) – 1 escola	Bernardo Irigoyen (Argentina) – 1 escola
Foz do Iguaçu (PR) – 1 escola	Puerto Iguazu (Argentina) – 1 escola
Uruguaiana (RS) – 1 escola	Paso de los Libres (Argentina) – 1 escola
São Borja (RS) – 2 escolas	Santo Tomé (Argentina) – 2 escolas
Itaqui (RS) – 1 escola	Alvear (Argentina) – 1 escola
Itaqui (RS) – 1 escola	La Cruz (Argentina) – 1 escola
Chuí (RS) – 1 escola	Chuy (Uruguai) – 1 escola
Jaguarão (RS) – 2 escolas	Rio Branco (Uruguai) – 2 escolas
Ponta Porã (MS) – 1 escola	Pedro Juan Caballero (Paraguai) – 1 escola
Pacaraima (RR) – 2 escolas	Santa Elena de Uiarén (Venezuela) – 2 escolas
Total: 13 escolas no Brasil	Total: 13 escolas nos 4 países

Fonte: MEC (2015).

É interessante destacar que como o projeto é de escolas bilíngues, o papel do Brasil nesse projeto é de importância primordial, tendo em vista que é o único país de língua oficial portuguesa do bloco, enquanto os demais países são representados pela língua espanhola. Isso faz com que o Brasil seja o pivô do programa, o intercâmbio acontece sempre entre um dos quatro países de língua oficial espanhola do MERCOSUL e o Brasil, como disposto na tabela acima – o guarani, ao lado do espanhol, é língua oficial para o Paraguai, mas não para o MERCOSUL.

De acordo com o MEC, em 2013, 30 escolas dos cinco países do bloco já participavam do programa. O PEIBF é um bom exemplo de política de defesa e promoção da língua portuguesa implementado no MERCOSUL. Desde 2002, com a extinção do GTPL, as políticas de defesa e divulgação das línguas no MERCOSUL passaram a depender de acordos bilaterais e promulgação de leis nacionais.

Em 5 de agosto de 2005 o Brasil promulgou a Lei nº 11.161, que estabelece o ensino do espanhol no Brasil como sendo de oferta obrigatória pela escola e de matrícula facultativa para o aluno. O Congresso Nacional argentino, por sua vez, aprovou em 17 de dezembro de 2008 a Lei nº 26.468, que determina a oferta do português como língua estrangeira em todas as escolas do país.

Savedra (2009) revela ainda que é possível identificar mais de cem escolas que dispõem do ensino de língua portuguesa no Uruguai e o português brasileiro já funciona na prática como segunda língua da população uruguaia, especialmente no norte do país. No Paraguai, pelo menos 76 escolas oferecem o português como língua estrangeira, e a Venezuela se esforça para garantir a adoção da língua portuguesa como primeiro idioma estrangeiro no país.

Essa formação cultural e educacional que parte do ensino na língua do outro, português de um lado e espanhol do outro, é um caminho privilegiado para minimizar o impacto produzido pela integração de mercados que dispõem de recursos assimétricos como é o caso. Entretanto, os cenários educacionais dos países envolvidos, onde se almeja a realização do aprendizado linguístico cultural, apresentam constantes sintomas de crise, como a falta de investimentos e o fracasso escolar que desafiam o sucesso desses projetos.

É possível afirmar que de acordo com o estabelecido no tratado de criação do Mercosul, e conforme foi observado nas citadas reuniões dos grupos de trabalho e nas medidas implementadas pelos países, o português e o espanhol detêm o mesmo peso e status no Mercosul. Os dois idiomas permanecem como línguas oficiais e como línguas de ensino no bloco, além de receberem incentivo no que concerne à consolidação da política de ensino dessas línguas.

4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou um estudo sobre a internacionalização da língua portuguesa, buscando trazer à tona algumas reflexões pertinentes sobre o idioma no cenário internacional. E em um primei-

ro momento, foram apresentadas algumas informações sobre o panorama das línguas no mundo de modo a ambientar o leitor com o tema discutido no trabalho.

A teoria de Calvet (2005) sobre a ecologia das línguas, complementada com alguns conceitos pontuais de biologia, teve como foco principal reafirmar a ideia de que a língua é viva e está em constante transformação. E, do mesmo modo que acontece com os demais seres vivos, as línguas competem entre si. O resultado dessa competição é que nem todas sobrevivem, pois, para sobreviver o idioma necessita de falantes.

Além da teoria sobre ecologia das línguas, também foram apresentadas as teorias de Calvet (2005) sobre gerenciamento linguístico, que destaca a importância do planejamento e das ações sobre a língua visando a sua manutenção e desenvolvimento; o modelo gravitacional de Calvet (2005) que busca entender as línguas do mundo e suas relações através de um modelo orbital de importância. O último estudo de Calvet apresentado neste trabalho foi barômetro das línguas do mundo que, por sua vez, ordena as línguas do mundo em um ranking no qual são analisados critérios linguísticos e não linguísticos.

Outros estudos também foram de importância singular no desenvolvimento do presente trabalho. Oliveira (2013) e Reto (2012) apresentaram importantes considerações sobre o português enquanto língua estrangeira. Savedra (2009) traz um apanhado geral do português enquanto língua estrangeira no âmbito do MERCOSUL.

A partir dos trabalhos desses autores foi possível identificar as relações entre as línguas e os seres humanos e as relações das línguas entre si, buscando entender a influência que um exerce sobre o outro e a importância de um planejamento linguístico adequado.

Como consequência dessas relações, foi possível identificar a relação da língua portuguesa com as demais línguas, buscando entender quais ações foram aplicadas sobre o português de modo a resultar nessas relações. Desse modo, foi viável atingir os objetivos aos quais o trabalho se propôs.

Constatou-se que para fazer jus ao potencial de internacionalização da língua portuguesa, é necessário um planejamento linguístico mais objetivo e, principalmente, viável. Se faz necessário que o Brasil, país que se destaca econômica e geograficamente nessa comunidade de países que partilham a mesma língua, assuma essa posição de destaque e lidere as ações dessa comunidade no processo de promoção da língua.

Entre diversas medidas possíveis e necessárias, acredita-se que é conveniente a criação de instituto de defesa e promoção da língua portuguesa brasileira, promovendo o ensino de português língua estrangeira, aproveitando, inclusive, o estatuto de oficialidade de língua na região de Macau até 2049. Além disso, é oportuno investir na formação docente em língua portuguesa no âmbito internacional. Também pode ser considerado apropriado o investimento em capital humano e financeiro com o objetivo de permitir que a língua portuguesa se estabeleça enquanto língua oficial e língua de trabalho em mais organizações internacionais.

Entre as competências que se espera do profissional graduado em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais, está a competência em técnicas de negociação, competência cultural e comunicativa em três línguas estrangeiras e também em língua materna. Para os egressos do curso, a competência cultural e comunicativa em língua portuguesa pode ser um aspecto diferencial no mercado de trabalho e tende a se destacar com o crescimento da importância do português no cenário internacional.

Assim como é constatado em diversas pesquisas no âmbito das ciências humanas, esse estudo apresenta limitações, que derivam da complexidade do objeto de estudo. Ainda que o português apresente um grande potencial de crescimento e já possa ser considerada uma língua de comunicação internacional, são poucas e relativamente recentes as pesquisas envolvendo esse tema, o que pode ser considerado um fator de dificuldade para a elaboração desse estudo. Assim, pode-se inferir que há bastante oportunidade de pesquisa para a comunidade acadêmica na área.

REFERÊNCIAS

CALVET, Louis-Jean. **Language wars: Language policies and globalization.** Paper presented at the University of Notre Dame, South Bend, EUA. 2005.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. CPLP. 2015. Disponível em: <<http://www.cplp.org/>> Acesso em 5 mai. 2015

CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DA CPLP. Abrangência CE CPLP. 2015. Disponível em: <<http://www.cecplp.org/abrangeircncia-da-cplp.html>> Acesso em 29 mai. 2015

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php>> Acesso em 02 nov. 2015

GERLAND, Patrick et al. World Population Stabilization Unlikely this Century. *Revista Science*. v. 346 n. 6206 p. 234-237. 2014. Disponível em: <<http://www.sciencemag.org/content/346/6206/234>> Acesso em 30 ago. 2015

HARTMANN, R. R.; JAMES, G. **Dictionary of Lexicography.** London: Routledge, 1998. 176 p.

INSTITUT D'ESTADÍSTICA DE CATALUNYA. Coneixement del català – 2011. Disponível em: <<http://www.idescat.cat/>> Acesso em 19 out. 2015

MEDEIROS, Adelardo Adelino Dantas de. **A Língua Portuguesa.** DCA – UFRN. 2006. Disponível em: <http://www.linguaportuguesa.ufrn.br/pt_3.4.c.php> Acesso em 14 jun. 2015

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Política linguística e internacionalização: A Língua Portuguesa no mundo globalizado do Século XXI. **Trabalhos em Linguística Aplicada**. v. 52, n. 2, Campinas, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-18132013000200010&script=sci_arttext> Acesso em 30 jun. 2015

PENA, Rodolfo F. Alves. Movimentos Separatistas da Espanha: Bascos e Catalães; **Brasil Escola**. Disponível em <<http://www.brasilecola.com/>>

geografia/movimentos-separatistas-espanha-bascos-catalaes.htm>. Acesso em 19 out. 2015.

RETO, Luis. et al. **Potencial Econômico da Língua Portuguesa**. Alfragide: Leya, 2012.

SAPO NOTÍCIAS. **Falta dinheiro para português ser língua oficial em mais organizações internacionais** – 2015. Cidade de Praia, 2015. Disponível em: <<http://noticias.sapo.pt/portugues/lusa/artigo/19223524.html>> Acesso em 13 jun. 2015

SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães. **O Português no Mercosul**. Disponível em: <<http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/39/artigo10.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2014.

ZANCUL, Mariana de Senzi. A competição na natureza. **Revista Eletrônica de Ciências**. n. 35, São Carlos, 2007. Disponível em: <http://www.cdcc.sc.usp.br/ciencia/artigos/art_35/atualidades.html> Acesso em 10 set. 2015.

ZHANG, Yishan; FALL, Papa Louis. **Multilingualism in the United Nations System Organizations: Status of Implementation**. Genebra, 2011. Disponível em: <https://www.unjui.org/en/reports-notes/JIU%20Products/JIU_REP_2011_4_English.pdf> Acesso em 22 out. 2015

CAPÍTULO 5

AS NECESSIDADES LINGUÍSTICO CULTURAIS DE FUTUROS NEGOCIADORES INTERNACIONAIS E A CONSTRUÇÃO DE DISCIPLINAS DE LÍNGUAS APLICADAS AOS NEGÓCIOS NO LEA-NI DA UFPB

Pedro Paulo Nunes da Silva¹
Kátia Ferreira Fraga²

5.1 INTRODUÇÃO³

O curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba – doravante LEA-NI/UFPB – oferta disciplinas obrigatórias de três idiomas, sendo as três línguas estrangeiras as línguas espanhola, francesa e inglesa, além da utilização da língua portuguesa durante todo o curso como língua oficial na grade curricular deste bacharelado. Ao considerar o estudo dessas língua(s) estrangeira(s) – abreviaremos por LE –, a graduação

1 Mestrando em Letras (na área de Tradução e Cultura) pela UFPB. Negociador Internacional, graduado em LEA-NI pela UFPB (2017) e especialista em Ensino de Língua Inglesa pela UCAM (2018). Professor substituto, na área de LEA e Tradução, no Departamento de Mediações Interculturais da UFPB (2018-2019). E-mail: pedroolup@hotmail.com

2 Doutora em Letras (na área de Estudos da Linguagem) pela UFF (2005). Professora de língua francesa no Departamento de Mediações Interculturais da UFPB. Foi Coordenadora do LEA-NI, Vice-Coordenadora e Chefe do DLEM da UFPB. Coordena o intercâmbio no Curso LEA-NI da UFPB. Desenvolve pesquisas sobre o ensino-aprendizagem de FLE, FOS e FOU, entre outras áreas. E-mail: kfraga@globo.com

3 Este capítulo é um recorte, com ajustes e adaptações, do trabalho de conclusão de curso intitulado Línguas para Fins Específicos: uma análise da construção das disciplinas de línguas estrangeiras para fins de negócios no bacharelado em LEA-NI da UFPB apresentado por Pedro Paulo Nunes da Silva, no LEA-NI da UFPB, em 2017, sob a orientação da Profa. Dra. Kátia Ferreira Fraga.

em LEA-NI/UFPB propõe o ensino de línguas para fins específicos nas áreas do direito, do turismo e dos negócios.

Em vista disso, pretendemos responder ao seguinte questionamento: *como são estruturadas as disciplinas de línguas para fins de negócios no bacharelado em LEA-NI/UFPB, a fim de que o aluno possa se tornar apto a atuar como negociador plurilíngue?*

Para isso, analisamos a estruturação das disciplinas em LE (espanhol, francês e inglês) que se utilizam da abordagem do ensino de LinFE na área dos negócios. Essa análise ocorre tanto por meio dos questionários aplicados junto aos professores no ano de 2017, com atuação em diversos momentos desde a criação do bacharelado, alcançado anos variados entre 2012 e 2016, quanto por meio dos questionários ministrados com o corpo discente, em vista de analisar suas necessidades naquelas disciplinas.

O ensino-aprendizagem em línguas para fins de negócios é a chave para o profissional em LEA-NI ser capaz de atuar como comunicador e negociador habilidoso nas LE estudadas, além de apto a atuar em contextos interculturais diversos das negociações (*savoir-faire interculturel*) e conhecedor de saberes que o mundo oferece (*savoir socioculturelle*).

Este estudo, portanto, é uma análise da organização de tais disciplinas por meio de questionários estruturados para os professores que lecionam/lecionaram as disciplinas de LE Aplicadas aos Negócios no LEA-NI/UFPB. Assim como, leva em consideração uma análise (subjéctiva) de necessidades dos alunos dessa graduação em 2017.

Compreendemos, por isso, que este trabalho contribui para os bacharelados em LEA-NI no Brasil, em especial para o que está na UFPB, pois é uma pesquisa que mostra a realidade e a construção contínua de um curso novo com presença em poucas instituições de ensino superior no país.

Até o presente momento, apenas três universidades brasileiras acolhem o bacharelado em LEA-NI, a saber, a Universidade Estadual de Santa Cruz, na Bahia; a Universidade Federal da Paraíba, na Paraíba; e o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, no Rio de Janeiro. Embora, a Universidade de Brasília ofereça a graduação

em LEA, esta tem o foco no Multilinguismo e na Sociedade da Informação.

5.2 LINFE: UMA ABORDAGEM PARA O ENSINO DE LÍNGUAS

O tempo será um fator que determinará todas as variáveis em LinFE, por isso, Mangiante e Parpette afirmam: “Dans la mesure où le temps de formation est étroitement compté, la stratégie d’enseignement s’en trouve fortement modifiée. En effet, dans l’immense ensemble de données que constitue une langue, l’urgence de la formation nécessite une sélection sévère” (2004, p. 21). Como uma maneira de esquematizar e identificar as diferenças e as semelhanças gerais entre línguas para fins gerais e LinFE, os autores produzem o seguinte quadro:

Quadro 1: Diferenças e semelhanças entre línguas para fins gerais e LinFE

LÍNGUAS PARA FINS GERAIS	LinFE
Objetivo amplo; Formação a médio e longo prazo; Diversidade temática e de competências; Conteúdo dominado pelo professor; Trabalho autônomo do docente; Material didático existente;	Objetivo preciso; Formação a curto prazo (urgência); Centrado em situações e competência(s); Conteúdo novo, a priori não dominado pelo docente; Contato com atores do meio estudado; Material a ser elaborado;
Atividades didáticas.	

Fonte: Adaptado de MANGIANTE e PARPETTE, 2004, p. 154.

Hutchinson e Waters (1987) afirmam que o que de fato distingue línguas para fins gerais e LinFE não é a existência de uma necessidade, mas a consciência dela. Essa consciência leva basicamente a duas características fundamentais em LinFE: a análise de necessidades dos alunos e por conseguinte o design do curso em si.

Mangiante e Parpette (2004) afirmam que as etapas que o profissional em LinFE cumpre são longas e que podem ser esquematizadas em cinco etapas: i) a demanda de formação, por exemplo, de um órgão

que demanda de uma instituição educacional o ensino de LinFE com características precisas para uma público específico; ii) a análise de necessidades que, por meio das respostas a questionários e outras fontes, se delinea a formação pedagógica, a fim de que os alunos alcancem êxito na comunicação da situação-alvo; III) a coleta de dados por parte do docente ou equipe de docentes na área em que se dará o ensino, para que possam complementar e/ou ratificar a análise de necessidades; iv) a análise dos dados coletados; v) e, por fim, a elaboração das atividades a serem desenvolvidas no curso.

Segundo Sánchez (2009), o ensino-aprendizagem de LinFE deve seguir uma programação que privilegie o processo descritivo e reflexivo do âmbito específico da situação-alvo. Consequentemente, aborda uma metodologia que inclui uma perspectiva da descrição linguística, bem como aspectos pragmáticos e funcionais da linguagem em LinFE.

Mangiante e Parpette (2004), ao se questionarem sobre quais competências os alunos em LinFE deveriam ter acesso na sala de aula, afirmam que um curso de droit en français não é um curso de français du droit. Assim, focar-se tão somente no conteúdo da situação-alvo não é um curso de LinFE, pois o primeiro visa à proficiência nas noções jurídicas, em contrapartida, o segundo, à proficiência na linguagem da situação-alvo. Para os autores, LinFE não é uma substituição da disciplina – neste caso, o direito – ou da situação-alvo em si, mas o papel do curso é de suporte linguístico-comunicativo aos discentes.

Todavia, há que se ter em vista a observação de Mourlhon-Dallies (2008), o qual cita que as mudanças das últimas décadas provocaram progressivamente a preocupação em inserir no ensino de LinFE não somente as questões linguísticas, mas também socioculturais, econômicas, cognitivas e profissionais, contribuindo para a interdisciplinaridade no ensino-aprendizagem de LinFE nos dias atuais.

Com relação aos docentes, Dudley-Evans e St. John (1998, p. 189) citam que o profissional de LinFE tem muito mais a ver com um consultor, pois ele não é “a font of all wisdom”. Portanto, o professor de LinFE dá conselhos, sugerindo alternativas e permitindo o aprendiz a

tomar decisões informadas. Sánchez (2009, p. 103), por sua vez, cita o profissional de LinFE como “un especialista o un mediador lingüístico”. Já em relação aos discentes, aqueles autores (1998) afirmam que eles trazem conhecimentos dos seus campos de atuação para o processo de aprendizagem, os quais podem ser alunos atuantes naquelas áreas ou estudantes ainda em formação, diferentemente dos professores de LinFE que não têm necessariamente o mesmo saber.

Ainda que em qualquer processo de ensino-aprendizagem haja aprendizado mútuo entre o docente e o discente, há diferenças entre o processo de ensino-aprendizagem de línguas para fins gerais e a abordagem em LinFE. Em línguas para fins gerais, o docente assume o papel de guiar os aprendizes por um conhecimento linguístico-comunicativo *a priori* já dominado por ele. Em LinFE, o professor poderá lecionar assuntos que não foram vistos na sua formação inicial, neste caso, assuntos relacionados aos negócios internacionais e às suas interfaces. Tomamos emprestado uma expressão latina para melhor esclarecer a sala aula de LinFE: tanto o professor, quanto o aluno podem passar por um crescimento linguístico-comunicativo *pari passu* da situação-alvo em questão.

5.3 LINFE: LÍNGUAS PARA FINS DE NEGÓCIOS

Línguas para fins profissionais, segundo Beltrán (2004, p. 1116), é o ensino-aprendizagem de uma língua para a comunicação profissional que pode ser definido como “[...] el enfoque del proceso de enseñanza y aprendizaje que tiene como propósito mejorar las capacidades de comprensión y expresión que se requieren para desenvolverse en un determinado campo de actividad profesional”.

Dentro do campo de atuação de línguas para fins profissionais encontram-se múltiplas variantes deste tipo de comunicação, entre as mais procuradas estão as línguas para fins de negócios, as quais estão ligadas, entre outras áreas, à gestão empresarial e comercial que nas últimas duas décadas viram crescer consideravelmente a demanda

dentro da área de línguas para fins profissionais (DUDLEY-EVANS e ST. JOHN, 1998; SÁNCHEZ, 2009).

Há ao menos duas ramificações das línguas para fins de negócios, segundo Dudley-Evans e St. John (1998): línguas para fins *gerais* de negócios e línguas para fins *específicos* de negócios. Os autores citam que línguas para fins gerais de negócios estão relacionadas a aprendizes inexperientes ou iniciantes na atividade profissional da situação-alvo, e são similares a cursos de línguas para fins gerais, porém, utilizando-se geralmente de materiais didáticos para contextos de negócios.

Línguas para fins específicos de negócios contrastam com a explicação acima, pois são dirigidas a aprendizes que já conhecem a realidade da situação-alvo, os quais trazem conhecimentos do seu campo de atuação para o seu processo de ensino-aprendizagem, além de serem cuidadosamente desenhadas para o desenvolvimento de algumas habilidades linguístico-comunicativas de contextos específicos de negócios (DUDLEY-EVANS e ST. JOHN, 1998).

Línguas para fins de negócios seguem algumas características próprias, pois na comunicação profissional deve-se tomar decisões apropriadas em determinados contextos, a fim de alcançar o sucesso. A expressão correta do locutor e a compreensão adequada do interlocutor podem não serem alcançadas se aquele não se utilizar adequadamente da língua para fins de negócios (BELTRÁN, 2004).

Para concluir, compilamos pensamentos de autores da área e tentamos definir, com seus próprios conceitos, como podem ser caracterizadas as línguas para fins de negócios segundo o que é demandado e ofertado em tais cursos, o perfil do professor e do aluno, além das competências linguístico-comunicativas (quadro 2).

Quadro 2: Características do ensino-aprendizagem de línguas para fins de negócios

LÍNGUAS PARA FINS DE NEGÓCIOS	
O QUE É DEMANDADO E OFERTADO	Ensino-aprendizagem de línguas para fins de negócios em contextos específicos ou gerais; Preparação para obtenção de certificados na área dos negócios.
PERFIL DO PROFESSOR	Profissional de LinFE especializado em línguas para fins de negócios (consultor linguístico), mas não necessariamente alguém que já atuou na área dos negócios.
PERFIL DO ALUNO	Profissionais pertencentes à gestão comercial, à empresas ou finanças; Alunos universitários em áreas que se relacionem com negociação internacional e áreas afins; Alunos universitários em mobilidade estudantil nas áreas de ciências econômicas, comerciais e áreas afins; Outros alunos procedentes de diversos países com necessidades em línguas para fins de negócios.
COMPETÊNCIAS LINGUÍSTICO-COMUNICATIVAS	Relação entre discurso e língua no contexto dos negócios, por exemplo, o uso da língua entre pessoas de culturas diferentes e /ou funções diferentes; Elaboração de gêneros textuais escritos nos negócios: projetos, relatórios, prospectos, memorandos, apresentações, carta comercial, informe, o contrato, currículo, entre outros; Eventos comunicativos orais: telefonar, socializar-se, fazer apresentações, tomar parte em uma reunião ou negociação, transações comerciais, gestão diretiva na empresa, ordens dadas entre iguais e entre cargos diferentes, relações sociais e de cortesia no trabalho e abrir ou levantar uma sessão; Gramática e vocabulário contextualizado no ensino de línguas para fins de negócios; Aquisição da interculturalidade como competência comunicativa no contexto dos negócios.

Fonte: Adaptado de DUDLEY-EVANS e ST. JOHN, 1998; MERCELOT, 2006 e SÁNCHEZ, 2009.

De forma geral, línguas para fins de negócios apresentam as mesmas nuances que qualquer outra língua apresentaria nas diversas categorias presentes em LinFE. Todavia, o perfil dos integrantes (professor e aluno), das habilidades linguístico-comunicativas e o que impulsiona a demanda/oferta estão todos vinculados estritamente aos negócios.

5.4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Nesta pesquisa, estão presentes dois grupos de informantes. Primeiramente, apresentamos os professores que responderam aos questionamentos contidos no apêndice A, para isso, eles atenderam aos requisitos que expomos mais adiante. Em seguida, apresentamos o segundo grupo de informantes composto por uma amostra de alunos do LEA-NI/UFPB, o questionário aplicado junto a eles encontra-se no apêndice B.

No DMI, há 14 professores efetivos e exclusivos do departamento, sendo 7 para atuação em especial no LEA-NI/UFPB. Para participarem desta pesquisa foram estabelecidos alguns pré-requisitos: i) ser ou ter sido professor efetivo da UFPB; ii) atuar ou ter atuado como professor exclusivo para lecionar no LEA-NI/UFPB; iii) lecionar ou ter lecionado a disciplina de LE aplicadas aos negócios. A partir desses requisitos, apenas 6 professores foram selecionados para participar desta pesquisa. Os dados gerais destes docentes e como serão mencionados neste trabalho encontram-se no quadro 3.

Quadro 3: Configuração dos informantes da pesquisa com relação aos professores

DISCIPLINA LECIONADA	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	PRIMEIRA VEZ NA DISCIPLINA	STATUS ATUAL NO LEA-NI DA UFPB	PSEUDÔNIMO
Espanhol Aplicado aos Negócios	Doutorado em Linguística Aplicada	2012.1	Leciona	P.E. 1
	Mestrado em Linguística	2012.2	Leciona	P.E. 2
Francês Aplicado aos Negócios	Doutorado em Estudos Linguísticos	2012.1	Leciona	P.F. 1
Inglês Aplicado aos Negócios	Doutorado em Linguística	2012.1	Não leciona mais	P.I. 1
	Doutorado em Linguística Aplicada	2014.2	Não leciona mais	P.I. 2
	Mestrado em Linguística	2016.2	Leciona	P.I. 3

Fonte: Elaboração dos autores.

Os alunos são o segundo grupo de informantes desta pesquisa. O LEA-NI/UFPB contava, em 2016.2, com 117 alunos matriculados em seu corpo discente. Neste trabalho, 50 alunos da graduação participaram do levantamento de dados com relação às suas necessidades em LE para fins de negócios lecionadas no curso (Apêndice B), assim, esta amostra representa 42,7% do total de alunos que há no curso.

Nós utilizamos somente um tipo de técnica de investigação nesta pesquisa: questionários para os alunos (Apêndice B) e para os professores (Apêndice A). Para cada um dos questionários empregamos um tipo dominante de pergunta: para os professores, as questões foram majoritariamente abertas, enquanto que, para os alunos, as questões foram praticamente todas do tipo fechada. As questões abertas exigem do respondente respostas próprias, por sua vez, as questões fechadas são previamente delimitadas pelo entrevistador.

A partir da coleta de dados por meio dos questionários, o tratamento de dados seguiu a seguinte metodologia. No primeiro momento, analisamos o resultado dos questionários dos alunos (Apêndice B) como sendo uma análise (subjetiva) de necessidades (DUDLEY-EVANS

e ST. JOHN, 1998; HUTCHINSON e WATERS, 1987; MANGIANTE e PARPETTE, 2004). A abordagem foi por meio da metodologia quantitativa, pois as perguntas foram fechadas, sendo os dados revertidos para porcentagem.

Enquadramos como sendo uma análise (subjetiva) de necessidades, pois não incluímos as necessidades da situação-alvo (*target needs*) na perspectiva objetiva, ou seja, as necessidades da situação-alvo que são percebidas pelo profissional de LinFE (HUTCHINSON e WATERS, 1987). Não entendemos ser uma análise menos importante, porque os mesmos autores (1987, p. 57) destacam: “bearing in mind the importance of learner motivation in the learning process, learner perceived wants cannot be ignored”.

Com relação ao questionário aplicado com os professores (Apêndice A), todas as perguntas foram abertas, a fim de alcançar dos entrevistados o máximo de informação que eles entendessem ser necessário, por isso a análise dos dados foi qualitativa.

Por meio de ambos os questionários (para alunos e para professores), pudemos averiguar se o resultado da análise (subjetiva) de necessidades de tais alunos em formação são atendidas pelo tipo de construção das disciplinas de LE para fins de negócios proposto pelos professores.

5.5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta pesquisa, e em especial esta apresentação e análise dos resultados, tem por objetivo responder a um questionamento exposto na introdução: *como são estruturados os cursos de línguas estrangeiras para fins de negócios no bacharelado em LEA-NI da UFPB, a fim de que o aluno possa se tornar apto a atuar como negociador plurilíngue?*

A fim de responder a esta pergunta, desenvolvemos esta seção através de três objetivos: i) fazer um levantamento e uma análise (subjetiva) das necessidades em LE para fins de negócios dos alunos no LEA-NI; ii) obter uma visão geral da estruturação das disciplinas de LE para fins de negócios através de questionários aplicados com os pro-

fessores; III) avaliar essa estruturação e seus possíveis efeitos sobre os futuros negociadores.

5.5.1 OS ALUNOS: suas necessidades, seus desejos e suas lacunas

O questionário para os alunos (Apêndice B) apresenta alguns questionamentos a respeito das necessidades dos alunos na área dos negócios, uma das primeiras perguntas foi: *Para que as línguas para fins de negócios são necessárias para você?*

Os resultados mostram que 90% dos alunos entendem que a sua maior necessidade nas línguas para fins de negócios é para o seu futuro trabalho, tendo em vista que são pessoas em formação no LEA-NI/UFPB. Por sua vez, 22% dos entrevistados acreditam que poderão ter a possibilidade de uma promoção no emprego por causa dos conhecimentos em LE para fins de negócios. Somente 48% entendem que as línguas são uma real necessidade para conclusão do curso, ainda que as três disciplinas de LE aplicadas aos negócios sejam componentes obrigatórios na grade curricular desse bacharelado. Pode-se inferir que os alunos que não selecionaram essa opção – os 52% restante – entendem que, ainda que haja uma obrigatoriedade, não levam isso em consideração como um fator determinante no aprendizado da LE para fins de negócios, mas sim a necessidade delas para sua atuação no mercado de trabalho (90%).

Com relação ao questionamento sobre habilidades nas LE aplicadas aos negócios, indagamos aos alunos: *Como as línguas para negócios serão utilizadas por você?*

Quase todos os entrevistados (96%) acreditam que utilizarão a fala como o principal meio de comunicação. A produção escrita foi vista como a segunda habilidade mais importante entre os questionados com 88% do total. As compreensões oral (78%) e escrita (64%) aparecem em seguida.

Ainda que nenhuma das habilidades tenha alcançado 100% entre os entrevistados, não se pode entender que somente algumas habilidades serão utilizadas por eles na área dos negócios, mas deve-se

compreender que, a partir dos dados, algumas habilidades terão maior atuação na situação-alvo.

Com relação às necessidades em línguas para fins de negócios com quem os alunos irão se relacionar, foi questionado: Com quem as línguas para negócios serão utilizadas por você?

Os alunos em sua maioria (88%) acreditam que utilizarão as LE com nativos dessas línguas residentes em seus países. Então, seria necessário entender que tais alunos desejam atuar como negociadores fora do Brasil – essa afirmação é confirmada com os dados obtidos na pergunta seguinte –, ou em outros locais de trabalho onde o contato com nativos das línguas espanhola, francesa ou inglesa seja muito frequente.

Apenas 46% entendem que utilizarão os idiomas com não-nativos fora do Brasil e 34% com não-nativos em território brasileiro. Talvez os alunos não conheçam que o uso da língua inglesa na área dos negócios, por exemplo, é mais falada entre não-nativos do que com ou entre nativos da língua inglesa (DUDLEY-EVANS e ST. JOHN, 1998).

Em consonância com a pergunta anterior, questionamos aos alunos no levantamento de dados, onde seriam utilizados os idiomas para fins de negócios como futuros negociadores internacionais: *Onde as línguas para fins de negócios serão utilizadas por você?*

Grande parte dos alunos (74%) selecionou, como possível local de trabalho, empresas privadas internacionais no exterior, confirmando os dados da pergunta anterior que mostram os alunos inclinados a atuarem como negociadores fora do Brasil. Outra grande parte dos alunos (64%) optou como possibilidade de atuação, empresas privadas internacionais, porém no Brasil.

Em menor proporção, 46% desejam atuar em órgãos públicos internacionais no exterior e 44% em órgãos públicos internacionais no Brasil, ou seja, empresas, repartições, organizações dirigidas diretamente por um Estado específico ou por Estados, como na ONU, UNESCO, MERCOSUL, etc.

Apenas 4% optaram pela opção “outros locais” em que podem estar presentes o terceiro setor, aquele de que ONGs, fundações, associações e partidos políticos fazem parte.

Hutchinson e Waters (1998) avaliam lacunas como sendo a ausência do que os alunos necessitam para alcançar o bom desempenho na situação-alvo. Neste caso, começamos a avaliar o que falta para a boa comunicação por meio das competências linguístico-comunicativas em espanhol, francês e inglês.

Analisamos as habilidades linguístico-comunicacionais segundo o Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas (QEQR), o qual divide basicamente em três níveis de utilizadores: o utilizador elementar (A1/A2), o utilizador independente (B1/B2) e o utilizador proficiente (C1/C2). De maneira subjetiva, haja vista que os alunos estudam com livros didáticos com esse indicador de referência e têm conhecimento do nível linguístico em que estão no LEA-NI/UFPB, eles se autoavaliaram.

Com relação à língua espanhola, os alunos responderam às perguntas que se seguem: *Qual o seu nível atual de conhecimento em espanhol? e Qual o seu atual nível no conhecimento sociopolítico e cultural dos países de língua espanhola?*

Mais da metade dos alunos (56%) declaram não ter conhecimento em língua espanhola superior ao nível A2 (nível elementar), enquanto que 64% afirmam ter conhecimento sociopolítico e cultural dos países de língua espanhola em nível regular.

A respeito desses dados, pode ser argumentado que, neste levantamento, 71,4% dos alunos ainda não alcançaram o sexto período do curso. Por consequência, eles ainda não teriam formação suficiente nestas áreas, todavia deve-se levar em consideração dois fatores.

Primeiro, a posição geográfica do território brasileiro que é o único país de língua portuguesa em um continente que tem países de maioria hispanófono, ou seja, temos ou deveríamos ter trocas de conhecimentos, valores, ideias, aspectos culturais, entre outros componentes com tais Estados. Segundo, o Brasil integra o MERCOSUL, advindo disso, surgiram políticas linguísticas de ensino do espanhol

no ensino básico brasileiro, por exemplo, por meio da lei 11.161/2005, revogada recentemente pela lei nº 13.415, de 2017, a qual não torna mais obrigatório o ensino do espanhol nas escolas.

Após ponderar sobre tais fatos, acreditamos que este levantamento de dados pode indicar uma deficiente participação da população brasileira no ensino-aprendizagem da língua espanhola, o que, por consequência, atinge diretamente a formação desses futuros negociadores latino-americanos.

A respeito da língua francesa, as mesmas perguntas foram realizadas e os resultados foram parecidos aos relacionados à língua espanhola e à cultura dos países hispanófonos. Algumas diferenças aparecem, se comparadas com os questionamentos anteriores, pois há mais alunos com níveis elevados de proficiência na língua francesa. Outra dessemelhança é a maior porcentagem de alunos que se declaram com um conhecimento “ruim” a respeito dos países francófonos.

Percebe-se que metade dos alunos declaram ter ao menos o nível B1 (nível pré-intermediário a intermediário) na língua francesa, sendo 44% do nível B1 ao B2, e 6% do C1 ao C2, os níveis mais avançados do QECR. Em contrapartida, o conhecimento sociopolítico e cultural dos países francófonos foi um pouco pior, se comparado às perguntas relacionadas à cultura dos países hispanófonos, com quase um terço dos entrevistados (28%) afirmando terem pouco conhecimento nessas áreas referentes aos países de língua francesa.

A realidade no contexto da língua inglesa é completamente distinta dos outros idiomas, com um valor expressivo de alunos que declaram ter entre o nível C1 e C2 (do nível avançado ao nível proficiente), chegando a quase um terço dos entrevistados, pois alcança 28% do total. A respeito do conhecimento sociopolítico e cultural dos países anglófonos por parte dos alunos entrevistados, apenas 10% desta amostra declara ter pouco ou nenhum deste tipo de conhecimento.

A última pergunta fechada aos alunos que apresentamos foi: *O que espera alcançar com o estudo de línguas para negócios?* Indicando um desejo por parte do aprendiz, uma vez que Hutchinson e Waters (1987)

afirmam que o aluno é relevante na construção do ensino-aprendizagem de LinFE, pois ele está no centro deste processo.

A grande maioria deseja adquirir conhecimentos sociopolíticos e culturais (80%) e competências linguístico-comunicativas avançadas (72%). Portanto, as lacunas analisadas nos níveis linguísticos em espanhol e francês, e os conhecimentos sociopolíticos e culturais dos países destas línguas devem ter maior atenção, uma vez que são esses os pontos mais deficientes entre os alunos e demonstram ser onde eles desejam por melhorias ao longo das disciplinas em LinFE aqui analisadas.

Esses dados confirmam a importância da afirmação de Damette (2007, p. 44): “l’enseignant ne transmet pas seulement un savoir linguistique, mais des informations culturelles sur les domaines de spécialité”, podendo tais informações culturais servirem como uma ponte inicial ao domínio de especialidade.

5.5.2 OS PROFESSORES: *DESIGNERS* DE DISCIPLINAS NO LEA-NI/UFPB

O processo de estruturação das disciplinas de línguas para fins de negócios, no curso LEA-NI/UFPB, será visto por meio do questionário aplicado com os professores (Apêndice A). Por meio desta análise, pretendemos compreender como é realizada a abordagem em LinFE nesse bacharelado, além de verificar os possíveis efeitos desse design de curso sobre os alunos.

No questionário com os docentes, seis professores foram entrevistados. A primeira questão indaga: *Já trabalhou com ensino-aprendizagem de línguas para fins específicos antes de atuar no LEA-NI da UFPB? Descreva.*

A partir das respostas, percebemos que todos os professores já atuaram na área de LinFE em algum momento de suas carreiras, seja na área para fins acadêmicos ou para fins profissionais. Contudo, mais uma pergunta torna-se necessária por ser mais específica: *Já trabalhou com ensino-aprendizagem de línguas para fins de negócios antes de atuar no LEA-NI da UFPB? Descreva.*

Após essa segunda pergunta, as respostas delineiam um novo cenário. Dois professores afirmam não ter atuado na área de línguas para fins de negócios antes de atuar no LEA-NI/UFPB. Aparentemente, três professores (P.E. 1, P.I. 2 e P.I. 3) atuaram em cenários parecidos ao ensino de línguas *in company*, quando o curso é dado para os funcionários dentro de uma empresa, configurando um ensino de LE para fins específicos de negócios. E apenas o professor P.I. 1 diz ter ensinado, em escolas de idiomas, línguas para fins de negócios e preparatórios para os exames de proficiência desta área.

Ainda que haja limitações no levantamento de dados por meio de questionários, podemos inferir, por meio das respostas, que todos os professores tiveram no LEA-NI/UFPB o seu primeiro contato com LE para fins de negócios de um modo muito específico. Com isso, queremos dizer, um curso de línguas para fins gerais de negócios, ofertado por uma instituição de ensino superior pública, com a finalidade de formar negociadores internacionais em um âmbito mais geral possível, pois poderão atuar em áreas como em turismo, em questões jurídicas internacionais e nas mais diversas áreas das negociações internacionais.

A realização da análise de necessidades em cursos de LinFE tem relevância, pois é neste momento que o profissional de LinFE poderá detectar as carências de seus alunos, delinear o panorama atual desse grupo e ser capaz de desenhar um curso que possa atender a essas necessidades. Por isso, a próxima pergunta foi: *Você realiza/realizou a análise de necessidades com relação ao ensino-aprendizagem de línguas para fins específicos descrito por diversos autores da área em suas aulas de línguas para fins específicos no LEA-NI na UFPB? Como se deu essa análise de necessidades? Descreva.*

A princípio, todos os docentes realizam a análise de necessidades em suas aulas de LinFE. À vista que a análise pode ser realizada de várias formas, pode-se, por meio das respostas, constatar alguns exemplos.

Alguns professores (P.E. 1, P.E. 2 e P.I. 3, por exemplo) optam pela entrevista com seus alunos, acreditando que por meio da oralida-

de pode-se ter um panorama das necessidades deles. Outros, como por exemplo P.F. 1 e P.I. 1, preferem adotar a observação da situação-alvo ou questionários, respectivamente, como meios de analisar as necessidades. Independentemente do meio a ser utilizado, todos entendem a importância da execução deste primeiro momento no desenho de disciplinas em LinFE.

Em seguida, apresentamos uma indagação concernente às habilidades linguísticas e sua importância na sala de aula de línguas para fins de negócios. No questionário (Apêndice A), todas as quatro perguntas eram compostas pelo seguinte questionamento: *Qual o papel da habilidade em PRODUÇÃO/COMPREENSÃO ESCRITA/ORAL em suas aulas de línguas para fins de negócios? Descreva como se dá/deu e qual a importância a partir do seu ponto de vista acadêmico.*

Nesta pergunta, as respostas apresentadas são semelhantes, embora divirjam em alguns aspectos. Por isso, podemos dividir os professores em dois grupos: i) os que dão prioridade para as habilidades de produção, sem necessariamente desconsiderarem por completo as habilidades de compreensão; ii) e os que entendem ser todas as habilidades importantes no mundo dos negócios.

No primeiro grupo, encontramos falas de professores que citam: i) “toda habilidade linguística é importante no curso de Espanhol para Negócios. [Mas, a produção oral] no meu curso trata-se da 1ª em prioridade”; ii) “vejo o profissional LEA muito mais associado a um trabalho de interação oral, mediando negócios entre pessoas de culturas diferentes. [...] acho que [a produção oral] é a habilidade que mais quero destacar em minhas aulas”.

No segundo grupo, percebemos que os registros não são tão distintos, porém, os professores com este pensamento acreditam que cada habilidade tem sua importância na sala de aula de línguas de especialidade na área dos negócios, a julgar pelas diversas funções que o egresso poderá desempenhar nas NI. Assim, dois docentes afirmam: i) “em um contexto de negócios internacionais, o negociador precisa entender [...], mas também ser entendido [...]. Creio que as quatro habilidades são igualmente importantes, mas sua importância varia

conforme o que se quer atingir em termos comunicativos”; ii) “acredito que [todas] as habilidades listadas [...] mereçam atenção na formação do profissional de LEA-NI, considerando seus possíveis espaços de atuação após a graduação”.

Em seguida, o questionário aborda as questões referentes à gramática e aos aspectos socioculturais no ensino-aprendizagem de línguas para fins de negócios. A primeira pergunta é relacionada à função da gramática em LinFE: *Qual o papel da GRAMÁTICA em suas aulas de línguas para fins específicos na área dos negócios? Descreva como se dá/deu e qual a importância a partir do seu ponto de vista acadêmico.*

A partir das respostas, podemos ver que todos são unânimes em dizer que a gramática está presente no ensino-aprendizagem de LinFE, contudo a sua presença está muito mais condicionada a uma combinação com as habilidades linguísticas.

O P.E. 1 afirma que a gramática, em semestres anteriores, havia a prioridades no ensino, pois eram voltadas para o ensino de línguas para fins gerais. Neste momento, ela adquire papel secundário. Além disso, os alunos já demonstram estar aptos a interagirem em ambientes encontrados na situação-alvo, o que leva o docente a afirmar: “nesta altura do curso os alunos respondem melhor às atividades acadêmicas voltadas aos fins/objetivos específicos que possam vir a encontrar em seu futuro profissional”.

Os professores P.E. 2 e P.I. 2 compreendem que a gramática já não deve ser mais o centro no processo de ensino-aprendizagem, apenas servindo como corretor de eventuais erros ou necessidades que os alunos possam necessitar. Pois assim como afirmou P.F. 1, a valorização desta etapa do ensino não está mais na forma, mas no conteúdo enviado pela mensagem, sendo esta mensagem enviada tanto por meio da produção oral, quanto pela produção escrita. Portanto, este docente conclui afirmando: “posso dizer que me tornei mais condescendente no que se refere à correção gramatical”.

A seguir, apresentamos as respostas dos professores referentes à seguinte questão: *Qual o papel dos ASPECTOS SOCIOCULTURAIS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS em suas aulas de línguas para fins de negócios?*

Descreva como se dá/deu e qual a importância a partir do seu ponto de vista acadêmico.

Sabendo que o ensino-aprendizagem de línguas para fins gerais, assim como em LinFE, há também a presença de outros aspectos além dos linguísticos, por isso foi necessário questionar onde e como esses aspectos são abordados no ensino de línguas para fins de negócios.

Ambos os professores de língua espanhola mencionam ser importante a inserção do ensino dos aspectos socioculturais, políticos e econômicos na sala de aula de LinFE, porém o P.E. 1 aplica tais aspectos quando alguma atividade possa requerer. Por sua vez, o P.E. 2 dá ênfase apenas nos aspectos socioculturais, por ter melhor formação nesta área.

O P.F. 1 apresenta uma característica interessante em sua fala: a exposição da cultura de um refletida na cultura do outro. Este docente propõe a inserção dos aspectos socioculturais, políticos e econômicos como meios de averiguar e discutir tais aspectos contidos nos países francófonos, levando em consideração os mesmos aspectos da realidade brasileira, e assim “apresentar ao aluno as diferenças e/ou similitudes entre a realidade deles e a da língua/cultura que estão aprendendo”.

Quanto aos professores de língua inglesa, todos entendem que aqueles aspectos mencionados na pergunta são sempre retomados quando necessário, seja por meio de *briefings* de produtos, como cita o P.I. 2, seja em outros momentos da aula que os requeiram, como afirma o P.I. 3.

Por meio do questionário aplicado junto aos alunos, 46% desejam atuar em órgãos públicos no exterior e 74% em empresas privadas no exterior. Muito provavelmente, por serem indivíduos de nacionalidade e língua distintas da que a situação-alvo exige, será demandado algum certificado de proficiência em LE. Logo, deve ser considerado que a análise de necessidades indica uma demanda pelo ensino da estrutura e das habilidades linguístico-comunicativas presente nesses certificados.

Consequentemente, entendemos ser necessário questionar aos professores: *Há/houve alguma preparação ou introdução aos certificados de proficiência em língua estrangeira para negócios do idioma ensinado em sua sala de aula? Esse processo se dá/deu de alguma forma no processo de ensino-aprendizagem? Se utiliza/utilizou de algum material para esse fim ou desse fim? Descreva.*

Dois professores (P.I. 2 e P.I. 3) não adotaram o ensino ou inserção de materiais concernentes aos exames internacionais de proficiência em LE, neste caso o inglês.

Em contrapartida, o P.I. 1 diz ter adotado e adaptado materiais para a preparação de um dos exames da Universidade de Cambridge, o *Business English Certificate* (BEC). Além disto, este docente cita que ao apresentar tais materiais de preparação também foi capaz de apresentar os conteúdos linguístico-comunicativos da área dos negócios. Ao final, diz que “os alunos puderam continuar a conhecer o certificado individualmente”, o que mostra a oportunidade de continuidade para aqueles que entendem ser necessário a obtenção de tal certificado na sua futura posição de negociador internacional.

Quanto aos professores de língua espanhola (P.E. 1 e P.E. 2), ambos adotam ou pretendem adotar o ensino para os certificados em língua, na área dos negócios, ofertados pela Câmara de Comércio de Madri.

Assim como os professores de espanhol, o P.F. 1 também adota indiretamente a preparação para os exames de língua para fins profissionais ofertados pela Câmara de Comércio e Indústria de Paris. Este docente afirma que se utiliza das questões que aparecem nesses certificados a fim de “avaliar os conhecimentos linguísticos, discursivos, gramaticais”, logo os alunos serão avaliados em LinFE, mas indiretamente sendo treinados por meio das técnicas e metodologias advindas dos exames.

Na sala de aula de LinFE, por meio da análise de necessidade, evidencia-se a carência ou não por um material didático específico, pois como apresentamos, o ensino de LE aplicadas aos negócios pode ser para fins gerais ou específicos de negócios. Enquanto LE para fins

específicos de negócios, o material muito provavelmente deverá ser desenhado pelo profissional de LinFE, além da utilização de materiais autênticos; o ensino de LE para fins gerais de negócios toma uma proporção mais abrangente, o qual o profissional pode perceber que as necessidades dos alunos são atendidas – em sua totalidade ou não – por meio de materiais didáticos disponíveis no mercado.

Por isso, questionamos aos professores: *Algum material didático específico é/foi adotado em suas aulas de línguas para fins específicos na área dos negócios? Quais? Por quê?*

Quase todos os professores adotam direta ou indiretamente algum material didático de línguas para fins de negócios, exceto o P.I. 2 que adotou somente materiais autênticos. Os professores de língua espanhola (P.E. 1 e P.E. 2) adotam o mesmo material didático em sala de aula, o que proporciona homogeneidade no ensino ao longo dos anos, pois diferentes alunos terão a mesma formação. Entretanto, enquanto P.E. 1 diz adotar o livro como material didático regular; o P.E. 2 diz utilizar o material não em sua totalidade, mas apenas unidades específicas.

O docente P.F. 1 elenca diversos materiais didáticos que utiliza em sala, mas entende que nenhum deles cobre, na sua totalidade, as diversas necessidades que seus alunos apresentam, por isso primeiro os adapta, depois os aplica em suas aulas.

Os outros dois professores de língua inglesa (P.I. 1 e P.I. 3) adotaram materiais didáticos de inglês para fins de negócios. O P.I. 1 afirma que a utilização de um material didático ajuda os alunos a terem uma “sensação de progressão” na LE estudada. Este docente também cita que o material utilizado serviu como um vetor de ensino de língua especializada, o que atraiu a atenção mesmo de alunos com nível considerável na língua.

Sobre os materiais realizados por autoria própria e a utilização de materiais autênticos da situação-alvo, questionamos: *Há/houve a necessidade de CONSTRUÇÃO OU UTILIZAÇÃO DE UM MATERIAL AUTORAL ou de alguma unidade didática que atendesse às suas necessidades como professor(a) e/ou a de seus alunos como futuros negociadores? Descreva.*

Alguns professores parecem realizar o uso de materiais autênticos, mas não autorais propriamente ditos, como são os casos dos professores P.E. 2 e P.I. 1.

O P.E. 1 diz realizar a produção de materiais autorais para a prática das habilidades linguísticas e outros aspectos ligados à comunicação em LinFE, enquanto que o P.I. 2 afirma que por ter utilizado materiais autênticos, conseqüentemente todo exercício em sala foi autoral. Ambos os professores tomam o papel de docente, mas também de produtor de materiais em LinFE.

O P.F. 1 descreve um processo muito típico de um profissional de LinFE: aquele que leciona LE com um objetivo específico e que não encontra materiais disponíveis ou acha de maneira escassa a ponto de ter que produzir seus próprios materiais. Neste caso, este professor entendeu por bem criar um plano de exportação que pudesse atender às necessidades dos alunos em formação em LEA-NI/UFPB.

Após compreendermos que quase todos os professores também atuam como profissionais de LinFE, cabe averiguar se eles também adotam materiais autênticos da área dos negócios, por isso consta no questionário: *Há/houve a necessidade de UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS AUTÊNTICOS que atendesse às suas necessidades como professor(a) e/ou a de seus alunos como futuros negociadores? Descreva.*

Vale salientar que os materiais autênticos são materiais que, conforme a análise de necessidades aplicada no início do curso, serão trabalhados com maior ou menor ênfase nas habilidades linguísticas e nas dinâmicas em sala de aula, sempre quando o profissional de LinFE entender ser necessário.

Todos os professores, no decorrer do questionário, afirmam que se utilizaram de materiais autênticos em suas aulas. Alguns professores utilizaram tais materiais como apoio ao conteúdo ensinado, outros, como material principal da disciplina.

5.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

LinFE mostrou ser um campo fértil para pesquisas, pois dele podem ser tratados diferentes aspectos, neste caso, por exemplo, abordamos apenas uma faceta que é o ensino de LE para fins de negócios.

A partir de ambos os questionários, pudemos cumprir todos os objetivos desta pesquisa e constatamos ao menos três características do ensino de LE para fins de negócios no LEA-NI/UFPB. Primeiro, a análise de necessidades é realizada com os alunos por meio de todos os professores questionados. Ainda que de diferentes maneiras – questionários, entrevistas semiestruturadas, conversas informais, observação da situação-alvo, etc. –, a averiguação toma lugar como o primeiro passo antes de iniciar a disciplina.

Segundo, as aulas de LE aplicadas aos negócios no LEA-NI/UFPB, de um modo geral, compreendem as quatro competências linguísticas – ainda que com ênfase em uma, em algumas ou em todas –, além da competência comunicativa intercultural a qual deve fazer parte do negociador internacional. Além disso, as aulas abordam o conteúdo advindo da situação-alvo por meio de tais competências linguístico-comunicativas.

Por fim, a sala de aula torna-se um ambiente contextualizador do mundo dos negócios internacionais concernente ao profissional em LEA-NI, pois os professores se utilizam de materiais autênticos e/ou autorais relacionados ao mundo dos negócios, realizam a simulação-global como meio de atuação das práticas das habilidades linguístico-comunicativas, há o ensino (in)direto das técnicas e metodologias encontradas nos exames de proficiência de LE na área dos negócios, entre outras práticas contextualizadoras.

Concluimos, que além das contribuições à Linguística Aplicada, também oferecemos uma colaboração ao bacharelado em LEA-NI presente no Brasil. Tendo em vista que há poucas graduações que oferecem essa formação, apresentamos, por meio deste trabalho, um panorama de uma realidade local, entretanto, de igual importância para a continua construção dessa graduação em território nacional.

REFERÊNCIAS

BELTRÁN, Blanca Aguirre. La enseñanza del español con fines profesionales. In: LOBATO, Jesus Sánchez; GARGALLO, Isabel Santos (Org.). **Vademécum para la formación de profesores**. Madri: SGEL, 2004. p. 1109-1128.

DAMETTE, Éliane. **Didactique du français juridique: français langue étrangere à visée professionnelle**. Paris: L'Harmattan, 2007.

DUDLEY-EVANS, Tony; ST JOHN, Maggie Jo. **Developments in ESP: a multi-disciplinary approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

HUTCHINSON, Tom; WATERS, Alan. **English for specific purposes**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

MANGIANTE, Jean-Marc; PARPETTE, Chantal. **Le français sur objectif spécifique: de l'analyse des besoins à l'élaboration d'un cours**. Paris: Hachette, 2004.

MERCELOT, Gérard. **Négociations commerciales et objectifs spécifiques: de la description à l'enseignement des interactions orales professionnelles**. Bern: Peter Lang, 2006.

MOURLHON-DALLIES, F. **Enseigner une langue à des fins professionnelles**. Paris: Éditions Didier, 2008.

SÁNCHEZ, Josefa Gómez de Enterría. **El español lengua de especialidad: enseñanza y aprendizaje**. Madri: Arco, 2009.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos, de maneira especial, a todos os professores e alunos que, voluntariamente, trouxeram informações essenciais para a construção desta pesquisa. Por fim, agradecemos a todos os outros que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário para os professores

1. Formação profissional

1.1. Qual sua atual formação acadêmica? Algo está em andamento?

2. Atuação profissional

2.1. Qual sua atual atuação profissional?

2.2. Já trabalhou com ensino-aprendizagem de línguas para fins específicos antes de atuar no LEA-NI da UFPB? Descreva.

2.3. Já trabalhou com ensino-aprendizagem de línguas para fins de negócios antes de atuar no LEA-NI da UFPB? Descreva.

3. Realização de análise de necessidades

3.1. Você realiza/realizou a análise de necessidades com relação à Abordagem Instrumental descrita por diversos autores da área em suas aulas de línguas para fins específicos no LEA-NI na UFPB? Como se deu essa análise de necessidades? Descreva.

4. Papel das habilidades linguísticas em LinFE

4.1. Qual o papel da habilidade em PRODUÇÃO ESCRITA em suas aulas de línguas para fins de negócios? Descreva como se dá/deu e qual a importância a partir do seu ponto de vista acadêmico.

4.2. Qual o papel da habilidade em COMPREENSÃO ESCRITA em suas aulas de línguas para fins de negócios? Descreva como se dá/deu e qual a importância a partir do seu ponto de vista acadêmico.

4.3. Qual o papel da habilidade em PRODUÇÃO ORAL em suas aulas de línguas para fins de negócios? Descreva como se dá/deu e qual a importância a partir do seu ponto de vista acadêmico.

4.4. Qual o papel da habilidade em COMPREENSÃO ORAL em suas aulas de línguas para fins de negócios? Descreva como se dá/deu e qual a importância a partir do seu ponto de vista acadêmico.

5. Papel da gramática e dos aspectos socioculturais em LinFE

- 5.1. Qual o papel da GRAMÁTICA em suas aulas de línguas para fins específicos na área dos negócios? Descreva como se dá/deu e qual a importância a partir do seu ponto de vista acadêmico.
- 5.2. Qual o papel dos ASPECTOS SOCIOCULTURAIS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS em suas aulas de línguas para fins de negócios? Descreva como se dá/deu e qual a importância a partir do seu ponto de vista acadêmico.

6. Preparação para os certificados de proficiência em língua estrangeira para negócios

- 6.1. Há/houve alguma preparação ou introdução aos certificados de proficiência em língua estrangeira para negócios do idioma ensinado em sua sala de aula? Esse processo se dá/deu de alguma forma no processo de ensino-aprendizagem? Se utiliza/utilizou de algum material para esse fim ou desse fim? Descreva.

7. Material didático adotado

- 7.1. Algum material didático específico é/foi adotado em suas aulas de línguas para fins específicos na área dos negócios? Quais? Por quê?

8. Construção de materiais autorais e utilização de materiais autênticos

- 8.1. Há/houve a necessidade de CONSTRUÇÃO ou UTILIZAÇÃO de um MATERIAL AUTORAL ou de alguma unidade didática que atendesse às suas necessidades como professor(a) e/ou a de seus alunos como futuros negociadores? Descreva.
- 8.2. Há/houve a necessidade de UTILIZAÇÃO de MATERIAIS AUTÊNTICOS que atendesse às suas necessidades como professor(a) e/ou a de seus alunos como futuros negociadores? Descreva.

9. Aula de língua estrangeira para fins gerais

- 9.1. Antes do aluno no LEA-NI da UFPB iniciar os estudos em línguas para fins de negócios, de turismo ou jurídicos, ele estuda *a priori* por quatro semestres as mesmas línguas em contextos para fins gerais. Já há a inserção de materiais didáticos, autorais ou autênticos, unidades específicas, temas, módulos ou aulas para fins específicos? Descreva.

10. Acredita ser pertinente do seu ponto de vista como profissional na área de LinFE adicionar algum outro ponto não abordado neste questionário? Qual?

Apêndice B – Questionário para os alunos

1. Idade
2. Sexo
3. Nacionalidade
4. Atual período letivo no curso LEA-NI
5. Para que as línguas para negócios são necessárias para você?
 - a) obrigatoriedade no curso LEA-NI
 - b) trabalho
 - c) status ou curriculum
 - d) exames internacionais como o BULATS (inglês) ou CFP (francês)
 - e) promoção no emprego
 - f) outro: _____
6. Como as línguas para negócios serão utilizadas por você?
 - a) na fala
 - b) na escrita
 - c) na escuta
 - d) na leitura
 - e) na tradução e/ou interpretação
7. Quais as áreas serão/deverão ser utilizadas e/ou estudadas na sua concepção?
 - a) comércio internacional
 - b) negociações internacionais diversas em órgãos privados
 - c) negociações internacionais diversas em órgãos públicos
 - d) outra: _____
8. Com quem as línguas para negócios serão utilizadas por você?
 - a) com nativos dessas línguas residentes no Brasil

- b) com nativos dessas línguas residentes em seus países
 - c) não-nativos residentes no Brasil
 - d) não-nativos residentes em outros países
 - e) outros: _____
9. Onde as línguas para negócios serão utilizadas por você?
- a) em empresas privadas internacionais no Brasil
 - b) em órgãos públicos internacionais no Brasil
 - c) em empresas privadas internacionais no exterior
 - d) em órgãos públicos internacionais no exterior
 - e) outro: _____
10. Qual o seu nível atual de conhecimento em espanhol?
- a) A1/A2: básico a elementar
 - b) B1/B2: pré-intermediário a pós-intermediário
 - c) C1/C2: avançado a proficiente
11. Qual o seu nível atual de conhecimento em francês?
- a) A1/A2: básico a elementar
 - b) B1/B2: pré-intermediário a pós-intermediário
 - c) C1/C2: avançado a proficiente
12. Qual o seu nível atual de conhecimento em inglês?
- a) A1/A2: básico a elementar
 - b) B1/B2: pré-intermediário a pós-intermediário
 - c) C1/C2: avançado a proficiente
13. Qual o seu atual nível no conhecimento sociopolítico e cultural dos países de língua espanhola?
- () Bom () Regular () Ruim
14. Qual o seu nível atual de conhecimento sociopolítico e cultural dos países

de língua francesa?

Bom Regular Ruim

15. Qual o seu nível atual de conhecimento sociopolítico e cultural dos países de língua inglesa?

Bom Regular Ruim

16. Você acredita ser necessário estudar língua para fins específicos, neste caso, línguas para negócios?

a) sim, muito

b) sim, pouco

c) indiferente

d) não

17. O que espera alcançar com o estudo de línguas para negócios?

a) conhecimentos básicos nas línguas estudadas

b) conhecimentos intermediários nas línguas estudadas

c) conhecimentos avançados nas línguas estudadas

d) conhecimentos sociopolítico e culturais dos países das línguas estudadas

e) conhecimentos econômicos e financeiros dos países das línguas estudadas

f) outro: _____

18. Caso já esteja trabalhando, você atua como negociador em sua profissão?

a) sim

b) não

19. Caso tenha respondido sim, explique sua função.

20. Caso tenha respondido sim na questão 18, utiliza alguma língua estrangeira?

CAPÍTULO 6

O ENSINO BILÍNGUE FRANCO-BRASILEIRO NO NORDESTE DO BRASIL

Isabelle Carneiro Walmsley¹
Alyanne de Freitas Chacon²

6.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo³ procura mostrar, a partir de uma pesquisa bibliográfica e um estudo de caso, com abordagem qualitativa, a importância do ensino bilíngue e da língua francesa para os futuros profissionais globais. O avanço da globalização, que tem ocasionado a crescente internacionalização dos diferentes setores frutos de uma política capitalista, tornou necessário o domínio de novos idiomas. Por essa razão, estudar a educação bilíngue tem se mostrado uma tarefa extremamente importante e necessária para a nossa sociedade.

De fato, seria pertinente afirmar que, por mais que a internacionalização avance, o profissional pode usar das ferramentas que as novas tecnologias oferecem, ou usufruir do árduo trabalho dos profissionais de tradução. Pode-se até considerar, em uma visão mais nacionalista, que o profissional atuante no meio da internacionalização se

1 Negociadora Internacional com bacharelado em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB e graduada em Comércio Exterior pelo Centro Universitário Internacional – UNINTER. E-mail: isabellewalm@gmail.com.

2 Professora de Língua Francesa do Departamento de Mediações Interculturais (DMI/CCHLA/UFPB), do qual foi chefe no biênio 2016-2018, atuando nos cursos de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais e de Tradução. Doutora em Linguística, Mestre em Literatura Comparada e Graduada em Letras/Língua Francesa. Linhas de pesquisa e atuação: Linguística, com ênfase na Análise Textual dos Discursos, Responsabilidade Enunciativa, Polifonia Linguística, Teoria da Enunciação, Gêneros textuais, Interculturalidade e Línguas para Fins Específicos. E-mail: lychacon.ufpb@gmail.com.

3 Este capítulo foi desenvolvido a partir do Trabalho de Conclusão de Curso de Isabelle Carneiro Walmsley. Ensino Bilíngue Franco-Brasileiro no Nordeste: a Escola Francesa de Natal. João Pessoa: LEA-NI/DMI/CCHLA/UFPB, 2018, 75 p. (Trabalho de Conclusão de Curso), sob a orientação da Profa. Dra. Alyanne de Freitas Chacon.

recuse a falar outros idiomas a fim de afirmar o poder e a influência de sua língua nativa. Ora, todas as hipóteses afirmadas acima são válidas, não eliminando do mercado internacional os profissionais que as seguem. Entretanto, no meio de tantos trabalhadores frutos de uma população que cresce incessantemente, é necessário buscar um ou vários diferenciais que permitam o crescimento e prestígio do profissional no mercado de trabalho. Arriscamo-nos a afirmar que o principal diferencial em um mercado internacionalista é o bilinguismo.

Deveras, um profissional bilíngue é capaz de compreender e ser compreendido em outro idioma, facilitando o poder de negociação e reduzindo os possíveis riscos frutos de uma falha na comunicação. Ser bilíngue não é uma obrigação, mas um diferencial consequente de investimento e dedicação. Muitas escolas brasileiras perceberam essa questão, enxergando uma nova oportunidade em um setor também crescente em nossa sociedade: o setor educacional. Sem querer ser redundante, muitas escolas fizeram do diferencial do futuro profissional o seu próprio diferencial, tornando-se, assim, escolas bilíngues. Nesse sentido, veremos mais adiante os diferentes conceitos de bilinguismo e de educação bilíngue.

É pertinente afirmar a crescente quantidade de escolas bilíngues no Brasil que compartilham uma característica em especial: o bilinguismo anglo-brasileiro. Os novos profissionais bilíngues dominantes da língua inglesa cresceram tanto nos últimos anos que se tornou necessário encontrar novos diferenciais dentre os profissionais “diferenciados”. Certamente, muitos países têm um alto nível de vulnerabilidade externa, principalmente em relação aos Estados Unidos da América. Essa vulnerabilidade garante à língua inglesa uma grande influência sócio-político-econômica, o que somada à questão cultural leva à propagação em grande massa do inglês. Outrossim, não se pode reduzir o mérito dos anglófilos, a condição que também não se menospreze os outros idiomas indispensáveis à internacionalização.

No contexto do diferencial que a língua francesa pode proporcionar ao trabalhador, é pertinente afirmar a grande importância do francês no cenário mundial. De fato, a França e a língua francesa detêm uma substancial influência sócio-político-

-econômica e cultural, apresentando, inclusive, uma grande relevância para o Brasil. Com o intuito de mostrar essa imprescindível relevância, apresentamos adiante a relação bilateral entre o Brasil e a França no contexto social, econômico, político e cultural. Além disso, apontamos o grande prestígio referente à francofonia e ao contexto francófono. O espaço francófono engloba países possuintes de uma grande riqueza econômica e cultural, como o Canadá, a Suíça, a Bélgica e a França, o que mostra, mais uma vez, sua pertinência para o trabalhador global.

Pensando em mostrar um novo cenário ainda desconhecido por muitos, propusemo-nos, ao longo deste trabalho, mostrar o espaço do ensino bilíngue franco-brasileiro em nosso país. Embora a língua francesa tenha perdido espaço para o inglês no cenário internacional, o domínio desse idioma pode oferecer ao futuro trabalhador o tão almejado diferencial. Ainda no contexto da internacionalização, a criação de escolas bilíngues franco-brasileiras também teve o intuito de acolher estudantes cujas famílias francófonas se instalaram no Brasil. Nesse sentido, a última parte deste capítulo visa a apresentar o caso da Escola Francesa de Natal, cujo ensino bilíngue franco-brasileiro se destaca no meio de tantas escolas bilíngues anglo-brasileiras na região.

No dia 09 de abril de 2018, fizemos uma visita à Escola Francesa de Natal. No primeiro momento da pesquisa, foi realizada a entrevista com a diretora pedagógica Prof.^a Mireille Meireles, graduada em Línguas Estrangeiras Aplicadas, a qual respondeu com entusiasmo a todas as perguntas previamente elaboradas. Após a entrevista, foi realizada uma visita pela escola, guiada pela Professora de Artes Plásticas, Ana de Souza. Ao longo da visita, foi detalhadamente observado o espaço diariamente frequentado pelos alunos. Também houve um contato direto com os discentes, através do qual foi possível observar as atividades realizadas por eles no momento da visita. Pode-se afirmar que a visita foi de grande importância para o desenvolvimento deste trabalho, uma vez que o pesquisador deve se inserir no contexto a ser estudado a fim de realizar um verdadeiro estudo de caso.

Por fim, este estudo evidencia a significância da educação bilíngue para os estudantes do curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais (doravante LEA-NI). Efetivamente, os fu-

turos profissionais da internacionalização devem usufruir da pluralidade de idiomas e da interculturalidade disponibilizadas no projeto pedagógico do Curso, a fim de procurarem o sucesso e os diferenciais pertinentes à carreira. Outrossim, os egressos de LEA-NI que almejam seguir a carreira educacional podem, mediante este trabalho, compreender a importância do aprendizado da língua estrangeira no contexto da educação bilíngue, procurando propagar tal conhecimento com o intuito de contribuir para o bom desenvolvimento multilinguístico da futura geração trabalhadora. Ademais, essa análise pode auxiliar futuros pesquisadores que almejam estudar o desenvolvimento e alastramento das escolas bilíngues franco-brasileiras no nosso país.

6.2 BILINGUISMO E EDUCAÇÃO BILÍNGUE

A fim de analisar o processo de implementação da primeira escola Franco-Brasileira no Nordeste do Brasil, procuramos, primeiramente, compreender os conceitos que definem bilinguismo e escola bilíngue. Ao longo da análise, foi possível compreender que não existe um único conceito para os termos em questão. Existe, pois, uma grande variação de conceitos, que são classificados de acordo com a visão dos diferentes autores. De fato, Marcelino (2009) afirma em sua tese que o conceito de escola bilíngue muda de acordo com cada país, havendo, desse modo, diversas possibilidades e interpretações. A introdução do conceito de escola bilíngue está diretamente relacionada a fatores como cultura, questões étnicas e político-sociais. Há, assim, a possibilidade de uma instituição de ensino ser considerada bilíngue por um meio cultural, mas, quando é analisada em outro contexto, é considerada uma instituição monolíngue que oferece o ensino de uma segunda língua. Assim, não é oferecida neste estudo uma única definição dos termos considerada como correta, mas uma apresentação dos conceitos na visão de alguns autores.

Segundo Marcelino (2009), o bilinguismo consiste em um desenvolvimento na educação, decorrente de uma demanda mercadológica. De acordo com o autor, as escolas eram escolhidas de acordo com a proposta de ensino, respeitando as tendências e tradições. Para aqueles que almejavam aprender novas línguas, o ensino era ofertado em

institutos de idiomas e tinham o intuito de complementar a educação. Em uma fase de transição, as escolas começaram a terceirizar o ensino de idiomas, recorrendo aos institutos. Entretanto, essa estratégia não foi considerada eficiente, fazendo com que as escolas alterassem novamente a metodologia de ensino de idiomas. Assim, surgiram as escolas bilíngues, cuja ideia consiste na complementariedade do papel dos institutos de idiomas com o das escolas.

O autor supracitado aponta três tipos de bilinguismo no contexto brasileiro: o simultâneo, o consecutivo e o consecutivo de infância. Os bilíngues simultâneos são aqueles que têm contato com a língua estrangeira desde a infância devido a contextos favoráveis, como a utilização do idioma estrangeiro no contexto familiar, em escolas internacionais, nas quais a língua estrangeira é utilizada como idioma de instrução, e nos casos de migração. Os bilíngues consecutivos geralmente aprendem a língua estrangeira em institutos de idiomas, onde a nova língua é um objeto de estudo ao invés de uma língua de instrução. Já o bilíngue consecutivo de infância é o caso decorrente da educação bilíngue. Nele, a língua estrangeira também é um idioma de instrução. Entretanto, difere do bilinguismo simultâneo por não ocorrer em um contexto favorável, visto que se trata de um espaço brasileiro.

A Associação Brasileira de Ensino Bilíngue⁴ (ABEBI), cuja proposta consiste em aumentar o número de escolas bilíngues no Brasil, afirma que o ensino bilíngue no território brasileiro ainda é pouco desenvolvido quando comparado a outros países. De fato, países como o Canadá tiveram colonização mista, o que desenvolveu o aspecto bilíngue. Outros, como os Estados Unidos da América, recebem um elevado número de migrantes, o que potencializa o desenvolvimento do ensino bilíngue. A ABEBI cita algumas vantagens pertinentes para considerar o desenvolvimento do ensino bilíngue, como o aumento de oportunidades no âmbito profissional, além da possibilidade de formar os estudantes para uma “economia mundial”. Além disso, a entidade sem fins lucrativos explica o motivo pelo qual a maioria das escolas bilíngues está diretamente ligada à língua inglesa. Trata-se do fato de o inglês ser a língua predominante na economia mundial.

4 <http://abebi.com.br/>

Segundo Gadet e Varro (2006), o bilinguismo é um tema bastante atual que não é apenas um objeto de pesquisa que está na moda. Deveras, durante muito tempo, os estudos relacionados ao bilinguismo foram apenas desenvolvidos por pesquisadores bilíngues. Atualmente, pesquisadores não-bilíngues exploram o assunto, mostrando um maior reconhecimento nesse campo de estudo. De acordo com as autoras, o número de estudos referentes ao bilinguismo começou a crescer depois da segunda metade do século XX, sendo assim desenvolvida uma série de definições.

As autoras supramencionadas defendem que o bilinguismo ocorre mediante ao contato das línguas, como o contato fronteiriço ou o contato decorrente da migração da população mundial. Entretanto, não há critérios objetivos e qualitativos que permitam dar uma definição exata. A classificação dos contatos das línguas, segundo Gadet e Varro (2006), é realizada de acordo com o indivíduo, a família, o grupo ou o Estado. No contexto social, as línguas do agente bilíngue podem ser dominantes, quando a língua é falada por uma maioria linguística, ou minoritárias, quando a língua é falada por uma minoria linguística.

De acordo com Gadet e Varro (2006), a observação do bilinguismo de um tipo de criança ou de família reproduz a dicotomia entre o bilinguismo aditivo (típico nas elites) e o bilinguismo subtrativo (típico em migrantes). Percebe-se, nesse sentido, a caracterização das línguas associada ao status do grupo falante. Sem embargo, uma série de pesquisas foi desenvolvida a fim de quebrar o estereótipo que relaciona a língua ao status.

As autoras acima citadas afirmam que os estudos relacionados ao bilinguismo podem seguir duas principais vertentes. A primeira diz respeito aos estudos de linguistas e psicolinguistas, cujo principal objetivo é o de medir o grau de fluência, a riqueza lexical, o reconhecimento fonêmico, as aptidões cognitivas, as competências comparadas dos bilíngues e dos monolíngues, os níveis de produção e compreensão oral e escrita, e outros fatores diretamente relacionados aos agentes bilíngues. Já a segunda vertente diz respeito a sociólogos e sociolinguistas, cujo principal objetivo é o de estudar a vida das línguas em sociedade, as identidades e a transmissão intergeracional. Essa vertente está diretamente relacionada aos fatores políticos e sociais das

situações pertinentes ao contato das línguas e das culturas. Gadet e Varro (2006) também citam uma terceira vertente, podendo esta ser considerada bastante provocadora para alguns autores. Trata-se do bilinguismo simbólico, cujo segundo idioma da família binacional não é utilizado pelas crianças, mas é conhecido. De fato, a criança sabe da existência do segundo idioma, que faz parte da história da família, e apesar de não falar, desenvolve um vínculo simbólico.

A definição de bilinguismo de Riagáin e Lüdi (2003) difere de muitos outros autores. Os pesquisadores defendem que o bilinguismo consiste na capacidade de se comunicar em mais de uma língua, independentemente do nível de competência do indivíduo em cada idioma. Nesse sentido, o agente que tiver uma mínima noção de uma das competências da segunda língua já é considerado bilíngue. Se levarmos em consideração a definição de bilinguismo defendida pelos autores, podemos considerar a maioria da população mundial composta por agentes bilíngues.

De acordo com Riagáin e Lüdi (2003), nas sociedades ocidentais do século XIX e início do século XX, o bilinguismo era considerado como uma deficiência. Muitos afirmavam que uma criança vivendo em um contexto bilingue teria seu desenvolvimento dividido pela metade ao invés de ser multiplicado por dois. Além disso, o pensamento nacionalista afirmava que as fronteiras nacionais delimitavam territórios monolíngues e, conseqüentemente, o pertencimento a duas nações poderia ser considerado suspeito. Deveras, o indivíduo bilíngue pertencente a duas culturas não era considerado de confiança quando o normal da época era ser monolíngue. Contudo, esse pensamento é, atualmente, considerado ultrapassado.

Contrariamente ao pensamento afirmado nos séculos XIX e XX, Riagáin e Lüdi (2003) não consideram o bilinguismo como uma deficiência e ainda afirmam que, atualmente, o bilinguismo pode resultar de uma escolha parental. Seguindo essa linha de pensamento, os autores introduzem o conceito de estratégia de educação bilíngue, sendo essa estratégia implementada pelos pais, coletividades ou governos a fim de desenvolver o bilinguismo da criança. Conforme os autores, o conteúdo da educação está necessariamente veiculado por uma língua, sendo este idioma de fácil escolha em uma sociedade linguisticamente

homogênea. Entretanto, trata-se de uma escolha complicada e possivelmente conflitante em uma sociedade plurilíngue, cujo dilema pode estar ligado à quantidade de línguas a serem utilizadas no contexto escolar.

Uma questão referente ao bilinguismo que é tratada por diversos autores foi retomada por Riagáin e Lüdi (2003). Trata-se do conflito do bilinguismo dominante que, segundo os autores, é bastante pertinente quando a escolha da língua utilizada na educação está para ser decidida entre a língua praticada por certas comunidades e a língua de maioria socioeconômica. Os conflitos do multilinguismo devem-se, principalmente, à diversidade linguística mundial, fator que demonstrou cada vez mais força ao passar dos séculos.

Os autores supracitados também discutem sobre os motivos que levam o aluno a querer aprender outras línguas. Eles apresentam três dimensões: a cognitiva, que diz respeito às crenças referentes à língua, a afetiva, que diz respeito aos sentimentos referentes à língua, e a comportamental, que se refere ao comportamento linguístico. Além das três dimensões, os autores apontam os elementos pertinentes ao contexto linguístico que influenciam na motivação de cada aluno, são eles: a avaliação; a preferência linguística, levando em consideração os objetivos ou situações; o desejo e os motivos de aprender a língua; e a avaliação das categorias sociais que utilizam a língua.

Outrossim, há o desejo de ser bilíngue e de ter uma educação bilíngue, as opiniões referentes às políticas que permitem a passagem de uma língua a outra, e a manutenção do status de uma língua. Ademais dos motivos acima citados, Riagáin e Lüdi (2003) apontam a internacionalização como uma das principais razões para o desejo de aprender outras línguas. De fato, os autores afirmam que a crescente internacionalização das empresas desenvolve novos mercados, que ultrapassam as fronteiras nacionais. É pertinente afirmar que as vantagens ligadas ao processo de internacionalização também ajudam na necessidade de aprendizado de outras línguas. Deveras, o desenvolvimento ligado ao capitalismo cria desigualdades e gera um desequilíbrio econômico nas nações, sendo esse fator o principal motivo de uma grande parte dos fluxos migratórios da atualidade.

De acordo com Hamers e Blanc (2000), ainda há poucas pesquisas que analisam as consequências da implementação do ensino bilíngue em determinada instituição de ensino. No decorrer deste capítulo, foi estudado o caso isolado da Escola Francesa de Natal. Os estudantes da escola em questão encontram-se em um sistema de imersão, no qual recebem toda ou parte da instrução na língua estrangeira. Nesse caso, trata-se de uma imersão inicial parcial, na qual o francês e o português são utilizados como meio de instrução desde o princípio.

Adiante, mostramos situações que colocam a língua francesa como um fator de extrema importância para a internacionalização. Seria pertinente, portanto, um futuro estudo no qual o principal objetivo consistisse em aumentar o número de escolas bilíngues cujo único ou principal idioma não seja o inglês. Embora o conhecimento da língua inglesa permaneça imprescindível, ele deixa de ser um diferencial à medida que o número de instituições que priorizam o ensino do inglês aumenta. Assim, o aprendizado de outros idiomas como o francês se torna cada vez mais necessário para o estudante global.

6.3 A RELAÇÃO BILATERAL ENTRE O BRASIL E A FRANÇA

A cultura francesa está bastante presente na vida dos brasileiros. O Brasil e a França desenvolveram ao longo dos anos uma boa relação que foi intensificada com o ano do Brasil na França, em 2005, e com o ano da França no Brasil, em 2009. Segundo a Embaixada da França no Brasil⁵, a relação bilateral entre os dois países foi intensificada em 2006 através de uma parceria estratégica entre o presidente francês Jacques Chirac e o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva. Essa parceria foi, em seguida, confirmada após o encontro do presidente Lula com o presidente francês Nicolas Sarkozy, em 2008. O encontro entre os dois chefes de Estado ocorreu no território que compartilha uma fronteira de mais de 700 km entre os dois países: a Guiana Francesa. Enquanto o ano do Brasil na França teve o intuito de aumentar os contatos no contexto ministerial, o ano da França no Brasil visou a intensificar os intercâmbios, apresentando uma França moderna, aberta e diversificada socialmente.

⁵ <https://br.ambafrance.org/>

A história brasileira já traz uma grande influência da cultura francesa. Há um grande fluxo de cidadãos e um fluxo considerável de mercadorias entre os dois países. De acordo com informações retiradas do site da Embaixada da França no Brasil, as relações comerciais entre o Brasil e a França dobraram nos últimos quinze anos. Atualmente, há cerca de 500 empresas francesas presentes no território brasileiro, gerando, assim, cerca de 500 mil empregos. O desejo francês de conquistar novos mercados faz com que a nação esteja em quinta posição no que diz respeito ao investimento estrangeiro no Brasil.

Nesse sentido, 36% das exportações brasileiras são destinadas ao território francês, dado que faz do Brasil o principal mercado latino-americano para a França. Além disso, o Brasil também é atualmente o principal parceiro latino-americano da França no que diz respeito à cooperação científica, que visa a realizar majoritariamente pesquisas relacionadas à inovação tecnológica. O programa de principal destaque referente a essa cooperação científica é a CAPES-COFECUB, cuja formação resultou em mais de 2 mil doutores brasileiros desde 1978. A França ocupa o segundo lugar na lista de principais destinos dos estudantes brasileiros, tendo, assim, recebido mais de 4 mil estudantes.

Uma das maiores associações de universidades do mundo é a Agência Universitária da Francofonia (AUF), tendo um total de 784 estabelecimentos membros em 98 países. Dados de 2011 disponibilizados pela Organização Internacional da Francofonia (OIF) afirmam que 2.856 bolsas foram distribuídas aos estudantes, professores e pesquisadores pela AUF. Além disso, 99 projetos de cooperação científica interuniversitários foram apoiados e 1.266 estudantes concluíram nas 72 formações abertas e à distância apoiadas pela AUF. Nas Américas, a AUF tem sede em Montreal, Canadá, desde 1987, e abrange 80 membros em 12 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Estados Unidos, França, México, Peru e Uruguai. A cidade de São Paulo abriga um escritório da AUF, aberto no ano de 2011.

A fim de atender ao público francófono e francófilo residente no Brasil, a cooperação existente entre o Brasil e a França fundou um Liceu Francês nas cidades de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, que hoje acolhem mais de 1.500 estudantes franceses e mais de 500 estudantes brasileiros. Além disso, há três Escolas Francesas, sendo

uma em Curitiba, outra em Niterói, e outra em Natal, e 40 Alianças Francesas espalhadas pelo Brasil, onde o ensino da língua francesa é ofertado para mais de 35 mil estudantes. Nota-se que a Escola Francesa de Natal é a primeira Escola Franco-Brasileira da região Nordeste do Brasil. Atualmente, o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco está se preparando para ser bilíngue. Além disso, há um projeto focado na implementação de uma Escola bilíngue Franco-Brasileira em Sergipe.

Uma das grandes vantagens da Escola Francesa de Natal é o fato de ter seu bilinguismo construído em cima de duas línguas extremamente importantes no cenário internacional, consideradas línguas mundiais. A Organização Internacional da Francofonia caracteriza as línguas mundiais de acordo com critérios qualitativos, como dispersão territorial, status oficial nacional nos países, status oficial nas organizações internacionais e o ensino do idioma como língua estrangeira.

6.4 LÍNGUA FRANCESA E FRANCOFONIA

Em sua obra *Le Français Langue Seconde*, Cuq (1991) define a língua segunda como o idioma, no caso o francês, falado em países cujo francês não é uma língua nativa, com uma característica em comum. Trata-se, geralmente, da língua francesa falada em antigas colônias e protetorados franceses. Desse modo, o francês não é nem a língua nativa, nem uma língua estrangeira. Ele pode, contudo, ser considerado uma língua transitória, sendo a fase entre a simples comunicação do francês língua estrangeira (FLE) e o domínio da língua francesa. A fim de apresentar o francês língua segunda em outro contexto, é pertinente citar o exemplo de uma criança estrangeira que acaba de chegar no território francês. No princípio, o francês é para ela uma língua estrangeira. Logo, ela tem o objetivo de chegar ao domínio da língua, tendo que passar, para isso, pelo aprendizado do francês língua segunda.

Podemos fazer uma relação do francês língua segunda com o ensino bilíngue discutido no decorrer deste trabalho. Efetivamente, o conceito defendido por Cuq (1991) aponta o ensino da língua através de matérias que favoreçam o aprendizado do aluno que ainda não tem o domínio da língua, como a matemática. A partir desse conceito, en-

contramos semelhança com alguns conceitos de ensino bilíngue encontrados no capítulo anterior.

A Organização Internacional da Francofonia afirma, conforme dados de 2018, que, dentre os 274 milhões de falantes da língua francesa, 55% residem na África. Além disso, 77 milhões são considerados “francófonos do cotidiano”, enquanto 52 milhões conseguem manter uma conversa e 125 milhões estão em situação de aprendizagem da língua francesa. Deveras, o francês é utilizado como idioma de ensino para mais de 76 milhões de discentes, sendo a principal língua de ensino em 35 países. No contexto da internacionalização, a língua francesa é a segunda língua de negócios na Europa e a terceira língua no mundo, além de ser a segunda língua das Organizações Internacionais. Destarte, os países francófonos representam mais de 22% das trocas comerciais, apresentando, assim, um Produto Interno Bruto (PIB) de mais de 6% por habitante, conforme dados de 2018.

Em sua obra *La Francophonie*, Deniau (1992) aponta a origem da *francofonia*, termo criado pelo geógrafo Onésimo Reclus, que viveu em meados do século XIX e início do século XX. Reclus costumava trabalhar com base na geografia da França e da África do Norte, até ter a relevante ideia de classificar a população de acordo com a língua falada no meio familiar e nas relações sociais, fazendo com que a francofonia abrangesse a classificação linguística, geográfica e espiritual da população. De acordo com o sentido linguístico, Deniau (1992) aponta o substantivo *francofonia* como proveniente do adjetivo *francófono* e cujo significado diz respeito à capacidade de falar a língua francesa. Em relação ao sentido geográfico, o conjunto de povos cuja língua é o francês forma a *francofonia*. Já o sentido espiritual e místico define a *francofonia* como um sentimento de pertencer a uma mesma comunidade.

O autor supracitado afirma que há, na francofonia, uma pluralidade capaz de agregar um maior número de povos. De fato, alguns países se revelaram mais resistentes a acordos mais rígidos que visam a um sistema unitário de países francófonos. Nesse sentido, a pluralidade da francofonia dá lugar a uma abertura, à expressão de diversas culturas, que permite a integração de países como a Argélia em organizações francófonas. Citamos aqui o exemplo da Argélia, pois, apesar de ser um dos maiores países francófonos do mundo, conforme o site

do *Boulevard Voltaire*⁶, o país magrebino não faz parte da Organização Internacional da Francofonia. Efetivamente, a Argélia participa dos eventos relacionados à francofonia, mas ela não faz parte das organizações por, dentre outros motivos, acreditar que se trata de um espaço meramente político, e não linguístico e cultural.

Segundo Njiké (2003), os países francófonos têm, geralmente, um passado em comum com a França. Eles declaram, na maioria das vezes, projetos visando ao desenvolvimento da democracia, apoio aos direitos humanos, diálogo das culturas, desenvolvimento econômico, dentre outras questões. Organizações oficiais, como a Agência Intergovernamental da Francofonia e a AUF, reservam aos países francófonos relações de solidariedade privilegiadas. De acordo com Carlo e Causa (2010), há, no espaço francófono, três instâncias de decisão, são elas: a Conferência de chefes de Estado e de governos membros da Francofonia, a Conferência ministerial da Francofonia (CMF) e o Conselho permanente da Francofonia (CPF). As autoras ainda afirmam que os cargos mais importantes no contexto do espaço francófono são o Secretário Geral da OIF e o Administrador Geral da Agência Intergovernamental da Francofonia (AIF).

Njiké (2003) afirma que a língua francesa pode ser utilizada de diversas maneiras nos países francófonos. Efetivamente, o francês pode ser a língua materna, como é o caso da França e dos seus territórios ultramarinos, do Quebec, da Suíça Romanda, da região da Valónia da Bélgica, e de Mônaco. Além disso, o francês pode ser a língua oficial, como é o caso, por exemplo, do Senegal, da Guiana Francesa e do Vale de Aosta, a língua administrativa, como é o caso do Congo, ou a língua de costume nas interações sociais. Além da variedade de finalidades linguísticas da língua francesa, os países francófonos representam uma grande pluralidade social e cultural.

Les pays qui ont le français en partage ne se ressemblent pas. Faire le tour de la Francophonie, c'est faire le tour des manières de table, des façons de se vêtir, d'habiter, d'être ensemble, de gagner sa vie, de s'éduquer, de se soigner, de s'occuper de la nature, de développer les villes, de fêter sa joie et de pleurer ses morts. C'est faire le tour du monde. Dans un monde qui se globalise,

⁶ <http://www.bvoltaire.fr/a-quand-une-algerie-membre-de-la-francophonie/>

la Francophonie se donne pour principe de valoriser la diversité culturelle. (NJIKÉ, 2003, p. 56)⁷

Segundo a Organização Internacional da Francofonia (OIF), a língua francesa é a terceira língua mais utilizada nos negócios mundialmente. Além disso, ela é a quarta língua da internet e o quinto idioma mais falado no mundo. O espaço francófono é, de fato, de extrema importância no contexto internacional, visto que agrupa 16% da população mundial e representa 20% do comércio mundial de mercadorias. Além disso, segundo o Consulado Geral da França em São Paulo⁸, a língua francesa é a língua da diplomacia. O francês também é um dos idiomas oficiais de organizações como a ONU, a UNESCO, a OTAN, o Comitê Olímpico Internacional (CIO), a Cruz Vermelha, a FIFA e os Correios. Outrossim, a língua francesa é a língua falada nas cidades-sede da União Europeia e 32 Estados membros da Organização das Nações Unidas têm o francês como língua oficial.

A partir dos dados apresentados acima, é pertinente afirmar a importância da língua francesa no cenário internacional, notavelmente com a relevância do espaço francófono. Dessa maneira, apresentamos, em seguida, a Escola Francesa de Natal, um exemplo de instituição resultante da soma da imprescindibilidade do ensino bilíngue e da relevância da língua francesa.

6.5 A ESCOLA FRANCESA DE NATAL

De acordo com a página oficial da Escola Francesa de Natal⁹ (EFN), localizada na capital do Rio Grande do Norte, ela é a primeira escola bilíngue franco-brasileira do Nordeste, sendo oficialmente reconhecida e autorizada pelo Ministério da Educação do Brasil, através da Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte (SEEC) (parecer 21/2007 - CEB/CEE/RN). A Escola recebe o apoio da Associa-

⁷ Os países falantes da língua francesa não se parecem. Observar a Francofonia, é observar os modos à mesa, as maneiras de se vestir, de morar, de estar junto, de vencer na vida, de se educar, de se curar, de cuidar da natureza, de desenvolver cidades, de festejar a alegria e de chorar pelos mortos. É dar a volta ao mundo. Em um mundo que se globaliza, a Francofonia tem como princípio o fato de valorizar a diversidade cultural. (NJIKÉ, 2003, p. 56, tradução nossa).

⁸ <https://saopaulo.consulfrance.org/>

⁹ <http://www.escolafrancesadenatal.com.br/>

ção Brasil-França para cultura e Educação e da Associação Franco-Brasileira de Natal. O currículo da Escola Francesa de Natal é dividido entre disciplinas ministradas na língua francesa e na língua portuguesa, tendo também a oferta de disciplina de língua inglesa como língua estrangeira. A homologação concomitante do currículo escolar da Escola Francesa de Natal pela França e pelo Brasil contribui para que a Escola seja considerada bilíngue. Com essa homologação, os alunos egressos estão aptos a continuar seus estudos em uma instituição francesa ou brasileira.

A Escola Francesa de Natal oferece turmas até o ensino fundamental I, disponibilizando espaços interativos onde os alunos realizam atividades que incentivam seu desenvolvimento e cujo principal objetivo é torná-los cidadãos bilíngues e do mundo. São apresentadas cotidianamente as culturas da França e do Brasil, desenvolvendo projetos e realizando atividades específicas nas datas comemorativas dos dois países. A Escola é supervisionada por inspetores e conselheiros pedagógicos do Ministério Francês da Educação, garantindo assim o respeito aos programas. A Agência para o Ensino do Francês no Estrangeiro (doravante AEFÉ) organiza semanas de formação que são frequentadas pelos professores da Escola Francesa de Natal. Segundo a página oficial da AEFÉ¹⁰, trata-se de um estabelecimento público criado em 1990 sob a tutela do Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros. Ela fornece apoio referente à educação de crianças francesas que vivem em outros países, fortalecendo os laços culturais e as relações dos sistemas educativos francês e do outro país. A AEFÉ tem como objetivo promover uma rede escolar única no mundo com cerca de 500 instituições situadas em 137 países.

A Escola Francesa de Natal oferece aos seus alunos um acompanhamento personalizado, levando em consideração o contexto social e cultural bilíngue. Ela proporciona, assim, um ambiente repleto de oportunidades, incitando a curiosidade do aluno e incentivando o seu bom desenvolvimento. Ao longo do primeiro ciclo, referente à educação infantil, o aprendizado da língua estrangeira se refere não somente às competências linguísticas, mas também à inserção do aluno no contexto social, com apresentação de situações vivíveis no cotidiano.

¹⁰ <http://www.aefe.fr/>

Além disso, são ofertadas disciplinas cujo objetivo diz respeito ao desenvolvimento da motricidade, além das atividades de artes plásticas, que estimulam a criatividade e percepção da criança. Por tratar-se de um contexto brasileiro, onde os alunos já presenciam diariamente a língua portuguesa, o primeiro ciclo da Escola Francesa de Natal oferece 70% das disciplinas em francês e 30% em português.

A Escola Francesa de Natal tem em sua equipe assistentes de sala que auxiliam os professores nas atividades com as crianças. Os alunos que ingressam a Escola sem ter conhecimento da língua francesa participam de aulas de francês língua estrangeira (FLE) e, junto com os não-francófonos que já têm alguma noção do idioma, começam o aprendizado da língua francesa a partir do primeiro ano, assim como as crianças francesas em relação ao aprendizado do português. No decorrer do terceiro ciclo, há o ingresso no currículo de disciplinas de história e geografia dos dois países, nos dois idiomas. No segundo e terceiro ciclo, 60% do currículo é ofertado em língua francesa, enquanto 40% tem sua oferta em língua portuguesa. O fato de o contexto brasileiro externo à instituição favorecer o desenvolvimento da língua portuguesa faz com que a maior porcentagem de conteúdos seja ofertada na língua francesa.

Os alunos egressos da Escola Francesa de Natal têm a possibilidade de dar continuidade aos seus estudos na língua francesa através do Centro Nacional de Ensino a Distância (CNED), podendo participar de um monitoramento pedagógico na própria Escola Francesa de Natal. O CNED¹¹ é uma entidade pública francesa de caráter administrativo pertencente ao Ministério da Educação Nacional. Através do CNED, estudantes franceses residindo em outros países podem acompanhar o ensino ofertado pelo território francês.

Os alunos que aderem ao CNED têm a possibilidade de se matricular, ao mesmo tempo que recebem o acompanhamento a distância, como visitantes em escolas parceiras da Escola Francesa de Natal. Por ter o seu currículo homologado pelos dois países, além de receber uma formação condizente com o aprendizado ofertado tanto na França quanto no Brasil, os alunos egressos da Escola Francesa também podem ingressar de fato em uma escola brasileira. Afim de não se dis-

¹¹ <http://www.cned.fr/>

tanciar da língua francesa, o egresso que escolher a última opção pode aderir ao CNED “à la carte”, uma modalidade de ensino na qual ele tem a possibilidade de escolher as disciplinas que almeja cursar, recebendo mais uma vez o acompanhamento da Escola Francesa de Natal.

Com o intuito de garantir o melhor resultado no aprendizado bilíngue, há, na Escola Francesa de Natal, a imersão dos alunos nas línguas francesa e portuguesa tanto no dia a dia da Escola quanto nas disciplinas curriculares. O ensino de idiomas é realizado levando em consideração métodos da pedagogia ativa. Com o intuito de facilitar o aprendizado dos alunos em sala de aula, há um número limitado de alunos por turma, além de existir uma avaliação contínua ao longo do ano. Há uma série de recursos e ferramentas que garantem o diferencial da Escola Francesa de Natal, permitindo à Instituição o cumprimento de seus principais objetivos. Assim, os alunos egressos da Escola Francesa de Natal estão aptos a realizar provas para a obtenção de diplomas oficiais do governo francês, como o Diploma de Estudos em Língua Francesa (DELF), que corresponde à certificação das competências na língua francesa dos candidatos estrangeiros desenvolvida pelo Ministério Francês da Educação Nacional.

6.6 O ESTUDO DE CAMPO

No dia 09 de abril de 2018, foi realizada uma visita à Escola Francesa de Natal. Nela, foi aplicada uma entrevista com a diretora pedagógica Prof.^a Mireille Meireles. Segundo a professora, o que motivou a implementação da Escola foi o fato de existir em Natal uma demanda de famílias francófonas. De fato, o site oficial da Aliança Francesa de Natal¹² afirma a existência de empresas e serviços francófonos na região. São exemplos o Leroy Merlin, Jolie Pâtisserie, Lacoste, Consulado da França em Natal, dentre outros. Com a presença desses serviços, francófonos se mudaram para a região com suas famílias. Muitos procuraram escolas francófonas para dar continuidade aos estudos dos filhos e dependentes. Um exemplo foi a consulesa honorária da França em Natal, a Sra. Sylvie Gradel, que sentiu falta, juntamente com a Prof.^a Mireille Meireles, de um ensino francês para seus filhos. A partir

¹² <http://www.afrnatal.com/>

dessa preocupação, as professoras fundaram a Escola Francesa de Natal, que acolhe desde 1997 crianças francesas ou descendentes de franceses, crianças brasileiras e de outras nacionalidades.

De acordo com a Prof.^a Mireille Meireles, a maior dificuldade no processo de implementação da Escola Francesa de Natal foi a falta de capital. Apesar da grande força de vontade da Prof.^a Mireille Meireles e da Sra. Sylvie Gradel, ambas não tinham capital suficiente para abrir uma escola. Por esse motivo, o início da Escola Francesa de Natal ocorreu em parceria com outra escola da região. Com o passar do tempo, a Escola foi adquirindo autonomia, até se tornar a escola que hoje existe. A primeira versão da Escola Francesa de Natal nasceu em 1992, sendo fechada no ano de 1996. Um ano após o fechamento, foi aberta uma nova escola, conhecida até hoje como a Escola Francesa de Natal, primeira escola bilíngue franco-brasileira da região. A instituição começou com uma turma de sete alunos, aumentando as turmas progressivamente de acordo com a evolução do número de discentes.

No período da implementação da Escola Francesa de Natal, políticos franceses passavam pela região do Rio Grande do Norte. Eles foram convidados pela Sra. Sylvie Gradel para conhecer o projeto pedagógico da nova escola. Os políticos gostaram bastante do projeto e da equipe, confiando no futuro promissor da Instituição. Assim, deram uma subvenção que permitiu a compra do local onde funciona a Escola desde então. O crescente sucesso da Escola deve-se a diversos fatores, como o fato de ser aberta a crianças de todas as nacionalidades e de ter em sua equipe professores diplomados pela educação nacional francesa e professores diplomados no Brasil. Além disso, houve, desde o princípio, um grande entusiasmo e energia das fundadoras, que confiaram em um projeto que hoje ajuda diversas famílias da região.

No aspecto social, a Escola Francesa de Natal procura integrar e acolher alunos provenientes de diversos contextos, sendo, portanto, bastante democrática. Os alunos que não podem pagar as mensalidades têm a possibilidade de receber bolsas, tornando a Instituição bastante inclusiva. O espaço físico da Escola Francesa de Natal ainda é um pouco limitado por falta de capital, impossibilitando a abertura imediata de novas turmas. O alunado da Escola Francesa de Natal é composto por 50% de crianças francesas, 40% de crianças brasileiras

e 10% de outras nacionalidades. Na grande maioria dos casos, trata-se de crianças binacionais, como filhas de um cidadão francês com um cidadão brasileiro.

Por se tratar de uma equipe pequena, os pais de alunos são considerados parceiros, colaborando para o bem-estar da Instituição. Em cada turma são necessários ao menos dois professores: um francês e um brasileiro. A Escola conta atualmente com três turmas multiníveis, nas quais dois ou três níveis realizam atividades no mesmo ambiente, podendo a atividade se adequar ao nível de cada aluno. Na Escola Francesa de Natal, os alunos são estimulados para o desenvolvimento da autonomia, da autocorreção e da autoajuda. Também são compartilhados com os alunos princípios da qualidade humana. De acordo com a diretora pedagógica Prof.^a Mireille Meireles, a criança deve fazer parte de uma pedagogia ativa, observando e fazendo hipóteses.

A Escola Francesa de Natal é, de fato, uma instituição que investe no bom desenvolvimento dos discentes, contribuindo para que eles conquistem um espaço pertinente ao se depararem com o mercado de trabalho futuramente. Deveras, esses futuros profissionais terão o domínio da língua francesa, além do conhecimento referente à importância das línguas estrangeiras e à influência dos países francófonos. Além disso, terão, a partir dessa Instituição, um relevante conhecimento da língua portuguesa e da língua inglesa, provando, assim, terem o diferencial necessário tão buscado pelo mercado global. Nesse sentido, a Escola Francesa de Natal pode ser considerada como um exemplo para futuras escolas bilíngues, além de servir de inspiração para o aperfeiçoamento de instituições já existentes.

6.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos observar, ao longo deste estudo, a grande variedade de conceitos relacionados ao contexto do bilinguismo e da educação bilíngue. Procuramos, aqui, destacar conceitos que podem ser relacionados à escola que foi estudada no decorrer da nossa análise: a Escola Francesa de Natal. Nesse sentido, podemos julgar imprescindível o aprendizado de línguas estrangeiras para o futuro profissional atuante no cenário da globalização. Ademais, vale salientar a relevância da

língua estrangeira aprendida no sistema de imersão, sendo pertinente afirmar o grande valor das escolas bilíngues para o desenvolvimento do futuro profissional.

Mostramos, no decorrer da análise, o problema de classificação de escolas bilíngues no Brasil, uma vez que é comum escolas se auto denominarem bilíngues, usando a questão do bilinguismo como estratégia de marketing para atrair novos alunos. Não obstante, os responsáveis pelos alunos que não se aprofundam na questão do bilinguismo podem facilmente ser ludibriados e matricularem seus dependentes em uma escola comum que se afirma bilíngue sem o ser. Dessa maneira, é substancial a análise da grade curricular das escolas, a fim de garantir o melhor e mais eficaz aprendizado da língua estrangeira.

Discutimos a abundância de escolas bilíngues anglo-brasileiras, em detrimento da minoridade das escolas franco-brasileiras em nosso país. Essa diferença pode resultar em uma oportunidade, visto que observamos o diferencial que pode ter o egresso das escolas bilíngues franco-brasileiras ao dominarem um idioma fundamental para o mercado internacional. Vale salientar que não procuramos, neste trabalho, diminuir o valor da língua inglesa no cenário global. De fato, reconhecemos a importância do inglês e consideramos o cuidado em não menosprezar os demais idiomas imprescindíveis ao ofício inerente à globalização.

Expusemos, ainda, a relação bilateral entre o Brasil e a França, mostrando dados específicos referentes a acordos que contribuíram para a união dos dois países. Apontamos a importância e as consequências da aliança franco-brasileira, destacando o setor educacional, pertinente ao desenvolvimento do nosso trabalho. Além disso, também procuramos ressaltar a grande importância da língua francesa e do espaço francófono no cenário mundial. Expusemos a origem da francofonia, assim como seu conceito e sua representatividade. Efetivamente, citamos, no decorrer da análise, autores que tiveram grande contribuição para o tema, além de termos apresentado associações e organizações francófonas de grande importância para o cenário internacional. Procuramos, dessa maneira, mostrar a indispensabilidade da língua francesa na atualidade.

Ademais, analisamos o caso da Escola Francesa de Natal, primeira escola bilíngue franco-brasileira do Nordeste do Brasil. Procuramos, nesse sentido, conhecer a trajetória da Instituição, buscando compreender como se deu o processo de estruturação e afirmação do espaço, enquanto educador bilíngue. Além disso, expusemos o contato direto realizado com a Instituição, por meio de uma entrevista e visita local, através da qual coletamos importantes informações que permitem o bom desenvolvimento deste estudo. Deveras, a Escola abrange uma metodologia que consegue respeitar as exigências do Brasil e da França, preparando seus alunos para o prosseguimento de seus estudos no contexto que almejem. Trata-se de um diferencial pouco encontrado no cenário brasileiro, afirmando, assim, o primeiro passo para o sucesso dos egressos diante da internacionalização.

Sugerimos, por meio desta análise, futuras pesquisas que visem ao alastramento das escolas franco-brasileiras no país. De fato, os dados apontados ao longo deste estudo, além da afirmação da relevância do ensino bilíngue e da língua francesa, testemunham a indispensabilidade desse tipo de ensino. Efetivamente, trata-se de um campo ainda pouco explorado, cuja oportunidade de inserção no mercado, seja por meio da internacionalização ou da docência, é real. Esperamos, dessa maneira, que a presente análise tenha uma verdadeira contribuição, podendo, inclusive, servir de inspiração para a expansão da Escola Francesa de Natal, a fim de que também possa acompanhar diretamente os discentes até a integralização do segundo grau.

REFERÊNCIAS

Agence pour l'enseignement français à l'étranger. Disponível em: <<http://www.aefe.fr/>>. Acesso em: 16 de março de 2018.

Agence Universitaire de la Francophonie. Disponível em: <<https://www.auf.org/>>. Acesso em: 24 de março de 2018.

Aliança Francesa de Natal. Disponível em: <<http://www.afrnatal.com/>>. Acesso em: 22 de março de 2018.

Associação Brasileira de Ensino Bilíngue. Disponível em: <<http://abebi.com.br/>>. Acesso em: 12 de março de 2018.

Boulevard Voltaire. Disponível em: <<http://www.bvoltaire.fr/a-quant-une-algerie-membre-de-la-francophonie/>>. Acesso em: 16 de maio de 2018.

CARLO, C; CAUSA, M. **Civilisation Progressive du Français.** 2^a ed. CLE International, Sejer, 2010.

Centre canadien d'études et de recherche en bilinguisme et aménagement linguistique. Disponível em: <<http://ccerbal.uottawa.ca/fr>>. Acesso em: 08 de abril de 2018.

Centre national d'éducation à distance. Disponível em: <<http://www.cned.fr/>>. Acesso em: 20 de março de 2018.

Consulado Geral da França em São Paulo. Disponível em: <<https://saopaulo.consulfrance.org/>> Acesso em: 10 de maio de 2018.

CouncilofEurope. Disponível em: <<https://www.coe.int/en/web/portal/home>>. Acesso em: 14 de março de 2018.

CUQ, J. P. **Le Français Langue Seconde : Origines d'une notion et implications didactiques.** Hachette. Paris. 1991.

DENIAU, X. **La Francophonie.** 2^a ed. Paris. Presses Universitaires de France. 1992.

Escola Francesa de Natal. Disponível em: <<http://www.escolafrancesadenatal.com.br/>>. Acesso em: 24 de outubro de 2017.

GADET, F.; VARRO, G. **Le "scandale" du bilinguisme.** Langage et société, vol. 116, n^o 2, p. 9-28. 2006.

HARMERS, J; BLANC, M. **Bilinguality and Bilingualism.** Cambridge: Cambridge University Press. 2000.

La France au Brésil. Ambassade de France au Brésil. Disponível em: <<https://br.ambafrance.org/>>. Acesso em: 24 de março de 2018.

MARCELINO, M. **Bilinguismo no Brasil: significado e expectativas.** São Paulo. Revista Intercâmbio, volume XIX: 1-22. 2009.

NIJKÉ, J. N. **Civilisation Progressive de la Francophonie.** CLE International. 2003.

Observatoire démographique et statistique de l'espace francophone.

Disponível em: < <https://www.odsef.fss.ulaval.ca/>>. Acesso em: 03 de abril de 2018.

Observatório da Língua Portuguesa. Disponível em: < <https://observalinguaportuguesa.org/>>. Acesso em: 30 de março de 2018.

Organisation Internationale de la Francophonie. Disponível em: < <https://www.francophonie.org/>>. Acesso em: 26 de março de 2018.

RIAGÁIN, P. Ó.; LÜDI, G. **Bilingual Education: Some Policy Issues.** Strasbourg: Council of Europe. 2003.

CAPÍTULO 7

LÍNGUAS ESTRANGEIRAS APLICADAS AO MARKETING INTERNACIONAL: Uma Ferramenta de Combate a Assimetrias En- volvendo Questões Culturais e Linguísticas

Luiz Manoel Pereira Filho¹

Sílvia Renata Ribeiro²

7.1 INTRODUÇÃO³

O processo de Globalização trouxe consigo um conjunto de avanços tecnológicos na área de informática e de telecomunicações, e impulsionou uma expansão no comércio internacional e no fluxo de capitais. Diante desse cenário, empresas começaram a seguir a linha de pensamento de que vivemos de acordo com a afirmação de Sócrates “Não sou nem ateniense, nem grego, mas sim um cidadão do mundo”, e buscaram cruzar as barreiras geográficas do comércio. O Marketing Internacional apareceu, então, como um criador de novos desafios e oportunidades.

Uma empresa que atua em seu país se sente confortável com as mudanças no ambiente de negócios e consegue prever e ajustar medidas que possam ajudar a conter as incontroláveis variáveis domésticas. Mas para aquelas que buscam novos ambientes estrangeiros, choques

¹ Negociador Internacional. Bacharel em LEA-NI – Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais. E-mail: filhompluiz@gmail.com

² Professora de Língua Espanhola do Departamento de Mediações Interculturais (DMI/UFPB), Licenciada em Letras, Bacharela em Direito, Mestra em Letras (Linguística) pelo PPGL/UFPB. Coordenadora do LEA-NI UFPB. E-mail: silvia.jpa@gmail.com

³ Este capítulo é um recorte, com ajustes e adaptações, do Trabalho de Conclusão de Curso homônimo apresentado por Luiz Manoel Pereira Filho, no LEA-NI da UFPB, em 2017, sob a orientação da professora Ma. Sílvia Renata Ribeiro .

culturais, políticos, econômicos e legais serão mais que presentes em seu dia-a-dia.

A adaptação cultural é uma das tarefas mais desafiadoras e importantes enfrentada pelo profissional da área do Marketing Internacional. A fim de adaptar-se a uma nova cultura, faz-se necessário, muitas vezes, o domínio de um novo idioma. Melin e Ray (2005) explicam como é importante lembrar que o estudo de uma língua estrangeira para fins de marketing internacional é muito mais que falar na língua estrangeira com o outro. Esse domínio deve ir além da gramática e dos vocábulos presentes nela. É possível que dentro de um mesmo país existam várias línguas, vários dialetos, vários sotaques, com signos, significações e significados distintos.

No marketing internacional os papéis em que a língua pode ser aplicada são os mais variados, desde a formação do profissional do marketing, à adaptação do produto para um novo país, até a construção de estratégias de promoção e comunicação numa nova cultura, abrindo assim portas para que profissionais formados em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais possam atuar na área, que é conhecida como Comunicação Integrada de Marketing.

Segundo o catálogo *Ethnologue: Language of the World* de 2016, produzido por Lewis, Simons e Fennig, existe um total de 7.097 línguas vivas no mundo, e cada uma delas representa um modo de ser, de pensar e se comunicar distinto. O uso de uma língua vai além da habilidade de comunicação. Cada língua carrega consigo, além de códigos linguísticos, toda uma carga cultural que deve ser levada em consideração a cada contato feito com ela. Essa multidimensionalidade que envolve o uso de uma língua, por vezes, passa despercebida dentro de estratégias criadas no marketing internacional.

Dentro de uma língua existem diversas barreiras que interferem diretamente na comunicação, é comum encontrar casos de mal-entendidos e de assimetrias envolvendo questões linguísticas e culturais ao se internacionalizar uma marca ou produto, seja por um erro de tradução, ou por falta de conhecimento da cultura do outro. O grande problema é que erros como estes podem custar caro para uma empresa que tenta ingressar em um mercado no exterior. A absorção de uma marca estrangeira está diretamente ligada ao sucesso, ou não, do in-

vestimento em comunicação integrada de marketing, não apenas no sentido monetário, mas no criativo e nas pesquisas que influenciarão na imagem recebida pelos consumidores.

A compreensão do papel das línguas estrangeiras aplicadas às estratégias de Marketing Internacional se mostra mais do que importante, uma vez que são as línguas que dão acesso à sociedade e aos consumidores, e o descuido na forma de tratar um idioma pode criar problemas em todos os países em que se deseja inserir ou fazer a comunicação integrada de marketing. Empresas que pretendem ultrapassar fronteiras geográficas além de seu país de origem devem traçar planos de atuação, visando entender questões culturais, já que elas podem levar a uma possível rejeição da marca ou do produto.

É engano pensar que apenas pequenas empresas, que estão dando os primeiros passos rumo à internacionalização, passam por esse problema. Em uma busca rápida pela internet é possível visualizar que gigantes do mercado como a Apple, a Ford, a Bacardi e a Chrysler Corporation já sofreram com erros como esses ao levarem seus produtos para mercados estrangeiros, e tiveram que reformular todo o modo de fazer marketing e de comunicar seus produtos.

Como, então, prevenir assimetrias envolvendo questões linguísticas, culturais, e de significados dentro do marketing internacional? A partir dessa realidade e da busca por melhor compreendê-la, as pesquisas realizadas servem para a análise da construção de estratégias de marketing internacional ao aplicar o uso de línguas estrangeiras, identificando ferramentas e meios que minimizem ou excluam tais assimetrias na construção das estratégias de internacionalização de uma marca ou produto.

Este capítulo é um recorte do trabalho de conclusão de curso de mesmo nome que aborda o uso das línguas estrangeiras aplicadas às estratégias de marketing internacional, enfatizando-o como uma ferramenta de combate às assimetrias envolvendo questões culturais e linguísticas. O estudo expõe teorias sobre as dinâmicas culturais, língua, cultura e comunicação, que determinam as decisões do marketing internacional envolvendo um ambiente intercultural.

O objetivo geral foi de evidenciar cuidados para a prevenção de assimetrias decorrentes da complexidade e variabilidade linguística e

cultural na execução do marketing internacional. E mais especificamente identificar ferramentas e meios que diminuam ou excluam assimetrias na construção das estratégias de internacionalização de uma marca ou produto, decorrentes da variabilidade linguística e cultural; contribuir para uma maior compreensão da construção de estratégias de marketing internacional levando em conta as questões inerentes às línguas estrangeiras e relatar casos reais de assimetrias decorrentes da complexidade cultural e linguística envolvendo ações de empresas que atuam no mercado internacional.

Este trabalho de pesquisa foi de caráter qualitativo, não se preocupando com aspectos quantitativos da realidade, mas buscando compreender e explicar as dinâmicas e as teorias que envolvem o tema pesquisado. Isso, através de uma pesquisa bibliográfica que partiu da leitura de materiais, livros e artigos, da área de Marketing Internacional e Comércio Internacional que trouxessem informações acerca dos principais aspectos relacionados à área.

Logo após a análise desse material, buscaram-se outras fontes bibliográficas que tratassem das questões culturais, desde a definição de cultura, até as dinâmicas envolvendo a comunicação entre as culturas e as línguas neste contexto.

Por fim, procurou-se evidenciar os cuidados relacionados ao uso das línguas estrangeiras dentro das estratégias de marketing internacional, em uma ampla busca por diferentes literaturas que viabilizassem a defesa do papel das línguas na construção dessas estratégias.

7.2 PRINCIPAIS ASPECTOS DO MARKETING INTERNACIONAL

O comércio mundial existe desde o tempo das caravelas, que saíam de seus países de origem, como Portugal, Espanha e França, em busca de especiarias em terras distantes, nos séculos XV e XVI, o que ampliou as rotas e os modos de se fazer comércio (KAPFERER, 2008). Dando um salto no tempo, já nos séculos XX e XXI, houve várias mudanças com relação aos consumidores, aos mercados e ao próprio modo de se elaborar estratégias de marketing, resultados dos avanços tecnológicos na área de informática, telecomunicações e transporte, decorridos nas últimas décadas.

Esses avanços tecnológicos propulsionam a globalização. A rápida troca de informações entre pessoas, empresas e organizações de diversas nações, e a evolução na área dos transportes, que facilitam o intercâmbio físico de pessoas e mercadorias, produziram uma economia global interligada (KAPFERER, 2008).

Em razão dessa economia interligada, as empresas enfrentam cada vez mais a concorrência não só do mercado local, mas também das empresas estrangeiras que se aventuram em seu mercado (KAPFERER, 2008). Ao encontrar uma oportunidade fora de seu país de origem, uma empresa que busca lucratividade e, portanto, a satisfação de seus consumidores, encontra no marketing a principal ferramenta para entender e agir com relação ao mercado estrangeiro.

Czinkota e Ronkainen (2008) resumem o marketing internacional como o processo de planejamento e direcionamento de transações além de fronteiras nacionais a fim de criar trocas que satisfaçam os objetivos de indivíduos e organizações. Para que essas trocas possam ser bem-sucedidas, o profissional do marketing internacional tem de se adaptar a novos ambientes estrangeiros e deve ser capaz de resolver conflitos decorrentes de diferenças culturais, econômicas, políticas e legais.

O ambiente internacional é muito mais complexo e requer maior compreensão de variáveis que distinguem o marketing local do marketing internacional. Dentre as variáveis que mais influenciam o ambiente estrangeiro, segundo Cateora, Gilly e Graham (2013), estão as forças políticas/legais, as forças econômicas, as forças competitivas, o nível tecnológico, a estrutura de distribuição, a geografia e infraestrutura e as forças culturais.

Administrar de forma eficaz como essas variáveis se apresentam, influenciam e impactam o planejamento do marketing internacional é uma das tarefas mais difíceis dentro do papel de um profissional da área. Saber como interpretar essas incertezas presentes no ambiente estrangeiro ditará quão competitiva será a empresa em relação aos concorrentes e ao mercado no qual deseja se inserir. Os ambientes internacionais variam de acordo com o país ou mercado estrangeiro e, por mais que existam semelhanças entre eles, são as diferenças que complicam as comercializações internacionais.

Comercializar um produto ou serviço em um país que se encontra em recessão é muito diferente de comercializá-lo em outro que se encontra em crescimento (GARCIA-LOMAS, 2004). O contexto econômico, financeiro e tecnológico de um país é um dos primeiros indicadores do quão rentável será aquele mercado. Conhecê-lo é um dos primeiros passos a fim de identificar as oportunidades que se encontram ali.

O PIB, a renda *per capita*, o poder de aquisição, o valor do salário mínimo, o nível de industrialização e de desenvolvimento, o acesso à internet e a outros meios de informação, mudanças na taxa de câmbio e o envolvimento estrangeiro naquela economia são algumas das variáveis mais importantes ao analisar esses contextos.

Todos os anos, as Nações Unidas, o Banco Mundial, organismos internacionais e os próprios países que buscam investimentos estrangeiros, publicam relatórios que servem como um ponto inicial para a investigação desse mercado. O nível de desenvolvimento do país está diretamente atrelado à quantidade de dados disponíveis sobre ele, quanto mais desenvolvido maior o número de dados (CZINKOTA; RONKAINEN, 2008).

Com relação ao ambiente tecnológico, a internet modificou a maneira de se construir estratégias de marketing. O *E-commerce* se tornou uma porta de entrada da China para as grandes economias, por exemplo. É comum encontrar relatos de pessoas que compraram um produto da China, que demorou mais de um mês para chegar ao Brasil, mas que, pelo preço pago, realizou um bom negócio. São estratégias como essa, nesse caso de preço, que fazem os produtos chineses chegarem a lugares tão distantes. Analisar o quão aberto ao mercado online é um país definirá novas estratégias de entrada para o mercado estrangeiro.

Uma mudança repentina e brusca em um cenário político interfere substancialmente na tomada de decisão de comercializar em um país. Guerras, golpes de Estado, crises políticas, mudanças de governo e revoluções são alguns dos acontecimentos que envolvem o ambiente político e é dever da empresa que deseja negociar fora de seu país de origem compreender a configuração política do país no qual se deseja entrar (GARCIA-LOMAS, 2004).

Além dos riscos políticos, as políticas tomadas pelo partido no poder devem ser bem observadas, o quanto de barreiras comerciais são impostas para a entrada de empresas estrangeiras, a política tributária que afetará o preço final do produto, a percentagem de participação do governo nos capitais da empresa estrangeira, a soberania e as medidas com relação à expatriação (GREEN; KEEGAN, 2009).

Muitos problemas legais, ao se internacionalizar uma empresa, poderiam ser evitados se o profissional do marketing internacional buscasse conhecer melhor o ambiente legal do país-alvo. Questões envolvendo condições para o estabelecimento dos negócios, a jurisdição, patentes e marcas, segredos comerciais e leis trabalhistas são alguns dos aspectos essenciais para a construção de estratégias bem desenvolvidas (GREEN; KEEGAN, 2009).

A tomada de decisões estratégicas seria muito menos complexa se o profissional de marketing internacional tivesse de lidar apenas com índices econômicos, leis tributárias, ou taxas de câmbios flutuantes. Mas o sucesso do marketing internacional vem com a comercialização de produtos ou serviços, e para que isso ocorra, um papel determinante nesse esquema é o do consumidor.

A cultura é uma grande influenciadora no comportamento do consumidor com relação a uma marca ou um produto, mais até do que questões sociais ou psicológicas. O consumidor carrega consigo um conjunto de pensamentos, valores, comportamentos, linguagens que muitas vezes são implícitas. E a adaptação cultural é então, uma das tarefas mais árduas e cruciais enfrentada pelo profissional da área (HOYER; MACINNIS, 2011; CATEORA; GILLY; GRAHAM, 2013).

Os fatores culturais não devem ser encarados apenas como um desafio no ambiente internacional, mas como uma oportunidade que pode e deve ser explorada. (CZINKOTA; RONKAINEN, 2008). Uma nova cultura deve ser explorada a partir da compreensão das dinâmicas culturais, o que requer a percepção e o entendimento das diferenças culturais, do contexto comunicacional e da língua falada localmente.

7.3 DINÂMICAS CULTURAIS: CULTURA, COMUNICAÇÃO E LÍNGUA

Não existe uma forma única de se pensar cultura. Usunier e Lee (2005) afirmam que várias definições têm sido desenvolvidas e pensadas pelo termo ser vago, de noção abstrata, e que por isso não existe uma definição única e verdadeira. Sina (2008) apresenta a cultura como “um conjunto de elementos que compreendem aspectos da vida material dos povos, a linguagem, as interações sociais, a religião, a educação, os sistemas de valores. Cada um desses elementos e seu conjunto formam um intrincado painel, com características muito próprias”. Esse conjunto de pensamentos, formas de ser, sentir, se comunicar e interagir em grupo, que podem ser ensinados, compartilhados e aprendidos é o que resulta no modo de se comportar do consumidor.

Diante da dinâmica das relações entre culturas, Cignacco (2009) apresenta três conceitos que determinam características das ações tomadas pelas empresas diante de fatores culturais adversos, a sensibilização cultural, a incompetência cultural e o imperialismo cultural. Para o autor, a sensibilização cultural é a capacidade que uma empresa possui para se adaptar a determinado aspecto cultural. Já a incapacidade de detectar e interpretar as diferenças culturais entre o mercado doméstico e o estrangeiro é a incompetência cultural. E a imposição de valores culturais de um país sobre outro, a partir de estratégias empresariais que não consideram as diferenças entre os países constitui o chamado imperialismo cultural.

Na hora de internacionalizar uma marca ou produto, as empresas possuem duas opções de comunicação, ela pode manter os mesmos aspectos da comunicação que utiliza nos países de origem, ou utilizar-se da chamada adaptação de comunicação, em que altera esses aspectos ao contexto do mercado estrangeiro. Um exemplo prático dessas formas seria utilizar uma única mensagem para comunicar sua marca, variando apenas a língua, cores, nomes e símbolos. Outro exemplo seria utilizar um tema único na comunicação, e adaptar a publicidade ao contexto local (KOTLER; KELLER, 2006).

Ao pensar a relação entre língua e cultura, em sua obra *Beyond Culture*, Edward T. Hall, em 1989, enxerga a língua como uma forma de

organizar informações, e de lançá-las a outro indivíduo. Mas não seria ela a única forma de representar uma cultura. Ele usa de outras teorias para mostrar que a língua está muito atrelada às experiências vividas por um grupo de indivíduos. Seria o contexto e o papel desempenhado por ele que influenciariam diretamente nos processos de comunicação.

Hall (1989) representa o contexto de comunicação cultural em um contínuo que vai de alto contexto a baixo contexto. Segundo ele, “uma comunicação ou mensagem de alto contexto é aquela na qual a maioria da informação está no contexto físico ou internalizado na pessoa, enquanto muito pouco é codificado, explícito e transmitido através da mensagem”. Nas culturas de alto contexto, as informações são levadas em consideração de modo pouco preciso, são as atitudes, gestos e as circunstâncias em que a comunicação ocorre que vão dar o tom da mensagem, nada está muito explícito. Esse tipo de cultura carrega consigo muito dos sentimentos e está mais voltada à pessoa, algo que ocorre nas culturas latinas, japonesas e árabes (GARCIA-LOMAS, 2004).

Do outro lado da escala de Hall se encontram as comunicações de baixo contexto em que “as informações são vestidas pelo código explícito” (HALL, 1989). Estas utilizam formas mais verbais e não verbais bem claras e específicas, sem a necessidade de interpretações subjetivas. É típico dos países anglo-saxões, como os Estados Unidos e Alemanha, em que os comunicadores dizem o que querem dizer de forma precisa (GARCIA-LOMAS, 2004).

Como explicado por Hall (1989), as culturas se apresentam numa escala, e por mais que existam culturas predominantemente de alto contexto ou de baixo contexto, elas podem apresentar características da variante oposta, além de existir aquelas que estão no meio da escala e que apresentam ambas as características. A preparação prévia para a comunicação será chave fundamental no sucesso da mensagem passada. É preciso entender se uma cultura requer mensagens mais claras e precisas, ou se apresenta um nível de subjetividade maior antes de tentar a comunicação propriamente dita.

A vontade de se comunicar, de expressar vontades, sentimentos e pensamentos deu origem às línguas, ou seja, foi nela que encontramos uma “via de acesso ao mundo e ao pensamento, ela nos envolve

e nos habita, assim como a envolvemos e a habitamos” (CHAUÍ, 2000). Também segundo a autora “as línguas são convencionais, isto é, surgem de condições históricas, geográficas, econômicas e políticas determinadas, ou, em outros termos, são fatos culturais”(CHAUÍ, 2000). A linguagemé, pois, algo natural ao ser humano, uma vez que possuímos capacidade física, anatômica, cerebral e nervosa que nos permitem expressar através das palavras.

Nesse sentido, a língua funciona como um espelho da cultura (CZINKOTA; RONKAINEN, 2008). De acordo com Bakhtin (2002), a língua faz parte de um processo evolutivo contínuo e não se transmite, a língua materna surge não de forma a ser adquirida, mas como uma primeira consciência do indivíduo. Para ele, “os indivíduos não recebem a língua pronta para ser usada; eles penetram na corrente da comunicação verbal; ou melhor, somente quando mergulham nessa corrente é que sua consciência desperta e começa a operar”.

A competência técnica no domínio da linguagem não é suficiente, cada língua possui palavras e frases que só podem ser compreendidas em seu ambiente. Essas frases carregam a cultura que as envolve, e funcionam como a representação das formas especiais desenvolvidas pela cultura para observar os aspectos que dizem respeito à existência humana (CZINKOTA; RONKAINEN, 2008). Sina (2008) comenta que a “linguagem é muito mais que idioma. É o que está na expressão, na língua, mas também nos costumes. Assim, as maneiras de comunicar-se diferem de povo para povo, não apenas na questão dos caracteres de escrita e da representação numérica”.

Green e Keegan (2006) alegam que “comunicar-se em outro idioma que não o próprio, como muitos de nós sabemos, não é tarefa fácil. Sempre que mudam os idiomas e a cultura, surgem mais desafios de comunicação”. Na fala de Cateora et al. (2013, p. 114):

O profissional de marketing competente deve desenvolver ao máximo suas habilidades de comunicação, o que exige um conhecimento metuculoso do idioma e a habilidade de falá-lo. Os redatores publicitários devem se preocupar menos com as diferenças óbvias entre os idiomas e mais com os significados idiomáticos e simbólicos expressos. Não é suficiente apenas traduzir um termo para o espanhol, por exemplo, porque nos países da

América Latina em que se fala o espanhol o vocabulário varia amplamente.

Uma vez carregada de sentimentos, de pensamentos e valores, a língua é capaz de gerar experiências emocionais através de, por exemplo, uma marca (PUNTONI; DE LANGHE; VAN OSSELAER, 2009). Desse modo, a língua constitui um fator essencial de cuidado ao se criar uma estratégia de marketing internacional. Um profissional não pode subestimar a importância de conhecer a língua de um país se pretende vender seus produtos: a relação entre um idioma falado e os valores culturais tem implicações muitas vezes profundas (CATEORA; GILLY; GRAHAM, 2013).

7.4 DECISÕES DO MARKETING ENVOLVENDO UM AMBIENTE INTERCULTURAL

O chanceler alemão Willy Brandt proferiu uma frase que possui um forte significado para os profissionais da área de Marketing Internacional: *“If I’m selling to you, I speak your language. If I’m buying, dann müssen Sie Deutsch sprechen”*, em tradução minha, “Se eu vendo para vocês, eu falo sua língua. Mas se eu estou comprando, então você deve falar alemão” (HOGAN-BRUN, 2017). Essa frase representa um conjunto de cuidados que envolvem questões culturais, linguísticas e de significado por parte de empresas que atuam em mercados estrangeiros. A habilidade de aprender um novo idioma, a consciência e tolerância em relação às diferenças culturais, e a adaptabilidade a novos desafios, ideias e culturas (RICKS, 2009) são algumas das principais ferramentas que evitam e minimizam assimetrias envolvendo questões culturais, linguísticas e de significado.

Como já citado, a língua possui a capacidade de transmitir emoções, valores, e pensamentos através de um nome ou de uma marca. Os materiais disponíveis sobre Marketing Internacional trazem, muitas vezes, situações até cômicas de ações de empresas que ao levar o nome da sua marca para outro país falharam por não compreender as nuances da língua local e questões de significado ligadas a ela.

Um relato muito utilizado para ilustrar a falta de cuidado com questões linguísticas e de significado trata sobre a marca de carro cha-

mada Chevrolet Nova fabricada pela General Motors para o mercado da América Latina, entre os anos de 1972 e 1978, e comercializada em países como México e Venezuela. O nome do carro foi associado à frase em espanhol “no va”, ou em português, “não vá”, o que atrelaria a imagem do carro a algo negativo. Os hispanófonos diriam “esse carro não vai”, ou seja, um descuido na escolha do nome provocara prejuízo nas vendas. Mikkelson e Mikkelson (1999) explicam que o caso narrado anteriormente não passa de uma lenda, porque mesmo que na fábrica do modelo em Detroit ninguém soubesse espanhol, para a comercialização do produto, houve a tradução dos manuais, e a adequação da comunicação e promoção do produto para os mercados mexicanos e venezuelanos. E de fato, a General Motors estava ciente de que entraria nos mercados com esse nome, e isso não afetou as vendas, já que o automóvel vendeu substancialmente tanto no México quanto na Venezuela.

O acontecimento acima pode se tratar apenas de um exemplo do que acontece realmente com empresas que não agem com cuidado na comunicação e internacionalização de uma marca ou produto. Casos reais são expostos por David A. Ricks em sua obra *Blunders in International Business* de 2009, dos quais o da Coca-Cola, que ao planejar entrar no mercado chinês em 1920, utilizou um tradutor que conseguisse empregar os caracteres da escrita do idioma e manter a pronúncia da marca. A Coca-Cola então produziu e comercializou embalagens com a tradução feita, mas as vendas foram muito baixas. Ao analisar o que aconteceu, percebeu-se que os caracteres escolhidos podiam ser traduzidos por “uma égua pálida” ou “morda o girino de cera” no idioma local, nada apelativo para um produto que acabara de chegar ao país. Com a chegada do comunismo, a marca deixou de ser comercializada no país, mas ao retornar em 1974, a Coca-Cola aprendeu a lição e utilizou uma melhor estratégia de tradução. Desta vez, os caracteres significavam “felicidade na boca”.

Os casos seguem, e as empresas montadoras de automóveis exemplificam inúmeros deles. Uma das maiores produtoras de carro no mundo, a Toyota, também apresentou problemas ao internacionalizar um de seus produtos, o MR2, que apesar de obter êxito em vários lugares do mundo, não apresentou o mesmo resultado na França. A

união das letras e do número é pronunciada como merdeux em francês, excremento em português, nada adequado para uma marca. Outra montadora, a Ford, possui diversos casos de inadvertência ou negligência. Ao mercenciar um dos seus produtos, o Fiera nos mercados em desenvolvimento, não alcançou o êxito que buscava, já que em alguns países da América Latina, o termo pode ser traduzido como uma “senhora velha e feia”. Outro produto, o Comet, vendido com sucesso ao redor do mundo, chegou ao México como Caliente, o problema é que no país, a palavra escolhida significa “mulher da vida”. No Brasil, a Ford também cometeu um erro parecido. Produzido nos anos 70 e comercializado inicialmente nos Estados Unidos, o Ford Pinto, chegou ao Brasil na mesma década, mas já ao chegar no mercado sofreu com o significado do termo para os consumidores locais, por isso, renovou a marca rapidamente e trocou o nome do produto por Corcel (RICKS, 2009).

A empresa produtora de fotocopiadoras Olympia, ao entrar no mercado chileno com seu produto chamado *Roto*, não obteve sucesso em suas vendas. Os principais motivos para isso indicam que no Chile, o nome do produto é usado para referir-se a uma das classes sociais mais baixas do país, e em espanhol a palavra *roto* significa quebrado, logo os possíveis consumidores locais não esperavam muito da fotocopiadora. A Colgate-Palmolive tentou entrar no mercado francófono com uma pasta de dente chamada *Cue*, e já que o termo tem uma conotação pornográfica no idioma, a empresa teve diversos problemas e precisou retirar o produto do mercado (RICKS, 2009).

A falta de preparo na hora de internacionalizar uma marca não ocorre apenas com produtos, empresas também apresentam negligências ao se internacionalizar e escolher seu próprio nome para entrar em um mercado estrangeiro. A empresa aérea particular *Misair*, do Egito, apresentou problemas para os consumidores franceses, o nome da empresa ao ser pronunciado se assemelha a palavra “miséria” o que não agradou os franceses. Uma outra empresa aérea chegou ao mercado australiano com o nome de *Emu*, nome este que é de um pássaro australiano que não voa. Um erro grave para uma empresa aérea que acabara de chegar ao país e sua principal atividade é “voar” (RICKS, 2009).

A mensagem passada em campanhas é outra área do marketing que sofre com a falta de planejamento e estudo das empresas. A Kentucky Fried Chicken está presente em diversos países e apresenta um bom desempenho em suas vendas. Embora sem muitos problemas, a empresa ao comunicar uma campanha na China, utilizando a mesma mensagem utilizada em inglês, a *"fingerlickin' good"*, traduziu a mensagem como "coma seus dedos", o que assustou os consumidores não familiarizados com a marca (RICKS, 2009).

Mas nem só de problemas e de erros vivem os profissionais envolvidos com o Marketing Internacional. A *Kodak*, uma empresa que produz e comercializa equipamentos fotográficos para diversas áreas é um exemplo de companhia que planejou e observou as diferenças culturais antes de buscar a internacionalização da marca. Um grupo de pesquisa chegou ao nome *Kodak* depois de analisar se o termo apresentava algum significado específico em outras culturas e que fosse de fácil pronúncia em qualquer lugar (RICKS, 2009). De fato, a empresa se empenhou na criação da marca e não apresentou problemas quanto a assimetrias de significado e de língua.

A Coca-Cola também é uma empresa referência em evitar assimetrias de significado e de língua, mesmo apresentando erros em um de seus empreendimentos no exterior. A corporação determina que qualquer plano de internacionalização da marca passe pela Sede da empresa, para que haja um estudo prévio dos conceitos e ideias a serem trabalhados no exterior, e com isso a empresa busca minimizar a possibilidade de erros como os cometidos no passado (RICKS, 2009).

Segundo Czinkota e Ronkainen (2007) "lidar com o problema do idioma invariavelmente exige o uso de assistência local. Uma boa agência de publicidade e uma boa empresa de pesquisa de mercado podem evitar muitos problemas". É no momento de negociar um acordo ou de comunicar um produto que "os profissionais de marketing são colocados frente a frente com interlocutores de diversas heranças culturais, o que representa um desafio de superação de barreiras verbais e não verbais à comunicação para ambas as partes" (GREEN; KEEGAN, 2009).

A barreira idiomática é o desafio mais comum de quem busca fazer uma pesquisa ou levantamento em um país estrangeiro. Obter

as informações desejadas e interpretar as respostas recebidas é difícil pela variedade linguística de um idioma, e pela dificuldade de se conseguir uma tradução exata. O que acontece em muito dos casos é que não existem conceitos equivalentes em ambas as línguas. Além disso, o nível de alfabetização do país interfere substancialmente na abordagem da pesquisa, se ela deve ser escrita, falada, ou ilustrada com imagens, a fim de receber as melhores respostas (CATEORA; GILLY; GRAHAM, 2013).

Um estudo realizado por Hong, Pecotich e Shultz II, em 2002, chamado "*Brand Name Translation: Language Constraints, Product Attributes and Consumer Perceptions in East and Southeast Asia*", examina a relação entre a tradução do nome de uma marca estrangeira e a percepção e a intenção de compra do consumidor.

Conforme o estudo dos autores, com relação a marcas estrangeiras na região do Oriente e Sudeste Asiático existem cinco opções estratégicas de entrada. A primeira seria de entrada no mercado com a marca ocidental original, isso traria uma imagem mais forte de produto importado e a ideia de ser ocidental. A segunda opção seria a entrada com a tradução fonética do nome da marca, a pronúncia da marca original continua enquanto uma conotação local é adicionada à marca. A terceira opção seria a entrada com o nome da marca traduzido diretamente. Essa tradução é usada se o nome da marca original possui um significado ligado a ela. A quarta opção é a de entrada com uma combinação do nome da marca original e o nome foneticamente traduzido, o que possibilita dar uma cara local ao produto, mas mantendo sua marca original. A quinta opção de entrada é a combinação da marca original e da tradução direta, uma identidade local é dada ao produto enquanto a imagem de ocidental ou importado mantém-se (HONG; PECOTICH; SHULTZ, 2002).

O quadro a seguir resume quais abordagens podem ser escolhidas pelas empresas ao ingressar no mercado da região do Oriente e Sudeste Asiáticos:

Quadro 1: Opções estratégicas de entrada no mercado da região do Oriente e Sudeste Asiático

Opções estratégicas de entrada no mercado da região do Oriente e Sudeste Asiático	<u>1ª Opção:</u> Manter marca original.
	<u>2ª Opção:</u> Tradução fonética da marca original.
	<u>3ª Opção:</u> Tradução direta do nome da marca.
	<u>4ª Opção:</u> Combinação do nome original da marca e da tradução fonética.
	<u>5ª Opção:</u> Combinação do nome original da marca e da tradução direta.

Fonte: HONG; PECOTICH; SHULTZ II (2002)

Mas, para definir as ações e estratégias que levem a uma boa aceitação pelos consumidores locais, os profissionais de marketing internacional se utilizam da tradução como estratégia principal. O uso da tradução busca perguntar as coisas certas, na língua certa e nas palavras certas. Três técnicas diferentes são então utilizadas, a retrotradução, a tradução paralela e a descentralização, para assim corrigir os erros de tradução com antecedência, principalmente nas pesquisas de marketing (CATEORA; GILLY; GRAHAM, 2013; MELIN; RAY, 2005).

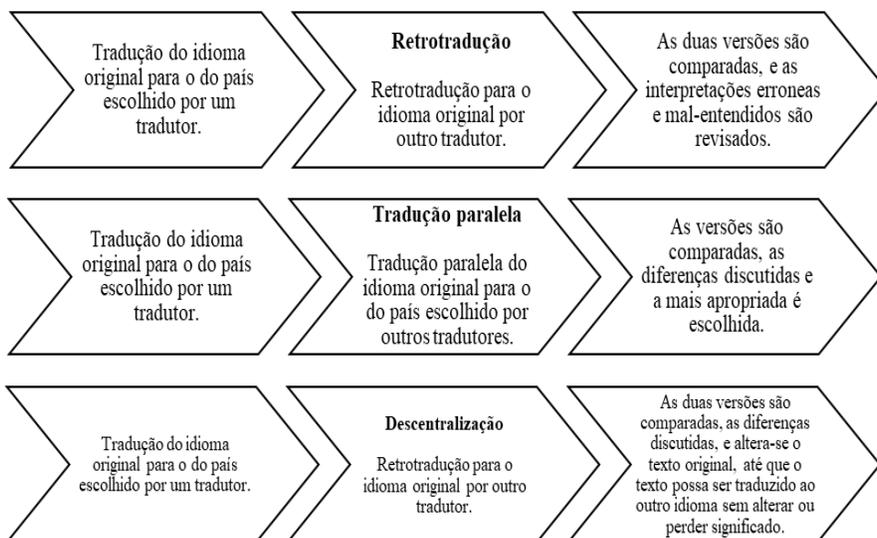
Na técnica de retrotradução, o questionário de pesquisa de marketing produzido é traduzido de um idioma para outro e em seguida é traduzido de volta para o idioma original por outra pessoa, e então as duas versões no idioma original são comparadas. O processo de retrotradução normalmente indica com exatidão possíveis interpretações errôneas e mal-entendidos antes que o material seja divulgado ao público-alvo (CATEORA; GILLY; GRAHAM, 2013).

Por causa das expressões idiomáticas utilizadas comumente nos idiomas, é possível que a retrotradução ainda não seja a ferramenta mais indicada, por isso se utiliza a tradução paralela. Nela, utiliza-se

mais de dois tradutores para que os resultados sejam comparados, as diferenças discutidas e a tradução mais apropriada seja escolhida (CATEORA; GILLY; GRAHAM, 2013).

Outra opção seria a descentralização, que funciona em um processo sucessivo de tradução e retrotradução de um questionário de pesquisa de marketing por tradutores diferentes. Um texto é traduzido de um idioma a outro, e depois retraduzido ao original, se houver diferenças na tradução, altera-se o texto original, até que o texto possa ser traduzido ao outro idioma sem alterar ou perder significado (CATEORA; GILLY; GRAHAM, 2013). A figura a seguir ilustra as possíveis técnicas utilizáveis:

Figura 1: Principais técnicas de tradução



Fonte: CATEORA; GILLY; GRAHAM (2013)

Não é utopia dizer que, em uma estratégia de marketing responsável, o questionário apresentado em uma pesquisa de marketing deve ser desenvolvido com perfeição, para que ao realizar a pesquisa as respostas sejam precisas e que evitem assim mal-entendidos e assimetrias relacionados a questões de significados. A melhor maneira de evitar esse tipo de acontecimento é utilizar da mão de obra de falantes nativos para revisão e formulação dos questionários de pesquisa, algo que não deve ser desconsiderado (CATEORA; GILLY; GRAHAM, 2013).

O profissional de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais surge então como facilitador de empresas que desejam se implementar no Brasil, uma vez que possui conhecimento da língua e cultura local e de línguas estrangeiras, é capaz de identificar diferenças culturais entre a empresa estrangeira e o mercado local e tem uma visão interdisciplinar que o auxilia na tomada de decisão, auxiliando as empresas a evitarem os mal-entendidos e assimetrias envolvendo questões culturais e linguísticas.

Nas palavras de Hilton (2007): *“cultural proficiency doesn't mean memorizing every cultural nuance of every market. It's knowing when to listen, when to ask for help, and when “finally” to speak”*, em tradução minha, “proficiência cultural não significa memorizar toda nuança cultural de todos os mercados. É saber quando ouvir, quando pedir ajuda, e quando “finalmente” falar”. É importante destacar aqui que conhecer todos os aspectos de uma cultura alheia a sua é praticamente impossível, mas não se deve subestimar essa atividade. Buscar conhecer a língua local, as diferenças culturais, respeitar as diferenças, desenvolver estratégias que se adaptem ao contexto e aos desafios impostos pelo mercado local são mais do que necessários para evitar que uma empresa perca todo o investimento feito para obter sucesso nas vendas.

7.5 CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Este capítulo preocupou-se em evidenciar cuidados para a prevenção de assimetrias decorrentes da complexidade e variabilidade linguística e cultural na execução do marketing internacional.

Como mencionado anteriormente, a partir do avanço da globalização e do surgimento de uma economia global interligada, empresas do mundo todo começaram a interessar-se por mercados além do doméstico. O marketing internacional apareceu então como estratégia de acesso a esses novos mercados. Mas o sucesso de uma estratégia de marketing passa pelo conhecimento de diversos fatores que vão além do controle das empresas. Os fatores políticos, econômicos, tecnológicos, jurídicos e culturais de um país são alguns deles.

Dentre esses fatores, destacaram-se os fatores culturais como os que apresentam o maior risco para a internacionalização de uma

empresa, marca ou produto. Conhecer a cultura do mercado ao qual se deseja ingressar é a chave para a construção de estratégias de marketing bem-sucedidas. E já que a cultura é a representação de tudo que o homem agrega ao longo do tempo, analisou-se aqui a língua como a principal forma de contato com uma cultura. A língua é capaz de transmitir, mesmo que de forma parcial, os pensamentos, valores, emoções e desejos dos indivíduos presentes e representados por uma cultura.

O processo de contato e comunicação com uma nova cultura gera diversos resultados, sejam positivos ou negativos. O cuidado com o contexto da cultura local, a consciência e respeito em relação às diferenças culturais e o conhecimento de uma nova língua são os principais aspectos para evitar assimetrias envolvendo questões culturais e linguísticas.

Os casos relatados serviram como meio de alertar que o descuido e a negligência frente aos fatores culturais geram fracassos e prejuízos as empresas no exterior. O desenvolvimento de estudos e planejamento antes de levar uma empresa, marca ou produto para um mercado estrangeiro, como o realizado por empresas como a Kodak e a Coca-Cola, são exemplos a serem seguidos por outras empresas e contribuem para uma maior compreensão da importância do cuidado na construção de estratégias de marketing internacional envolvendo a aplicação de línguas estrangeiras.

Identificou-se que a aplicação das línguas estrangeiras dentro da construção das estratégias de marketing internacional se dá principalmente através de ferramentas como a tradução, como defendido por Cateora et al. (2013). A escolha de uma adaptação de uma marca ou não para um mercado como o asiático, por exemplo, passa pelo uso da tradução. Técnicas como a retrotradução, a tradução paralela e a descentralização servem para que empresas consigam evitar assimetrias e minimizem barreiras idiomáticas que tanto desafiam os profissionais de marketing internacional.

O estudo da aplicação das línguas estrangeiras no marketing internacional é um tema pouco explorado na literatura. O papel das línguas estrangeiras aplicadas não é visto com a devida importância por autores do marketing internacional. Os livros de marketing e comércio internacional fazem menção ao tema, mas não dão a devida

profundidade. O presente trabalho serve então como mais uma contribuição para a área, e principalmente para o Brasil, onde não se encontra muitos estudos sobre o tema especificamente. Daí as limitações da pesquisa, pela complexidade e pela escassez de material sobre o objeto de estudo, e o despertar para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre o tema trabalhado.

Diante dos aspectos identificados como facilitadores da internacionalização de uma empresa, marca ou produto, o cuidado com o contexto da cultura local, a consciência e respeito em relação às diferenças culturais e o conhecimento de uma nova língua tornam os egressos do Curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais aptos, a partir de sua formação, a mediar e adaptar os fatores dessa internacionalização de forma satisfatória, destacando-os no mercado de trabalho envolvendo essa área.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Questões de Literatura e Estética**: A teoria do romance. 5. ed. São Paulo, Hucitec, 2002.

CATEORA, P. R.; GILLY, M. C.; GRAHAM, J. L. **Marketing internacional**. 15. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

CHAUÍ, M. A linguagem. In: _____. **Convite à filosofia**. 13 ed. São Paulo: Ática, 2000.

CIGNACCO, B. R. **Fundamentos de comércio internacional para pequenas e médias empresas** / Bruno Roque Cignacco; tradução: Bianca Justiniano e Flor Maria Vidaurre da Silva. São Paulo: Saraiva, 2009.

CZINKOTA, M. R.; RONKAINEN, I. A. **Marketing internacional**. 8. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

GARCIA-LOMAS, O. L. **Negociación internacional**. Madrid: Global Marketing Strategies, S.L, 2004.

GREEN, M. C.; KEEGAN, W. J. **Princípios do marketing global**. São Paulo: Saraiva, 2006.

HALL, E. T. **Beyond Culture**. New York: Anchor, 1989.

HILTON, G. Becoming culturally fluent: understanding the variances of culture across Asia can enhance business and communication. **Communication World**, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.highbeam.com/doc/1G1-171659325.html>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

HOGAN-BRUN, Gabrielle. **Linguanomics**: what is the market potential of multilingualism?. Londres: Bloomsbury Publishing, 2017.

HONG, F. C.; PECOTICH A.; SHULTZ II, C. J. Brand name translation: language constraints, product attributes, and consumer perceptions in East and Southeast Asia. Chicago: **Journal of International Marketing**, 2002. Disponível em: <http://ecommons.luc.edu/business_facpubs/12/>. Acesso em 15 abr. 2017.

HOYER, W. D.; MACINNIS, D. J. **Comportamento do consumidor**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

KAPFERER, J. **New strategic brand management**: creating and sustaining brand equity long term. 4. ed. London: Kogan Page, 2008.

LEWIS, M. P.; SIMONS, G. F.; FENNIG, C. D. **Ethnologue**: Languages of the World. Dallas, 2016. Disponível em: <<http://www.ethnologue.com/world>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

MELIN, T. L.; RAY, N. M. **Emphasizing foreign language use to international marketing students**: A Situational Exercise That Mimics Real-World Challenges. Disponível em: <<http://docs.lib.purdue.edu/gbl/vol10/iss1/3>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

MIKKELSON, B.; MIKKELSON, D. P. **Urban Legends Reference Pages**: Business (Don't Go Here). Disponível em: <http://www.snopes.com/business/misxlate/nova.asp>. Acesso em: 20 abr. 2017.

PUNTONI, S.; DE LANGHE, B.; VAN OSSELAER, S. MJ. Bilingualism and the emotional intensity of advertising language. **Journal of Consumer Research**, v. 35, n. 6, p. 1012-1025, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1086/595022>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

RICKS, D. A. **Blunders in international business**. Cambridge: Blackwell, 2009.

SINA, A. **Marketing global**: soluções estratégicas para o mercado brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2008.

USUNIER, J.; LEE, J. **Marketing across cultures**. 4. ed. Harlow, Pearson Education Limited, 2005.

CAPÍTULO 8

SPANGLISH: Raízes e Definições

Vicente Rodrigues de Oliveira Neto¹

Silvia Renata Ribeiro²

8.1 INTRODUÇÃO

A língua espanhola é a segunda língua mais falada no mundo, com mais de 490 milhões de falantes nativos e a segunda língua mais estudada internacionalmente depois do inglês, o que lhe confere naturalmente grande importância econômica e social. No panorama internacional do espanhol, os Estados Unidos da América (EUA) atualmente figuram como sendo o segundo maior país hispanohablante do mundo, com prospecções de tornar-se o primeiro até 2050, embora esta língua não possua *status* de cooficialidade na nação.

Tratando especificamente do contexto referente à população hispanohablante nos EUA, percebe-se que, do uso concomitante dos dois idiomas, ou seja, o inglês e o espanhol, surgiu uma mescla entre eles, a qual se denomina *Spanglish*. Essa mescla de idiomas, socialmente delimitada aos imigrantes e seus descendentes, é o objeto de estudo do presente capítulo³.

A aceitação do *Spanglish* não é pacífica, pois alguns estudiosos temem que o espanhol perca sua relativa uniformidade a ponto de em um futuro não tão distante tornar-se ininteligível como, por exemplo, alguns dialetos árabes. No entanto, alguns outros estudiosos afirmam que o *Spanglish* não coloca em risco este espanhol internacional e “puro” de que tanto se fala, mas sim, trata-se de uma questão de

1 Negociador Internacional com bacharelado em LEA-NI – Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais. E-mail: vicenteneto_360@hotmail.com

2 Professora de Língua Espanhola do Departamento de Mediações Interculturais (DMI/UFPB), Licenciada em Letras, Bacharela em Direito, Mestre em Letras (Linguística) pelo PPGL/UFPB. Coordenadora do LEA-NI UFPB. E-mail: silvia.jpa@gmail.com

3 Este capítulo é um recorte, com ajustes e agregações, do Trabalho de conclusão de Curso de Vicente Rodrigues de Oliveira Neto. *Spanglish: Nova Língua, novo dialeto ou variação livre*. João Pessoa: LEA-NI/CCHLA/UFPB, 2017, 49 p. (Trabalho de Conclusão de Curso), sob a orientação de Silvia Renata Ribeiro.

resistência político-social à uma opressão vivida pela minoria latina nos EUA (ZENTELLA, 2009) ou simplesmente de uma forma de identificação pessoal e social com o coletivo que os rodeia numa existência entre dois mundos (STAVANS, 2008).

Neste artigo, apresentamos a compilação de conceitos e ideias de principais autores do tema para obtenção de uma visão holística acerca do *Spanglish*, e o texto estrutura-se fundamentalmente em duas sessões. A primeira trata do surgimento do termo *Spanglish* e a segunda trata de uma discussão objetiva acerca da definição do *Spanglish* por meio de importantes autores do tema, além de demonstrar exemplos linguísticos de seu uso e correlacionar fatores linguísticos às questões de identificação sociocultural do povo latino imigrado e seus descendentes. Desse modo, conhecendo um pouco mais da realidade linguística e social na qual este fenômeno linguístico está inserido, pode-se compreender os argumentos apresentados pelos estudos mais consistentes a respeito do *Spanglish*, antes de classificá-lo determinantemente em alguma categoria, ou seja, compreendê-lo como nova língua, dialeto, ou variação híbrida.

8.2 SURGIMENTO DO SPANGLISH: ORIGEM

A origem e contexto histórico em que muitos fatos estão inseridos certamente ajudam a compreender a sua realidade na atualidade. E com o *Spanglish* não foi diferente, pois este termo a princípio foi cunhado por um jornalista chamado Salvador Tió em uma de suas colunas a qual intitulou "La teoría del Spanglish" no jornal portorriquenho *El diario de Puerto Rico* em 28 de outubro de 1948, período este em que já afirmava a existência de uma deterioração da língua espanhola pela invasão de anglicismos justificando que no próprio espanhol havia palavras/expressões que substituíam muito bem os estrangeirismos vindo do inglês.

O nome *Spanglish* pode ser facilmente compreendido da composição filológica da mescla entre *span* (de *Spanish*) e *glish* (de *English*) que também menos usualmente é conhecido por *espanGLISH*, *ingañol*, *espanGLÉS*, revelando assim conforme Stavans (2008) o encontro verbal entre as civilizações anglo-saxônica e hispânica. E como bem apontou

Stavans (2008) desse choque de civilizações este nome representa uma nova identidade sociocultural, única, formada por dois mundos distintos.

8.3 “DEFININDO” O SPANGLISH

Diante da amplitude pela qual o conceito do *Spanglish* passa, aqui serão apresentadas ideias conceituais de alguns autores a respeito do que pode ser tal fenômeno linguístico. Para tanto, Fernández (apud BETTI, 2011 p.42) começa ao dizer que o *Spanglish* trata-se de uma mistura de línguas bilíngue que possui um grande espectro do que é apresentado em uma língua, isto é, manifestações linguísticas, indo de um espanhol repleto de anglicismos ao uso de um inglês cheio de hispanismos, com forte presença de empréstimos lexicais, calques semânticos, *code-switching* e *code-mixing*.

Já para Lodares (apud BETTI, 2011, p.42) tem-se então um idioma intermediário, vivo, engenhoso e dinâmico difundido nas principais cidades estadunidenses como, por exemplo, Nova Iorque, Los Angeles e Miami. Enquanto Dumitrescu (2015) pensa que:

um erro pôr um sinal de igualdade entre o espanhol dos Estados Unidos em sua totalidade, e assim o chamado *Spanglish*, que é exclusivamente uma variante do espanhol falado nos EUA, que contém muitas outras, inclusive um espanhol culto de hispanos educados, com ou sem estadunidismos [...] (apud BETTI, 2015, p.10).

Enquanto isso, Sacristán (apud BETTI, 2015, p.10) conta que o *Spanglish* se configura como valor fenomenológico próprio de uma língua materna, associada à corporalidade do falante e que por este motivo não pode nunca ser racional ou funcionalmente objetificada e alienada. Entretanto há autores que seguem vieses mais identitários como, por exemplo, García-Molins e Morant (apud BETTI, 2015, p.12) ao dizerem que o *Spanglish* é como um símbolo do nacionalismo estadunidense e, ao mesmo tempo, é com um índice da identidade emocional latina e que:

Despachá-lo como um caso mais de contato de línguas me parece

altamente reducionista. Suas iridescências teóricas resultam bastante intrincadas e o constituem em objeto digno de estudo por si só, com independência de que sua dimensão empírica e político-social (a fim e a cabo, nos EUA há 50 milhões de pessoas expostas ao *Spanglish*) igualmente o aconselhe (GARCÍA-MOLINS, 2015 *apud* BETTI, 2015, p.12).

Enquanto Betti (2013) ponderadamente afirma que o que está em discussão é uma realidade linguística complexa, mas que não se trata de uma língua em si, contudo faz-se necessária assim como a utopia e os sonhos para a evolução de realidades diversas relacionadas à identidade e que por esta razão merecem nosso apreço e estudo. Porém contrariamente ao que defende Betti, para Echevarría (1997):

A triste realidade é que o *Spanglish* é primordialmente a língua dos hispanos pobres, muitos dos quais iletrados em ambas as línguas. Incorporam palavras inglesas e construções a suas falas cotidianas porque lhes faltam vocabulário e educação em espanhol para adaptar-se ao câmbio cultural que os cerca. Hispanos educados que também têm motivações diferentes: alguns se envergonham de seu *background* e sentem-se empoderados ao usar palavras em inglês e expressões idiomáticas traduzidas literalmente. Fazendo isso, pensam estar reivindicando sua adesão ao padrão. Politicamente, entretanto, o *Spanglish* é uma capitulação; indica marginalização e não alforria. (*apud* TORRES TORRES, 2010, p.423)

Já Otheguy (2009) acredita que o *Spanglish* por si só não existe, mas sim, trata-se de uma variante espanhola como qualquer outra de um país latinoamericano dado que todos têm em si seu contexto próprio para afetação local do idioma e nem por isso neles o espanhol deixa de ser considerado espanhol, afirmando que na verdade o *Spanglish* deveria simplesmente ser chamado de “espanhol popular dos EUA popular”, principalmente, pelo de fato de ser um espanhol mais oral, usado em ambientes familiares e de confiança e até mesmo como forma de combate ao estigma que o nome *Spanglish* carrega consigo.

Por outro lado Stavans (*apud* ARDILA, 2005, p.65) considera justamente o oposto do que dizem os dois últimos autores acima afirmando que esse dialeto em processo de formação é o preço para

a sobrevivência do espanhol nos Estados Unidos e igualmente trata da possibilidade do *Spanglish* estar se tornando uma nova língua, enfatizando que isso se dá pela sua origem em uma minoria latina não uniforme formada por pessoas de diversas classes sociais e raças que de alguma forma não se deixam assimilar por completo pela sociedade anglo-saxônica que os rodeia porque possuem uma cultura própria, têm sua cosmovisão e jeitos distintos de sentir o mundo.

Além disso, Stavans (2009) deixa claro em suas palavras que os latinos são multirraciais, transnacionais, plurilíngues, têm muitos pontos de vistas diferentes em relação à política, estão afiliados a todo um cúmulo de religiões institucionalizadas, e etc. acreditando que o *Spanglish* serve de ponte para unir a todos eles.

De maneira similar aos pensamentos de Stavans, Zentella (apud BETTI, 2015, p.9) diz que o *Spanglish* é um símbolo da construção de uma nova identidade orquestrada por grande destreza linguística, além de ser um termo que capta toda a opressão vivida pela comunidade latina nos EUA. Visto isso, percebe-se a existência de autores apoiadores e detratores do termo, além daqueles que mantêm uma posição intermediária, julgando que a causa mereça mais estudos. Na figura 1 seguinte, segue um resumo dos pensamentos de alguns dos principais autores.

Figura 1 - Síntese de alguns autores

Autores	o que pensam
Roberto G. Echevarría	Deficiência linguística
Humberto M. Fernández	Mistura linguística
Silvia Betti	Identidade híbrida
Ilán Stavans	Nova língua
Ana Celia Zentella	Símbolo de resistência
Ricardo Otheguy	Dialeto popular dos EUA

Fonte: Autoria própria

Mas, para definir as ações e estratégias que levem a uma boa aceitação pelos consumidores locais, os profissionais de marketing internacional se utilizam da tradução como estratégia principal. O uso da tradução busca perguntar as coisas certas, na língua certa e nas palavras certas. Três técnicas diferentes são então utilizadas, a retrotradução, a tradução paralela e a descentralização, para assim corrigir os erros de tradução com antecedência, principalmente nas pesquisas de marketing (CATEORA; GILLY; GRAHAM, 2013; MELIN; RAY, 2005).

Na técnica de retrotradução, o questionário de pesquisa de marketing produzido é traduzido de um idioma para outro e em seguida é traduzido de volta para o idioma original por outra pessoa, e então as duas versões no idioma original são comparadas. O processo de retrotradução normalmente indica com exatidão possíveis interpretações errôneas e mal-entendidos antes que o material seja divulgado ao público-alvo (CATEORA; GILLY; GRAHAM, 2013).

Por causa das expressões idiomáticas utilizadas comumente nos idiomas, é possível que a retrotradução ainda não seja a ferramenta mais indicada, por isso se utiliza a tradução paralela. Nela, utiliza-se mais de dois tradutores para que os resultados sejam comparados, as diferenças discutidas e a tradução mais apropriada seja escolhida (CATEORA; GILLY; GRAHAM, 2013).

Outra opção seria a descentralização, que funciona em um processo sucessivo de tradução e retrotradução de um questionário de pesquisa de marketing por tradutores diferentes. Um texto é traduzido de um idioma a outro, e depois retraduzido ao original, se houver diferenças na tradução, altera-se o texto original, até que o texto possa ser traduzido ao outro idioma sem alterar ou perder significado (CATEORA; GILLY; GRAHAM, 2013). A figura a seguir ilustra as possíveis técnicas utilizáveis:

Portanto, até o presente momento não há um denominador comum a respeito do *Spanglish* já que uns o consideram uma nova língua, outros um dialeto, outros uma mescla híbrida de duas línguas e outros que não lhe dão nenhum crédito linguístico.

8.4 VARIEDADES DO SPANGLISH

Devido às grandes ondas de imigração aos EUA, principalmente vindas do México, Porto Rico*, Cuba e outros países latinos em menor grau, o espanhol estadunidense adquiriu três matizes principais advindas de uma conjuntura de critérios demográficos e linguísticos, - preferencialmente fonológicos. (BLAS ARROYO, apud BETTI, 2011,p.38).

Segundo Torres Torres (2010) há três variações, e a primeira variação a surgir foi a chicana - variação mexicana - possivelmente por já haver residentes mexicanos no país quando os EUA compraram metade do México pelo Tratado de Guadalupe Hidalgo, ficando esta variação alocada ao Sudoeste estadunidense. A segunda é a variação porto-riquenho, conhecida como nuyorricán que se concentra basicamente em Nova Iorque e seus entornos, sendo os porto-riquenhos os que melhor se adaptam ao passo do inglês em questões de domínio linguístico e social.

E por último há a variação cubana, também chamada de cubonics que domina a região de Miami, estes falantes são os que demonstram maior o apego linguístico ao espanhol como forma de manter seu forte de orgulho de pertencimento cubano, dando ares hispânico a Miami, tanto que são conhecidos como mayameros.

8.5 IDENTIDADE E ESTIGMA SOCIOCULTURAL

Ao falar em *Spanglish* muitos de seus falantes encontram uma maneira de sentir-se ligados a suas raízes, mostrando que apesar de estarem ali nos EUA, preservam de algum jeito seus laços com seu país de origem ou de seus ascendentes assim como também consideram uma forma de demonstrar resistência a uma opressão político-econômico-social por eles vivida durante décadas (ZENTELLA, 2009) e que só agora começa a haver uma mudança em seu panorama. E essa opressão sócio-política que estigmatiza o *Spanglish* tem provável origem no fato genérico de que se misturam as línguas desordenadamente gerando uma confusão linguística que as “bastardizam” (MCCRADY, 2007).

Segundo McCrady (2007) os hispanohablantes acreditam que seu uso gera uma completa perda de identidade cultural, criando a confusão linguística acima citada, enquanto que os anglohablantes temem que o *Spanglish* tome o controle social por parte do povo latino. Conforme McCrady (2007):

possível que a forma de code-switching que envolve duas línguas de prestígio (o que é difícil de conceber devido ao fato de que línguas geralmente se mesclam quando uma língua estigmatizada e uma de prestígio são postas em contato direto) não seria desaprovada tanto quanto o Spanglish. Ainda outra razão para o estigma do *Spanglishé* o fato de muitos indivíduos terem um conceito equivocado de que o *Spanglishé* uma salada mista de duas línguas. (p. 4)

Já para Torres Torres (2010) é evidente que a estigmatização do comportamento linguístico híbrido de muitos latinos pode, em um sentido, provocar insegurança linguística e, em outro, afiançar seu sentimento de identidade múltiplealigada a uma forma de comunicação.

Cañas (1997 apud BETTI, 2011, p. 38) diz que:

Enquanto os hispanos não levantavam a voz, enquanto eram simples trabalhadores explorados, mal pagos, ignorantes, mão-de-obra barata para limpar as casas dos ricos, enquanto isso ocorria com consentimento da maioria, ninguém parecia preocupado com que os latinos falassem espanhol entre eles, que lessem seus jornais, que vissem sua televisão, que vivessem mal; contudo, agora as coisas mudaram e os hispanos começaram a ter uma pequena parte, mas significativa, do poder aquisitivo, político e cultural deste país (EUA) [...] estes latinoestadunidense se expressam seja em espanhol ou em inglês (com interferências muito enriquecedoras destes dois idiomas), mas também em uma mescla das duas línguas antes mencionadas (inglês e espanhol). (p. 38)

E Marcos (1997 apud BETTI, 2011, p. 38) complementa mais o autor acima ao dizer que todas essas classes sociais (política, econômica, profissional) já começam a olhar os latinos de outra forma com intenções de votos e recursos, além de favorecer o acesso a bens públicos e

privados em espanhol, sendo assim revalorizada a cultura hispana e identidade bilíngue dos EUA.

Além dessa conversão de identidade sociocultural do *Spanglish*, este já demonstra algumas criações artísticas representadas por nomes como escritores e cantores: Gloria Anzaldua, Tato Laviera, Lucha Corpi, Paty Mora, Sandra Cisneros, Cristina García, Luz Selenia Vásquez, Giannina Braschi y Ana Lydia Vega, autora del cuento *Pollito Chicken*, que para muchos es la obra fundacional de la literatura en *spanglish*; Shakira, Daddy Yankee, Pitbull, Lila Dawn e etc. O *Spanglish* aparece também nos grandes meios de comunicação, publicidade e internet.

A questão sociocultural apresenta-se de modo intenso no poema de Tato Laviera, escrito em *Spanglish*:

my graduation speech:
i think in spanish
iwrite in english
tengo las venas aculturadas
escribo en spanglish
abraham in español
abraham in english
tato in spanish
taroin english
tonto in both languages
ah supe que estoy jodo
ah supe que estamos jodos
english or spanish
spanish or english
spanenglish
now, dig this:
hablo lo inglés matao
hablo lo español matao
no sé leer ninguno bien
so it is, spanglish to matao
what i digo
¡ay virgen, yo no sé hablar!

Fonte: Stavans (2008)

Neste poema, segundo Stavans (2008) ele expressa a confusão de sentir-se em dois mundos em que o inglês e espanhol se batem, sentindo que não possui língua alguma, sem senso de pertencimento social, além de aludir a um sistema falho de educação em uma Nova Iorque de realidade fria, de morte e drogas; e a referência ao nome Abraham reflete o período após sua chegada a Nova Iorque em que um professor assim lhe mudou o nome por questão adaptação.

Sendo assim esse poema revela o sentimento de um portorriquenho que entra em choque com a realidade de identificação social que tem que enfrentar, mas mesmo assim com todas as dificuldades segue lutando, e até mesmo criando uma nova língua que lhe põe em um reencontro íntimo consigo próprio.

Portanto, vale reconhecer que os latinos que se utilizam do *Spanglish* assim o fazem por acreditar nessa condição natural e legítima de construção identitária que se tornou característica da minoria latina nos EUA, sem que estes mesmos latinos deixassem de levar em consideração o sincretismo de uma sociedade da qual fazem parte, em que já foram estrangeiros, e hoje em dia não é mais (LAPUERTA, 2007).

8.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo foram revistos conceitos e pensamentos de diversos acadêmicos do espanhol a respeito do *Spanglish* tais como Stavans, Betti, Zentella, entre outros e a partir de então pudemos perceber que tratamos de um assunto bastante complexo e abrangente. Não há um denominador comum, no referencial teórico utilizado, às situações intrincadas em diversos âmbitos da sociedade latinoamericana, seja na política, economia, seja na cultura e identidade de seus povos. Porém, ainda que este seja um fenômeno sociolinguístico relativamente antigo que se remonta às primeiras ondas de imigração latinoamericanas vindas do México para os EUA no final do século de XIX e início do século XX, o *Spanglish a priori* era algo “desconhecido”, chegando apenas a ganhar algum destaque acadêmico e estudos sociolinguísticos a partir da origem de seu termo, no final da década de 1940, com o jornalista portorriquenho Salvador Tió.

Como dito anteriormente, a maioria dos estudiosos divergem enormemente sobre o *Spanglish*, classificando-o por vezes como uma nova língua (STAVANS, 2008), um dialeto do espanhol estadunidense (OTHEGUY, 2009) ou uma identidade híbrida formada por idiomas em contato (BETTI, 2009). Nesse cenário em que alguns autores mantêm uma postura radical e detratora em relação aos latinos que utilizam o *Spanglish*, subjugando-os como um povo sem letramento, e outros conferindo-lhe demasiada importância ao *Spanglish* só demonstra o quanto se há ainda para estudar a respeito dessa grande condicionante da resistência hispana nos EUA, e um fato é certo, a hibridização, como processo de interseção e transação é o que torna possível que a multiculturalidade evite o que tem de segregação e possa converter-se em interculturalidade (CANCLINI, 2003).

Destacamos em especial a postura intermediária mantida por Silvia Betti, a qual diz que não devemos sobrevalorizar tampouco menosprezar o *Spanglish*, mas sim, devemos nos concentrar em estudá-lo, nos despidendo de possíveis preconceitos, pois é fato, o *Spanglish* existe e continuará a existir independentemente do que pensem ou queiram impor determinados linguistas, dada a dinamicidade de uma língua viva, e no caso do *Spanglish*, mais ainda, duas línguas vivas (inglês e espanhol).

Desse modo, há margem para futuras pesquisas complementares como, por exemplo, a realização de entrevistas ou aplicação de questionários com falantes bilíngues hispanos nos e dos EUA tratando de suas percepções a respeito do tema em seu aspecto sociocultural, bem como no tocante a vieses político-econômicos da sociedade estadunidense.

Para concluir, como nos diria Nelson Mandela se você falar com um homem numa linguagem que ele compreende, isso entra na cabeça dele. Se você falar em sua própria linguagem, você atinge seu coração – podemos ter um sentimento de empatia maior em relação à situação social vivida pelos latinos imigrantes, expressada com o *Spanglish*, e antes de empregar julgamentos de valores devemos recorrer a fundamentos epistemológicos para entender e melhor enxergar o que faz um povo, raça ou, simplesmente, o *outro*, ser como é e agir e como age.

REFERÊNCIAS

- ARDILA, Alfredo. Spanglish: an anglicized Spanish dialect. **Hispanic Journal of Behavioral Sciences**, v. 27, n. 1, p. 60-81, 2005. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0739986304272358>>. Acesso em: 18 mar. 2017.
- BETTI, Silvia. **El spanglish en los Estados Unidos: ¿estrategia expresiva legítima?** *Lenguas Modernas*, n. 37, p. 33-53, 2011. Disponível em: [http://search.proquest.com/openview/f63496ba0e30290e26d95e9b729a76f2/1?pq-](http://search.proquest.com/openview/f63496ba0e30290e26d95e9b729a76f2/1?pq-origsite=scholar&cbl=22706)
- BETTI, Silvia. La definición del spanglish en la última edición del Diccionario de la Real Academia (2014). **Academia Norteamericana de la Lengua Española**, p. 5. Disponível em: [http://search.proquest.com/openview/f63496ba0e30290e26d95e9b729a76f2/1?pq-origsite-](http://search.proquest.com/openview/f63496ba0e30290e26d95e9b729a76f2/1?pq-origsite=scholar&cbl=22706)
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo, 2003.
- DEBATE sobre o termo *Spanglish* entre os professores Ricardo Otheguy e Ana Celia Zentella. **Conference on Spanish in the U.S.**, Miami, fevereiro, 2009. Web 28 de out. 2009. Transcrição feita por Ericka Acevedo Torres. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pODdFv-viitA>. Acesso em: 17 abr. 2017.
- LAPUERTA, Paloma. **El espanglish y la identidad latina en Estados Unidos**. Disponível em: http://cvc.cervantes.es/literatura/aih/pdf/16/aih_16_2_022.pdf. Acesso em: 14 abr. 2017.
- MCCRADY, Lauren. **Spanglish: a synthesis of cultural identity and creativity**. 2007.
- OTHEGUY, Ricardo. El llamado espanglish. **Enciclopedia del español en Estados Unidos**, p. 222-247, 2009.
- STAVANS, Ilan. **Latina Writers**. Greenwood Publishing Group, 2008.
- STAVANS, Ilan. **Perfil Ilan Stavans: “My name es Ilan Stavans, lingüista, cultural critic y revoloteador”**, 2009. Disponível em: <http://www.catedraabierta.udp.cl/perfil-ilan-stavans-my-name-es-ilan-stavans-linguista-cultural-critic-y-revoloteador/>. Acesso em: 30 mar. 2017.

PARTE III
HUMANIDADE, MIGRAÇÕES
E INTERCULTURALIDADE

CAPÍTULO 9

FLUXOS MIGRATÓRIOS: Da Primavera Árabe à Crise Humanitária Instalada na Europa

Klebiane Queiroz Façanha¹
Kátia Ferreira Fraga²

9.1 INTRODUÇÃO³

O tema relacionado aos fluxos migratórios tem permanecido presente na mídia e nas redes sociais de maneira intensa. O caso do menino sírio que morreu afogado no mar Mediterrâneo estampou a capa de vários jornais e revistas pelo mundo afora. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, não havia registros de um número tão expressivo de pessoas se deslocando em busca de proteção e melhores condições de vida. Tais fatos chamaram a atenção da comunidade internacional para os acontecimentos naquela região do globo e nos fez querer compreender melhor esta situação, suas origens, seus impactos e reflexos na sociedade globalizada.

Este artigo tem como objetivo explorar tais questões, no intuito de trazer uma compreensão mais assertiva sobre o assunto, investigando as origens deste fluxo migratório tão intenso e que nos últimos anos tem sido palco para diversas discussões sobre a União Europeia. Além disso, tentamos promover uma reflexão sobre os motivos que

¹ Negociadora Internacional bacharela em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais (LEA-NI) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: klebiqueiroz@gmail.com

² Doutora em Letras (na área de Estudos da Linguagem) pela UFF (2005). Professora de língua francesa no Departamento de Mediações Interculturais da UFPB. Desenvolve pesquisas sobre o ensino-aprendizagem de FLE, FOS e FOU, entre outras áreas. E-mail: kfraga@globo.com

³ Este capítulo é um recorte, com ajustes e adaptações, do trabalho de conclusão de curso homônimo apresentado por Klebiane Queiroz Façanha, no LEA-NI da UFPB, em 2016, sob a orientação da Profa. Dra. Kátia Ferreira Fraga.

um indivíduo possui para sair do seu país de origem e os respectivos desafios trazidos por tais mudanças.

oPrimeiramente, apresentamos um panorama histórico acerca da Primavera Árabe, abordando o início das manifestações populares na Tunísia e o efeito dominó nos demais países árabes, bem como os interesses estatais por trás dos conflitos. Em seguida, relacionamos os efeitos de tal movimento para a população e a fuga em massa em direção à Europa em busca por sobrevivência e reconstrução de suas vidas. Para melhor compreender esses movimentos, conceituamos e apresentamos os fluxos migratórios, bem como a diferença no status atribuído aos indivíduos em situação de deslocamento forçado, sendo necessário para tal, abordar a criação de normas internacionais de proteção aos direitos humanos e o instituto do refúgio e a atuação dos diversos atores internacionais para a mediação do conflito. Tratar os fluxos migratórios na sociedade globalizada exige discutir a construção de uma nova identidade cultural para o indivíduo que migra, bem como os impactos de tais deslocamentos para os países receptores para que possamos, por fim, apresentar nossas considerações finais sobre o tema.

9.2 PANORAMA HISTÓRICO: ORIGENS E CAUSAS DA PRIMAVERA ÁRABE

Em 17 de dezembro de 2009, o jovem tunisiano, Mohhamad Bouazizi ateou fogo em seu próprio corpo como forma de protesto contra a opressão e o governo corrupto de seu país (VISENTINI,2012). Esse evento desencadeou uma série de manifestações contra os regimes ditatoriais instaurados nos países árabes e no norte da África que ficaram conhecidos como Primavera Árabe.

Esse título foi dado pela mídia aos movimentos populares árabes, fazendo uma alusão à Primavera de Praga, quando o eslovaco, Alexander Dubcek, assumiu o poder em 1968, na antiga Tchecoslováquia, provocando mudanças profundas no país comunista (BIJOS e SILVA, 2013). Além disso, há também referências do uso do termo devido à Primavera dos Povos, marcada por levantes ocorridos entre 1846 e

1848, na Europa, contra as monarquias, as más condições de vida e a estagnação da economia.

Para muitos estudiosos e pesquisadores, poderia acontecer o mesmo processo nos países árabes tomados pelas revoluções populares, ou seja, uma ruptura com o sistema instaurado, marcado por excessos de autoritarismo e péssimas condições de vida para a maioria da população. No entanto, identificamos a formação de um complexo cenário político, econômico e social instalado nesta região do globo e seus efeitos e reflexos ainda permanecem incertos.

9.2.1 O INÍCIO DAS MANIFESTAÇÕES POPULARES NO ORIENTE MÉDIO

A Tunísia, o Egito e a Líbia estiveram no centro dos acontecimentos com a derrubada dos ditadores que estavam há décadas no poder, respectivamente, Zine el-Abidine Ben Ali, Hosni Mubarak e Muammar Qadaf⁴. Logo, as manifestações populares em busca de melhores condições de vida para a população espalharam-se pelos países do Norte da África: Argélia, Djibuti, Mauritânia, Marrocos, Arábia Saudita, Sudão e Saara Ocidental; assim como os países do Golfo Pérsico: Iêmen, Omã, Bahrein; incluindo Iraque, Jordânia e Síria - que ainda está sendo assolada por uma guerra civil (KALIL, 2013). Assim como Mohhammad Bouazizi, milhares de cidadãos estavam revoltados com a corrupção do sistema, ganhos ilícitos pelos grandes empresários e com a estagnação econômica das camadas mais pobres. A taxa de desemprego estava elevada e isto refletia diretamente nas condições de sobrevivência da população. Sendo assim, as manifestações públicas surgiram como uma possibilidade de mudança de regimes e no quadro social interno.

Em seu livro intitulado, *Primavera Árabe: Praças, ruas e revoltas* (2013), o professor Fernando Brancoli discorre sobre o motivo inicial para as manifestações;

[...] pela sétima vez em duas semanas, uma policial confiscou a banca de legumes de um jovem tunisiano, Mohamed Bouazizi.

⁴ Zine El Abidine Ben Ali na Tunísia (1987-2011), Hosni Mubarak no Egito (1981-2011), Muammaral-Gaddafi na Líbia (1969-2011), família al-Assad na Síria (Hafez al-Assad entre 1971 e 2000, Bashar al-Assad desde 2000).

Nas últimas ocasiões em que tinha sido apreendido, apenas foi liberado mediante pagamento de propina. Ao tentar reaver novamente os itens, o vendedor teria recebido um tapa no rosto, dado por uma agente, que, além da agressão física, utilizou frases para humilhar o pai do tunisiano, morto quanto Bouazizi tinha três anos. (BRANCOLI, 2013, p. 45-46).

Dois dias após este evento, Mohamed Bouazizi ateou fogo no seu próprio corpo em frente ao prédio da prefeitura como forma de protesto contra as condições econômicas vivenciadas por ele e seu povo. Com queimaduras graves, o jovem tunisiano veio a óbito no dia 04 de janeiro de 2011, quando uma série de protestos ocorria nas ruas da Tunísia e logo se espalhariam por outros países árabes requerendo mudanças nos regimes instaurados há décadas (BRANCOLI, 2013).

O ato revolucionário do jovem tunisiano foi o estopim de uma grande revolução nos países árabes e provocou mudanças significativas dando início a uma série de movimentos revolucionários em favor de melhores condições de vida e modificando o *status quo* estabelecido há anos:

[...] O ideal revolucionário sempre esteve inerente à humanidade, em particular, dos povos ditos “românticos” ou latinos. A mística da revolução é poderosa, dominando gerações por vários séculos; sendo ela, fruto da Revolução Francesa, rebordosa liberal – romântica de origem jacobina. Consiste no pensamento de mudança, de supressão dos males existentes, de “redenção” e “libertação” da situação de opressão ou até mesmo de insatisfação de população (PENNA, 1997, p. 32).

O sentimento de insatisfação diante dos problemas sociais e a falta de liberdade culminaram nas revoltas populares nos países árabes. Os protestos ganharam força e a adesão de milhares de jovens através de páginas no *Facebook*, *Twitter*, *You Tube* e de *smartphones* conectados à Internet com a transmissão de vídeos dos acontecimentos em tempo real (AGRA, 2014). Em pouco tempo o efeito dominó se instaurou nos países árabes e os regimes ditatoriais estavam ao ponto de sofrer grandes mudanças. Conforme discorre, o pesquisador e professor Visentini (2012), no trecho a seguir;

As primeiras fagulhas de revolta já eram sentidas em janeiro de 2011, enquanto nas ruas do Egito, da Tunísia e da Argélia assistia-se às primeiras revoltas. Em 16 de janeiro, em meio a relatos de agitação na cidade líbia de al-Bayda, Kadhafi condenou os levantes na vizinha Tunísia e a disposição de seu aliado Ben Ali. No mesmo dia o site Youtube e redes sociais foram bloqueadas na Líbia, como forma de conter possíveis levantes. (VISENTINI, 2012, p. 139).

No entanto, tais mudanças não ocorreram de forma livre e sem oposição por parte dos governantes, pelo contrário, na medida em que outros países aderiam aos movimentos, ações repressivas foram aplicadas para conter os levantes populares, conforme citado no trecho acima.

9.2.2 A ADEÇÃO DE OUTROS PAÍSES ÁRABES

As manifestações populares ganhavam força em cada país no qual a população estava sendo privada dos seus direitos inalienáveis.⁵ Para Brancoli (2014), a expansão desses movimentos populares nos países árabes tornou-se possível graças a certo grau de identidade compartilhado pelos mesmos, seja através da língua ou pelas características culturais ou históricas. No entanto, mesmo com elementos similares, cada país estava lutando contra as suas próprias questões internas. Consequentemente, o movimento foi tomando forma diferenciada em cada território.

Em alguns países, as manifestações populares culminaram na queda dos ditadores ou mudanças na conjuntura política. Na Tunísia, os efeitos foram sentidos de forma rápida, apesar da resistência do ditador militar Zine El Abidine Ben Ali, no poder há mais de 9 anos. O governo tentou fazer manobras para controlar os ânimos da população que se concentrava em frente ao prédio principal do governo gritando palavras de ordem *degagé*⁶ (AGRA, 2014). Na Tunísia, ex-colônia fran-

⁵ Os direitos inalienáveis são todos os direitos fundamentais que não podem ser legitimamente negados a uma pessoa. Nenhum governo nem nenhuma autoridade tem competência para negar este tipo de direitos, uma vez que fazem parte da essência da pessoa. Os direitos humanos são direitos inalienáveis. (DUDH, 1948).

⁶ Degagé; palavra do idioma francês, que significa, para fora. Utilizada nos protestos como palavra de ordem, em referência aos governantes que estavam no poder. (AGRA, 2014).

cesa, o idioma oficial é o árabe, porém, o francês é a segunda língua utilizada pela população, por isso a adoção de tal palavra nos protestos como palavra de ordem.

Tais manobras foram desde a interrupção de acesso à Internet, para impedir a divulgação dos protestos, até o oferecimento de dinheiro e promessas de emprego. Após várias tentativas de acordo com os manifestantes, baseadas em promessas que soavam apenas como mais uma tentativa de manter-se no poder e sem nenhuma credibilidade, Ben Ali foi perdendo o controle da situação e perdendo seus principais aliados. No dia 14 de janeiro, o ditador militar e sua família deixaram o país rumo à Arábia Saudita. Sua partida marcou a primeira queda de um líder em decorrência da onda de manifestações populares que seriam conhecidas como a Primavera Árabe (COUTINHO, 2013).

No Egito, os problemas não eram muito diferentes daqueles que a população enfrentava na Tunísia. O desemprego estava a assolar a maioria dos jovens que saíam das universidades e não tinham lugar para trabalhar, a má distribuição de renda era outro fator importante, pois, com o aumento do número de empresas estrangeiras, os investimentos externos eram altos, no entanto, os benefícios econômicos eram experimentados apenas por uma pequena parcela da sociedade (COUTINHO, 2013).

Havia uma longa lista de problemas enfrentados pela população que não se relacionavam apenas à ordem econômica, mas também à ordem política. No poder desde 1981, Hosni Mubarak, controlava o país de forma intensa e autoritária. Através do Partido Nacional Democrático (PND) ele impedia qualquer tentativa de oposição ao seu governo, a partir de eleições fraudulentas, intimidação de eleitores e alianças com as principais potências econômicas (BRANCOLI, 2013).

Valendo-se da importância geopolítica do Egito, seja por causa do Canal de Suez, seja pela proximidade com Israel, Mubarak conseguia se posicionar internacionalmente como o último bastião contra um suposto caos islâmico que poderia assolar o país a qualquer momento. Utilizando esse discurso, conseguia apoio de potências, como os Estados Unidos, que muitas vezes evitavam criticar políticas não democráticas e violadoras de direitos humanos. (BRANCOLI, 2013, p. 87).

Já havia no Egito um movimento de oposição contra o regime de Hosni Mubarak, no entanto, estes movimentos eram muitas vezes silenciados e reprimidos pelo governo. Porém, começou a circular na Internet um convite para manifestações na Praça Tahir, no centro do Cairo. Dois dias antes, a população ficou sem acesso às mídias: era uma tentativa do governo de inibir a população de ir às ruas. Porém, não teve sucesso esta manobra repressiva do governo. Os manifestantes entraram em confronto com a polícia e muitas pessoas saíram feridas (BIJOS e SILVA, 2013).

Mas este era apenas o início do movimento em busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Depois de quase dois meses de protestos, as informações apontavam para a saída de Mubarak do poder. Porém, o futuro era incerto. Os manifestantes que foram às ruas não tinham um plano ou uma ideia clara de como seria o dia seguinte depois da queda do ditador. As forças armadas assumiram o poder, prometendo que em seis meses haveria novas eleições, no entanto, a população tinha a impressão que estava tudo da mesma forma que antes (BIJOS e SILVA, 2013).

Dezoito meses após a queda do ditador Mubarak, e após as eleições, sobe ao poder Morsi e aplica diversas medidas para a estabilização da ordem no país. No entanto, para alguns, não teria ocorrido de fato uma mudança no quadro político-social no Egito, mas a certeza de que o povo egípcio havia se unido em favor de um movimento em busca de melhores condições de vida para todos e tal fato fortaleceu as manifestações em outros países árabes (VISENTINI, 2012).

Na Líbia, o ditador era Muammar Kadhafi, no poder desde 1969 através de um golpe de Estado que pôs ao fim à monarquia e estabeleceu a República Árabe da Líbia, a situação encontrava-se semelhante a outros países árabes: a economia fortemente baseada no petróleo, grande parte da população sem boas condições de vida;

A falta de transparência, assim como em outros países árabes, era um dos principais empecilhos também para a população local. Dentro dessa perspectiva, as políticas do governo não conseguiam alcançar a ampla camada da população, que por sua vez assistia ao transbordamento de recursos para companhias estrangeiras. (...) O domínio árabe, contudo, que começara na

Tunísia, passando pelo Egito, agora estava chegando às portas da Líbia. (BRANCOLI, 2013, p. 139).

A população insatisfeita fazia muitas críticas ao ditador. Em 11 de fevereiro de 2011, moradores da cidade de Bengasi iniciaram as manifestações pacifistas nas ruas da cidade. Tropas governamentais e grupos armados enfrentaram-se nas cidades e demorou pouco para que o conflito armado fizesse suas vítimas. Os organismos internacionais tentavam minimizar os efeitos ante as ameaças de Kadhafi e a ONU temia o mesmo massacre que ocorrera em Ruanda, conforme afirma BRANCOLI, 2013.

As ameaças pareciam sérias demais para que as Nações Unidas deixassem que outro massacre acontecesse. Em 17 de março de 2011, o Conselho de Segurança aprovou a resolução nº 1.973, a qual afirmava que os Estados-membros deviam tomar todas as medidas necessárias para proteger civis e áreas civis densamente povoadas que estivessem sob a ameaça de ataque na Líbia, incluindo Bengasi. (BRANCOLI, 2013, p. 141).

Porém, a intervenção feita pela ONU não trouxe resultados positivos imediatos, além de levantar questionamentos sobre os reais interesses para a intervenção no território líbio. Após sete meses desde o início da intervenção, a Líbia ainda permanecia em uma guerra com mais de 50 mil vítimas e com um fluxo contínuo de pessoas fugindo do país e buscando refúgio em outros países como a Tunísia e o Egito (BRANCOLI, 2013). Em meados de outubro, Kadhafi foi encontrado dentro de uma rede de esgoto e foi assassinado pelos rebeldes. Uma liderança interina foi estabelecida com a promessa de eleições em breve. No entanto, novos conflitos emergiram, atentados contra a embaixada americana reacenderam o clima de revolta e incertezas no país (BRANCOLI, 2013).

A Síria foi um dos últimos países a aderir aos protestos da Primavera Árabe. Localizada em uma região central do Oriente Médio, tornou-se independente da França em 1946 e faz fronteira com o Líbano, Israel, Iraque e Turquia. Os sírios sempre enfrentaram instabilidade política e econômica. Logo, a situação da população não era muito diferente das mantidas nos outros países citados anteriormente. Gran-

de nível de desemprego, falta de acesso à água potável, controle a mãos de ferro exercido pelo governo, fizeram com que os primeiros protestos culminassem na cidade de Deraa, próximo à Jordânia (BRANCOLI, 2013). Consequentemente, o governo respondia de maneira violenta, na tentativa de minimizar os ânimos da população que clamava pela queda do regime, assim como, reprimindo futuras manifestações. O conflito na Síria ainda não teve um fim e isto só contribui para o aumento do número de mortos e de civis que precisam deixar suas casas para fugir da guerra. Tal questão será abordada posteriormente neste trabalho.

9.2.3 INTERESSES ECONÔMICOS E OS IMPACTOS NA PRIMAVERA ÁRABE

Para Visentini (2014), a Primavera Árabe não consiste em uma reação a um ato isolado, mas sim, consequência de um processo histórico longo que envolve relações de poder, uma geopolítica norteadas por estratégias de manutenção de áreas de influência e, sobretudo, para garantir o poder econômico gerado pela disponibilidade (ou não) de petróleo no cenário internacional.

O Oriente Médio está na interseção geográfica de três continentes, conformando historicamente rotas tradicionais de intercâmbio entre civilizações longínquas. Trata-se da região onde tiveram origem as três grandes religiões monoteístas. Detém as maiores reservas de hidrocarbonetos no mundo. Em suma, não são poucos fatores que colocaram — e colocam — a região no centro de disputas geopolíticas globais, a ponto de a própria formação do sistema de estados médio-oriental ser em grande parte consequência da ocupação e dominação das potências estrangeiras (VISENTINI, 2014, p. 4).

O pesquisador Edward W. Said, em seu livro *Orientalismo – O Oriente como invenção do Ocidente* (1978), versa sobre a importância do Oriente Médio. Para o mesmo, o Oriente Médio está localizado em uma posição estratégica no território global, logo o controle desta área é fator determinante nas diversas disputas traçadas entre as grandes potências econômicas e torna-se elemento fundamental nas negociações internacionais, por conseguinte, deter o controle ou manter os países

do Oriente Médio sobre influência é sinônimo de assegurar suprimento de petróleo para as grandes economias mundiais.

Desta maneira, as relações estabelecidas nesta área do globo são movidas por interesses nacionais estatais (VISENTINI, 2014). Por um lado, temos os Estados Unidos da América, na guerra contra o terrorismo, dando suporte militar para estes países que estão em conflito com o intuito de controlar as diversas facções existentes e, por outro lado, temos Rússia e China, países que detém poder de veto de sanções estabelecidas pelo Conselho de Segurança da ONU, travando disputas contra os EUA, França e Inglaterra (VISENTINI, 2014). Essa realidade pode ser vista também em países como Iraque, Irã, Afeganistão e tantos outros que se encontram em conflitos armados constantes.

Os países do Oriente Médio se encontram em uma zona de conflito de interesses tanto ao nível regional como internacional em função dos interesses econômicos provenientes das reservas de petróleo. Entretanto, estes conflitos de interesses são originados desde o domínio do Império Turco Otomano (BISSIO, 2012).

Após o término da Primeira Guerra Mundial, o domínio e influência nestes países eram determinados pela França e Inglaterra em forma de colônias de exploração. No final da Segunda Guerra Mundial, começaram as negociações para que os países árabes obtivessem suas independências. Porém, devido às condições impostas pelas potências coloniais para garantir a independência, esses Estados já nasceram com severas limitações na sua soberania (COUTINHO, 2013).

Ao longo do século XX e XXI, as grandes potências do Ocidente sempre tentaram manter os países do Oriente Médio sob sua influência e o fazia através de apoio aos governantes que lhes asseguravam estabilidade e manutenção do *status quo*, ou seja, prevalecendo seus interesses (LEITE, 2012).

Com as manifestações iniciadas em meados de 2009, foi possível perceber que mudanças estão acontecendo de maneira significativa no Oriente Médio e que os efeitos da Primavera Árabe ainda não chegaram ao fim (VISENTINI, 2012). Na verdade, é o começo de um processo em busca de um novo modelo político, social e econômico:

A Primavera Árabe, de acordo com Visentini , consiste em um movimento de protesto que para além dos anseios populares, assolados duramente pelo desemprego e pela falta de esperança no futuro, são insuflados também por “importante participação externa, pois os revoltosos foram previamente preparados e a forma e o momento em que a revolta ganhou densidade, foram monitorados e influenciados” sinalizam evidências de participação de países interessados nas revoltas e no redesenho da política na região. (LEITE, 2012, p.1)

Contudo, em meio a estas circunstâncias, há um enorme número de civis que são vítimas de tais conflitos. Neste sentido, podemos observar milhares de pessoas que fogem em busca de proteção e preservação da vida. Em seguida, abordaremos tal questão com o objetivo de trazer uma melhor compreensão acerca deste fluxo migratório, especialmente, no que se refere ao entorno árabe e ao território europeu.

9.3 A PRIMAVERA ÁRABE E O AUMENTO DO FLUXO MIGRATÓRIO

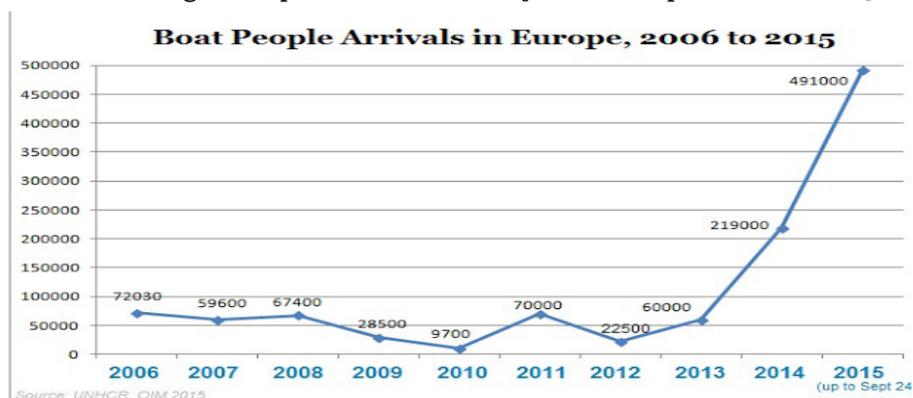
Os desfechos da Primavera Árabe poderão ser vistos ao longo dos anos, pois as manifestações fazem parte de um processo que ainda está ativo no Oriente Médio. Contudo, existem fatos que não podem passar despercebidos, dentre eles, o aumento do fluxo migratório naquela região e as problemáticas oriundas de tal fenômeno;

A crise potenciara os riscos de instabilidade nesses países, daí que o êxodo provocado pela “Primavera Árabe” criou vagas de imigrantes ilegais em direção à Europa em busca de segurança. O crescente de débeis embarcações que navegavam pelo Mediterrâneo rumo às ilhas europeias mais próximas do Norte de África era impressionante e efetuava-se a um ritmo nunca visto. As fronteiras entre a Grécia e a Turquia, que antes se verificavam como um dos destinos de eleição de diversos fluxos migratórios, sendo o ponto de entrada mais problemático para a Europa em 209. agora no eclodir desta crise, passaram para segundo plano. Assim, a rota de imigração ilegal que se tornou mais procurada neste período foi a rota do Mediterrâneo Central, onde encontramos a pequena ilha italiana de Lampedusa, que fica situada a apenas 150 km – através da travessia do Mar do Mediterrâneo – do Norte de África. Milhares de imigrantes ilegais em frágeis condições de saúde, e em quantidades inimagináveis até então,

foram abordando os diversos pontos fronteiriços da Europa, chegando mesmo a provocar condições que foram consideradas desumanas e a necessitar de apoio ao nível de uma crise humanitária, levando à intervenção das mais diversas autoridades. (MARCELINO, 2012, p. 61).

No entanto, já era possível observar um aumento do fluxo migratório nos últimos anos, através do Mar Mediterrâneo, como apontou o Instituto Europeu do Mediterrâneo em 2015 no *Mediterranean Yearbook*, com registros acentuados dos movimentos migratórios naquela região, conforme gráfico a seguir;

Gráfico 1 – Chegada de pessoas em embarcações na Europa, de 2006 à 2015.



Fonte: UNHCR, OIM 2015.

O gráfico acima nos remete ainda a Marcelino (2012, p. 68), que destaca a tentativa de milhares de tunisianos de entrar na Europa pela ilha italiana de Lampedusa através de embarcações frágeis, sendo muitas delas barcos infláveis que não ofereciam nenhuma segurança.

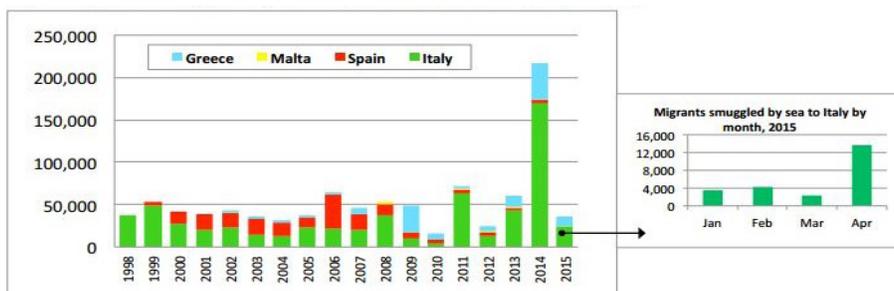
9.3.1 A ROTA DO MEDITERRÂNEO E A CRISE HUMANITÁRIA NA ITÁLIA

Considerada, inicialmente, como a principal rota para chegar à Europa, a Itália acionou os parceiros da União Europeia para ajudar no contingente de chegada, estabelecendo ações para o repatriamento dos tunisianos que continuavam a chegar a Lampedusa clandestina-

mente. A liberação de 9. milhões de euros pelos membros da UNIÃO EUROPEIA e a presença mais intensa da FRONTEX (Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas) não foram medidas suficientes para conter a chegada diária de inúmeros sobreviventes que chegavam à costa italiana. (NUNO, 2012).

Conforme os dados indicados na figura abaixo, podemos observar o número de pessoas que chegaram ao território europeu, principalmente, nos países que têm suas fronteiras banhadas pelo Mar Mediterrâneo, destacando-se Grécia, Malta, Espanha e Itália.

Quadro 2- Migrantes Ilegais na Europa de 1998 à 2015.



Sources: Italy: Ministry of Interior; Spain: Ministry of Interior for 1999-2013 and UNHCR for 2014 and 2015; Malta: Frontex-watch for 2008-2013 and UNHCR for 2014 and 2015; Greece: Hellenic Police, Ministry of Public Order & Citizen Protection for 2009-2013 and UNHCR for 2014 and 2015. Data on 2015 refer to Jan 1-Apr 20 for Italy and to Jan 1-Mar 31 for Greece and Malta.

Fonte: Ministério do Interior Italiano.

A partir destes acontecimentos iniciais, o governo italiano declarou estado de crise humanitária⁷, solicitando apoio aos países vizinhos para a contenção da chegada de novos migrantes na costa italiana (ACNUR, 2013). A Itália montou um centro de acolhimento com capacidade de acolher 800 pessoas no início da crise, contudo a Organização Mundial para as Migrações verificou a presença de cerca de 2 mil pessoas em condições de vulnerabilidade.

⁷ Estado de crise humanitária é uma situação de emergência, em que a vida de um grande número de pessoas se encontra ameaçada e na qual recursos extraordinários de ajuda humanitária são necessários para evitar uma catástrofe ou pelo menos limitar as suas consequências. Crises humanitárias, geralmente, caracterizam-se pela privação de alimentação, abrigo, riscos à saúde, à segurança ou ao bem-estar de uma comunidade ou de um grande grupo de pessoas, em uma área quase sempre extensa. Conflitos armados (guerras entre países ou guerras civis), epidemias, crise alimentar (decorrente de secas ou pragas) ou desastres naturais (terremotos, inundações, tsunamis) podem levar a crises humanitárias. Fonte: ACNUR.

Por um lado, a Itália acusava a UE de lentidão para a resolução do problema, por outro lado, a mídia e os organismos internacionais começaram a sinalizar que a onda migratória que estava se formando não era apenas de migrantes que estavam saindo dos seus países por questões econômicas, mas tratava-se de refugiados, indivíduos que estavam fugindo da guerra (IOM, 2012). No próximo tópico, a fim de trazer uma compreensão melhor acerca desta diferenciação entre migrantes e refugiados abordaremos alguns conceitos relevantes para a discussão desta temática.

9.4 FLUXOS MIGRATÓRIOS: CONCEITOS E ABORDAGENS TEÓRICAS

Os estudos sobre as migrações são o reflexo de uma prática do próprio ser humano que já ocorre desde os primórdios, pois sair em busca de melhores condições de vida e sobrevivência faz parte da natureza humana por essência. Os motivos que levam as pessoas a migrarem podem ser variados: razões de cunho político, econômico, social, ideológico, religioso, entre outros.

Tais questões são abordadas de diversas formas empíricas, pois o campo de estudo é vasto, assim como, os efeitos de tal fenômeno. Estudiosos de diversas áreas, tais como as ciências humanas e sociais, buscaram elaborar leis, teorias e explicações para tal fenômeno, porém não há a existência de uma teoria geral que aborde todos os aspectos causais de tal questão (NOGUEIRA, 1991). Entretanto, para fins de melhor compreensão acerca de tais fenômenos, apresentaremos de forma sucinta algumas das principais reflexões acerca dos deslocamentos humanos.

9.4.1 CONCEITOS BÁSICOS SOBRE MIGRAÇÃO

Entende-se por migração o deslocamento de pessoas de uma região para outra, tendo os mais variados motivos como mola propulsora. Aos indivíduos que praticam esta ação, ou seja, que saem do seu local de origem, atribui-se o termo de emigrante, conforme corroboram Rocha e Trindade (1995). De igual forma, no local de chegada, es-

tas pessoas serão denominadas como imigrantes, pois se caracterizam como aquelas que chegam a um novo destino.

Tais deslocamentos podem ser realizados internamente, isto é, dentro das fronteiras do próprio Estado de origem, caracterizando-se como migrações internas e há aquelas que são realizadas para outros Estados e regiões diferentes, podendo ser motivadas por diversos fatores, dentre eles; fatores econômicos, políticos, desastres ecológicos, medidas emergenciais (refugiados), laços afetivos e outros.

Devido às novas dinâmicas enfrentadas pelo homem, percebeu-se que apenas as definições de emigrante ou imigrante não seriam suficientes para enquadrar as novas dinâmicas sociais. Para tanto, fez-se necessário a inclusão de mais termos para garantir uma compreensão mais assertiva acerca do tema das migrações (GUIMARÃES, 209..

9.4.2 LEIS DA MIGRAÇÃO

Um dos primeiros estudiosos a abordar o tema de migração foi o geógrafo anglo-alemão, Ernest Ravenstein (1889). O mesmo é considerado como o primeiro teórico da migração. Ele usou dados baseados no censo da Inglaterra e do país de Gales e desenvolveu as leis que ficaram conhecidas como as leis da migração.

Para Ravenstein, diversas variáveis podem influenciar o deslocamento humano, tais como, a distância, a tecnologia, o gênero, as condições econômicas e outras.

Conforme afirma Peixoto (2004), as leis de migração propostas por Ravenstein indicavam que a maioria dos migrantes do sexo feminino percorriam curtas distâncias, por outro lado, os homens saíam mais em direção aos centros de comércio e indústria. No entanto, em seu estudo, Ravenstein indica que as mulheres eram mais propensas ao fluxo migratório do que os homens, por isso, a tendência de iniciar-se o processo migratório em etapas e trechos menores. Conforme indica o trecho a seguir;

A migração por etapas seria uma alternativa de se reduzir os custos associados às viagens de trechos mais longos. Para Ravenstein, antes de alcançarem as grandes cidades, as pessoas, normalmente originadas de áreas rurais, passavam por cidades de pequeno e médio porte, caracterizando assim a chamada mi-

gração por estágios ou em cadeia. Ravenstein também coloca que com o desenvolvimento de novas tecnologias, e consequentemente de novas formas de transporte, o deslocamento entre as regiões foi facilitado, aumentando assim o número de migrantes e possibilitando em alguns casos o “salto” de um ou outro estágio de migração, representado pela passagem nas pequenas e médias cidades (MUNIZ, 2001, p. 3).

Ravenstein desenvolveu suas pesquisas empíricas no final do século XIX, no contexto da revolução industrial, onde a melhoria dos meios de locomoção e o desenvolvimento da indústria e do comércio contribuíram muito para o aumento das migrações (NOGUEIRA, 1991). Sendo assim, para o autor, de todos os motivos que levam ao aumento da migração, o maior é, incomparavelmente, o econômico, ou o originado do desejo de melhorar a situação material (CASTRO, 2011).

Além disso, Ravenstein, apontou a existência de dois elementos principais na decisão de migrar. O primeiro, chamado de *pushfactor*⁸, ou seja, o fator que vai influenciar e motivar o deslocamento deste indivíduo para outro país ou região. E, posteriormente, o *pullfactor*⁹, que se refere a algo que atrai pessoas para um determinado país. Dentre alguns fatores considerados como *pushfactor*, temos: assistência médica insuficiente, poucas oportunidades de trabalho e emprego na região, a questão da perseguição política e a falta de liberdade religiosa, perda de riquezas e bens, os desastres naturais e elevada carga tributária. Já os fatores considerados como *pullfactor* podem ser: o oferecimento de melhores condições de vida no país-foco, o deslocamento para as zonas urbanas, ou seja, o abandono do meio rural em função do povoamento dos grandes centros urbanos e novas oportunidades de emprego, o desenvolvimento tecnológico promovendo acesso aos mais variados meios de transportes e outros (NOGUEIRA, 1991).

Outro estudioso que aborda o tema de Migração é o pesquisador, norte-americano, Everett S. Lee. O mesmo reformulou, em 1966, as leis migratórias criadas por Ravenstein. Em seu estudo, Lee destaca os possíveis entraves e obstáculos no processo de migratório. Ele afirma

8 Pushfactor – a tradução livre do termo, sugerida pela literatura consultada é de fator de repulsão.

9 Pullfactor – a tradução livre do termo, sugerida pela literatura consultada é de fator de atração.

que o processo decisório referente ao ato de migrar estará intimamente relacionado com a classe social na qual o indivíduo está inserido. Ou seja, sua origem irá influenciar o modo como ele responderá aos obstáculos que devem ser encarados na migração. Além disso, ele acrescenta que fatores pessoais também irão influenciar essa tomada de decisão, no sentido de acelerar ou atrasar tal processo decisório. Alguns fatores influenciadores abordados por ele são: educação, conhecimento prévio sobre o país receptor, relações familiares e outras. (PEIXOTO, 2004).

Para Lee (1966), as migrações possuem um caráter seletivo com relação ao destino escolhido, dadas as mais variadas adversidades que podem ser enfrentadas no processo migratório. O autor afirma que tais dificuldades são instrumentos de seleção, onde os mais resistentes e dotados de certa capacidade intelectual e física se sobressaem. Para o autor, a decisão de migrar tende a ocorrer em determinados ciclos da vida do indivíduo, sendo a fase adulta a de maior destaque (NOGUEIRA, 1991). Neste sentido, afirma-se que o processo decisório do indivíduo com relação ao ato de migrar, dá-se na avaliação de aspectos positivos e negativos, associados às regiões de origem e destino.

9.4.3 DEMAIS ABORDAGENS TEÓRICAS

Muitos outros trabalhos teóricos foram produzidos com base no balanço entre os fatores de repulsão da área de origem e os de atração da área de destino, no entanto, apresentaremos de maneira generalizada, destacando as diferentes áreas do conhecimento que relacionam as migrações com o desenvolvimento econômico e com as mudanças sociais.

Na perspectiva sociológica, ou na Teoria da Modernização, apresentado por Nogueira (1991), citando Oliveira e Stern (1980), a migração interna é visualizada como um dos processos fundamentais da mobilização social, que constitui o eixo principal para a transformação de sociedades tradicionais em sociedades modernas.

Há ainda a perspectiva econômica, ou abordagem neoclássica, englobando estudos, como os de Sjaastad (1980), Todaro (1980), Harris (1980) e Schultz (1962), que, a partir da década de 60, passam a correlacionar o fenômeno migratório com a teoria econômica.

Conforme Nogueira (1991), o ponto básico da abordagem é de que a migração é um ato de decisão pessoal, determinado por um diferencial de salário decorrente de uma desigual distribuição de fatores de produção entre as regiões, tendo como resultado o restabelecimento do equilíbrio nas diversas áreas.

Assim, a migração é vista como um processo desejável e que possibilita a transferência dos excedentes de mão-de-obra do setor rural para as crescentes demandas do setor urbano industrial.

Para outros estudiosos e teóricos como Malthus, Marx, Durkheim e Weber, os fluxos migratórios são consequência do processo de desenvolvimento do capitalismo e dos processos de industrialização e urbanização (CASTRO, 2011).

No cenário mundial, nas duas últimas décadas, sobretudo a partir do período pós II Guerra Mundial, o capitalismo está se tornando cada vez mais organizado através da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo, sempre acompanhado por grandes inovações tecnológicas, de produtos e institucionais. É a partir desse quadro internacional que Sassen busca a ideia de ruptura nas estruturas tradicionais de emprego, que está intimamente relacionada com a internacionalização da produção que, por sua vez, está inteiramente assentada no investimento estrangeiro, nas novas regiões que tomaram impulso com a emergência e implantação da nova indústria de processamento para exportação. Dentro deste contexto, a imigração é um processo em que o investimento estrangeiro direto não é uma causa, mas é a própria estrutura da nova economia reorganizada pela acumulação flexível que cria certas condições para a emigração emergir como opção. (SASAKI, 2000, apud SASSEN, 1988).

As teorias mencionadas acima nos permitem compreender melhor os fluxos migratórios e identificar que o ato de migrar faz parte da dinâmica social inerente aos homens. Porém, para traçarmos paralelos a fim de compreender as novas dinâmicas da atualidade, faz-se necessário ressaltar que há divergências na literatura disponível quanto à abordagem acerca dos indivíduos que migram.

Dada a complexidade do tema, bem como os motivos que fazem o indivíduo deixar seu ambiente de origem e partir para novos

destinos, identificamos que alguns autores classificam tais indivíduos como clandestinos ou imigrantes ilegais, para outros, tais indivíduos devem ser classificados como refugiados, sendo este status oriundo das normas de proteção internacional.

A fim de obter uma melhor compreensão acerca de tais diferenças e sua aplicação aos fluxos migratórios originados nos países árabes com destino à Europa, abordaremos a seguir, tais questões.

9.5 AS NORMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO

Tendo em vista o aumento do fluxo migratório rumo à Europa por parte de indivíduos oriundos dos países árabes, é importante ressaltar a existência de considerações diferentes no que diz respeito ao status atribuído aos mesmos como migrantes econômicos ou refugiados, pois a partir desta diferenciação, as medidas adotadas por Estados e Organizações Internacionais, como a ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) se diferem quanto à responsabilidade e ao tratamento dispensado aos mesmos.

No âmbito internacional, afirma-se que existem diferenças entre os migrantes que buscam melhores condições de vida por questões econômicas e ação voluntária, sendo estes considerados migrantes econômicos, e entre aqueles que são forçados a sair do seu país de origem em razão da guerra e ou perseguições, sendo estes considerados como refugiados (ACNUR).

Logo, o tratamento dispensado aos mesmos e a responsabilidade por parte dos Estados são diferentes. Porém, ambos estão amparados pelo Regime de Direitos Humanos, estabelecido na Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, na qual é afirmado no artigo 14, o direito de toda e qualquer pessoa de procurar e se beneficiar de refúgio.

As autoras Rocha e Moreira (209. afirmam que, em meados do século XX, houve uma mudança na compreensão sobre o direito do indivíduo de ser protegido e a responsabilidade dos Estados de protegê-lo. Dado o grandioso número de pessoas deslocadas oriundas de conflitos na II Guerra Mundial fez-se necessário uma mobilização por

parte das instituições internacionais na organização social vigente e para estruturação da Europa.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a comunidade internacional passou a se preocupar com a regulamentação da questão dos direitos humanos como forma de assegurar que as atrocidades cometidas durante a Guerra não se repetissem mais (ROCHA E MOREIRA, 209..

Neste contexto foi criado o ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), órgão voltado para ações de proteção a indivíduos em condições desfavoráveis para sobrevivência, tendo em risco os direitos inalienáveis do ser humano. Sendo este conceito oriundo da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, o mesmo órgão seria responsável pela construção e melhor compreensão acerca do termo refugiado no âmbito internacional (ROCHA E MOREIRA, 209..

Em 1951, foi convocada em Genebra a conferência das Nações Unidas para redigir a Convenção regulatória do status legal dos refugiados. Sendo assim, a definição que ficou conhecida como clássica, considerava como refugiado qualquer pessoa nas seguintes condições:

[...] qualquer pessoa que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951, e receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude do dito receio, a ele não queira voltar (ACNUR, 1996a, p. 61).

Como resultado, a Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados foi adotada em 28 de julho de 1951, entrando em vigor em 22 de abril de 1954. A mesma deveria ser utilizada como instrumento legal de âmbito internacional para garantir os direitos dos refugiados e estabelecia padrões básicos para o tratamento dos mesmos:

A Convenção deve ser aplicada sem discriminação por raça, religião, sexo e país de origem. Além disso, estabelece cláusulas consideradas essenciais às quais nenhuma objeção deve ser feita. Entre essas cláusulas, incluem-se a definição do termo “refugiado” e o chamado princípio de non-refoulement (“não-devolução”), o qual define que nenhum país deve expulsar ou “devolver” (refouler) um refugiado, contra a vontade do mesmo, em quaisquer ocasiões, para um território onde ele ou ela sofra perseguição. Ainda, estabelece providências para a disponibilização de documentos, incluindo documentos de viagem específicos para refugiados na forma de um “passaporte”. (ACNUR, 1996a, p. 62).

Sendo assim, os países signatários da Convenção de 1951 deveriam proteger e acolher os indivíduos que se enquadravam na condição de refugiado. Porém, a definição do termo “refugiado” nas condições mencionadas trazia limitações: limitações temporais (aplicada somente para casos antes de 1º de janeiro de 1951) e limitações geográficas (apenas para casos ocorridos na Europa), de modo que, tais reservas refletiam a crença de que a questão dos refugiados seria um problema temporário e localizado apenas no continente europeu, sendo gerado pelas guerras e, portanto, uma vez passada a guerra os fluxos migratórios também se extinguiriam (MOULIN, 2012).

Para as autoras Rocha e Moreira (209., essas limitações foram estabelecidas para defender os interesses nacionais das grandes potências atuantes naquele dado momento histórico:

Ancorada em duas limitações, uma de caráter temporal e outra geográfica, a definição de refugiado nascia já fadada à inaplicabilidade. (...) essas limitações eram estratégicas e motivadas por interesses políticos dos países ocidentais. (...) É importante ressaltar que o acolhimento de refugiados no contexto posterior à II Guerra atendia a determinados interesses dos países ocidentais. Havia interesses tanto de caráter econômico, já que a Europa atravessava um período de reconstrução e necessitava de mão de obra barata e abundante para suprir seu mercado de trabalho, quanto de cunho político-ideológico e geoestratégico, uma vez que se denunciava a fuga de pessoas de países governados por regimes socialistas, com o intuito de desacreditar o bloco soviético e deslegitimar os ideais que o sustentavam. (ROCHA E MOREIRA, 209. p. 19).

Todavia, mesmo com algumas limitações, as medidas que estavam sendo implantadas representavam um avanço nas discussões dos fluxos migratórios no âmbito internacional.

A partir da Convenção de 1951, o princípio do *non-refoulement*¹⁰, adotado pelos Estados signatários se comprometiam em não devolver os refugiados para as fronteiras do território onde sua vida ou liberdade estivessem ameaçadas em razão de sua raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas. Porém, o comprometimento não implica a obrigação, pois os Estados interpretam as normas de direito internacional de acordo com seus interesses estatais, em detrimento da sua soberania¹¹, conforme o exemplo citado pelas autoras Rocha e Moreira (2010):

Contudo, nunca é demais ressaltar que: “Em respeito à sua soberania, nenhum Estado é obrigado a acolher os refugiados, eles são apenas proibidos de mandá-los de volta aos países acusados de perseguição (o já mencionado princípio de *non-refoulement*). Também não existe nenhum organismo supranacional capaz de controlar ou de unir os Estados que infringem a lei”. Assim, durante a Guerra Fria, os Estados Unidos, por exemplo, mantiveram uma política para refugiados altamente seletiva que privilegiava seus interesses de política externa em detrimento de preocupações humanitárias. Como consequência, indivíduos fugindo de países comunistas facilmente eram reconhecidos como refugiados, enquanto aqueles que fugiam de países aliados quase nunca tinham sua condição reconhecida. (REIS, 2007 apud ROCHA E MOREIRA, 2010, p. 20).

Consequentemente, baseados em tal princípio, os Estados teriam autonomia para decidir quais medidas iriam ser tomadas em relação aos imigrantes.

10 Princípio do *non-refoulement*: princípio de não devolução, tem como escopo garantir proteção ao ser humano impedindo que elas sejam perseguidas e sofram outros tipos de violações aos seus direitos humanos. Este princípio é considerado parte do direito consuetudinário internacional e, sendo assim, vincula todos os Estados, incluindo aqueles que ainda não sejam parte da Convenção de 1951 ou do Protocolo de 1967. (Fonte: ONU).

11 O conceito de soberania deriva da compreensão adotada no Tratado de Vestfália sobre a autoridade superior estatal, que não pode ser limitada por nenhum outro poder e que as relações internacionais entre os Estados se encontram em um plano horizontal, isto é, não havendo hierarquia entre eles. (MAGALHÃES, 2012, p. 123).

Com os novos fluxos migratórios ocorridos em meados de 1960 na África e na Ásia, em consequência do processo de descolonização, fica demonstrado que as normas estabelecidas na Convenção de 1951 ainda não eram suficientes para dar uma resposta aos novos fluxos migratórios. Estes novos fluxos retratavam que a questão não era somente um reflexo da II Guerra Mundial e muito menos relativo somente à Europa (ROCHA E MOREIRA, 209.. De modo que, as restrições temporais e geográficas estabelecidas na Convenção tornava impossível proteger africanos e asiáticos sob as normas internacionais refletindo assim, a necessidade de mais uma mudança no plano internacional, em função da proteção dos direitos humanos.

Em 1967, foi criado o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados, para adaptar as normas estabelecidas na Convenção de 1951 às novas situações que surgem no cenário internacional. O protocolo colocou um fim nas reservas temporais e geográficas por parte dos Estados que se comprometessem com as obrigações da Convenção e que fizessem parte da ONU;

Um refugiado ou uma refugiada é toda pessoa que por causa de fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política, encontra-se fora de seu país de origem e que, por causa dos ditos temores, não pode ou não quer regressar ao mesmo. (CONVENÇÃO DE 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados).

Para Moulin (2012), mesmo com a adoção de tais medidas, ainda existem fatores limitadores para a garantia de direitos aos refugiados em função dos interesses estatais na esfera internacional. Desde questões referentes à inexistência de um órgão supranacional para a implantação de medidas relevantes, até questões de ordem preconceituosa e atitudes xenófobas, contribuem para que os refugiados sejam vistos como problema e ameaça. Consequentemente, tais atitudes dificultam o processo de aceitação e de garantia de seus direitos como cidadãos.

9.5.1 A CATEGORIZAÇÃO DOS IMIGRANTES

O ACNUR, afirma que o movimento global de migração se tornou extremamente complexo na modernidade e que envolve os refugiados e milhões de migrantes econômicos. Isto é, mesmo que refugiados e migrantes trafeguem para a mesma direção, eles são fundamentalmente diferentes, e por esta razão eles são tratados de maneira diferenciada no direito internacional. Os migrantes, especialmente, os migrantes econômicos escolhem mudar em função de melhorar suas futuras perspectivas de vida e a de suas famílias. Já os refugiados precisam mudar para salvar suas vidas ou preservar a liberdade deles. Eles não têm proteção do próprio Estado de origem e, na maioria das vezes, é o próprio Estado de origem que os persegue.

Para o ACNUR, a situação se configura da seguinte maneira: se os Estados não permitem a entrada dos refugiados em seu território ou não oferecem ajuda humanitária, estes países estão infringindo as normas de direito internacional e condenando-os à morte ou a uma vida assolada pela intolerância, sem sustento e sem direitos.

Observa-se que no contexto da Primavera Árabe, o grande número de pessoas que se lançam à travessia no Mar Mediterrâneo, correndo vários riscos em busca de proteção e garantia de suas vidas, devem ser consideradas como refugiados, baseando-se nos termos da Convenção de 1951 e no Protocolo de 1967, pois, os mesmos são vítimas dos conflitos armados instaurados nos países árabes.

Tais conflitos deixam a grande maioria da população sem alternativa, a não ser fugir e buscar proteção em outros territórios mais próximos, neste caso específico, as fronteiras europeias. Por outro lado, os imigrantes, classificados como migrantes econômicos pelos organismos internacionais, passam por outro processo, porém, não menos problemático, em busca por um novo lugar para morar e a reconstrução de suas vidas.

Há ainda outras categorias de migração. Além dos migrantes econômicos, descritos anteriormente, existem os migrantes sociais, ou seja, quando o indivíduo migra para ter acesso a melhores condições de vida ou para estar perto de familiares ou amigos. Há ainda os migrantes políticos, isto é, quando o indivíduo migra para escapar

de conflitos ou perseguição política, religiosa ou étnica. E além destes mencionados, temos os deslocados ambientais que migram por causas ambientais, como desastres naturais: inundações, secas e outras. (TEARFUND, 2009).

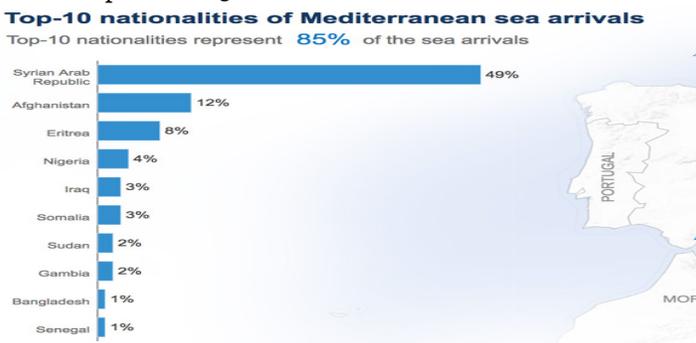
Podemos observar que os fluxos migratórios surgem como reflexo das mudanças que ocorrem na sociedade, seja a nível político ou econômico, no âmbito doméstico ou internacional. Sendo assim, é necessária a ampliação do termo refugiado, tendo em vista os desafios atuais, tais como: o enfrentamento de calamidades, como desastres ambientais e ecológicos, além de questões de gênero e determinados grupos sociais (ROCHA E MOREIRA, 209..

Nota-se que, em um primeiro momento, pensou-se nos refugiados como algo passageiro, fenômeno existente devido aos conflitos de guerra e localizados somente na Europa. No entanto, esta definição tornou-se defasada para o enfrentamento das dinâmicas da sociedade contemporânea, a exemplo dos refugiados ambientais e econômicos que não foram incorporados no conceito de refugiado.

9.5.2 OS REFUGIADOS DA PRIMAVERA ÁRABE

Segundo dados do ACNUR, o número de refugiados que chegaram à Europa pelo mar em 2016 foi de 164.338 (mil). Em 2015 os números foram muito mais elevados 1.015,078 (milhão) de pessoas fugindo de zonas de conflito. Deste total, 86% dos migrantes estão vindo dos países que estão no topo do ranking de conflitos mundiais.

Gráfico 3 – As principais nacionalidades que chegaram através do Mar Mediterrâneo na Europa em 2015



Fonte: ACNUR

O gráfico 3 mostra que quase 50% dos migrantes que chegaram à Europa são de origem Síria, consequência do grave conflito já mencionado anteriormente. Em seguida, temos o Afeganistão, seguido da Eritreia, Nigéria, Iraque, Somália, Sudão, Gambia, Bangladesh e Senegal (ACNUR).

Podemos observar que a origem pode ser diferente, mas o motivo da fuga é o mesmo: todos tentam escapar de regimes políticos ditatoriais, guerra civil a fim de resguardarem suas vidas. O imenso risco corrido por eles ao adentrar em embarcações sem nenhuma segurança parece pequeno frente ao risco maior de permanecer em seus países de origem.

O maior fluxo de travessias ocorre no verão, em função das temperaturas mais altas. No entanto, é neste período, também, que se registra o maior número de mortes (ANISTIA INTERNACIONAL), sendo as causas as mais variadas possíveis, dentre elas, fome, sede, afogamentos, insolação e outras. Além de situações como estas, os sobreviventes que chegam à Europa têm que enfrentar a FRONTEX (Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia), a agência nacional europeia para a segurança das fronteiras.

9.6 OS DESAFIOS NO ENFRENTAMENTO DAS FRONTEIRAS EUROPEIAS

Para o autor Michel Foucher (2009), no seu livro intitulado *Obsessão por Fronteiras*, a discussão do termo fronteira é ampla e pode ter diversas implicações. Por conseguinte, o autor afirma que a ideia de delimitar fronteiras é a mesma de estabelecimento de limites, onde, o indivíduo pertence ou não àquele espaço.

É aquela linha, aquele “entre” que, ao se estabelecer, define noções de limites. Pensar fronteiras é pensar no pertencimento. À medida que se estabelece quem está dentro de uma delimitação geográfica, se estabelece quem está fora. Pensar fronteiras é um exercício, em última instância, de pensar a alteridade, o estrangeiro, o diferente e, em certa medida, o indesejável. (...) criar uma fronteira visa, sempre, solucionar um problema, incontestável ou não. (FOUCHER, 2009, p. 9..)

Os fluxos migratórios atuam como fatores importantes na reconfiguração mundial, pois o ato de mudar ou sair em busca de outro lugar para habitar, seja qual for o motivo, deixa seus efeitos em quem fica e para quem parte, reconfigurando totalmente as relações, sejam essas linguísticas, sociais, econômicas e culturais.

Neste sentido, os dois grupos citados, tanto os refugiados como os migrantes econômicos precisam adaptar-se a uma nova condição de existência cheia de desafios. Estes desafios são sentidos de maneira intensa frente às políticas públicas utilizadas pelos Estados, neste caso, os da União Europeia, onde o migrante é considerado como ameaça à segurança transnacional.

O autor Zahreddine (2011) afirma, em seu livro *O Oriente Médio*, que após os ataques de 11 de setembro de 2001, a população árabe tornou-se alvo de um novo desafio, uma espécie de “arabefobia”, termo que o autor usa para indicar as medidas implantadas pelos Estados Unidos na luta contra o terrorismo, em busca da legitimação de suas ações no plano doméstico e internacional. Por conseguinte, com o volume de pessoas nas fronteiras da UE, em busca de permissão para a entrada no bloco, há a propagação da ideia de existência de terroristas entre os refugiados e migrantes. Portanto, as medidas de segurança aplicadas são as mais restritivas possíveis.

Uma vez que o migrante é entendido como ameaça e a sua presença na Europa é vista como vulnerável, o controle da mobilidade é externalizado com o objetivo de restringi-la e dificultá-la. Por meio de mecanismos que procuram minar as migrações – antes mesmo que elas aconteçam –, o direito básico de todo o indivíduo ao movimento e à proteção já lhe é previamente negado. (CUNHA, 2014, p. 199).

Para Cunha (2014), a fronteira, base da raiz que define e separa a Europa, protegida e mantida por meio de resoluções e códigos e vista como o ideal de um continente unido, é a mesma que separa pessoas por região, nacionalidade e que admite indivíduos à deriva no Mar Mediterrâneo e que contradiz os princípios construtivos da UE, na defesa dos direitos humanos.

9.6.1 O ESPAÇO SCHENGEN

Os mecanismos de controle das fronteiras criados pelos Estados e pela União Europeia e as políticas de segurança partem da premissa construída a partir da imagem do migrante como ameaça (MOULIN, 2012). Os chamados imigrantes ilegais é o termo adotado pelos países para se referir aos milhares que chegam ao continente europeu, fugidos de guerras e em busca de refúgio. Para Cunha (2009), as medidas adotadas atualmente negam o direito de refúgio, de proteção e de mobilidade que são garantidas pelas normas internacionais. O autor discorre sobre algumas destas medidas;

A partir do Acordo de Schengen, as fronteiras internas da Europa foram abolidas ao mesmo tempo em que há a contínua fortificação das fronteiras externas. Uma vez que estas se tornam “fronteiras europeias”, há o discurso da necessidade de proteger o continente da ameaça estrangeira ilegal migrante, que uma vez dentro do Espaço Schengen, poderia circular livremente (BIGO, 2009; GUILD, 2001, apud CUNHA, 2014, p. 9).

O Acordo de Schengen foi criado em 1985 e engloba a livre circulação de bens, capital, serviços e pessoas. Aproximadamente, 400 milhões de europeus vivem atualmente no espaço Schengen, tal mecanismo os permite viajar dentro da Europa sem passaporte, abolindo os controles fronteiriços entre estes países. A principal função do espaço Schengen é criar uma fronteira externa única entre os países, controlando melhor as fronteiras externas, partilhando informação sobre os indivíduos oriundos de outros países e que entram na Europa, criando assim, o sistema de informação Schengen (CONSELHO EUROPEU).

Atualmente, o espaço Schengen abrange 26 países europeus: Bélgica, República Checa, Dinamarca, Alemanha, Estónia, Grécia, Espanha, França, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Hungria, Malta, Países Baixos, Áustria, Polónia, Portugal, Eslováquia, Eslovénia, Finlândia e Suécia, assim como Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça. 22 destes países são Estados-membros da União Europeia, mas Suíça, Noruega e Islândia, mesmo não fazendo parte dos acordos comunitários, partilham também este espaço. (OBSERVADOR, 2015).

Com os crescentes fluxos migratórios em destino ao território europeu, o acordo está sendo contestado. Pois, mesmo em meio às dificuldades, muitos imigrantes conseguem legalizar-se em países como a Itália, Grécia e Espanha, e assim ganham o direito de circular livremente dentro da UE, e isto não está sendo visto como aspecto positivo pelos países signatários do espaço Schengen (ALMEIDA, 2012).

9.6.2 O REGULAMENTO DE DUBLIN

O Regulamento de Dublin, sistema de regras acordado, num primeiro momento, em 15 de junho de 1990 e implementado 7 anos depois pelos então 12 Estados-membros signatários, objetiva agilizar o processo de candidatura para os refugiados requerentes de asilo. Tal regulamento permite a solicitação de asilo e estabelece critérios para a concessão do mesmo pelos países signatários. Entretanto, segundo o Conselho Europeu para os Refugiados e Exilados, órgão responsável no âmbito da UE para o tratamento destas questões, o regulamento está sendo alvo de críticas e provocando divisões entre os Estados-membros da mesma.

O objetivo principal do regulamento é limitar a um único Estado-membro a análise do pedido de asilo e a concessão do mesmo ou não, para assim impedir múltiplas solicitações originadas de um mesmo indivíduo. Desta forma, o país membro que examina o pedido de asilo e o aprova se torna responsável por todo o processo de asilo.

O Conselho Europeu para Refugiados e Exilados afirma que com essas medidas o processo torna-se mais ágil e rápido. No entanto, diante de milhares de pessoas que chegam diariamente no território europeu, o Regulamento tem se tornado um entrave, causando medo nos refugiados, pois estes preferem ir para países onde as políticas migratórias são mais brandas e acolhedoras.

Sendo assim, o Regulamento de Dublin torna-se mais um entrave na longa jornada enfrentada por milhares de pessoas que chegam à fronteira dos Estados europeus. A seguir iremos tratar de outras dificuldades e barreiras enfrentadas por estes indivíduos em busca de proteção e melhores condições de vida em solo estrangeiro.

9.6.3 MEDIDAS EMPREGADAS PARA O ENFRENTAMENTO DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS

Com o aumento dos fluxos migratórios nas fronteiras europeias, principalmente na costa italiana e grega, diversos países se opuseram a aceitar os refugiados árabes, tais como: França, Dinamarca e Finlândia, acendendo um debate que tem se prolongado até os dias atuais sobre a sustentabilidade da integração regional¹², ameaçando assim um dos maiores símbolos da mesma. Concomitantemente, outras questões estão imergindo neste contexto, quais sejam;

O fluxo incomum de refugiados fez despertar, ou renovar, também, um sentimento de xenofobia entre uma parcela dos europeus. Uma explicação à negação francesa em receber os refugiados e o apelo italiano em “dividir o fardo” seria o momento político que toma conta no continente: as eleições francesas e italianas que se aproximam. Somando-se a isso o fato de que os líderes dos dois países veem sua popularidade em declínio, uma atitude que agradaria os eleitores xenófobos seria uma saída para reconquistar a sua popularidade. (CEIRI NEWSPAPER, 2016, p. 1).

Em uma Europa afetada pela crise econômica instaurada desde 2008, a crise de refugiados tornou-se questão vital na solução de controvérsias internas e externas, pois, as medidas aplicadas na tentativa de solucionar a crise repercutem tanto nas questões políticas, interferindo nos resultados eleitorais, como na manutenção do diálogo com os outros Estados-membros da EU, assegurando a estabilidade do bloco.

A Europa talvez seja um dos exemplos mais paradoxais que podem ser vistos para entender a evolução do processo de migração, pois o continente foi terra de passagem de diversas civilizações (gregos, fenícios, romanos, muçulmanos, bárbaros etc.) e também fonte de movimentos que colonizaram e posteriormente industrializaram o mundo, mas, aos poucos, foi se fechando, ao

¹² Formada em 1992 com a assinatura do Tratado de Maastricht, a constituição da União Europeia vem de um longo processo histórico, com as primeiras instâncias organizacionais e políticas surgindo no pós Segunda Guerra Mundial (NUGENT, 2006, p. 9). Em seu cerne, está a integração e o fim das animosidades políticas entre os Estados, que por tanto tempo geraram conflitos armados e desconfiança (Idem, p.4-5). Para muitos, ou a Europa seguiria um modelo de integração que permitiria um continente pacífico, ou os governos estariam no caminho da fragmentação da região que, em última instância, conduziria ao seu fim (WÆVER, 1996, p. 123-124 apud Cunha, 2014, p. 3).

mesmo tempo que se transformava em um novo palco de migrações, conforme se processou o desenvolvimento da União Europeia. (CEIRI NEWSPAPER, 2016, p. 2).

Diante destas novas dinâmicas, o enfrentamento da questão migratória transita por diversos vieses, sejam estes políticos, econômicos, sociais e culturais na tentativa de solucionar o problema, dada a amplitude da questão.

Para o autor Michel Agier (2015), as ações adotadas nas fronteiras europeias podem ser nomeadas como a política da indiferença, onde são preservados o individualismo, a defesa dos territórios e dos bens privados em relação ao mundo daqueles que são miseráveis e intrusivos e, portanto, discursos xenófobos e com apelo à preservação da identidade nacional, medidas pela segurança das fronteiras na tentativa de manter a soberania nacional, excluindo o estrangeiro através dos muros da segregação e da hostilidade.

Em 209. depois da Europa ter solicitado à Grécia aumentar sua vigilância dos fluxos migratórios vindos do Oriente Médio e da África, propôs-se a construção de um muro entre a Turquia e a Grécia: dez quilômetros de muro foram construídos no início de 2012 na fronteira terrestre; para a parte marítima, é previsto que as operações de vigilância se façam a partir de barcos que teriam a função de centros de retenção em pleno o mar. (AGIER, 2015, p. 24).

Contudo, mesmo com o endurecimento das fronteiras e as tentativas de interromper o fluxo migratório de indivíduos fugindo das condições inóspitas vivenciadas em seus países, o número de refugiados só aumenta.

Como afirma Agier (2015), a obstinação dos mesmos nas tentativas de travessia soa-lhes legítimo, possível e legal, pois permanecer no país de origem é que parece ilegal, diante dos regimes ditatoriais. A solução encontrada é partir, mesmo que seja para um caminho cheio de barreiras.

Legitimidades opõem-se: desde a do mundo aberto até a da proteção face à “miséria do mundo”, ou a da soberania nacional à do cosmopolitismo. É esse conflito que explica a transformação

das fronteiras em muros – 18 000 quilômetros de muros construídos ou em construção no mundo hoje. (...) existe tanta diferença entre uma fronteira, ao mesmo tempo limite e passagem, e um muro, sinônimo de fechamento recíproco, quanto entra a alteridade e a identidade. (...) dessa alteridade sem a qual as identidades não podem mais existir socialmente. (AGIER, 2015, p. 25).

Neste sentido, o autor aponta ainda a propagação de outros muros que limitam a chegada em território europeu, tais quais: muros virtuais, eletrônicos, informáticos, ou os muros líquidos, como é o caso do Mar Mediterrâneo, enfrentado por muitos migrantes rumo à Europa.

9.6.4 TERRITÓRIOS ENTRE-FRONTEIRAS E A ESPERA POR DOCUMENTOS

Neste cenário, onde o número de pessoas solicitando proteção em território estrangeiro só aumenta, surgem as *borderland*¹³, acampamentos improvisados, de caráter temporário para aqueles que estão em busca de cruzar a fronteira. Portanto, faz-se necessário, neste momento, informar as diversas categorias utilizadas pelos organismos internacionais na classificação destes indivíduos que se encontram neste ambiente, os entre-fronteiras.

Segundo dados da Anistia Internacional, estes indivíduos podem ser classificados de acordo com o motivo da saída de seu país de origem, para tanto, temos as seguintes definições indicadas pela organização mencionada acima, o refugiado é uma pessoa que fugiu de seu próprio país, por medo de perseguição e seu governo não pode ou não irá protegê-los. Os procedimentos de solicitação de asilo são projetados para determinar se alguém se enquadra na definição legal de um refugiado. Quando um país reconhece alguém como refugiado, este país tem a responsabilidade de dar proteção internacional, substituindo a proteção do país de origem do indivíduo. O requerente de asilo é uma pessoa que deixou seu país em busca de proteção, mas ainda tem de ser reconhecido como refugiado. Durante o tempo em que seu pedido de asilo está a ser analisado, o requerente de asilo não deve ser

¹³ Borderland pode ser traduzido como espaço entre-fronteira conforme literatura consultada.

forçado a regressar ao seu país de origem. Segundo as leis internacionais, um refugiado é um status baseado em fatos, e surge antes da concessão oficial legal do asilo. O migrante é aquele que se desloca de um país para outro para viver e, geralmente, para trabalhar, seja em caráter temporário ou permanentemente, ou para se reunir com membros da família, são cidadãos estrangeiros que, no direito interno, têm o direito de permanecer no país. Temos os migrantes irregulares, termo utilizado pelas autoridades para descrever, ambos, migrantes e refugiados. O uso do termo “ilegal”, para aqueles que apenas infringiram regras administrativas ao cruzar as fronteiras é desumano e criminoso. Pois, indivíduos podem ter um status de sem documento ou ter um status de imigrante irregular, mas nunca serem caracterizados como ilegais. Além dos imigrantes irregulares, termo utilizado pelas autoridades para descrever, ambos, migrantes e refugiados. O uso do termo “ilegal”, para aqueles que apenas infringiram regras administrativas ao cruzar as fronteiras é desumano e criminoso, pois, indivíduos podem ter um status de sem documento ou ter um status de imigrante irregular, mas nunca serem caracterizados como ilegais. Em relação aos espaços terrestres temos o termo *jungle* que se refere a uma área próxima à fronteira, onde os refugiados e migrantes permanecem temporariamente enquanto cruzam a fronteira e por último, o termo *squat*, que pode ser compreendido como um espaço de ocupação irregular de um imóvel abandonado ou similar (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015).

Tais distinções entre os status atribuídos a cada grupo de indivíduos é importante para uma melhor compreensão acerca da questão dos fluxos migratórios originados a partir da Primavera Árabe e o destino de milhares de pessoas que se encontram em tais condições, conforme indica o autor Michel Agier (2015).

O indivíduo que se encontra na situação de entre-fronteira, confronta-se com as mais diversas dificuldades, dentre elas, idiomas estrangeiros, maneiras de fazer, pensar e de governar diferentes das experimentadas em seu país de origem, além de situações que são consideradas pela Anistia Internacional como desumanas e degradantes, assim como, o risco de se tornarem vítimas do tráfico de pessoas e nas redes mafiosas interessadas no aliciamento de crianças e mulheres para práticas criminosas (AGIER, 2015).

A Organização Internacional dos Migrantes (OIM) publicou em seu relatório anual que 3.000 mil migrantes foram mortos no Mediterrâneo entre janeiro e setembro de 2014. Porém, um número bem mais extenso refere-se ao quadro de violência nas fronteiras. Segundo os dados da OIM, 40.000 pessoas morreram entre 2000 e 2014 morreram ao atravessar fronteiras marítimas ou terrestres no mundo.

Em julho de 2012, foram encontrados no porto de Veneza, após quarenta horas de trajeto em *container* de caminhão, no fundo de um porão de navio, dois migrantes mortos asfixiados sob saco plástico no qual eles haviam metido o rosto para dissimular os traços de respiração que os policiais “veem” graças a detectores de sopro. (...) e entre aqueles que falham na travessia, os meses e os anos decorrem ali entre o porto, o acampamento, os *squats* na cidade e o trabalho temporário nas plantações de laranjas e das oliveiras da região. (AGIER, 2015, p. 19).

Seja qual for a origem destas pessoas que enfrentam o percurso da migração, uma vez que chegam no espaço entre- fronteira, compartilham da mesma insegurança e ausência de certeza se irão chegar ao fim do caminho que elas imaginariam como uma oportunidade de reinvenção da vida (AGIER, 2015).

Pouco a pouco, estes locais de trânsito tornam-se locais de morada permanente. Sendo assim, o movimento da estrada se transforma em fim da estrada e o espaço da fronteira temporária torna migrantes e refugiados em moradores permanentes dos acampamentos e *squats*, como é o caso de Calais, na França.

Calais é uma cidade a qual muitas pessoas vão parar a caminho entre França e Inglaterra. Mas enquanto turistas esperam na pequena sala de espera do ferry ou passam no Eurostar, uma passagem que é tão fácil com um passaporte, há centenas de pessoas à espera lá fora, à espreita, a fazer mil cálculos de qual será a melhor maneira e a melhor altura para tentar a sua sorte e passar para o outro lado. São imigrantes que já passaram por muito para chegar até aqui – e agora esperam um pequeno salto para o destino a que querem chegar, a Inglaterra. (GUIMARÃES, 2015, Jornal Público de Portugal).

A população de migrantes e refugiados na cidade francesa cresceu sem parar. As últimas estimativas revelam que seu número chegou a cerca de 4.000 pessoas desde a eclosão da crise migratória. Os acampamentos de tendas improvisadas, conhecidos como *jungles*, são cada vez mais visíveis e irritam os políticos da cidade portuária.

Conforme publicado no jornal *Le Monde* (2015), doze anos depois do fechamento do famoso centro de asilo Sangatte em Calais, o debate sobre o que fazer com os sem papéis, tornou-se novamente tóxico, pois, o Reino Unido se recusa a abrir suas fronteiras, o que significa que os imigrantes podem ir até as aos locais conhecidos como *jungles*, mas não além.

A situação em Calais é parte da crise migratória na Europa, causada em grande medida pelo deslocamento de pessoas de países em guerra como Síria, Afeganistão e Eritreia, assim como países do norte da África. Muitos querem solicitar asilo no Reino Unido, outros querem entrar no país de forma incógnita e permanecer como trabalhadores ilegais.

A Cruz Vermelha britânica afirma que a maioria dos migrantes quer cruzar o canal porque acredita que há mais chances de encontrar emprego no Reino Unido do que em outros países do bloco europeu, além de atribuírem o fato de dominarem o Inglês, refletindo assim, uma maior facilidade para a conquista de um emprego e o estabelecimento de laços sociais.

Mas o Reino Unido não é o principal destino dos migrantes na Europa. Segundo as estatísticas da EUROSTAT (Gabinete de Estatísticas da União Europeia), a Alemanha foi o país que mais recebeu pedidos de asilo em 2014 (quase 203 mil), seguida por Suécia, Itália, França, Hungria e Reino Unido. De acordo com dados divulgados pelo Acnur (2015), a Alemanha continua sendo o destino mais procurado por imigrantes que chegam à Europa. Foi o país que recebeu o maior número de pedidos de asilo, com mais de 188 mil até o fim de julho deste ano – 15.416 a mais do que o ano passado todo. Em meados de 2015, a Hungria estava ocupando a segunda posição em pedidos de asilo, com a presença de milhares de imigrantes na estação de trem de Budapeste.

9.7 A GLOBALIZAÇÃO E UM MUNDO “SEM FRONTEIRAS”

Nota-se que no período pós-guerra fria, com o fim dos conflitos Leste-Oeste, liderados por Estados Unidos e União Soviética e abertura de mercado e territórios (a queda do Muro de Berlim e os processos de descolonização), viu-se erigir no mundo a ideia de uma sociedade globalizada e sem fronteiras. Contudo, vemos que os avanços tecnológicos, o acesso em geral dos meios de mobilidade humana, o deslocamento e a partilha tornou-se apenas tecnicamente realizável. Deste modo, Agier (2015) afirma:

Teoricamente, isso significa que só o capital é absolutamente “global”: ele circula e seus líderes pensam nessa escala, sem depender das soberanias nacionais e não se importam com os problemas de fronteira, de identidade nacional ou de minorias. (AGIER, 2015, p. 85).

Ou seja, para o autor, nesta sociedade dita globalizada e sem fronteiras, somente quem transita de maneira global é o capital financeiro de grandes empresas, pois, para migrantes, refugiados, deslocados ambientais, as barreiras a serem ultrapassadas são grandes. As fronteiras são abertas ou fechadas a partir do status de cada indivíduo. Sendo assim, os interesses econômicos estatais são decisivos na implantação de políticas públicas capazes de gerir as fronteiras, diferentemente, de controlar as mesmas.

Neste sentido, o ato de gerir as fronteiras, demanda a elaboração de soluções que sejam aplicadas a curto, médio e longo prazo, respeitando os direitos de cada ente. Diferentemente, o ato de controlar a fronteira, limita-se ao fechamento ou abertura, a papéis e soluções imediatistas que não respondem de maneira adequada às novas demandas sociais (FERREIRA E QUEIROS, 2016).

9.7.1 A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA IDENTIDADE CULTURAL E O IMPACTO POSITIVO DAS MIGRAÇÕES

Agier (2015) elucida a diferença entre as medidas de apoio às migrações de elite, sendo estas bem-aceitas em países desenvolvidos, onde as políticas públicas promovem a mobilidade de indivíduos do-

tados de capacidade intelectual e profissional, oferecendo subsídios para a permanência de tais indivíduos em seus territórios, de maneira que, torne possível o desenvolvimento de novas pesquisas, tecnologias e acordos de cooperação entre estes países e a existência de medidas coercitivas para indivíduos desprovidos de tais qualificações.

O imenso contingente de refugiados oriundos dos conflitos armados em países em situações de guerra enfrentam grandiosas dificuldades no que se diz respeito à garantia de seus direitos e mecanismos que promovam o acesso a melhores condições de vida, como é o caso de milhões de pessoas que sofrem hoje em virtude de deslocamentos forçados e enfrentam os problemas oriundos da imigração irregular e clandestina que envolvem crimes de tráfico de entorpecentes, de pessoas e de órgãos humanos, além das péssimas condições que encontram em campos de refugiados e assentamento, de caráter temporário, mas onde acabam permanecendo por meses e anos.

Neste sentido, os Estados devem fazer o controle das suas respectivas fronteiras, mas não podem fazê-lo de maneira que impeçam a garantia de proteção internacional daqueles que delas realmente necessitam.

Tendo em vista que os deslocamentos humanos fazem parte da dinâmica social, seja esta local ou global. É importante derrubar construções sociais que formam a identidade nacional excludente e nutrir a cidadania mediante uma nova perspectiva, mediante novos símbolos e meios de coesão social, já que, independente da altura do muro, ou das restrições políticas e econômicas que se coloque, o processo migratório é irrefreável e está dentro da essência da humanidade (AGIER, 2015).

Para neutralizar o fechamento identitário, convém rebatizar com novo nome o estrangeiro, descobrir através de diferentes exemplos o outro. Este último é sem identidade a priori, pois, a perdeu com a sua partida e seu exílio, e ele está ainda em vias de procurá-la ou de reconstruí-la. Mas ele é também aquele ou aquela que, “ aqui e agora”, rompe a fronteira e perturba a ordem normal e rotineira das coisas. (AGIER, 2015, p.25).

O autor defende que a construção desta nova identidade permeia pelo horizonte cultural e linguístico, onde ações como aprender

a língua local se fazem necessárias para minimizar o estranhamento causado por ser estrangeiro, além da adoção de elementos culturais do Estado receptor neste processo de reconstrução. Em muitos países europeus, estas são políticas públicas adotadas como prerrogativa para o consentimento de documentos legais e que permitam a permanência do estrangeiro em seu território.

Contudo, é importante destacar que o ato de sair de seu lugar de origem não é realizado sem haver uma razão justificável. Para Koltai (2009), ninguém escolhe o caminho da migração e exílio fora do contexto onde é realmente necessário e essencial resguardar a vida ou por anseio de condições salubres. As mais diversas razões podem nortear esta decisão, tais como: motivos econômicos, políticos ou religiosos e aqueles de ordem interna, como ameaça contra a liberdade do sujeito. A autora afirma que a escolha de abdicar de seu país de origem é uma viagem longa e difícil, porém com possibilidades amplas de experiências, tanto para os que chegam como para aqueles que os recebem.

O homem desenraizado, capaz de superar o ressentimento, pode transformar a nova terra em lugar de desejo e ali realizar o que jamais poderia ter realizado em seu país natal. É uma experiência-limite que abre para a tolerância ao perturbar os hábitos adquiridos, podendo favorecer a surpresa e a descoberta de si. (KOLTAI, 2009, p. 143).

Infere-se, portanto, que a condição de estrangeiro pode trazer benefícios para ambas as partes, promovendo enriquecimento para os dois lados. Porém, faz-se necessário percorrer o caminho da tolerância com o diferente e da aceitação do outro, sem ferir os direitos humanos universais, tornando o multiculturalismo em vantagens comparativas¹⁴ na era da globalização, como afirma Agier (2015).

¹⁴ O princípio das vantagens comparativas, base da Teoria Clássica do Comércio Internacional, sugere que cada país deva especializar-se na produção daquela mercadoria em que é relativamente mais eficiente (ou que tenha um custo relativamente menor). Essa será, portanto, a mercadoria a ser exportada. Por outro lado, esse mesmo país deverá importar aqueles bens cuja produção implicar um custo relativamente maior (cuja produção é relativamente menos eficiente). Desse modo, explica-se a especialização dos países na produção de bens diferentes, com base na qual se concretiza o processo de troca entre eles. A teoria das vantagens comparativas foi formulada por David Ricardo, em 1817.

Para o autor, refugiados, deslocados internos, migrantes econômicos, solicitantes de asilo são atores que podem contribuir para o enriquecimento local, de maneira, econômica e cultural.

De modo suplementar, Sanches (2013) afirma que esse fluxo migratório representa uma janela de oportunidade, uma vez que, abrandando a redução populacional nos países da margem norte e diminuindo a pressão sobre o mercado de trabalho nos países do sul.

Da mesma forma, Ferreira e Queiros (2016) mostram a relação entre imigração e desenvolvimento, ou seja, o impacto da imigração no impulso econômico. De maneira sintética, as autoras destacam os estudos do Banco Mundial segundo os quais o valor proporcionado anualmente pela comunidade internacional para o desenvolvimento é da ordem de US\$135 bilhões. Em 2014, o valor das remessas enviadas por trabalhadores imigrantes aos países em desenvolvimento foi em torno de US\$ 436 bilhões, ou seja, três vezes o volume da assistência oficial ao desenvolvimento. Logo, não há a necessidade de projetar o discurso exclusivo de ações voltadas à segurança nacional e à promoção da imagem do estrangeiro como ameaça nacional.

9.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou apresentar alguns dos fatores que influenciaram o aumento do fluxo migratório na Europa e relacioná-los com a Primavera Árabe, apontando os principais desafios políticos, econômicos e sociais enfrentados por esses indivíduos nos países europeus.

Através dos estudos realizados concluímos que o aumento do fluxo migratório possui uma relação direta com a Primavera Árabe e a maioria dos indivíduos que cruzam o Mar Mediterrâneo vem dos países árabes que se encontram em conflito armado. Tais pessoas estão em situação de deslocamento forçado, ou seja, o movimento migratório ocorre devido às condições insalubres e ao risco de morte permanente, devido aos conflitos instaurados. Neste sentido, os mesmos se enquadram na condição de refugiado e não na condição de migrante econômico, pois, os refugiados possuem normas internacionais específicas de proteção e amparo.

Sendo assim, identificamos que a crise migratória instalada na Europa decorre da tensão entre os interesses dos Estados e as normas internacionais de proteção. A grande quantidade de pessoas que chegam diariamente à costa italiana e grega, tornou a questão uma crise humanitária, que, necessita do envolvimento de vários atores do cenário internacional, inclusive, da sociedade civil para a resolução de tal questão. Porém, este ainda é um desafio a ser vencido, pois, muitos países adotaram apenas medidas para a contenção do fluxo, negligenciando assim, a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967.

Neste caso, alguns países adotaram medidas restritivas para a entrada dos refugiados em seus territórios, o que contribuiu diretamente para a multiplicação de campos de refugiados e acampamentos, nos quais, em ambas situações vividas são tão difíceis quanto àquelas que os mesmos vivenciavam em seus países de origem.

Verificamos ainda que, recentemente, cotas de distribuição dos refugiados entre os países-membros da EU foram adotadas. Porém, conforme afirmado anteriormente, há uma tensão entre as diversas opiniões acerca de quais medidas devem ser adotadas para a solução desta questão.

Desta forma, destacamos alguns pontos positivos que se originam destas novas dinâmicas sociais, tais como, o multiculturalismo, a abundância de mão de obra, que viria suprir a lacuna existente na Europa dado o envelhecimento da população europeia. Contudo, os desafios enfrentados ainda são grandes, pois, constatamos que essas novas dinâmicas são reflexo da Globalização e, portanto, os Estados, a sociedade civil e os organismos internacionais precisam responder a tais demandas de forma mais eficiente. Por mais que sejam erigidos muros de proteção, discursos xenofóbicos e de preconceito, tal questão provém das possibilidades que a Globalização oferece, no que diz respeito ao acesso a meios de transporte, Internet e interações interculturais que ocorrem a partir dos meios de comunicação. Neste sentido, a Primavera Árabe ganhou força de adesão graças às redes sociais que atuaram como propagadoras dos movimentos em defesa da liberdade e por melhores condições de vida.

Por fim, destacamos que a configuração instalada no Oriente Médio, após os levantes da Primavera Árabe ainda não pode ser total-

mente elucidada, dada à complexidade das relações entre as diversas instituições atuantes. Da mesma forma, a questão dos refugiados na Europa ainda não está totalmente concluída. Ou seja, faz-se necessário o acompanhamento das políticas públicas implantadas, no sentido de assegurar a proteção dos direitos humanos, promovendo resultados mais eficientes, bem como, a discussão de tais assuntos na sociedade.

Destacamos ainda, a necessidade por profissionais capazes de mediar tais questões nos mais diversos âmbitos, seja atuando como intérpretes para as diversas línguas estrangeiras, ou como profissionais capacitados para difundir os aspectos positivos do Multiculturalismo e promover a elaboração de políticas públicas nos mais diversos órgãos responsáveis.

Neste sentido, acreditamos que o profissional com a formação em Línguas Estrangeiras Aplicadas, é capacitado para atuar em tais cenários e pode contribuir de maneira significativa na mediação de tais conflitos.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. **Migrações, descentralismo e cosmopolitismo**: uma antropologia das fronteiras. Alagoas: Editora UFAL, 2015.

AGRA, Fábio Ferreira. **Árabes em revoltas**: narrativas e representações da mídia impressa brasileira. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras: Cultura, Educação e Linguagens) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista. Disponível em: <<http://www.uesb.br/ppgcel/dissertacoes/2012/Fabio%20Ferreira%20Agra.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2016.

ACNUR. **O Comitê executivo**, Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/o-comite-executivo-excom/>>. Acesso em 08 mai. 2016.

BRANCOLI, Fernando. **Primavera Árabe** - praças, ruas e revoltas. São Paulo: Desatino, 2013.

BRITISH BROADCASTING CORPORATION – BBC. **Refugiados na Europa**: a crise em mapas e gráficos. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150904_graficos_imigracao_europa_rm> Acesso em: 13 mai. 2016.

BISSIO, Beatriz Juana Isabel. **Norte da África e Oriente Médio**: os levantes populares e as mudanças nas relações com o Ocidente. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em :<<http://docplayer.com.br/9.91363-Norte-da-africa-e-oriente-medio-os-levantes-populares-e-as-mudancas-nas-relacoes-com-o-ocidente.html>> Acesso em 20 mar. 2016.

BIJOS, Leila; SILVA, Patrícia Almeida. **Análise da Primavera Árabe**: um estudo de caso sobre a revolução joven no Egito. Revista CEJ, Brasília, Ano XVII, n. 59, p. 58-71, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewFile/1677/1707>> Acesso em 20 mar. 2016.

CASTRO, Alessandra Gomes de. **Abordagens teóricas da migração internacional**. Revista eletrônica da Faculdades Unidas do Vale do Araguaia (UNIVAR). Barra do Garças: n.5, p.23-29,2011. Disponível em: <<http://revista.univar.edu.br/downloads/migracaointernacional.pdf>> Acesso em 20 mar. 2016.

CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, **EU**: Five stepsto-tacklerefugeescrisis, 04 set. 2015. Disponível em: <<http://cebri.org/portal/noticias/eu-five-steps-to-tackle-refugee-crisis>> Acesso: 05.12.2015.

CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. **RadkaVicenová, cientista política e pesquisadora**: ‘O olhar para minorias não mudou desde a 2ª Guerra, 17 set. 2015. Disponível em: <<http://cebri.org/portal/noticias/radka-vicenova-cientista-politica-e-pesquisadora-o-olhar-para-minorias-nao-mudou-desde-a-2%C2%AA-guerra>> Acesso: 05.12.2015.

CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, Refugiados podem recompor mercado de trabalho na Europa, 20 set. 2015. Disponível em: <<http://cebri.org/portal/noticias/refugiados-podem-recompor-mercado-de-trabalho-na-europa>> Acesso: 05.12.2015.

EURONEWS. **Migração**: Regulamento de Dublin começa a abrir brechas na União Europeia. 2015. Disponível em: <<http://pt.euronews.com/2015/09/9.migracao-regulamento-de-dublin-comeca-a-abrir-bechas-na-uniao-europeia/>> Acesso em: 27 mar.2016.

EUROPEAN COUNCIL ON REFUGEES AND EXILES. Dublin Regulation. 2015. Disponível em: <<http://www.ecre.org/topics/areas-of-work/protection-in-europe/9.dublin-regulation.html>> Acesso em : 27 mar. 2016.

FOUCHER, Michel. **Obsessão por fronteiras**. São Paulo: Radical Livros, 2009.

FERREIRA, Vera; QUEIROS Imar Domingos. Imigração, políticas migratórias e desenvolvimento: uma nova visão é necessária. **Revista direito, trabalho e política social**. Cuiabá.V. 2, n. 2, p. 9.-125, jan. / jun. 2016. Disponível em : <<http://revista91.hospedagemdesites.ws/index.php/rdtps/article/view/32/28>> Acesso em : 13 mai. 2016.

GUIMARÃES, Jarsen Luís Castro. **Abordagens teóricas sobre migrações**. 209. Disponível em:<<http://www.webartigos.com/artigos/abordagens-teoricas-sobre-migracoes/47805>> Acesso em: 13 mai. 2016.

JUSBRASIL. **O princípio da igualdade soberana dos Estados**. 2015. Disponível em: <<http://eleazaralbuquerquecarvalho.jusbrasil.com.br/artigos/154576588/o-principio-da-igualdade-soberana-dos-estados>> Acesso em: 13 mai.2016.

LEITE, Alexandre Cesar Cunha. **A Primavera Árabe**: entre a democracia e a geopolítica do petróleo. Meridiano 47 - Journal of Global Studies, [S.l.], v. 13, n. 134, p. 48-49, oct. 2012. ISSN 1518-1219. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/7442/6139>> Acesso em: 20 mar. 2016.

MOULIN, Carolina. **A construção do refugiado no pós-Guerra Fria**: dilemas, complexidades e o papel do ACNUR. Revista Carta Internacional, V. 7, n. 2, p. 23-49, jul.-dez. 2012. Disponível em: <cartainternacional.abri.org.br/index.php/Carta/article/download/57/42 > Acesso em 08 mai. 2016.

NUNO, Loureiro. As implicações da Primavera Árabe na segurança e defesa da União Europeia. Lisboa: Versila Biblioteca Digital, 2012. Disponível em: <<http://biblioteca.versila.com/12223484>> Acesso em: 20 mar. 2016.

NOGUEIRA, Olinto José Oliveira. **Migrações Internas**: tentativas de se buscar uma teoria.1991. Artigo. Fundação João Pinheiro Repositório Institucional, Belo Horizonte, V.6, N.1, jan. / abr. 1991. Disponível em: <<http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/bitstream/123456789/75/1/Migra%C3%A7%C3%B5es%20Internas%20tentativas%20de%20se%20buscar%20ouma%20teoria.pdf>> Acesso em : 13 mai. 2016.

OBSERVADOR. **Acordo de Schengen**, o que está em causa?. 2015. Disponível em: <<http://observador.pt/2015/01/11/acordo-de-schengen-o-que-esta-em-causa/>> Acesso em: 27 mar. 2016.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **A Primavera Árabe**: entre a democracia e a geopolítica do petróleo. Periódicos - Escola Superior de Propaganda e Marketing. Porto Alegre, V. 3, Nº2, Jul-Dez 2012. Disponível em: <<http://sumario-periodicos.espm.br/index.php/seculo21/article/viewFile/1853/129>> Acesso em: 20 mar. 2016.

PRZYBYCIEN, Regina. **A condição de estrangeiro**. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2009. Disponível em: <<http://ichs.ufop.br/memorial/trab2/reginaprzybycien.pdf>> Acesso em: 05.12.2015.

PPIGRUPO. **Fundamentos do comércio internacional**: a teoria das vantagens comparativas. 2011. Disponível em: <<https://ppiggrupo.wordpress.com/2011/05/12/teoria-das-vantagens-comparativas/>> Acesso em: 13 mai.2016.

RAMOS, Luiz Felipe Gondim. **Origens da Primavera Árabe**: uma proposta de classificação analítica. 2015. Artigo (Especialização em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/9.83/11377/1/2015_LuizFelipeGondimRamos.pdf> Acesso em: 20 fev. 2016.

ROCHA, Rossana Reis; MOREIRA, Julia Bertino. **Regime internacional para refugiados**: mudanças e desafios. Revista de Sociol. Polít., Curitiba, V. 18, n. 37, p. 17-30, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n37/03.pdf>> Acesso em : 8 mai. 2016.

SAID, Eduard W. **Orientalismo** – o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SASAKI, Elisa Massae; OLIVEIRA ASSIS, Gláucia de. Teorias das migrações internacionais. In: Encontro Nacional da ABEP, XII, 2000. Caxambu. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt16_2.pdf> Acesso em: 20 fev. 2016.

SZARY, Anne-Laure Amilhat. Qu'est-cequ'une frontiere aujourd'hui?.Paris: PressesUniversitaires de France, 2015.

TEARFUND. **O que é migração?**. 2009. Disponível em < http://tilz.tearfund.org/pt-pt/resources/publications/footsteps/footsteps_71-80/footsteps_78/what_is_migration/ >Acesso em: 27 mar. 2016.

UNHCR. **Governance and Organization**: how UNHCR is run and structured. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/pages/49c3646c80.html>> Acesso em: 07 mai. 2016.

UNHCR. **International assistance to refugees within the mandate of the United Nations High Commissioner for Refugees**. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/excom/EXCOM/3ae69efao.html>> Acesso em: 07 mai. 2016.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas S.A. 1998.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A Primavera Árabe**: entre a democracia e a geopolítica do petróleo. Porto Alegre: Século XXI, 2012.

ZAHREDDINE, Danny. **O Oriente Médio**. Curitiba: Juruá, 2011.

CAPÍTULO 10

A RELAÇÃO TRABALHO-MIGRAÇÃO NO BRASIL: O Programa Mais Médicos

Thiana Bezerra¹

Alyanne de Freitas Chacon²

10.1 INTRODUÇÃO³

A procura mundial por talentos vem aumentando extraordinariamente nas últimas décadas. Mesmo com a melhoria continuada em diversos países, a demanda rapidamente crescente por habilidades altamente especializadas incorrerão em dificuldades na ocupação de vagas e postos apenas com os recursos humanos nacionais. São vários e complexos os motivos para a “carência de competências” e esses variam de país para país.

De acordo com Desidério (2013), a disponibilidade mundial de profissionais altamente qualificados⁴ tem alcançado números sem precedentes. O que se deve, na maior parte, ao crescimento expressivo do nível educacional ocorrido em quase todos os Estados-Membros da União Europeia (UE) e países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁵ ao longo das últimas décadas e, há

1 Negociadora Internacional Graduada em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba.. *Email: thianabezerra@gmail.com*

2 Graduada em Letras – Língua Francesa; Mestre em Literatura Comparada e Doutora em Linguística. Professora do Departamento de Mediações Interculturais da Universidade Federal da Paraíba. *E-mail: lychacon.ufpb@gmail.com*

3 Este capítulo foi desenvolvido a partir do Trabalho de Conclusão de Curso de Thiana Bezerra, sob a orientação de Alyanne de Freitas Chacon. Esse capítulo, para ser elaborado exigiu recortes, ajustes, adequações e agregações do TCC original.

4 Esse termo foi adotado seguindo uma abordagem educacional, ou seja, são utilizados as qualificações e níveis de treinamento estabelecidos pela Classificação Internacional Normalizada de Educação (ISCED), que define como altamente qualificadas as pessoas que obtiveram educação de nível superior (ISCED níveis 5-6). <http://www.uis.unesco.org/Education/Pages/international-standard-classification-of-education.aspx>

5 <http://www.oecd.org/> (Organisation for Economic Co-operation and Development)

pouco tempo, em alguns dos países mais populosos dos BRICS⁶ (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), bem como em outras economias emergentes de renda média. Porém, o crescimento da qualificação da população e o aumento do banco de talentos nunca foram correspondentes, tanto em nível interno quanto externo de cada grupo de países.

Segundo dados da OCDE, em 2011, somente 12% dos brasileiros em idade ativa tinham nível superior comparado a 32% da média dos países da OCDE e 53% da Federação Russa. 43% dos brasileiros com idade entre 25-64 têm, no mínimo, qualificação secundária superior, em comparação a uma média da OCDE de 75%. Entre países dos BRICS, as variações são ainda mais fortes: a Federação Russa possui uma parcela de nível superior comparável ao Canadá, enquanto que o índice do Brasil ainda permanece bem atrás, apesar de ter aumentado constantemente na última década, graças aos contínuos e crescentes investimentos públicos em educação. (DESIDÉRIO, 2013 p.11-12)

Mesmo com o grande crescimento nos investimentos em educação, muitas economias emergentes ainda produzem menos talentos do que necessitam para melhorar a inovação e assegurar a competitividade global. O Brasil é um grande exemplo disso, pois possui uma parcela particularmente baixa de educação de nível superior e crescente falta de engenheiros, cientistas, estatísticos, matemáticos, entre outros de diversas áreas, principalmente as tecnológicas. Com a reestruturação econômica e o aumento da classe média, a procura por esses profissionais no país tende a crescer, demandando, inclusive, qualificações cada vez maiores, como especializações, mestrados etc.

A contratação de profissionais estrangeiros é algo ainda pouco estudado no meio acadêmico, de maneira que há poucas referências sobre o assunto. Essa questão envolve variadas temáticas, porém, como foi feito um recorte na questão, limitando-a aos altamente qualificados, decidiu-se por abordar os temas mais pertinentes ao estudo, isto é, que ajudam a explicar a questão: teorias ligadas à reserva de mercado, histórico e políticas de imigração internacional no Brasil, e o estudo de caso.

⁶ O termo BRIC foi criado em 2001 pelo economista inglês Jim O'Neill para fazer referência a quatro países Brasil, Rússia, Índia e China. Em abril de 2001, foi adicionada a letra "S" em referência a entrada da África do Sul (em inglês South Africa). Dessa forma, o termo passou a ser BRICS.

Para o estudo de caso, foi escolhido o programa governamental *Mais Médicos*, pois além de ser um assunto recente e de conhecimento nacional por sua grande repercussão, ele pode ajudar a compreender os atores envolvidos no processo de contratação de profissionais estrangeiros altamente qualificados.

A questão problema a ser respondida pelo presente trabalho é a seguinte: Quais as implicações envolvidas no processo de contratação de profissionais estrangeiros altamente qualificados no Brasil?

O objetivo geral deste trabalho é compreender como ocorrem as contratações de profissionais estrangeiros no Brasil, em específico os do programa *Mais Médicos*. Quanto aos objetivos específicos, esses foram divididos em três: elencar as teorias e fatores que envolvem o processo de contratação de estrangeiros, tais como a teoria do mercado dual de trabalho e a reserva de mercado laboral; observar o histórico de imigração no Brasil, observando suas políticas de migração a partir do século XIX aos dias atuais; e verificar, analisando o programa *Mais Médicos*, as implicações que dele decorrem frente aos atores envolvidos no processo.

Em relação à metodologia adotada, foi utilizada uma abordagem qualitativa, bibliográfica e descritiva, com estudo de caso.

10.2 TEORIAS E FATORES NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DE ESTRANGEIROS

10.2.1 TEORIAS ACERCA DA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL A TRABALHO

De acordo com a Organização Nacional para as Migrações (OIM), migração é o movimento de entrada ou saída da população para o território de outro País, ou dentro do mesmo país; por sua vez, imigração é o processo no qual as pessoas não nacionais ingressam em um país com o propósito de se estabelecerem nele; e, finalmente, emigração é o ato de saída de indivíduos de um país.

É sabido que os movimentos migratórios ocorrem por variados motivos, quais sejam: trabalho, asilo, refúgio, reuniões familiares, entre outros fatores. Porém, devido ao enfoque do presente estudo, enumeramos as teorias relacionadas às questões laborais, que, inclu-

sive, são primordiais no entendimento do processo migratório internacional como um todo, uma vez que é no mercado de trabalho que é possível entender a posição social que ocuparão os imigrantes e seus futuros descendentes.

De acordo com Patarra (2006 apud BRZOZOWSKI, 2012), as teorias da migração internacional podem ser classificadas em duas categorias: na primeira, entram os modelos que determinam o surgimento do movimento internacional contemporâneo; e, na segunda, estão as teorias que explicam a continuidade dos fluxos migratórios e a sua perenidade no tempo.

As principais teorias contidas na primeira categoria são: perspectiva neoclássica; nova economia de migração; e teoria do mercado dual. Esta última é de fundamental importância para compreensão do estudo de caso exposto neste trabalho. Na segunda categoria, encontramos a teoria das redes sociais, a qual explica o porquê da manutenção dos fluxos migratórios.

a) Teoria Neoclássica

A teoria neoclássica é a mais conhecida. Ela destaca que a desigualdade na distribuição internacional de riqueza e de trabalhadores entre os territórios é o fator principal dos fluxos migratórios entre países no nível macroeconômico. Os países com riqueza abundante seriam os polos de atração dos migrantes oriundos de países pobres e em busca de melhores remunerações. (MASSEY et al., 1998 apud BRZOZOWSKI, 2012, p. 139).

Segundo Brzozowski (2012), essa teoria também contempla o nível micro econômico, ao explicar que o comportamento dos migrantes é o resultado do cálculo feito pelos fatores racionais, no intuito de maximizar suas necessidades.

b) Nova Economia de Migração

A teoria da Nova Economia de Migração explica o movimento populacional analisando o contexto das imperfeições existentes no mercado de trabalho dos países em desenvolvimento, que são os maiores exportadores de mão de obra. Nessa abordagem, a unidade familiar é considerada o principal agente econômico, e o trabalho é o seu prin-

principal recurso. O objetivo aqui é minimizar o risco econômico diversificando os recursos disponíveis, ou seja, alguns membros da família emigram para obter emprego no exterior, oferecendo um alternativo fluxo de renda para toda a unidade por meio de remessas de dinheiro (STARK e BLOOM, 1985 apud BRZOZOWSKI 2012, p.139-140).

De acordo com Brzozowski (2012), os pesquisadores que defendem essa teoria ressaltam que a migração para o exterior é um investimento, portanto, exige recursos nem sempre disponíveis em todas as unidades familiares. Os emigrantes não são provenientes das mais pobres camadas da sociedade – são pessoas com uma situação financeira relativa.

c) Teoria do Mercado Dual de Trabalho

Outra teoria muito importante para este estudo é a teoria do mercado dual de trabalho (BRZOZOWSKI, 2012). Trata-se de uma teoria proposta por Michael Piore (1983). Ele resalta que o principal motivo dos fluxos migratórios seria o poder de atração dos países de destino. Nesses locais, os países desenvolvidos, o mercado de trabalho sofre uma bipartição: mercado de trabalho primário e mercado de trabalho secundário. No mercado de trabalho primário estão os empregos com excelentes remunerações e condições de trabalho. Enquanto que o mercado de trabalho secundário é instável com salários e condições de trabalho ruins. Dessa forma, os nativos de países desenvolvidos preenchem o setor primário rejeitando o setor secundário, que sofre carência de mão de obra pouco qualificada. Consequentemente, essa carência é ocupada por imigrantes juntamente com grupos nacionais menos favorecidos.

Essa teoria é fundamental para a compreensão da imigração a trabalho. No caso brasileiro, ela esclarece bem tanto os movimentos de dentro para fora quanto de fora para dentro. É comum conhecermos pessoas com graduação de nível superior que moram no exterior exercendo serviços tidos como de pouca qualificação, como faxina doméstica e serviços de babá. Assim como são conhecidas as notícias acerca de estrangeiros provenientes de outros países da América do Sul, e também da África (países menos desenvolvidos que o Brasil) aceitando trabalhar em empregos que a maioria dos brasileiros rejei-

tam. Vale ressaltar que muitas das vezes os imigrantes empregados no setor secundário trabalham ilegalmente, permanecendo de maneira clandestina no país receptor.

d) Teoria das Redes Sociais

A teoria das redes sociais, também chamadas redes migratórias, ajuda a explicar a continuidade dos fluxos migratórios e sua perseverança no tempo. As redes conectam os migrantes precursores aos migrantes em potencial nos locais de origem e destino por meio de laços de parentesco, amizade ou origem comum. (FUSCO, 2005 p. 22 apud BRZOZOWSKI 2012, p.141). São conexões que facilitam o fluxo monetário e de informação sobre condições de vida e possibilidades de emprego nas localidades, além de ajudarem na adaptação dos migrantes no novo espaço e facilitarem futuros movimentos populacionais.

O exemplo interessante, que mostra o funcionamento de redes, é o caso dos imigrantes brasileiros em Massachusetts, que vendem seus empregos de faxina doméstica. Quando uma imigrante está disposta a voltar ao Brasil, espalha-se a informação sobre a “venda” das casas, onde a faxineira trabalha, por meio das redes migratórias. A pessoa que compra o emprego é introduzida à dona da casa como a amiga da faxineira, que poderá substituí-la. A confiança e a solidariedade étnica entre as imigrantes brasileiras são reconhecidos como fatores principais, para que essa forma de transação possa ser finalizada. (MARTES, 1999 apud BRZOZOWSKI 2012, p.141).

A teoria das redes sociais também explica porque o fenômeno da migração de brasileiros para o exterior, por exemplo, ocorre de maneira desigual pelo território nacional. Algumas regiões têm um fluxo bastante intenso de emigrantes, justamente porque essas redes migratórias conectam os brasileiros dessa região a destinos estrangeiros específicos. (FUSCO, 2005 apud BRZOZOWSKI, 2012, p.141).

Atualmente, também as redes sociais virtuais contribuem, e muito, com a adaptação dos estrangeiros às cidades. É possível encontrar grupos de estrangeiros na internet e com eles manter contato, descobrindo informações e contatos específicos que facilitam a adaptação nos novos locais.

e) Imigrantes e mercado de trabalho

De modo geral, é comum que os imigrantes, ao se inserirem no mercado de trabalho, adentrem em uma posição inferior ao seu grau de especialização, sua formação acadêmica e a sua experiência profissional prévia, o que os faz, conseqüentemente, descerem na escala social. “Esse é o caso de dentistas, médicos, jornalistas, engenheiros que estão trabalhando na construção, na indústria pesada, nos abatedouros de frangos e carnes, entre outras atividades.” (CAVALCANTI, 2015, p. 39).

De acordo com Sayad (2001), essa disposição só pode ser compreendida com base em uma especificação indissociavelmente técnica e social, pois mesmo que o imigrante tenha uma qualificação específica (especificação técnica), ele será considerado um trabalhador sem formação (especificação social). Dessa forma, “o imigrante somente existe aos olhos do estado nacional no dia que atravessa as suas fronteiras. Tudo o que antecede a essa existência é desconhecido, inclusive a sua formação técnica e os seus diplomas.” (CAVALCANTI, 2015, p. 40).

De acordo com Chiswick et al (2002 apud CAVALCANTI, 2015), os imigrantes enfrentam certos problemas na sociedade de destino – tais como: dificuldades com o idioma, demora no reconhecimento dos títulos universitários, entre outros, – que fazem com que essas pessoas tenham que realizar o que os autores chamam de “curva em U” para compreender a incorporação dos imigrantes no mercado de trabalho.

Ainda em seu país, o imigrante possui certo status social, (ponto inicial da curva). Porém, no momento em que chega ao país destino, perde sua posição social de origem (ponto mais baixo da curva), necessitando de um tempo de adequação para retomar a condição inicial.

Vários serão os fatores decisivos para que o imigrante complete a “curva em U”: o tempo de residência unido à consolidação das redes sociais; a aquisição de capital social e simbólico; a regularização das autorizações de residência; e, especialmente, as políticas públicas de inserção laboral. Essas políticas serão determinantes, inclusive para possibilitar a mobilidade social ascendente em relação à posição na sociedade de origem, o que permite aos imigrantes que não fiquem estancados na “curva em L”, que ocorre quando o imigrante não consegue retomar sua condição inicial.

De acordo com Chiswick et al (2002 apud CAVALCANTI, 2015), existe ainda a trajetória diagonal, em que os imigrantes exercem desde o início uma incorporação laboral condizente com seu status na sociedade de origem e ainda permite sua ascensão na de destino. Esse é o caso de grande número de trabalhadores estrangeiros qualificados no Brasil, que circulam através das empresas multinacionais, pois seus vistos são requisitados por empresas para que exerçam atividades qualificadas.

De acordo com Portes (2003), há uma necessidade de trabalhadores tanto no topo, quanto na base do mercado de trabalho. Ele denomina essa relação na imigração e trabalho de “relógio de areia”, o qual possui uma fina cintura, que corresponderia a pouca necessidade de imigrantes com formação média, que seria o caso da relação estabelecida atualmente no Brasil.

10.2.2 IMPACTOS E OBSTÁCULOS DA IMIGRAÇÃO

Segundo Chang (2007), estudos econômicos reconhecem os benefícios do mercado livre de mercadorias e também de serviços, capital e trabalho transfronteiriços. Apesar desse pensamento, os países mantêm restrições na imigração e mostram pouca inclinação para liberar significativamente essas barreiras. Esses impedimentos limitam os trabalhadores de valiosas oportunidades e contribuem para as enormes discrepâncias salariais entre os países. O autor defende que essas diferenças seriam reduzidas se não houvessem essas barreiras e sugere que:

Se por um lado a existência de mais de uma cultura ou língua impõe custos à sociedade, tanto no mercado de trabalho como no mercado de produtos e serviços, por outro lado essas diferentes culturas trazem oportunidades de mercado enriquecedoras que dificilmente existem em sociedades com uma única cultura. As habilidades e conhecimentos dos estrangeiros também podem complementar as dos nativos e, assim, solucionar problemas de eficiência nos ambientes de trabalho. Nesse caso, essa contribuição pode compensar os custos da interação transcultural. (CHANG, 2007, p. 14-16).

Por fim, outro fator importante a se destacar é a contribuição ao aumento populacional, o qual beneficia os países com pequeno índice de crescimento demográfico, como é o caso do Canadá.

10.2.3 RESERVA DE MERCADO DE TRABALHO

O controle da profissão pela própria classe por meio da regulamentação acaba por criar a reserva de mercado de trabalho, no qual só pode atuar quem está devidamente autorizado por órgão competente. A regulamentação das profissões pretende proteger os consumidores dos maus profissionais. Porém, sabe-se que somente a regulamentação não garante a qualidade dos serviços prestados. Dessa forma, alguns defendem que apenas poucas profissões necessitariam realmente de uma regulamentação, visto que, entre os custos e benefícios da reserva de mercado, são poucas as que realmente oferecem riscos de vida ao consumidor, como é o caso da medicina e a engenharia, por exemplo.

A reserva de mercado de trabalho restringe a atuação dos próprios nativos. Como se sabe, algumas profissões só permitem atuação mediante diploma de graduação em instituição reconhecida por órgão responsável – o MEC (Ministério da Educação e Cultura), no caso do Brasil –, e registro em Conselho de classe. Por exemplo, um contador não pode exercer função de arquiteto.

Para um imigrante, ter autorização para atuar como profissional é um dos passos mais difíceis de ser dado, pois como citado anteriormente, no momento em que entra no país receptor, toda a sua história é desconhecida pela nova nação e cabe a ela, segundo seus interesses, resolver se e como estabelecerá a revalidação dos diplomas estrangeiros. Nessa situação, a reserva de mercado laboral vai influenciar sobremaneira as decisões sobre essas revalidações como veremos no estudo de caso.

10.3 IMIGRAÇÃO POR TRABALHO

Apesar de haver variados motivos pelos quais as pessoas decidem migrar (trabalho, asilo, refúgio, proximidade com a familiares, entre outros), é sabido que o trabalho, mesmo que não seja a razão principal, é um fator muito importante a ser considerado nessa deci-

são. Afinal, como já vimos, para onde quer que o migrante se destine, é ele que vai definir seu posicionamento econômico social no país destino. Além do mais, ao definir políticas de imigração, o país receptor privilegia imigrantes que possam contribuir com a nação, seja na base, ou no topo, do “relógio de areia”.

Afirma Gonçalves (2008) que a imigração internacional tem se intensificado expressivamente como reflexo das aceleradas mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais, observadas, principalmente, a partir da metade do século passado, associadas ao processo de globalização. A mobilidade internacional de pessoas por trabalho, mesmo dificultada pelas políticas migratórias dos países, é favorecida pelas novas tecnologias aplicadas aos meios de transporte e comunicação que estimulam a multiplicação e fortalecimento das redes sociais para além das fronteiras geográficas.

Há estimativas de que 3% da população mundial viva trabalhando no exterior. Nas Américas, esse número é superior aos 20 milhões. De acordo com a ORIT (Organização Regional Interamericana de Trabalhadores), nos próximos 30 anos, da totalidade dos novos trabalhadores norte-americanos, metade serão migrantes. Uma das características desses novos trabalhadores está na faixa etária. Uma vez que, na América Latina, a população jovem sofre altas taxas de desemprego, representando 46% do total de pessoas desempregadas na região. Essa falta de possibilidades de inserção no mercado de trabalho nacional torna a migração para os países desenvolvidos uma opção interessante. (GONÇALVES, 2008, p. 348)

10.3.1 BREVE HISTÓRICO DE IMIGRAÇÃO NO BRASIL

O processo de colonização fez do Brasil um grande receptor de imigrantes, os quais contribuíram fortemente para a formação do país. A primeira migração teve a função de ocupar as terras brasileiras de acordo com os interesses da corte de Portugal. Posteriormente, ocorreu o fluxo de escravos, que foi a maior quantidade de imigrantes forçados a entrar no país, um número de 5,2 milhões, entre os anos 1864 a 1887, segundo dados do IBGE.

De acordo com Martínez (2000), durante o período colonial houve o desenvolvimento de uma política de povoamento de terras

que possibilitou a migração de famílias portuguesas ao Brasil, instaladas em zonas fronteiriças. A preocupação do poder público em estimular a imigração iniciou com a chegada da corte portuguesa ao Brasil, em 1808. As medidas implantadas visavam atrair trabalhadores livres para ocupar determinadas áreas do território brasileiro, cujo direito de usufruto era outorgado por meio de sesmarias⁷. A princípio, não havia discussão a respeito da inserção laboral dos recém-chegados. Essa política de ocupação foi estendida aos demais europeus e foi interrompida de 1830 a 1850, por ter altos custos aos cofres públicos. Além das terras serem doadas pelo Estado, havia uma preocupação de como os agentes do governo deveriam verificar se os migrantes eram aptos, pacíficos e “bem comportados”.

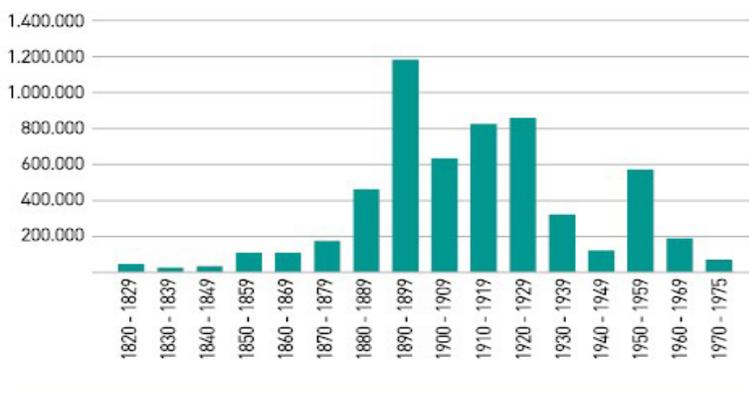
Nesse tempo, houve uma preocupação em estabelecer medidas para regular as relações de trabalho prestadas por estrangeiros. Foram, então, adotadas leis relacionadas à imigração, que regulavam tanto a naturalização quanto o trabalho do imigrante. A partir de 1850, as terras não poderiam mais ser doadas, apenas vendidas. Dessa forma, a política de imigração estimulou a participação da iniciativa privada, que tinha facilidades para comprar terras destinadas à acomodação dos migrantes que vinham trabalhar em suas propriedades (MARTÍNEZ, 2000, p. 28-29)

Em 1808 foi promulgada lei que permitia aos estrangeiros a propriedade de terras no Brasil. O governo imperial subvencionava a formação de núcleos coloniais de agricultores em suas terras devolutas e em sistema de pequena propriedade, como foi o caso dos alemães no Sul e Sudeste. Porém só em meados do século começam a chegar imigrantes para suprir a carência de mão-de-obra nos cafezais paulistas, passando então a ser empregados nessa monocultura de exportação. A subvenção também se altera, deixa de ser de exclusiva responsabilidade do governo imperial para incluir também os governos provinciais e a iniciativa privada. Companhias internacionais de imigração se encarregam de recrutar, transportar e instalar os novos imigrantes no Brasil. (OLIVEIRA, 2002, p.43)

⁷ Lei de sesmarias - instituto jurídico português que normatizava a distribuição de terras destinadas à produção agrícola.

As informações sobre a imigração no Brasil são escassas, pouco estruturadas e, em alguns casos, conflitantes. Os números dependem das fontes consultadas. Os dados disponíveis no site do IBGE exibem dados sobre migração internacional a partir de meados da independência do Brasil. Conforme se pode observar na figura abaixo, há um aumento significativo da imigração no trecho 1880-1889. Esse crescimento coincide com a abolição da escravatura, ocorrida em 1888, fato que veio estimular ainda mais o processo imigratório descrito no parágrafo anterior.

Figura 1 - Imigração no Brasil de 1820 a 1975



Fonte: IBGE

Interessante observar que a figura obtida do IBGE não inclui as estatísticas referentes aos escravos, elas são encontradas à parte no site do Instituto. Alguns autores defendem que escravos não são imigrantes, uma vez que não se deslocam por vontade própria, mas são forçados.

Com o fim do tráfico de escravos, em 1850, altera-se também a legislação referente à propriedade da terra. A política de colonização do Império, que cedia terras de graça a estrangeiros, é então alterada e nova lei passa a proibir a posse de terra que não fosse comprada. E é o fim do tráfico negreiro que começa a colocar na ordem do dia a necessidade de substituição da mão-de-obra por imigrantes. A formação de colônias isoladas, com vida social

autônoma, derivada da política governamental, também foi criticada. (OLIVEIRA, 2002, p. 14)

Com a urgência de expandir a força de trabalho no país, foi promulgado o decreto 528 em junho de 1890, que chegou a ser uma das mais significativas legislações sobre imigração. Ele continha um amplo programa acerca do tema com a finalidade de fomentar a imigração europeia. (MARTÍNEZ, 2000, p.30). De acordo com Oliveira (2002), os portugueses no Rio de Janeiro, os italianos em São Paulo e os espanhóis/galegos em Salvador. Esses foram os imigrantes “desejados”⁸, uma vez que, pela afinidade com a língua, com a religião e com a cultura, seriam mais facilmente incorporados. Avalia-se que dos 5 milhões de imigrantes recebidos pelo Brasil entre 1850 e 1950, 75% eram formados por portugueses, espanhóis e italianos, como se pode ver na figura anterior. Outros imigrantes também tiveram presença relativamente forte: os alemães, os sírios e libaneses, os judeus, os japoneses, entre outros.

Segundo Ripoll (2008 apud BRZOWSKI, 2012), a partir da década de 1980, influenciado pela globalização, o Brasil, como outros países tradicionais de imigração, inverteu esse padrão e se tornou um país de emigração.

Atualmente, o Brasil vive diversificadas perspectivas migratórias, pois prossegue com a emigração enquanto passa a recepcionar novos e diferentes fluxos migratórios. Além disso, há o retorno dos emigrados, influenciados, principalmente, pela crise econômica de 2007, nos Estados Unidos, Europa e Japão. (BRZOWSKI, 2012, p. 36)

Ainda segundo Brzowski (2012), diferentemente dos fluxos migratórios do século XIX e XX, provenientes do hemisfério norte, incentivados e financiados pelo governo brasileiro para ocupar territórios e branquear o país, esse novo fluxo que o Brasil vem recebendo é proveniente também do hemisfério sul: haitianos, bolivianos, colombianos, senegaleses, peruanos e bengalis.

O país sofreu uma perda líquida de aproximadamente 1,8 milhão de pessoas por meio de fluxos migratórios internacionais entre 1980 e 1990. Esse volume de emigração foi significativo e corres-

⁸ Termo cunhado do livro de Lucia Lippi Oliveira (2002, p. 13).

pondia a 1,6% da população residente no Brasil em 1990. O processo de conversão numa nação de emigração foi continuado na década seguinte. O saldo migratório internacional em anos 1991-2000 foi também negativo, estimado em 550 mil pessoas. Esse número correspondia a 0,4% da população brasileira em 2000 (Carvalho & Campos, 2006). Houve então uma redução do fluxo migratório internacional nos anos 1990, porém a maioria dos emigrantes que deixaram o país na década de 1980 não voltou para o Brasil. Surge assim um significativo grupo de brasileiros no exterior, chamado por alguns autores de 'diáspora brasileira'. Em 2000, o número de emigrantes brasileiros, segundo dados estimativos do Itamaraty, alcançou quase dois milhões (Ripoll, 2008). Nos últimos anos, esse número quase dobrou: de acordo com estimativas de Itamaraty, em 2008 havia 3,7 milhões de brasileiros residindo no exterior. (BRZOZOWSKI, 2012, p. 138)

De acordo com a revista Isto É9, estatísticas da Polícia Federal, atualizadas em março de 2015, apontam que o Brasil abriga 1.847.274 imigrantes regulares. Conforme a classificação adotada pela instituição, esse total engloba 1.189.947 "permanentes"; 595.800 "temporários"; 45.404 "provisórios"; 11.230 "fronteiriços"; 4.842 "refugiados"; e 51 "asilados". Isso representa 0,9% do número total de imigrantes internacionais do mundo, foi de 250 milhões em 2013. Tendo em vista que o Brasil é o quinto país mais populoso do mundo, com 200 milhões de habitantes, este número ressalta o quão pouco atraente, o país é para os imigrantes na atualidade e o quanto o Brasil terá que se esforçar para elaborar boas estratégias de atração de talentos estrangeiros.

10.3.2 RECURSOS HUMANOS ESTRANGEIROS ALTAMENTE QUALIFICADOS

De acordo com Desidério (2015), a migração internacional em nossa sociedade globalizada e contemporânea tornou-se, pouco a pouco, de extrema importância para mecanismos de alargamento do capital humano, pois existe um potencial emergente para retornar as necessidades de qualificação, as quais rapidamente se modificam. A base estrutural desses mecanismos são investimentos abundantes e fortes

9 <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/o-panorama-da-imigracao-no-brasil>

intervenções na educação e na política – tanto de ativação¹⁰, quanto na social, em geral. Entretanto, essas ações demoram vários anos entre sua implantação e o resultado almejado. Tal lentidão ocorre, em especial, nas regiões onde a economia é emergente e de média renda, com atrasos no desenvolvimento nas áreas educacionais e na qualificação de força de trabalho, se comparados aos padrões internacionais.

A atração de mão de obra imigrante e qualificada incrementa os mecanismos estruturais de desenvolvimento nacional. Portanto, a imigração tanto de estudantes, quanto de pesquisadores para países com economia emergente – como o Brasil – proporcionam um enorme avanço na metodologia de produção de conhecimento (em especial, na da educação superior e em instituições de pesquisa) e de tecnologias, já que tais imigrantes estão familiarizados com técnicas empregadas em nações com economias mais desenvolvidas, proporcionando uma elevação dessas técnicas para padrões internacionais. (DESIDÉRIO, 2015, p. 14)

Ainda segundo a autora, em relação às empresas, os trabalhadores oriundos de outras nações possibilitam um melhoramento nas estratégias de processos produtivos e, conseqüentemente, expansão para novos mercados. Em vista disso, faz-se necessária a atração de profissionais imbuídos de conhecimento exógeno e ideias inovadoras para o estabelecimento de grupos empresariais importantes para determinada nação. A captação de mão de obra qualificada era prevalente em países do noroeste da Europa, da América do Norte e da Oceania, até o final do século XX. Entretanto, devido ao fenômeno da migração mundial – consequência direta da globalização do mundo contemporâneo – esta é uma realidade cada vez mais distante dos dias atuais, pois países emergentes também têm adotado uma política favorável à atração e retenção de profissionais de outras nações.

Como exemplos de mudanças no padrão das migrações mundiais, pode-se citar alguns países da Ásia, tais como China e Índia, que exportaram trabalhadores qualificados, mas que atualmente também atraem mão de obra estrangeira, inclusive os próprios trabalhadores que abandonaram esses países e que agora retornam. A Rússia, atual-

¹⁰ Políticas de ativação são medidas com o objetivo de trazer pessoas em idade ativa, mas que não trabalham - sejam inativos ou desempregados - para atividade lucrativa, aumentando, assim, a inserção e a participação no mercado de trabalho.

mente, é um polo de atração para migrantes temporários. A Malásia e a Indonésia, países que atualmente possuem um crescimento emergente, também têm atraído mão de obra estrangeira. Países do Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo têm sido um forte destino para mão de obra pouco qualificada, aproveitada em trabalhos braçais, porém, atualmente também têm atraído trabalhadores especializados e qualificados, em especial, da Europa (DESIDÉRIO, 2015, p. 14).

10.3.3 RECURSOS HUMANOS ALTAMENTE QUALIFICADOS NO BRASIL

o fenômeno de imigração no Brasil é algo extremamente baixo. Entre os BRICS, é o país que possui os mais reduzidos índices de imigrantes como mão de obra, em especial, mão de obra qualificada. Apesar do número proeminente de imigrantes durante o século XIX e início do século XX, apenas durante o período entre 2009 e 2011, o influxo de estrangeiros – dentre esses uma minoria que é altamente qualificada – têm aumentado. Parte desse fenômeno se deu como consequência do crescimento econômico vigente naquela nesse período recente, o que possibilitou o estabelecimento de multinacionais e a vinda de trabalhadores. Entretanto, o número de imigrantes durante esses anos ainda é considerado baixo, se comparado com aqueles vindos durante o século XIX. (DESIDÉRIO, 2015, p. 15).

10.4 PROGRAMA MAIS MÉDICOS

Conforme dados do Ministério da Saúde, coletados por Javorski e Scremin (2013), o Brasil possuía, em 2013, 1,8 médicos para cada mil habitantes, índice inferior a países como Argentina (3,2), Uruguai (3,7) e Portugal (3,9). Também havia uma desigualdade na distribuição dos médicos no país, pois se em alguns centros urbanos os números chegam a superar a média de países ricos, em outras regiões a penúria era dramática, com mais de 300 municípios em dificuldades. A maior concentração dos médicos estavam localizados nas regiões sul e sudeste, e nas capitais do país. A região norte era a menos favorecida. Essas diferentes realidades no Brasil chamaram a atenção da OMS.

Segundo o noticiário do iG¹¹, no Sudeste, por exemplo, a taxa é de 2,6 médicos por mil habitantes, superior às dos Estados Unidos (2,4), Canadá (2,0) e Japão (2,1). Mas, nos estados do Norte, são 1,0 médicos para cada mil pessoas, abaixo da média nacional de países como Trinidad e Tobago, Tunísia, Tuvalu, Vietnã, Guatemala, El Salvador ou Albânia. No Nordeste, a taxa é de 1,2 médicos para cada mil pessoas - no Maranhão, chega a 0,7 médicos por mil habitantes, taxa equivalente à da Índia ou do Iraque.

Considerando as informações expostas, o governo federal, iniciou um projeto de expansão da rede de saúde do Governo Federal Brasileiro com o objetivo de melhorar o atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS), providenciando o atendimento médico às regiões onde há escassez ou ausência desses profissionais. Segundo informações oficiais¹², o Programa *Mais Médicos* foi então criado, no ano de 2013 com três eixos de atuação: o eixo provimento emergencial, no qual entra a contratação de médicos estrangeiros para suprir a demanda emergencial nas áreas carentes desse profissional; o eixo educação, que trata da ampliação da formação de médicos no país, com novos cursos e novas vagas na graduação e residência médica; e, finalmente, o eixo infraestrutura, que inclui o financiamento de construções, ampliações e reformas de Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs).

Ao ser instituído, a meta do programa foi criar 10 mil vagas para médicos em regiões como o Norte e o Nordeste, bem como nas periferias de grandes cidades e municípios do interior do país. Primeiramente, as vagas criadas e as desocupadas foram ofertadas aos profissionais com diploma brasileiro ou certificados pelo Revalida¹³. Após esse processo preliminar, caso ainda houvessem vagas remanescentes, essas seriam preenchidas por médicos estrangeiros.

Inicialmente, foram inscritos 1.618 médicos na primeira etapa do programa (dentre eles, 358 eram estrangeiros), total que correspondia a 10,5% da necessidade total do plano, uma vez que foram deman-

11 <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2013-05-20/oms-alerta-para-o-baixo-numero-de-medicos-no-brasil.html>

12 <http://maismedicos.gov.br/>

13 Exame nacional de revalidação de diplomas médicos expedidos por instituição de educação superior estrangeira (<http://portal.inep.gov.br/revalida>)

dados 15.460 médicos, em 3.511 municípios. Como houve pouca adesão, o governo então ampliou os prazos para, por exemplo, confirmar o interesse nas vagas. No dia 25 de agosto, 682 médicos formados no exterior chegaram ao país e iniciaram aulas de português e saúde pública, em oito capitais. Além disso, estudaram doenças típicas brasileiras e o sistema do SUS por três semanas. (JAVORSKI; SCREMIN, 2013, p. 2).

De acordo com Pinto (2016), o programa recruta médicos estrangeiros de qualquer parte do mundo, desde que atenda aos requisitos do programa. Dos médicos estrangeiros contratados, a maior parte é de nacionalidade cubana. Esses médicos foram contratados através da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), que mantém acordo com Cuba. Desde a primeira etapa até os dias atuais são 18.240 médicos inscritos no programa, dos quais 67% são cubanos, 24% são brasileiros e 9% são de países diferentes. O *Mais Médicos* hoje atende 63 milhões de brasileiros, o que equivale a 31% da população. Segundo o Estadão¹⁴, em junho de 2014, o índice de aprovação da população era de 84%.

10.4.1 MEDICINA – PROFISSÃO DE STATUS

Ao analisar esse caso, acredita-se necessário fazer um panorama da profissão médica no país, uma vez que essa profissão goza de um prestígio diferenciado das demais. A medicina, juntamente com o direito e a engenharia, são consideradas carreiras de status na sociedade brasileira. Segundo Coelho (1999), são “nomeadas profissões imperiais”, e de acordo com Vargas (2010), como tais, historicamente produziram práticas monopolísticas que reforçaram suas posições de prestígio e estabeleceram barreiras frente às demais profissões.

Medicina é uma das mais requisitadas e importantes existentes no mundo. Além de ser muito antiga, tem um grande apelo no ideário popular, pela nobreza de “salvar vidas”.

Para tornar-se médico, é preciso vencer a grande disputa que é a de conseguir uma vaga na universidade. Para isso, é necessário muito conhecimento, adquirido, na maioria dos casos, em caras escolas particulares, acessíveis a uma minoria elitizada, geralmente de classe média ou alta. São poucos os que destoam desse padrão. Na Universidade

¹⁴ <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,chioro-mais-medicos-e-aprovado-por-84-da-populacao,1143174>

Federal da Bahia, estado onde 70% da população é formada por negros, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), formam-se turmas inteiras, das quais apenas 3 ou 4 são negros.¹⁵

10.4.2 CRÍTICAS E ELOGIOS AO PROGRAMA

A escolha do Programa *Mais Médicos* para estudo de caso deve-se ao fato de sua grande repercussão no país, principalmente dentro da classe médica, em que havia a maior rejeição à implantação do programa. Esse programa tem uma peculiaridade diferente do processo normal de contratação de estrangeiros, pois trata-se de um programa do Governo Federal, talvez o primeiro de atração de talentos estrangeiros para suprir uma carência nacional. Há programas similares de atração de médicos estrangeiros no Canadá¹⁶, mas com políticas diferenciadas, pois trata-se de um país com demandas populacionais notoriamente diferentes, pois além da procura por profissionais qualificados eles também almejam a imigração como forma de ocupar seu território e manter o crescimento demográfico.

Entre os atores envolvidos nesse processo de contratação, é possível reconhecer alguns, tais como: a população, representando a demanda urgente por esses profissionais; a classe médica brasileira, que se sentiu ameaçada pela presença de estrangeiros em seu mercado de trabalho; o governo brasileiro, fomentador da proposta que foi alvo de elogios e críticas pelas partes já citadas; e, finalmente, os próprios médicos estrangeiros.

De acordo com Freire (2013), uma pesquisa divulgada pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT)¹⁷ aponta que a maioria da população brasileira é a favor da contratação de médicos estrangeiros por meio do Programa *Mais Médicos*. De um universo de 2.002 pessoas entrevistadas, 73,9% apoiaram o programa e 49,6% informaram acreditar que ele solucionará problemas graves relacionados à saúde no

15 <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/09/medicina-brasil-branca-classe-media.html>

16 <http://noticias.terra.com.br/brasil/mais-medicos-canadense-tem-inscritos-do-brasil-20-sao-escolhidos,7163ce6308581410VgnVCM3000009acceboaRCRD.html>

17 A CNT realiza, pesquisas de opinião em todo território nacional. Essas pesquisas formam um retrato do que pensa a população brasileira sobre os principais assuntos do momento, como política, economia, emprego, renda, saúde, educação e segurança pública.

país. Contudo, houveram demonstrações de xenofobia, racismo e preconceito após a chegada inicial de centenas de médicos estrangeiros, dentre eles 400 cubanos. Essas manifestações vieram especialmente por parte de médicos brasileiros, que reagiram contra o programa, haja vista a “invasão” que os novos contratados representavam ao domínio de sua já demarcada reserva de mercado.

Esse fato reverberou nos veículos de comunicação, principalmente nas redes sociais, nas quais se via a foto de um médico cubano negro sendo vaiado por médicas jovens, o que levantou a discussão do racismo contra os cubanos. O Conselho Federal de Medicina (CFM) expôs em seu posicionamento ser contrário à vinda específica de médicos cubanos e colocou em dúvida a qualidade da medicina cubana. Em nota a CFM afirmou: “[...] a decisão irresponsável do Ministério da Saúde que, ao promover a vinda de médicos cubanos sem a devida ‘revalidação’ de seus diplomas e sem comprovar domínio do idioma português, desrespeita a legislação, fere os direitos humanos e coloca em risco a saúde dos brasileiros [...]”. Para o órgão, embora os dados do MEC comprovem que os médicos formados em Cuba foram os mais aprovados no Revalida em 2011 e 2012, os médicos e a medicina cubana ainda não são confiáveis. (FREIRE, 2013, n. p.)

No tocante às questões sobre xenofobia e preconceito em relação aos médicos cubanos, é preferível não entrar no mérito, uma vez que os xingamentos partiram de pequena parcela da classe médica e praticamente não foi verificado tal comportamento no restante da população. No entanto, é interessante frisar a utilização do termo “médicos cubanos” na afirmação transcrita acima pelo órgão que representa a classe, que é o CFM, quando poderia ter utilizado somente “médicos” para designar todos os médicos estrangeiros.

Para compreendermos a forte reação da classe médica ao programa *Mais Médicos*, é necessário recorrer às teorias que fundamentaram esta pesquisa, como a teoria do mercado dual e a reserva de mercado.

Segundo a teoria do mercado dual, ao observar o status e o prestígio das quais a carreira médica goza no Brasil, sem dúvidas a enquadraremos na lista das profissões inseridas no mercado de trabalho primário, em que figuram os trabalhos desejados pelos nativos do país

receptor. Junto a essa informação temos a presença forte do Conselho Federal de Medicina, o qual já foi acusado¹⁸ por profissionais de outras áreas de saúde pela tentativa de fazer reserva de mercado através da instituição do ato médico. O ato médico é um projeto de lei que restringe várias áreas da saúde a atuação exclusiva do profissional médico, retirando de outros profissionais, como psicólogos, enfermeiros, nutricionistas, fisioterapeutas, biomédicos, farmacêuticos, e outros, o direito de, por exemplo, atestar condições de saúde de um paciente, de acordo com sua área. Com essas informações, é possível verificar o quão protegida é a carreira médica pelos profissionais e Conselho de classe em detrimento da população e, inclusive, de outros profissionais da área de saúde.

No tocante aos médicos estrangeiros, há bastante críticas em relação à forma de contratação dos cubanos, uma vez que sua remuneração não é feita de modo integral, pois uma parte é repassada ao governo cubano. Isso levanta discussões ideológicas a respeito do programa e questionamentos sobre direitos trabalhistas ignorados. Isso fez com o que o governo brasileiro corrigisse os valores pagos a esses profissionais.

É importante observar que mesmo com essa desigualdade de pagamento, o índice de abandono por parte dos médicos cubanos é baixíssimo. Vale ressaltar, nesse caso, o custo de oportunidade, que é um termo econômico utilizado para indicar uma relação entre a alocação de recursos escassos entre usos alternativos com vistas à satisfação das necessidades. (PEREIRA et al, 1990). Ou seja, mesmo recebendo menos que os outros médicos estrangeiros, para os cubanos ainda é vantajoso trabalhar no Brasil, uma vez que terão melhores condições de vida no país de destino do que em seu próprio país.

Atualmente, o programa *Mais Médicos* não vai mais recrutar médicos estrangeiros¹⁹, pois já houve 100% de adesão por parte dos profissionais brasileiros nas novas vagas. Esse aumento de inscrições se deve a mudanças nas regras do programa. Os participantes agora

18 <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/09/29/ato-medico-e-tentativa-de-reserva-de-mercado-afirmam-profissionais-de-outras-areas-da-saude>

19 http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/brasil/2015/05/14/interna_brasil,576549/programa-mais-medicos-nao-vai-recrutar-estrangeiros-em-2015.shtml

recebem um bônus de 10% nas concorridas vagas de residência médica, a partir da comprovação de 12 meses no programa. Isso mostra o caráter efetivamente emergencial do programa, como foi, de fato, em seu planejamento.

10.5 CONSIDERAÇÕES

Neste trabalho, foi interessante verificar as diferentes demandas dos atores envolvidos no processo de contratação de recursos humanos estrangeiros. Esses elementos nem sempre são tão visíveis, mas mostram-se essenciais na compreensão de todo o sistema que envolve o processo.

O histórico de imigração no Brasil foi de fundamental importância, pois nos mostrou o percurso do país, de terra de imigrantes à nação de emigrantes. Ele também ressalta o interesse atual do país, que segue a tendência mundial, de atrair recursos humanos estrangeiros altamente qualificados.

Em relação à abordagem dos aspectos e teorias que envolvem o tema de pesquisa, esses foram muito úteis para compreender o estudo de caso, no qual verificamos a aplicação de algumas das teorias referidas.

Atualmente, nos Direitos Humanos, vem se discutindo amplamente a questão do direito dos imigrantes. A atual Constituição Federal Brasileira de 1988 foi criada seguindo os moldes universais dos direitos humanos e nela há diretrizes que ensejam uma união maior aos nossos vizinhos latino americanos. Porém, na prática, a livre circulação de trabalhadores ainda é um assunto mal resolvido em quase todo o mundo e depende ainda de muita negociação entre países e blocos econômicos. Apenas na União Europeia a livre circulação de pessoas, para fins de trabalho, realmente está avançada, mas ainda com certos problemas a resolver.

O Brasil é um país conhecido pelo seu fechamento econômico no âmbito do comércio de mercadorias e serviços, não seria diferente na questão da imigração e mercado de trabalho. A legislação do estrangeiro data de 1980²⁰ – época da ditadura militar –, e tinha por objeti-

²⁰ Lei nº 6.815/1980, vigente durante a produção do Trabalho de Conclusão de Curso (agora convertido em artigo), mas atualmente revogada pela Lei nº 13.445/2017,

vo atender à “segurança nacional”. Existem projetos que tramitam no congresso para mudar essas políticas, mas o máximo que se conseguiu até hoje foi uma diminuição do prazo e de alguns formulários para a obtenção do visto de trabalho.

Por experiência própria, enquanto estagiária da Assessoria para Assuntos Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, pude verificar a falta de organização e de padronização por parte da Polícia Federal para a emissão do RNE (Registro Nacional do Estrangeiro). Há uma série de trâmites a serem executados, porém, no documento final são impressas informações, principalmente datas, por vezes conflitantes ou ausentes.

Por fim, este é um tema bastante relevante, mas pouco estudado no Brasil. Por essa razão, o recorte deste artigo foi importante para descortinar os fatores e interesses envolvidos na contratação de profissionais estrangeiros, tais como: políticas de imigração, interesses econômicos, busca por crescimento e desenvolvimento pessoal, mercado de trabalho, entre outros. O estudo de caso, em especial, foi muito oportuno para se verificar na prática como ocorrem os aspectos acima citados em uma determinada situação envolvendo alta qualificação profissional.

REFERÊNCIAS

BRZOZOWSKI, Jan. Migração internacional e desenvolvimento econômico. **Estudos Avançados**, v. 26, p. 137-156, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n75/09.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2016.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia. A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro. **Cadernos OB-Migra**, Brasília, v. 1, n. Dossiê Especial, p. 35-47, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/obmigra/article/download/14894/10666>>. Acesso em: 31 maio 2016.

CHANG, Howard. F. *Cultural communities in a global labor market: immigration restrictions as residential segregation*. **2007 University of Chicago Legal Forum**, Chicago, v. 2007, p. 93-130, 13 jul. 2007. ISSN 1. Disponível em: <[---

a “Lei de Migração”, que dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante.](http://chica-</p></div><div data-bbox=)

gounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1406&context=uclf>. Acesso em: 23 maio 2016.

DESIDERIO, Maria. Vincenza. **Atração transfronteiriça de recursos humanos altamente qualificados**: um estudo comparativo de relevância para o Brasil. Brasília: MDIC, 2015. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1430229376.pdf>. Acesso em: 19 maio 2016.

FREIDSON, Elliot. Para uma análise comparada das profissões - A institucionalização do discurso e do conhecimento formais. **Revista brasileira de ciências sociais**, São Paulo, v. 11, n. 31, p. 141-145, 1996. Disponível em: <http://www.cff.org.br/userfiles/60%20%20FREIDSON%20E%20%20Para%20uma%20analise%20comparada%20das%20profissoes_1996.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2016.

GONÇALVES, Maria do Carmos dos Santos. Em busca de uma vida melhor. emigração, trabalho e novos direitos. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Human**, p. 347-353, 2008. Disponível em: <www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/download/115/107>. Acesso em: 23 maio 2016.

JAVORSKI, Elaine; SCREMIN, Liege. O enquadramento das notícias sobre os estrangeiros do programa Mais Médicos. **9º Ciclo de Debates sobre Jornalismo**, Curitiba, p. 15, 28 out. 2013. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/sul2014/resumos/R40-0455-1.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTÍNEZ; Elda Evangelina González. **La inmigración esperada: la política migratoria brasileña desde Joao VI hasta Getulio Vargas**. 28. ed. [S.l.]: CSIC, 2003.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **O Brasil dos imigrantes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PASTORE, José. Reservas de mercados de trabalho. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ago. 1999. Disponível em: <http://www.josepastore.com.br/artigos/em/em_090.htm>. Acesso em: 28 abr. 2016.

PELLEGRINI, Marcelo. Os desafios da Saúde no Brasil. **Carta Capital**, 30 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/dialogos-capitais/2010-brasil-tem-poucos-medicos-e-mal-distribuidos201d-8691.html>>. Acesso em: 22 maio 2016.

PEREIRA, Anísio Cândido; SOUZA, Benedito Felipe de; REDAELLI, Dauro Rodrigues; IMONIANA, Joshua Onome. **Custo de oportunidade**: conceitos e contabilização. Cad. estud. 1990, n.2, pp.01-24. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-92511990000100002>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

PINTO, Hêider. Mais Médicos + Golpe = menos médicos. **Brasil 247**, mar. 2016. Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/artigos/223273/Mais-M%C3%A9dicos--Golpe--menos-m%C3%A9dicos.htm>>. Acesso em: 07 jun. 2016.

PORTAL.INEP.GOV.BR. **INEP**, 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/revalida>>. Acesso em: 30 maio 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César. **Metodologia do trabalho Científico**: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14do-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2016.

SUZUKI, Lilian Silva do Amarail. **Trabalhadores estrangeiros no Brasil**: uma análise da mão de obra estrangeira no mercado de trabalho brasileiro. Goiânia, p. 15, 2014. Disponível em: <https://nest.cienciassociais.ufg.br/up/154/o/Trabalho_09.pdf>. Acesso em: 24 maio 2016.

ULTIMOSEGUNDO.IG.COM.BR. **Último Segundo - Brasil**, 2013. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2013-05-20/oms-alerta-para-o-baixo-numero-de-medicos-no-brasil.html>>. Acesso em: 22 maio 2016.

VARGAS, Hustana Maria. Sem perder a majestade: “profissões imperiais” no Brasil. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 15, p. 107-124, 2010. Disponível em: <<http://piwik.seer.fclar.unesp.br/estudos/article/viewFile/2553/2173>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

VERGARA, Silvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CAPÍTULO 11

A CHINA E A GLOBALIZAÇÃO: Efeitos na cultura de negócios

Monique Pinto Dantas¹
Roberto Vilmar Satur²

11.1 INTRODUÇÃO

O objetivo geral deste capítulo³ é apresentar alguns dos principais aspectos da cultura de negócios chinesa modificados a partir da globalização cultural. Para isso se fez um estudo teórico e uma pesquisa bibliográfica sobre o tema.

Sabe-se que os traços culturais de um povo, do coletivo, do grupo que está no em torno do indivíduo faz parte da construção da personalidade deste. O negociador internacional, assim como qualquer outro ser humano, mesmo sendo um profissional que sabe da existência da diversidade cultural e da necessidade de se adaptar, traz consigo características de sua própria cultura que faz parte do seu pertencimento. Segundo Martinhelli (2011) esses traços são tão fortes que o profissional, mesmo sem querer ou perceber, as imprime no seu estilo

¹ Mestranda em Engenharia de Produção pela UFPB (Linha: Sustentabilidade e Inovação). Negociadora Internacional. Bacharel em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais, pela UFPB. E-mail: moniquepdantas@gmail.com.

² Professor de Negociações do Departamento de Mediações Interculturais da UFPB. Pós-Doutor em Informação e Comunicação pela Universidade do Porto. Doutor em Ciência da Informação (Linha: Ética, Gestão e Política de Informação). Mestre em Economia (Linha: Economia da Empresa). Especialista em Comércio Exterior. Bacharel em Economia e bacharel em Administração. E-mail: robertosatur@yahoo.com.br

³ Este capítulo foi desenvolvido a partir do Trabalho de Conclusão de Curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais desenvolvido por Monique Pinto Dantas, sob a orientação de Roberto Vilmar Satur no ano de 2014. Para transformar-se nesse capítulo o trabalho sofreu recortes, ajustes, adequações e agregações. Esta discussão tinha começado com um artigo da prévia desta pesquisa que foi publicado como: DANTAS, Monique P. O impacto das diferenças socioculturais de negociadores nas negociações entre Brasil e China. C@LEA – Revista Cadernos de Aulas do LEA, Ilhéus, n. 2, p. 66 – 83, nov. 2013.

de trabalho, na negociação. Assim, considera-se que cada cultura estampa em seus cidadãos um perfil de negociação característico, estabelecendo modelos próprios de negociação (GODINHO, 2005).

Ao longo dos anos, entretanto, os conceitos de cultura e identidade cultural têm passado por diversas transformações através da percepção do próprio indivíduo, da percepção de sociedade e da atuação do ser social em comunidade (HALL, 2006). A globalização passa a representar um risco a uma identidade nacional sólida.

A cultura chinesa tradicionalmente misteriosa e pouco conhecida, aos poucos tem despertado atenção de estudiosos não apenas orientais, mas também do Ocidente. A partir desses estudos sobre cultura foi possível tentar traçar um perfil de negociação e de cultura de negócios chinesa.

A cultura chinesa, por sua riqueza de detalhes e características específicas, há muito desperta o interesse dos estudiosos no mundo todo. Fonte milenar riquíssima de valores culturais e conhecimento, a República Popular da China (RPC) sempre despertou a ambição comercial de outros países, representando um mercado consumidor em potencial altamente atraente.

Com a globalização, o povo e a cultura chinesa passaram a ter contato com a diversidade cultural global. Como consequência, a cultura chinesa de fazer negócios modificou-se drasticamente desde sua abertura comercial em 1978.

A maioria dos estudos sobre a cultura de negócios na China é relativamente recente, uma vez que antes da grande reforma comercial de 1978 não havia trocas significativas e negociações internacionais tão relevantes como atualmente.

Assim, a China vive um paradoxo em que os negócios e a cultura vêm mudando e se abrindo para o mundo e o mercado nas últimas quatro décadas, mas o governo continua exercendo forte influência sobre quase 100% das áreas e atividades do país, nisso que chamam de socialismo de mercado, em que a abertura é permitida, mas controlada com regime rígido. Para Yan (2004), chama-se isso de globalização administrada, com *inputs* e *outputs* monitorados pelo governo. Soma-se a isso o fato de que, segundo Nunes (2009), a cultura chinesa é reconhecida como sendo uma das culturas mais resistentes às mudanças.

11.2 ASPECTOS CULTURAIS DA CULTURA CHINESA E DE SEU MODELO DE NEGOCIAÇÃO

A cultura à qual o indivíduo pertence influencia o estilo de comunicação nas negociações, as estratégias e o processo em si. Não necessariamente define os resultados finais, mas afeta muito o desenrolar da negociação. Assim este pode demorar mais para acontecer e resultar no acordo ou ser mais fluido e rápido chegando a um acordo interessante para todos os envolvidos (negociação ganha-ganha). Embora o estilo negocial influenciado pela diversidade cultural possa apenas afetar o processo e não o resultado final, isso não é uma garantia. Existem diversos casos em que o acordo final foi pouco satisfatório ou nem aconteceu por que as divergências fruto da diversidade cultural não foram superadas. Por isso a importância do negociador internacional entender mais da diversidade cultural inerente às negociações. Como a China vem crescendo rapidamente, na sua importância comercial no mundo, é relevante entender da cultura chinesa, pois, em algum momento, possivelmente o negociador internacional de qualquer país tenderá a negociar com um chinês.

Mota (2009, p. 6) introduz seu estudo sobre questões culturais da China dizendo que:

A China é um país de cultura milenar, com costumes e valores considerados exóticos para nós ocidentais. Os chineses escrevem verticalmente e leem de trás para frente. As cores e os números para os chineses têm toda uma simbologia, por exemplo, o branco na China é considerado a cor do luto, não é recomendado usar roupas amarelas, pois a cor simboliza o sexo, e o número quatro soa como morte e deve ser evitado. Já a culinária de algumas regiões da China é tida para nós ocidentais como, no mínimo, estranha.

Assim, de modo geral, poderíamos dizer que no momento de negociar com a China o negociador deve começar com um cuidado básico, rotineiro, mas relevante para aquela cultura: prestar atenção no uso roupas e objetos das cores evitando o amarelo e o branco; ser cauteloso no uso do número quatro (04), por exemplo na formulação

de preços ou qualquer outro procedimento, e ter cautela, ao ir para a China, no momento de experimentar sua culinária.

Embora os desafios encontrados hoje sejam diferentes, as tradições comportamentais chinesas mantiveram-se firmes, preservando uma conduta cultural milenar (TANG; BURLHÕES, DUZERT, 2003; DANTAS, 2013; PAZ, 2006).

As características idiossincráticas da cultura chinesa podem ser explicadas em parte pelo isolamento do resto do mundo durante muito tempo através da “Grande Muralha da China”. Este fato contribuiu também para que a sociedade ocidental enxergasse a cultura chinesa como estranha e distante (FERNANDES, 2008, p. 52; DANTAS, 2013).

Santiago (2012) alerta para o fato de que a cultura chinesa sofre, até hoje, forte influência do Confucionismo, Taoísmo e Budismo. O confucionismo, muitas vezes tratado como religião, é uma filosofia que tem suas origens nos pensamentos de Confúcio, um pensador do século VI a.C. O confucionismo é “uma ideologia centrada no Homem, no seu sistema de valores e nas formas de organização social” (SANTIAGO, 2012, p. 11). O autor explica que o confucionismo busca a harmonia social. Por isso, estabelece cinco tipos de relações básicas entre as pessoas que precisam ser mantidos: o vínculo pai e filho, marido e mulher, mais novo e mais velho, chefe e subordinado, amigos. Assim os valores predominantemente na sociedade chinesa atual ainda é a obediência, a lealdade aos superiores, o respeito à hierarquia, a fidelidade aos amigos e a procura da harmonia. (PAZ (2006, p.60). Segundo o autor essa foi a base da educação chinesa por mais de 2,4 mil anos.

O confucionismo busca o bem de todos (“não faça aos outros o que não quer que façam com você”) e, por isso, condena a busca desmedida por acumulação de bens. Este discurso confucionista condena o consumo compulsivo e defende o ideal de trabalho árduo e a acumulação para as gerações futuras, aliados a uma vida de privação e autocontrole (MACHADO, 2007).

Ponte (2007) e Hofstede (2001) afirmam que no confucionismo o princípio da sociedade admite a diferença entre as pessoas. Acredita que a família é o protótipo de todas as organizações sociais e que os indivíduos são partes (rostos) destas. Que o rosto deve ser preservado numa relação de dignidade respeito e prestígio. Creem que a educação,

o trabalho árduo e o não consumismo são virtudes que cada um deve ter e preservar. Assim os princípios coletivistas e a aversão ao risco (FERNANDES, 2008), a organização e a prudência, (TANG; BULHÕES; DUZERT, 2003) fazem parte do comportamento dos negociadores chineses. Tais fatos podem tornar a negociação com chineses mais demorada e compassada do que habitualmente é quando a negociação envolve apenas negociadores ocidentais.

Já no que se refere ao Taoísmo, que também influenciou a cultura chinesa por séculos, Santiago (2012, p.14) o define como:

uma filosofia, desprendida do lado terreno e material da vida, centrada na relação do Homem com a Natureza. É, portanto uma corrente de pensamento virada para o lado espiritual da vida, no seguimento das leis da Natureza, sem a preocupação de tentar inverter a ordem por ela imposta. Preconiza um desprendimento total para atingir a felicidade, ou seja, o princípio da não-ação – - (Cabestan, 1994); defende que, tal como o sol nasce e se põe todos os dias, também o ser humano deve encarar cada dia como uma nova oportunidade, uma caminhada pelo caminho a percorrer - o Dao.

O taoísmo teve sua origem na China antiga e tem como principal ideia o princípio de que cada fenômeno gera o seu oposto. O suposto fundador desta teoria, Lao-Tse, afirmava que o discernimento para os modelos paralelos no comportamento humano partia do conhecimento dos modelos da natureza (CUNHA; REGO, 2005).

No mundo dos negócios, os chineses seguem a lógica dialética quando encaram a negociação como um processo que oferece possibilidade de vantagens e desvantagens. A cultura do Yin e Yang (bem e mal conflitantes e equilibrados) incute no negociador chinês uma doutrina taoísta na medida em que lhe dá abertura para transformar supostas fraquezas em virtudes e estratégias (SANTIAGO, 2012).

Existe um aspecto da cultura chinesa que influencia a cultura de negócios: é o chamado *guanxi*. Trata-se de uma complexa rede de relacionamentos e contatos que dirigem as relações sociais na República Popular da China. A sociedade chinesa foi construída a partir de agricultores, ameaçados pela fome, em um contexto em que o espírito

coletivista e cooperativista era a base das relações sociais (FRACAROLI et al., 2012).

Esta possibilidade de ver oportunidades em momentos tensos e predominantemente ameaçadores (teoria Yin e Yang, opostos que se relacionam para o equilíbrio e bem maior), fica clara quando Fernandes (2008) afirma que nas negociações chinesas, assim como nas brasileiras, são estimuladas trocas de favores, presentes e concessões, baseadas no *guanxi*. Por esse motivo, segundo a autora, eventos sociais são parte da agenda de negócios. Essa premissa de presentes e agrados, para Fernandes, poderia abrir espaço para corrupção nas negociações, considerada muitas vezes como elemento comum pertencente ao processo de negociação chinês.

Todavia, na sua essência, diferentemente do “jeitinho” que tem seu lado positivo da flexibilidade, do “dar um jeito de resolver” também, às vezes, é confundido com corrupção; na China os favores, presentes e concessões não têm essa conotação tão direta com propina, corrupção ou forma de burlar questões legais, que é algo mais evidente quando se refere ao “jeitinho”. Normalmente é usado como um meio de demonstrar que valoriza o outro lado e que quer e busca o melhor resultado (equilibrado) para os lados envolvidos. Ou seja, o *guanxi* estaria muito mais para a *network* do que um *jeitinho*.

O *guanxi* não visa apenas aquele momento (comum no “jeitinho”) e sim busca estabelecer relações de longo prazo. Para os chineses, os laços que se consegue através de *guanxi* visam propósitos futuros, troca de favores, reciprocidade (SANTIAGO, 2012). Sendo assim, uma relação profissional, segundo Santiago (2012), não se encerraria com o fim malsucedido de uma negociação. As partes poderiam, muito bem, querer continuar as relações sociais a fim de estreitar os laços e procurar outras oportunidades de negócios. Para Machado (2011), essa prática implicaria na criação de conexões pessoais, conduzida por uma relação respeitosa, de confiança e que geraria, entre as partes, obrigações e benefícios.

Para a cultura de negócios, a criação de um bom *guanxi* é fundamental para o sucesso ou fracasso do profissional de negócios. Sua ha-

bilidade em estabelecer relações pessoais com vistas as oportunidades de negócios será fundamental para o estabelecimento de contratos, acordos e parcerias futuras (MACHADO, 2011).

Na China tradicional, pouco aberta à globalização, a obtenção de investimentos financeiros era praticamente impossível sem a existência de *guanxi* com algum funcionário do governo. Os principais beneficiários desta instituição da sociedade chinesa, que compreende a troca de favores, presentes, oferecimento de banquetes objetivando vantagens futuras, eram os oficiais do governo (SAXENIAN, 2003). E é nesses momentos que se questiona se *oguanxi*, está ou não está ligado, de algum modo, à corrupção. Afinal, os presentes, por exemplo, podem muito bem ser entendidos como propina e suborno. A diferença, entretanto, reside no fato de que o *guanxi* visa à criação de relacionamentos para benefícios mútuos, enquanto que a corrupção é apenas a “venda” de um favor, uma oportunidade de um indivíduo para o outro. As pessoas envolvidas em um processo não precisam, necessariamente, estabelecer qualquer relação afetiva (MACHADO, 2011).

Assim, pode-se dizer que a prática de *guanxi* não pode ser confundida com a propina e suborno (praticados em países ocidentais), pois estes não envolvem relacionamento, afeto ou amizade, diferentemente do *guanxi* que entende que os relacionamentos são importantes inclusive para os negócios.

Outra ideologia que influencia a cultura chinesa é o budismo, que é uma filosofia indiana que tem suas origens no século V a.C, através dos ensinamentos de Buda Sakamuni (ARNAIZ, 2004). Dentre as três principais correntes ideológicas/religiosas chinesas (confucionismo, taoísmo e budismo), o budismo teve entrada mais recente e apresentou maior resistência uma vez que os chineses já estavam satisfeitos com a ideologia taoísta e confucionista. O budismo representa fraca influência na China por se tratar de uma ideologia estrangeira com adaptações. (SANTIAGO, 2012)

Por isso, Santiago (2012) explica que a introdução do movimento budista indiano na cultura chinesa se deu através da associação com elementos dos ensinamentos de Lao Zi (taoísmo) e Confúcio. Um dos fatores que contou como vantagem para o estabelecimento de um budismo chinês é o fato de que a religiosidade chinesa é do tipo familiar,

a qual muitas vezes se desenvolve independentemente de cerimônias e tempos, ou seja, não há um cunho congregacionista (SHOJI, 2004).

Notadamente, a China é um país que apresenta, desde suas origens, peculiaridades em praticamente todos os aspectos de sua trajetória. Por esse motivo, muitos autores preferiram criar modelos específicos, baseados na própria cultura da RPC para explicar seu método de negociação, em vez de utilizar modelos genéricos comuns na literatura (NUNES, 2009).

Nunes (2009) apresenta um modelo de negociação que leva em consideração fatores endógenos chineses elaborado por Shi e Westwood (2001). Os autores elencam os seguintes aspectos chineses identificados na hora de negociar: fatores macro ambientais e traços culturais; enquadramento institucional e organizacional e; processos e comportamentos. Por ser um dos poucos modelos de negociação chinesa que leva em consideração aspectos culturais (endógenos), o modelo de Shi e Westwood (2001) é um dos que melhor caracteriza o modelo de negociação chinês.

O modelo considera traços culturais (harmonia social, orientação para relacionamentos, contato e comunicação textual, aparência e etiqueta, reciprocidade, estrutura social e poder, orientação para tempo) e fatores macro ambientais (influência política, ideologia, condições econômicas, quadro político e legal, relações trabalhistas). Estes dois aspectos estão inseridos no ambiente institucional/organizacional chinês (a orientação para manutenção dos relacionamentos, a liderança e tomada de decisões, obrigações sociais – principalmente das Empresas de Propriedade do Estado (EPE) - grupos de interesses diversos, negociação em equipe, processo de tomada de decisões difuso). (NUNES, 2009)

A partir da exposição das características supracitadas, o modelo aponta para um perfil de negociação chinês: para Shi e Westwood (2001), os negociadores chineses consideram um bom resultado de negociação quando este promove relacionamentos e acordos, bem-estar social e econômico, satisfação e confiabilidade entre os envolvidos, tentativa de acordos futuros e continuidade da negociação.

Deste modo, pode-se afirmar que o modelo de negociação chinesa é repleto de características que remetem à cultura deste país. As

inclinações confucionistas continuam presentes na mesa de negociações, assim como a cultura tradicional chinesa de *guanxi*, com a criação de relacionamento.

11.3 AS CONSEQUÊNCIAS DA GLOBALIZAÇÃO NA CULTURA DE NEGÓCIOS CHINESA

Este tópico tem como objetivo apresentar algumas percepções acerca dos efeitos da globalização sobre a cultura chinesa de fazer negócios. Almeida e Martinelli (2008, p. 5) ratificam a posição defendida nesse trabalho de que a globalização modifica a realidade de um país a partir do momento em que este abre suas fronteiras:

A globalização, paralelamente ao processo de aceleração capitalista e entrelaçamento econômico entre várias empresas de diversos lugares do planeta, criando soluções e riquezas, gera repositivamentos das entidades políticas, sociais e econômicas, frente à nova realidade do ambiente em que é observada.

Apesar das mudanças da globalização ocorridas na RPC terem sido em parte controladas pelo Partido Comunista Chinês (PCC), que está no governo, não se pode negar as grandes transformações sociais, políticas e econômicas percebidas desde a abertura das fronteiras chinesas em 1978.

Essas mudanças (inclusive no modo de ver o mundo e se relacionar) acabaram por alterar também as características básicas do modelo tradicional de fazer negócios chinês.

Esta seção apresenta quatro mudanças básicas na maneira de fazer negócios de um profissional de negócios chinês, percebidas a partir do estudo da literatura sobre o tema. As características em que se percebem mudanças decorrentes da globalização não se esgotam nos tópicos sobre o **tempo**, **guanxi**, o **novo profissional** de negócios chinês e **dependência/independência em relação ao Estado**, porém estas foram escolhidas por serem traços marcantes do modelo de negociar chinês tradicional.

Ao final da apresentação dos tópicos, será exibido um quadro que compara o perfil tradicional de fazer negócios e a percepção mo-

terna da globalização para os quatro itens estudados. Por fim, serão expostas apreensões sobre outras mudanças ocorridas no mundo de negócios chinês desde a abertura econômica em 1978.

11.3.1 O TEMPO

A cultura chinesa, como a maioria das culturas orientais, tem orientação para o tempo de longo prazo (SANTIAGO, 2012). Os homens de negócios chineses usam o tempo a seu favor na medida em que muitos negociadores gostam de seguir cronogramas pré-definidos. A paciência é um “caráter forte e valor em qualquer negócio” (MOTA, 2009, p. 9).

Em uma visão tradicional sobre modelo de negociação chinês e o processo de negociação internacional com americanos, Pye (1982, p. 74), afirma que

The Chinese are also extremely skilled at pacing negotiations so as to build up pressures on the other side. In the early stages the Chinese can be excruciatingly deliberate, consuming time as though the process could continue indefinitely. As negotiations move toward a climax, they will not only speed up the process but load down the sessions with a heavy burden of items. Suddenly the American teams find that whereas they could not keep the Chinese working beyond five o'clock, the Chinese have raised a host of issues that will keep the Americans busy throughout the night.⁴

O uso progressivo do tempo pelos chineses pode ser visto, dessa forma, como um trunfo, uma arma na hora de negociar. Entretanto, há outro aspecto importante no uso do tempo: a criação de relacionamentos. É comum, em processos de negociação com chineses, encontros informais, banquetes, festas, idas à Karaokês. A principal intenção dessas reuniões é a criação de ligação entre as duas partes, pois para os

⁴ Nossa Tradução: Os chineses são, também, extremamente habilidosos em conduzir as negociações em um ritmo tal que faz a pressão em seu parceiro aumentar. Nos primeiros estágios, os chineses podem ser afluivamente deliberados, consumindo o maior tempo possível para que o processo continue indefinido. A medida que as negociações vão chegando ao clímax, eles não apressam o seu processo, mas levam às reuniões ainda mais itens a serem discutidos. Enquanto as equipes americanas acham que não conseguirão manter os chineses trabalhando depois das 17h, os chineses já levantaram uma série de assuntos que deixarão os americanos ocupados pela noite adentro.

chineses os laços se formam e se cultivam objetivando um propósito de longo prazo (MACHADO, 2011). Os acordos comerciais com chineses se estabelecem por meio de tratos sociais como lealdade, ajuda mútua, confiança. Para isso, é necessário que seja despendido tempo para o cultivo das relações (MACHADO, 2011).

Apesar do uso do tempo para criação de relacionamentos como valor para negociações, estudos também indicam que o uso do tempo tem sido mais bem administrado pelos homens de negócios chineses atuais. Pela agilidade demandada pelas relações de negócios em um cenário globalizado, os gestores chineses precisam hoje gerir melhor o tempo para que este não se torne um vilão. Por isso, “a noção tradicional de tempo, que privilegiava a paciência e a flexibilidade, parece ter alterado em face de uma nova orientação para o presente e o futuro, que parece gerar um maior sentido de urgência” (NUNES, 2009, p. 64).

Como visto, não se pode excluir o uso delongado do tempo das características de negociações chinesas. Percebe-se, porém, que a percepção geral de como os chineses usam o tempo nos negócios tem mudado, principalmente para aqueles que trabalham em empresas *joint-venture*, já que este tipo de empresa tem como principal objetivo a obtenção de lucro e se adapta melhor aos padrões ocidentais (YAN, 2004). Na medida em que se acredita que este uso tem sido controlado, com vistas a aperfeiçoar os resultados da negociação, tanto para criação de relacionamentos (*guanxi*), quanto na adoção de uma visão de mundo mais prática e preocupada com o futuro, o negociador chinês busca administrar o tempo a seu favor e a se adaptar ao que é necessário.

11.3.2 O GUANXI

A rede de laços e conexões pessoais dos chineses – *guanxi* – ganhou visibilidade no estudo da cultura de negócios chinesa. De alguma forma, a intenção de estabelecer o *guanxi*, muitas vezes, torna-se o papel central de uma negociação com chineses (SANTIAGO, 2012).

Machado (2011) explica que, à época em que a China não era aberta economicamente, apesar de os oficiais e agentes do governo do PCC não terem mais bens e capitais que os homens de negócios da época, tinham controle sobre praticamente todas as ações no país e

representavam uma grande influência. Para tudo era necessária a aprovação de um oficial do governo (YAN, 2004). Como o acesso a bens de consumo mais sofisticados era difícil, por causa do isolamento econômico, por vezes banquetes eram oferecidos por grandes homens da sociedade em troca de cigarros, bebidas, comidas e remédios, por exemplo (MACHADO, 2011).

A abertura econômica ocorrida em 1978 proporcionou maior liberdade para os chineses na medida em que não precisariam mais criar relações sociais de amizade e oferecer banquetes e presentes em troca de bens. Inclusive, a “teoria da transição de poder” (GUTHRIE, 2002), que descreve a transição de poder na política internacional, acredita que a passagem do socialismo para o capitalismo irá reduzir ao mínimo a importância das relações sociais, para conseguir liberações e autorizações. Outra posição – sustentada por este tópico – acredita que o *guanxi* tem mudado de configuração com a globalização, mas que não desapareceu ou desaparecerá por completo da cultura de negócios chinesa.

O interesse em estabelecimento de *guanxi* com oficiais do governo, por exemplo, ainda é forte visto que, como explicado anteriormente, apesar de todos os traços de globalização que a China apresenta, ainda trata-se de uma sociedade administrada e vigiada pelo Estado. Por isso, para os homens de negócios chineses, ainda é vantajoso, pela troca de favores envolvida, desenvolver relações de *guanxi* com autoridades do governo, conforme afirmam Fernandes *et al.* (2014, p. 262) “no caso da China, isso pode ser verificado nas relações entre o governo e grupos empresariais, que são as novas elites do país, quando, por meio das conexões interpessoais de ajuda mútua, são construídas articulações equivalenciais *sui generis* em torno de obrigações sociais e favores especiais, visando ao desenvolvimento de negócios nas mais diversas esferas econômicas, locais e globais”.

As boas relações comerciais estão tomando seu espaço sem, entretanto, destituir totalmente o poder do *guanxi* (MACHADO, 2011). O *guanxi* no contexto globalizado chinês atual, portanto, apresenta-se ainda presente e forte. Algumas práticas foram abandonadas, mas a essência do processo ainda é o mesmo: a troca de favores e presentes com vistas a benefícios de longo prazo.

O *guanxi* – e a influência de poder que o envolve – perdeu visibilidade no âmbito dos negócios competitivos, em que não é necessária interferência direta do governo. Em muitas empresas chinesas, a indicação para recrutamento de profissionais através de *guanxi* não é suficiente para garantir um bom emprego. Preza-se pela excelência, competência e qualificação. As relações sociais de negócios mudam hoje de *guanxi* (troca de favores e relacionamento, oferecimento de banquetes e presentes) para *shangyeguanxi* (boas relações de trabalho e postura profissional) (NUNES, 2009). Logo, a evolução do *guanxi* para o *shangy e guanxi* representa uma dinâmica importante das características culturais chinesas evoluídas para se adaptarem à globalização.

11.3.3 O PROFISSIONAL DE NEGÓCIOS CHINÊS

A partir do surgimento de uma cultura global, que dita regras e impõe um estilo de vida, a cultura de fazer negócios de muitos países se modificou a fim de se ajustar às tendências mundiais. Apesar das fortes mudanças ocorridas com a sociedade de negócios da RPC, algumas características fundamentais da cultura chinesa – especialmente advindas do confucionismo – permanecem fortes na atualidade inclusive entre seus negociadores. Por exemplo, a globalização não modificou um traço forte da cultura de negócios chinesa que advém do confucionismo: o respeito aos mais velhos ainda é muito forte na China.

Entretanto, como em qualquer outro lugar, os jovens profissionais chineses entram cada vez mais cedo no mercado de trabalho. Eles são mais qualificados, tendem a questionar mais as autoridades. São mais pragmáticos e agressivos. Segundo Holt (1997), esses jovens gestores crescem estudando “inglês”, priorizam mais o tempo e os resultados, além de entenderem mais facilmente os conceitos ocidentais. Para o autor, valores tradicionais como baixa tolerância para ambiguidade e uma alta estima por estabilidade social são menos perceptíveis em jovens gerentes depois da reforma.

Muitos desses jovens profissionais trabalham nos níveis mais baixos de gerência e suporte técnico, tanto em empresas estrangeiras quanto nas estatais. Porém, à medida que envelhecem e passam a ocupar postos mais altos, tendem a ser mais conservadores e tradicionais. Muitos acabam optando por se transformar em “mercadores confu-

cianos” ou bem-sucedidos homens de negócios eruditos, semelhantes aos funcionários eruditos da China imperial. (YAN, 2004). A expressão “mercador confuciano” é utilizada por Yan (2004) para caracterizar os profissionais de negócios modernos chineses que ainda insistem em preservar a cultura erudita chinesa, promovendo seus valores. Estes profissionais, segundo Yan (2004), ainda mantêm laços fortes com a elite política chinesa.

Nunes (2009) ratifica a ideia de “mercador confuciano” de Yan (2004) ao afirmar que essa nova geração de profissionais de negócios modernos chineses se distingue do negociador chinês tradicional pela sua modernidade e aceitação de valores ocidentais, ao passo que se distingue do ocidental moderno pelo seu zelo ao tradicionalismo. Segundo a autora, estudos comprovam que os líderes chineses mais inspiradores são verdadeiros “mercadores confucionistas”: mente empresarial – ocidental – (inteligente e com muitos recursos) e um coração confucionista (gentil e paternal) (FU; TSUI, 2003).

A partir destas observações, pode-se concluir que a mudança no modo de gestão e de negociação dos chineses é mais perceptível em jovens (YAN, 2004). Que valores ocidentais têm penetrado na mente empresarial chinesa. Porém, também é perceptível que valores confucionistas clássicos, a erudição chinesa e o amor por sua cultura ainda continuam fortes no modo de fazer negócios do chinês.

11.3.4 DEPENDÊNCIA/INDEPENDÊNCIA EM RELAÇÃO AO ESTADO

Diferentemente da maioria dos mercados que se tornam globalizados, o mercado chinês ainda recebe forte influência do Estado, o que reflete não só na maneira de realizar negócios como na construção – ou desconstrução – de uma identidade cultural global de seus homens de negócios (YAN, 2004).

Para Yan (2004), a modificação da cultura de negócios chinesa, a partir da globalização, está associada ao grau de acesso que um profissional de negócios deste país tem ao mundo exterior, dependendo de onde trabalha (*joint-venture*, empreendimento estrangeiro independente ou EPE). Porém, mesmo os profissionais de negócios de empre-

sas estatais – que tendem a ser mais conservadores e dependentes da opinião do Estado – carregam consigo traços da globalização cultural, ou seja, a incorporação de uma cultura popular global.

O PCC decidiu não se importar com a disseminação da cultura popular, uma vez que esta auxiliava no alívio das tensões e insatisfações populares, na medida em que transmitia uma imagem de prosperidade, de esperança e de felicidade (YAN, 2004, p. 53).

Em contraste, atuou firmemente na gestão dos setores de desenvolvimento intelectual e da movimentação social, já que o primeiro poderia colocar em risco a ideologia comunista chinesa e a segunda levar a uma ação coletiva de larga escala, o que ameaçaria a soberania do Estado (YAN, 2004, p. 53). Como exemplo podemos citar a forte censura à indústria editorial, cinematográfica e televisiva, ainda presente. Isto não anula, de forma alguma, a essência cultural chinesa destas pessoas. Para Yan (2004, p.39), estas vivem em constante dilema, uma vez que:

no plano político, eles desejam se opor ao opressivo regime político autoritário (o que de forma alguma significa aplaudir o capitalismo e a economia de mercado), mas também querem defender a cultura chinesa do poder avassalador do capitalismo global, sem diminuir o ritmo das reformas que irão abrir o país para o mundo exterior.

O controle do Estado pode não ser anunciado, porém é bastante presente e visível. Como uma espécie de “jogo de interesses”, o Estado recompensa indiretamente os negociadores e intelectuais que seguem o pensamento do governo e pune os que o desafiam privando-os de oportunidades lucrativas (NUNES, 2009).

Yan (2004) conclui que o PCC sempre teve desde o início da abertura econômica em 1978 o mesmo desejo: permanecer como o único líder e administrador do projeto de modernização e, por intermédio do projeto, manter total poder e autoridade na China, impedindo outros modelos, pessoas ou ideologias de chegarem ao poder. Percebe-se, entretanto, que esse forte desejo de controle por parte do Estado chinês contrasta com o desejo, cada vez mais forte, da população em se abrir para uma cultura globalizada, sem abrir mão dos ideais clássicos culturais chineses.

Trata-se de uma aparente contradição do que se denomina de “socialismo de mercado” mas que vem dando certo, ao menos para a China, e a colocou como a segunda maior economia mundial e tendendo a ser a primeira em futuro próximo. Também a colocou como líder em negócios internacionais com grande parte dos países do mundo, tanto exportando como importando.

Apesar de todas as modificações na cultura chinesa, consequências da globalização, o Estado chinês consegue manter até hoje os quatro princípios básicos da Antiga China, embora de forma adaptada: o caminho socialista, a ditadura do proletariado, a liderança do Partido Comunista e o pensamento marxista-leninista-maoísta (YAN, 2004). Aquelas pessoas que conseguem se desvincular de alguma maneira do poder do Estado são geralmente intelectuais ou profissionais de negócios que conseguem apoio financeiro externo. Como efeito disso, por exemplo, já pode-se notar forte influência dos padrões acadêmicos ocidentais nas universidades chinesas.

A abertura do governo, mesmo que controlada, da sua economia para a economia de mercado foi crucial para o sucessivo e estável ritmo de acelerado crescimento econômico chinês. Atualmente os gestores chineses têm hoje muito mais autonomia para tomar decisões que antes da reforma de 1978 (NUNES, 2009). Apesar da forte presença do Estado, de sua vigilância constante, cada vez mais empresários e negociadores chineses ganham espaço na economia mundial, o que representa uma grande diferença se comparado ao cenário pré-1978, quando a abertura econômica não era admitida na RPC. (NUNES, 2009).

O novo e bom momento chinês se deve a sua decisão acertada em não permanecer na sua visão fechada e adotar a economia de mercado como uma tendência cada vez mais predominante.

11.4 A CAMINHADA DA CHINA CONTINUA FIRME E FORTE NO E PARA O MERCADO

A China tem sua própria história milenar e única. De certo modo “isolada do resto do mundo” até 1978, por longas décadas e séculos foi dominada por imperadores que ditavam o estilo de vida da

população. Quando desejou, despertou e abriu suas portas para o mercado mundial, a RPC iniciou, em 1978, o processo de abertura econômica conhecido como Quatro Modernizações. Sempre com o cuidado de manter o controle (pelo governo do PCC) e continuar no poder, a China experimentou, nessas últimas décadas, seu maior ritmo de crescimento de todos os tempos.

Esse crescimento, contudo, não foi uniforme, evidenciando relevantes discrepâncias sociais entre as regiões costeiras (recebedores de investimentos e melhor mão de obra) e as regiões do interior (rurais). Apesar das políticas públicas do governo implementadas desde o início da década de 1990 para fomentar o desenvolvimento regional e interiorano, a China hoje é um país que apresenta diferentes realidades socioeconômicas em seu território: um super desenvolvimento em regiões litorâneas e pouco desenvolvimento em regiões interioranas.

Todavia é inegável que o chinês passou a ver o mundo como espaço de atuação. Que os negociadores começaram a pensar o mundo como espaço para fazer negócios e estão se adaptando e se preparando para isso. É notório na China o aumento do número de pessoas que sabem falar em inglês, idioma fundamental para a comunicação no ramo dos negócios na atualidade. Isso não está acontecendo por acaso. Desde o começo da abertura econômica, foi preocupação constante do governo garantir que a população (principalmente os que trabalham diretamente com pessoas estrangeiras) aprenda inglês como uma segunda língua. Hoje, o inglês é requisito para o ingresso de novos estudantes às universidades chinesas, além de ser a língua de principal comunicação em empresas que mantêm alguma forma de relacionamento com empresas/entidades estrangeiras.

A China, apesar de representar uma das culturas mais resistentes à mudança, apesar das diferenças sociais e regionais e apesar de estar atrelada a um comando de governo que ainda hoje é forte, controlador e autoritário, é um caso de sucesso, que deu certo no mercado internacional. A assimilação de valores ocidentais e o surgimento de uma cultura global, modernizada e unificante é algo que está acontecendo mais rápido do que talvez o próprio governo chinês imaginou quando iniciou a abertura. Evidente que na China atual não predomina a cultura global. Mas também não existe mais apenas cultura local.

Logo surge um novo híbrido que mescla e cria uma nova forma cultural que adapta o que é possível de ambas as culturas.

Assim, pode-se dizer, por exemplo, que na análise sobre a orientação para o tempo, percebeu-se que, ainda hoje, que a negociação com chineses requer flexibilidade no tempo. Os chineses, como a maioria dos orientais, preferem acordos e negócios que visem o longo prazo. Porém, a orientação para o tempo de jovens empreendedores e gestores (de *joint-ventures*) se mostra diferente, com orientação para o presente e futuro, e um inédito sentido de urgência na tomada de decisões e na negociação, apontando para uma ocidentalização no processo e no relacionamento com o tempo.

Já se quanto ao relacionamento e conexões com vistas a benefícios de longo prazo (*guanxi*), muito presente na China tradicional percebe-se que atualmente mesmo que essa prática ainda esteja presente no ambiente de negócios e negociações, o próprio *guanxi* ressurgiu em uma forma mais clara, franca e profissional, renomeado como *shangyeguanxi*, que em uma tradução simplória poderia significar foco em estabelecer boas relações de trabalho.

Quanto as mudanças percebidas no novo profissional de negócios chinês percebem-se notórias modificações na personalidade desse profissional. Agora eles são mais assertivos e agressivos (no sentido de determinado, de quem busca o resultado mais rápido) que os negociadores anteriores. Esse negociador chinês tem mais autonomia para a tomada de decisões, é mais qualificado e mais pragmático. Mas percebe-se que, a medida que envelhecem em idade, retornam as velhas tradições chinesas. Inclusive surgiu um termo para definir esse perfil: “mercador confucionista”. Tem uma mente empresarial (ocidentalizada, ágil) e um coração confucionista (respeito a hierarquias, aos mais velhos e ao bem-estar da coletividade).

No que tange a dependência/independência dos negócios e dos negociadores em relação ao Estado é perceptível que atualmente os negociadores chineses gozam de mais autonomia na tomada de decisões do que os negociadores de outrora. Passaram a ter mais direitos, serem mais ouvidos, terem mais oportunidade, sentirem certa sensação de liberdade. Alguns, especialmente empresários e intelectuais que tem

intensas relações com o Ocidente, até já começam a ousar questionar a autoridade do governo.

Outra tendência interessante é que o governo passou a permitir a emergência de uma cultura global popular, pois acredita que isto diminui as tensões e insatisfações da sociedade em relação a um governo controlador. Um exemplo disso é o fomento ao esporte. O futebol por exemplo, atualmente tem grandes e famosos jogadores mundiais atuando na China. Por outro lado, o PCC ainda hoje controla e censura ações que possam colocar em risco a aparência de socialismo de mercado.

Atualmente homens de negócios chineses podem adotar características tradicionalmente ocidentais sem, porém, perder a essência da cultura chinesa. Terem valores de uma cultura global, popular, serem inseridos na sociedade global, sem ter que sacrificar os valores locais e ambientes locais. Ou seja, podem permanecer no país sem serem reprimidos por isso. A evolução da globalização de mercado na China foi tamanha que permitiu o surgimento de novos e competentes profissionais de negócios, novos e competentes empreendedores e novas e importantes empresas. Passaram a ter a possibilidade de acumulação de capital e realização de contratos independentes. Agora até podem ser ricos. Surge assim uma nova classe social chinesa de poder aquisitivo elevado e com novas exigências. Mais uma situação para o governo se preocupar.

11.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo fez-se, baseado numa revisão bibliográfica de diversos autores, uma apresentação sobre a cultura e as negociações chinesas pós-abertura para o mercado e o aparente conflito entre a cultura milenar chinesa e a cultura globalizada contemporânea. Pode-se ver o quanto a cultura de um povo, com seus fatores endógenos como a orientação para o uso do tempo, a forma de se relacionar, as crenças religiosas, ideológicas e filosóficas influenciam inclusive a postura do negociador internacional. Acredita-se assim que o ser humano, por mais globalizado que seja ou tente ser ele é fruto de seu meio original, de seu grupo original de pertencimento. Vale, neste caso, a lógica de

que você pode até sair de um local, de uma comunidade, de um grupo, mas ele nunca sairá de você. Alguns traços que ajudaram na aprendizagem, na formação de valores e relacionamentos, nos usos e costumes, nas crenças e sonhos continuarão com o negociador onde quer que ele vá.

Com este estudo não se esgotou o assunto. Afinal, é muito difícil, na conjuntura atual, tentar simplesmente pontuar características da cultura de negócios chinesa. Embora a rapidez das mudanças ocorridas decorrentes da globalização seja grande, a China ainda passa por um processo de ajuste e adaptação à cultura global emergente. Mas espera-se que tenha contribuído de alguma forma, para despertar o interesse pela China e sua cultura e para o mercado chinês como um espaço de oportunidade de negócios para os negociadores internacionais brasileiros.

Com ou sem os negociadores internacionais brasileiros aproveitando essas oportunidades presentes no mercado chinês a China continuará crescendo em seus negócios pelo mundo. A escolha eles já fizeram e continuam fortes e determinados. Devemos fazer também as nossas escolhas e aproveitar melhor as oportunidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Paula de; MARTINELLI, Dante Pinheiro. **Habilidades essenciais aos negociadores num contexto globalizado**. USP – Ribeirão Preto: 2008. Disponível em: <http://www.angrad.org.br/_resources/files/_modules/producao/producao_621_201212051834228e9c.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2013.

ARNAIZ, Christian. **Confucionismo, Budismo y la conformación de Valores en China y Corea**. Buenos Aires: Grupo de estudios del Este Asiático, 2004. Disponível em: <<http://www.uba.ar/ceca/download/arnaiz-c.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

BERGER, Perter L. e HUNTINGTON, Samuel P. (orgs.). **Muitas Globalizações: diversidade cultural no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

CALVO, Luciana Cabrini Simões, et al. Percepções de estudantes e profissionais chineses sobre o status do inglês como língua franca. **Revista X**, v. 9, p. 1-21, 2010.

CUNHA, Miguel Pina; REGO, Arménio. Uma abordagem taoísta da eficácia organizacional. Lisboa: **Documentos de Trabalho em gestão**, n. 8, 2005. Disponível em: <www.ua.pt/degei/readobject.aspx?obj=7984>. Acesso em: 10 jan. 2014.

DANTAS, Monique P. O impacto das diferenças socioculturais de negociadores nas negociações entre Brasil e China. **C@LEA – Revista Cadernos de Aulas do LEA**, Ilhéus, n. 2, p. 66 – 83, nov. 2013. Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/calea/edicoes/rev2_6.pdf>. Acesso em: 02/03/2018.

FERNANDES, Maria Fernanda G. **Negociação Brasil e China: seus principais aspectos culturais**, 2008, 96f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Gestão Empresarial) – Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3982/mfernanda.pdf?sequence=1>> Acesso: 09 abr. 2013.

FERNANDES, O. L. DA C. *et al.* Um negócio da China: o discurso do guānxì nas articulações no âmbito organizacional. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 12, n. 2, p. 252–269, 2014.

FRACAROLI, Fernando; MELO, Suzana A. Bandeira; GUEVARA, Arnaldo J. de Hoyos. *A study on the relevance of Guanxi culture for Latin American companies doing business with China*. **Revista de Negócios**, Blumenau, v.17, n.3, p. 54–79, Julho/Setembro de 2012.

FU, Ping Ping. TSUI, Anne S. Utilizing pinted media to understand desired leadership attributtes in the people’s Republic of China. In: **Asia Pacific Journal of Management**, vol. 20 (4), pp. 423-446. KluwerAcademicPublishers, 2003. Disponível em <<http://rd.springer.com/article/10.1023/B:APJM.0000048715.35108.a7#page-1>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

GODINHO, Wagner Botelho; MACIOSKI, Juliana Maria K. Estilos de negociação - a maneira pessoal de realizar negócios internacionais. Curitiba: **Revista Ciência e Opinião**, p. 143-165, v. 2, n. 1/2, jan./dez. 2005. Disponível em: <ftp://ftp.unilins.edu.br/tuca/GTI/aula/Questionarioperfil/CienciaOpinia03_art7.pdf>. Acessoem: 17 abr. 2013.

GUTHRIE, Doug. *Information asymmetries and problem of perception*. In: T. Gold; D. Guthrie & D. Wank (orgs.), **Social connections in China**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 37-56.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____, Stuart; WOODWARD. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HOFSTEDE, Geert. **Culture's consequence: comparing values, behaviours, institutions, and Organizations Across Nations**. 2ª ed, Thousand Oaks: Sage Publications, 2001.

HOLT, David H. A comparative study of values among Chinese and U.S. Entrepreneurs: pragmatic convergence between contrasting cultures. **Journal of Business Venturing**, v. 12, p. 483-505, 1997.

MACHADO, Rosana Pinheiro. A ética confucionista e o espírito do capitalismo: narrativas sobre moral, harmonia e poupança na condenação do consumo conspícuo entre chineses ultramar. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, Dec. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832007000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 jan. 2014.

_____. Fazendo guanxi: dádivas, etiquetas e emoções na economia da China pós-Mao. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 17, n.1, Abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493132011000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 jan. 2014.

MOTA, Jeverson Correia. **Negociando com a China** – aspectos culturais e perfil do negociador chinês. Santa Catarina: Faculdade de Tecnologia de Santa Catarina, 2009. Disponível em: http://www.fatesc.edu.br/wp-content/blogs.dir/3/files/pdf/tccs/negociando_com_a_china.pdf. Acesso em: 23 mar. 2013.

NUNES, Susana R. Cunha. **A evolução das negociações chinesas durante o período de reforma**. Dissertação (Mestrado em Estudos Chineses) - Universidade de Aveiro. Lisboa, 2009. Disponível em: <<https://ria.ua.pt/bitstream/10773/3403/1/2009001099.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2014.

PAZ, Mariana Flores. **Cultura organizacional brasileira e chinesa: um paralelo para identificação de possíveis divergências que possam gerar barreiras em negociações**. Trabalho de conclusão de curso (Curso de Secretariado Executivo Trilingue) – UFV. Viçosa, 2006. Disponível em: <http://www.secretariadoexecutivo.ufv.br/docs/mariana_flores_paz.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2013.

PONTE, Yana. **Uma perspectiva chinesa sobre os fatores culturais a serem considerados pelo brasileiro no processo de negociação com o chinês**. Dissertação (Mestrado em Mercado Internacional) – Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/>>

dspace/bitstream/handle/10438/3716/ACF29A.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 abr. 2013.

PYE, Lucian W. **Chinese comercial negotiating style**. Rand – Project Air Force. R – 2837 – AF, Santa Monica, 1982. Disponível em: <<http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/reports/2007/R2837.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2014.

SANTIAGO, Anabela Rodrigues. **Cultura empresarial chinesa: sua influência nos negócios**. Dissertação (Mestrado em Estudos Chineses) – Universidade de Aveiro. Lisboa, 2012. Disponível em: <<https://ria.ua.pt/bitstream/10773/10505/1/disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em 17 jan. 2014.

SAXENIAN, Anna Lee. *Government and Guanxi: The Chinese Software Industry in Transition*. **DRC Working Papers**, n. 19. Berkeley, 2003. Disponível em: <<http://r4d.dfid.gov.uk/PDF/Outputs/CNEM/drc19.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2014.

SCHIAVINI, Janaina Mortari; SCHERER, Flavia Luciane; CORONEL, Daniel Arruda. Entendendo o guanxi e sua influência nas relações internacionais. **Revista de Economia Contemporânea**, n.2, v. 16, p. 316-332. Rio de Janeiro/agosto2012. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482012000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 fev. 2014.

SERRA, A. **China**: as reformas econômicas da Era Pós-Mao. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) – TechnicalUniversityofLisbon. Lisboa, 2000. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.5/1202>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

SHOJI, Rafael. Reinterpretação do budismo chinês e coreano no Brasil. **Revista de Estudos da Religião**, n. 3, p. 74-87. São Paulo, 2004. Disponível em:<http://www.pucsp.br/rever/rv3_2004/p_shoji.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2014.

TANG, Charles; BULHÕES, Fernando; DUZERT, Yann. Negociando com a China: estratégia e oportunidades – uma perspectiva histórico-cultural. Recife: **Revista eletrônica de gestão organizacional**, v.1, n. 2, p. 90-100. Recife, jul./dez. 2003. Disponível em <<http://www.revista.ufpe.br/gestaoorg/index.php/gestao/article/viewFile/119/102>>. Acesso em: 17 dez. 2014.

YAN, Yuxiang. Globalização Administrada: O poder do Estado e a transição cultural na China. In: BERGER, Perter L.; HUNTINGTON, Samuel P. (orgs.). **Muitas Globalizações**: Diversidade cultural no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Record, p. 31-62, 2004.

